



Devolutivas

Audiências Públicas

Eletrônica e Regionais Virtuais

Lei Orçamentária Anual 2025

APRESENTAÇÃO

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento realizou, no período de 14 de maio a 13 de junho, a **Audiência Pública Eletrônica e as Audiências Regionais Virtuais**, visando subsidiar a elaboração do projeto da **Lei Orçamentária Anual – LOA 2025**.

Inseridas nos processos de planejamento governamental, as Audiências Públicas – LOA 2025, acessadas por meio dos endereços <http://www.audienciasdoorcamento.sp.gov.br> e <https://portal.fazenda.sp.gov.br/>, proporcionaram à sociedade oportunidade de se manifestar quanto aos temas vinculados aos Objetivos Estratégicos governamentais que julgassem mais adequados ao desenvolvimento socioeconômico do Estado.

As escolhas e sugestões apresentadas no decorrer dos processos foram organizadas, sistematizadas e disponibilizadas aos órgãos setoriais, em forma de relatórios e por meio do sistema de devolutivas, para análise de viabilidade ou descrição do status, caso a demanda conste de alguma ação governamental ativa, de todos os votos e propostas demandadas pelos cidadãos que participaram das audiências supracitadas.

Finalizado o prazo para a manifestação dos Setoriais, as demandas foram organizadas no Relatório de Devolutivas, a seguir apresentado.

Sumário

APRESENTAÇÃO	2
NOTA TÉCNICA.....	5
SÍNTESE.....	7
DEVOLUTIVAS AUDIÊNCIA ELETRÔNICA LOA 25.....	12
Analisadas.....	12
38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	12
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	15
28000 – CASA CIVIL.....	19
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	21
54000 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	28
12000 - SECRETARIA DA CULTURA ECONOMIA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS	29
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36
39000 – SECRETARIA DE PARCERIA EM INVESTIMENTOS.....	46
8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	51
41000 - SECRETARIA DE ESPORTES	67
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	70
53000 - SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL	75
25000 - SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	79
17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	90
26000 - SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	100
16000 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER	117
47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	119
51000 - SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	122
9000 - SECRETARIA DA SAÚDE	123
18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	146
48000 - SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	168
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS.....	187
50000 - SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS	197
Não Analisadas	199
26000 - SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	200
DEVOLUTIVAS AUDIÊNCIAS REGIONAIS VIRTUAIS LOA 2025	204
Analisadas.....	204
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	204
28000 - CASA CIVIL	205

12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	207
8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.....	209
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	210
53000 - SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL	218
25000 - SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	220
26000 - SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	222
17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA	228
39000 – SECRETARIA DE PARCERIA EM INVESTIMENTOS.....	229
9000 - SECRETARIA DA SAÚDE	230
18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	236
48000 - SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	238
3000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	243
50000 - SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS	251
Não analisadas.....	252
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS.....	252
26000 - SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	252

NOTA TÉCNICA

O presente documento é composto de Relatórios Setoriais em formato de quadros estruturados por **itens de votação, número de votos, região, detalhamento do voto** (observação feita por escrito pelo cidadão para o item votado, no que se refere às audiências eletrônicas, quando houver), **proposta** (transcrição resultante das demandas orais ou chat por ocasião das audiências regionais virtuais) e respectivas **análises setoriais**, contendo a **classificação e justificativa**, divididos por Audiência Eletrônica e Audiências Regionais Virtuais.

A **Audiência Pública Eletrônica LOA 2025** foi realizada por meio de um sistema eletrônico, hospedado em site governamental próprio, que coletou as demandas dos cidadãos paulistas, a fim de subsidiar a Lei Orçamentária Anual. Nesse sistema foi disponibilizado um rol de itens de votação, com temas relacionados aos Objetivos Estratégicos propostos pelo Governo do Estado de São Paulo, representando possíveis ações governamentais.

Os votos puderam ser direcionados ao estado de São Paulo em sua totalidade ou a uma região específica (região a qual o voto foi direcionado), caso o participante a tenha delimitado, podendo ou não ter discriminado o município para o item votação selecionado.

Também foi possível que o cidadão, opcionalmente, fizesse uma complementação por escrito sobre o voto, qualificando assim o item votado (Detalhamento do item votado feito pelo cidadão).

Todos os votos e sugestões dos participantes foram sistematizados e encaminhados para os órgãos setoriais para que respondessem, classificassem (classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta), justificassem a classificação adotada nos campos Análise/Justificativa e indicassem os programas e produtos aos quais as demandas pudessem estar vinculadas (programa e produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão).

As **Audiências Públicas Regionais Virtuais LOA 2025** foram disponibilizadas para todas as regiões do estado de São Paulo (Regiões Administrativas, Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos) por meio de reuniões virtuais, utilizando-se a plataforma TEAMS, específicas para cada região, totalizando 18 encontros.

Durante esses encontros os participantes foram convidados a manifestar suas demandas de modo oral ou por meio do chat (propostas). Todas as informações foram coletadas, transcritas e encaminhadas aos órgãos setoriais para análise da mesma maneira como ocorreu com os resultados da audiência eletrônica acima descrita.

Cabe destacar que, no processo de sistematização dos resultados provenientes dos relatórios das audiências Eletrônica e Regionais Virtuais, posteriormente encaminhados para resposta dos órgãos setoriais, as manifestações coletadas sofrem aglutinações e/ou subdivisões, gerando um número de demandas para devolutivas diferente do apresentado nas indicações de votos/demandas do relatório de resultados das audiências. Podendo ser citado, como exemplo, o caso de um mesmo tema que tenha recebido várias indicações numa determinada região. Essas indicações são computadas no relatório de resultados das audiências individualmente, na quantidade em que foram manifestadas, mas resultam em uma única demanda no que se refere às devolutivas, caso não haja nenhum detalhamento que a diferencie, para que seja respondida pelo órgão competente, já que se trata do mesmo tópico, na mesma região.

A responsabilidade pelas respostas às demandas no processo de devolutivas foi conferida às figuras do ***interlocutor** das pastas e ****gerentes de programa**.

* Os interlocutores são figuras indicadas pelos titulares de cada órgão setorial, por meio de expediente remetido à Subsecretaria de Planejamento, com atribuição, dentre outras, de coordenar a participação do órgão setorial durante as audiências públicas para elaboração das leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias. RESOLUÇÃO SFP-44, DE 18-12-2024

** Compete ao gerente de programa, entre outras atividades, manifestar-se sobre propostas advindas das audiências públicas relativas às leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias, quando solicitado. RESOLUÇÃO SFP-44, DE 18-12-2024

SÍNTESE

O processo de Audiências Públicas da LOA 2025 foi concluído com a etapa de “**devolutivas**”, que trata das **respostas ofertadas pelos órgãos da administração pública estadual**, quanto à possibilidade de acolhimento das demandas apresentadas pelos participantes das audiências públicas.

Dentre todos os órgãos estaduais passíveis de menção pelos participantes, tanto na modalidade eletrônica, quanto na regional virtual, **24 receberam demandas**, sendo estes:

Secretaria da Administração Penitenciária
Secretaria de Desenvolvimento Social
Casa Civil
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Controladoria Geral do Estado
Secretaria da Cultura Economia e Indústrias Criativas
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Parceria em Investimentos
Secretaria da Educação
Secretaria de Esportes
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Secretaria da Justiça e Cidadania
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Secretaria de Políticas para a Mulher
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Secretaria da Saúde
Secretaria da Segurança Pública
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretaria dos Transportes metropolitanos
Secretaria de Turismo e Viagens
Tribunal de Justiça

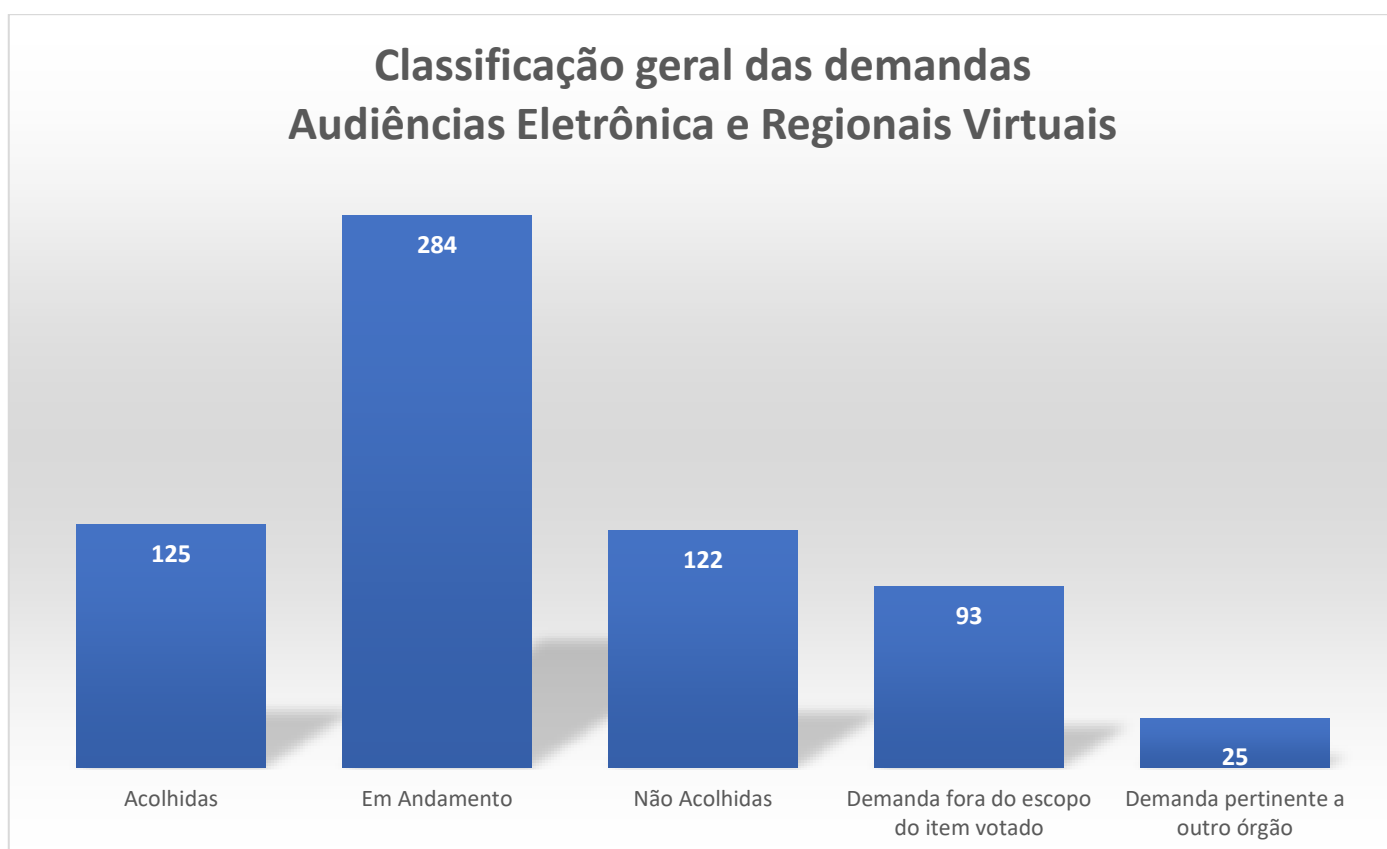
Dos 24 órgãos setoriais solicitados, apenas **2 não atenderam completamente às suas demandas**. A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística forneceu respostas à maioria das questões levantadas na audiência eletrônica e nas audiências regionais, deixando de responder a uma pequena parcela. Já a Secretaria de Transportes Metropolitanos atendeu integralmente às solicitações da audiência eletrônica, mas não forneceu resposta à única demanda proveniente das audiências regionais, porém esta demanda também fora encaminhada à Secretaria de Parceria em Investimentos, que respondeu à demanda, de forma que a demanda fora contabilizada como respondida.

Consideradas as duas vertentes, eletrônica e regional virtual, foram sistematizadas **677 solicitações** provenientes das audiências públicas, das quais **649 foram respondidas, correspondendo a aproximadamente 96%** do total, ao passo que **28 itens (4%) não foram analisados** pelos órgãos competentes.



Em relação às **649 demandas que receberam devolutivas** (respondidas pelos órgãos setoriais):

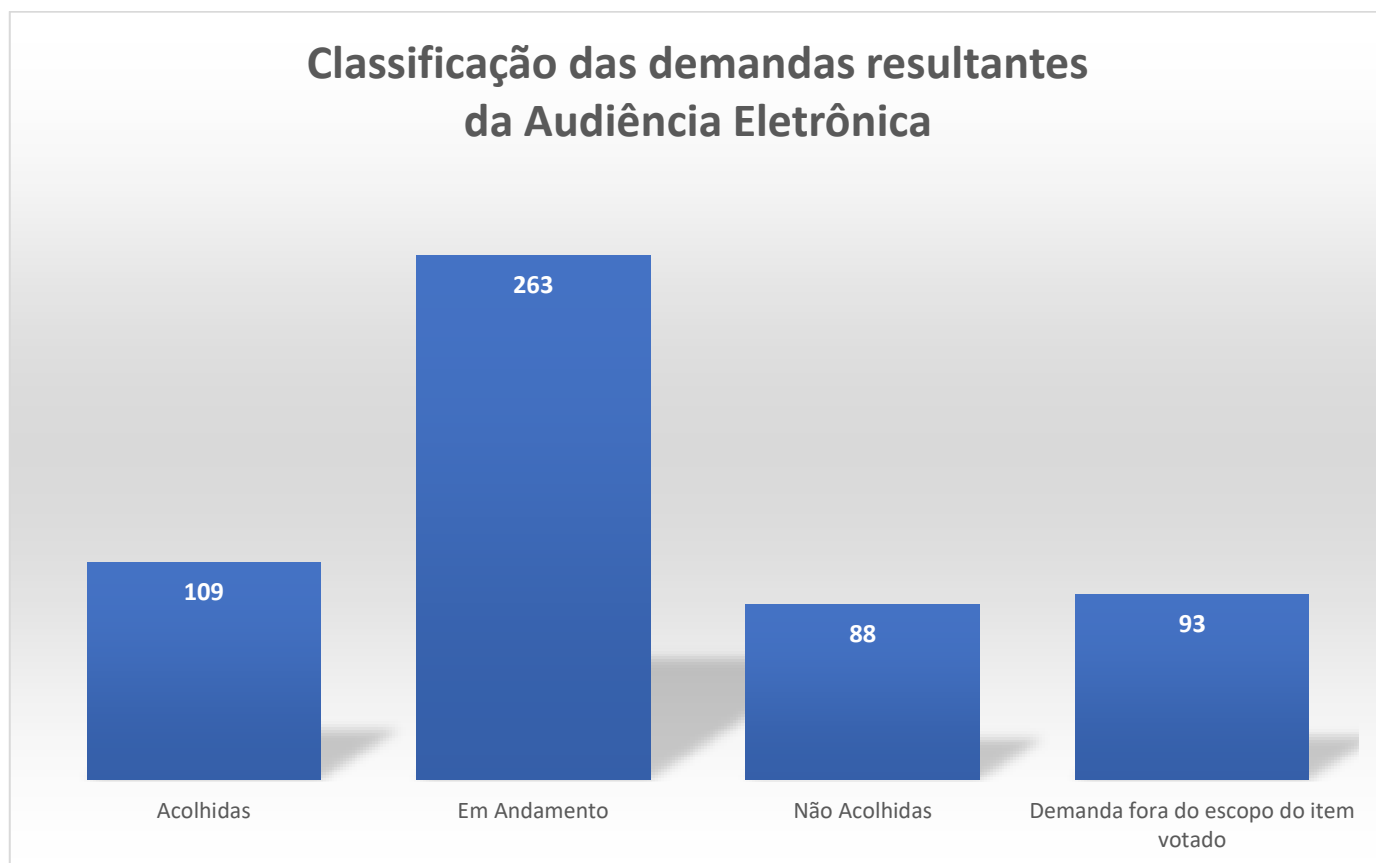
- **125** foram **acolhidas** (constam como ações previstas para a LOA 2025), correspondendo a **19,26%** das demandas respondias;
- **284** foram identificadas como **em andamento** (caso o item votado represente uma ação que já esteja em execução), perfazendo **43,76 %** das demandas;
- **122** receberam indicação de **não acolhidas** (caso o item votado não se enquadre em nenhuma das situações acima ou não seja passível de acolhimento), equivalente a **18,80 %**;
- **93** foram classificadas como **detalhamento da demanda fora do escopo do item votado** (casos em que o participante tenha feito sua manifestação por escrito sobre assunto diverso tema do voto, no campo reservado exclusivamente para detalhamento do item votado, na modalidade eletrônica, prejudicando a análise da demanda), o que corresponde a **14,30%** e
- **25** como **demandas pertinentes a outro órgão** (situação em que o órgão não reconhece como uma demanda de sua competência, no caso das audiências regionais virtuais) com percentual de **3,85%**.



Quando analisadas as demandas por tipo de audiência pública, no que se refere à **Audiência Eletrônica**, verifica-se que foram apresentados 571 votos/propostas passíveis de análise, dos quais **553 foram analisados** pelos órgãos competentes:

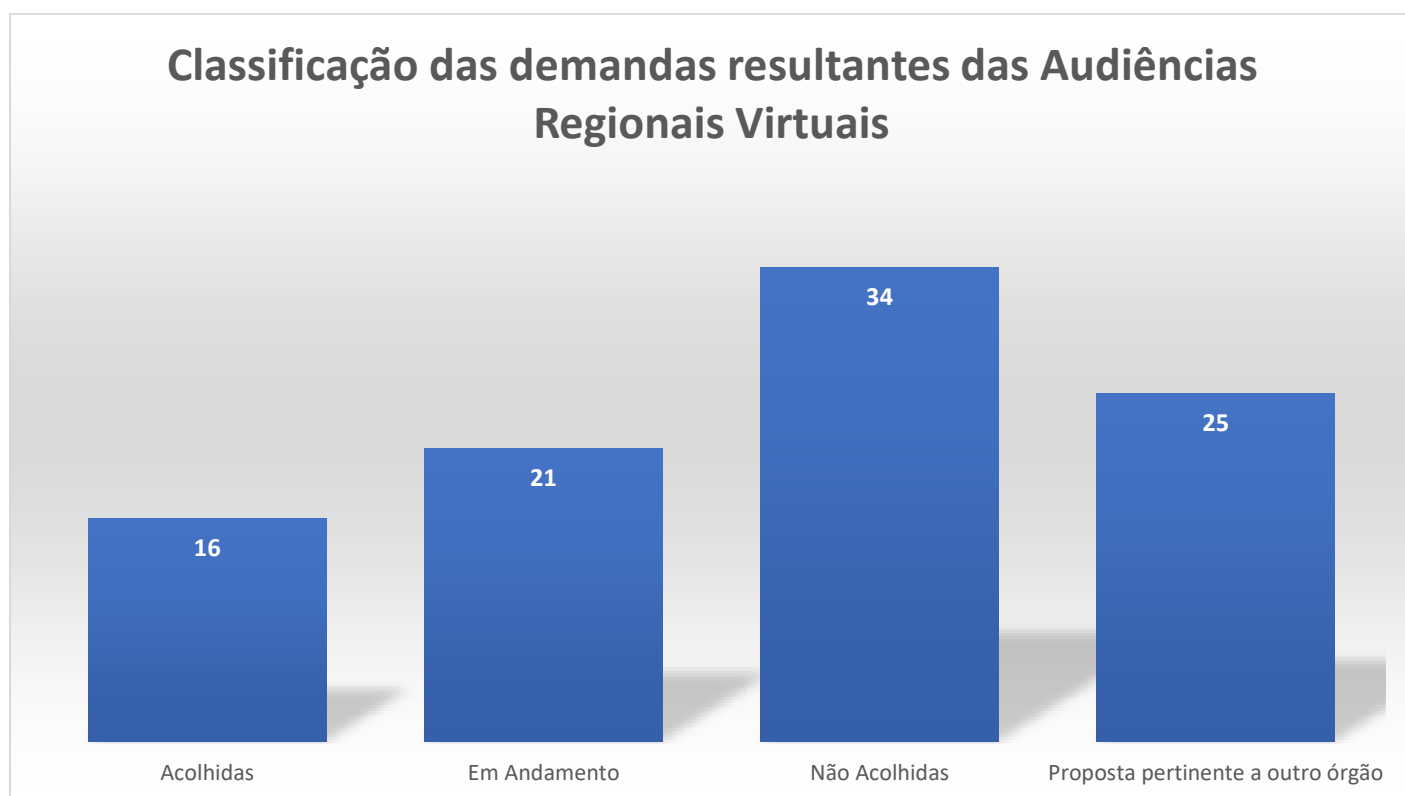
- **109 acolhidos** (quando o item estiver previsto para a LOA);
- **263 em andamento** (caso o item esteja previsto e em execução);
- **88 não acolhidos** (caso o item votado não se enquadre em nenhuma das situações acima ou algum outro motivo que impeça o acolhimento) e
- **93 com detalhamento fora do escopo do item votado** (casos em que o participante tenha feito sua manifestação por escrito sobre assunto diverso tema do voto, no campo reservado exclusivamente para detalhamento do item votado, na modalidade eletrônica, prejudicando a análise da demanda).

Além disso, **18 propostas não foram analisadas** pelos respectivos órgãos competentes.



Nas **Audiências Regionais Virtuais**, que totalizaram 18 reuniões, foram apresentadas 106 propostas passíveis de análise, das quais **96 foram respondidas** pelos órgãos competentes:

- **16 acolhidas** (quando o item estiver previsto para a LOA);
- **21 em andamento** (caso o item esteja previsto e em execução);
- **34 não acolhidas** (caso o item votado não se enquadre em nenhuma das situações acima ou algum outro motivo que impeça o acolhimento);
- **25 propostas pertinentes a outro órgão** (quando o órgão a qual foi encaminhada a proposta não reconhece como sendo de sua competência) e
- **10 propostas não foram analisadas** pelos respectivos órgãos.



Observações:

- As demandas classificadas como “pertinentes a outros órgãos” que ainda não foram reencaminhadas, poderão ser analisadas futuramente, o que resultará em relatório de devolutivas complementar.
- Em especial no caso das demandas do SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores, as demandas foram encaminhadas simultaneamente para o Tribunal de Justiça e a Secretaria da Fazenda e Planejamento, a pedido dos representantes do sindicato na ocasião das audiências, por se tratar da mesma demanda, com relação à contagem destas, foi considerado somente o encaminhamento para o Tribunal de Justiça, para não haver duplicidade na contagem, em que pese tenha havido respostas de ambos os órgãos, conforme consta nos quadros de devolutivas deste relatório.

DEVOLUTIVAS AUDIÊNCIA ELETRÔNICA LOA 25

Analisadas

38000- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Item de votação

FOMENTO E PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Araçatuba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A FUNDAÇÃO "PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL" – FUNAP - Atua diretamente no fomento e na recuperação psicossocial da pessoa privada de liberdade - PPL, por meio das áreas de educação, cultura, promoção social, qualificação e capacitação para o trabalho. São ofertados postos de trabalho remunerados para as Pessoas Privadas de Liberdade em serviços de manutenção das próprias Unidades Prisionais, nas oficinas gerenciadas pela FUNAP e em empresas parceiras tanto públicas como as privadas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO 3815 – PRODUTO 1852 – POSTOS DE TRABALHO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Por tratar-se de fomento e provisão de postos de trabalho, não está circunscrito a alguma região, é oferecido em todo o território paulista, nas 179 Unidades Prisionais do Estado, cuja programação de entrega é durante todo o exercício.

Item de votação

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Através da - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP, desenvolvemos o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET - Lançado em 2013 e instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 136, de 23 de setembro de 2014, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania (PROET), com o Projeto "De Olho no Futuro", visa a proporcionar às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) a participação em atividades teórico-práticas que favoreçam mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos. O PROET congrega diversas ações, tais como cursos promovidos com recursos diretos da própria FUNAP (como o projeto "De Olho no Futuro" composto por 10 módulos de capacitação em relação ao mundo do trabalho e à cidadania), bem como cursos realizados por meio de parcerias, das quais se destacam o SEBRAE, TELEPORT e Instituto Federal de São Paulo – IFSP. Na capacitação profissional, a atividade impõe a adoção de uma série de procedimentos tais como: seleção e contratação de monitores - privados de liberdade - de apoio à educação e de sala de leitura; seleção de PPLs; cursos de natureza profissional da própria FUNAP; ativação de contratos e/ou prospecção de novos parceiros; formalização dos acordos pela celebração dos Termos de Colaboração etc., fundamentais para o crescimento das PPL assistidas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO 3815 PRODUTO 1853 - CAPACITAÇÃO EDUCACIONAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Por tratar-se de educação e capacitação profissional da PPL, não existe a delimitação territorial, o produto se estende à toda população carcerária, em todo o sistema prisional, e decorre durante todo o exercício.

Item de votação
FORTEALECIMENTO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INTERNA DO SISTEMA PRISION Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
ESTA PASTA SEGUE COM O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE INTELIGENCIA E DE SEGURANÇA INTERNA, NOSSAS AÇÕES SÃO NA DIREÇÃO DE INSTALAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O GERENCIAMENTO DO SERVIÇOS DE TELEAUDIÊNCIAS, SEGURANÇA, INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA, A FIM DE COIBIR AÇÕES CRIMINOSAS NAS ATIVIDADES COTIDIANAS DAS UNIDADES PRISIONAIS E HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO 3815 – PRODUTO 1851 – SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA PRISIONAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INTERNA É AFETA À TODO O SISTEMA PRISIONAL, E NÃO SÓ NA REGIÃO METROPOLITANA, E VAI OCORRER EM TODO O EXERCICIO.
Item de votação
EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO A CUSTÓDIA E A REINTEGRAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Melhor aparelhamento dos policiais
Região a qual o voto foi direcionado
RA Araçatuba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Foi aprovado pela ALESP, no último dia 10.9.24 o Projeto de Lei Complementar (PLC) 37/2024 que cria a Polícia Penal no estado de São Paulo. Além de unificar as categorias de Agente de Segurança Penitenciária (ASP) e Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária (AEVP) em uma única carreira, a nova legislação estabelece a Polícia Penal como órgão permanente de segurança pública, elevando-a ao mesmo patamar de importância das polícias Militar, Civil e Técnico-Científica. A Polícia Penal e sua Corregedoria serão dirigidos por servidores de carreira policial, com qualificação e especialização na área de segurança.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO 3815 – PRODUTO 1845 – SERVIÇOS DE CUSTÓDIA PRESTADOS DE FORMA HUMANA E SEGURA.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A instituição da Polícia Penal, estruturará e aparelhará as atividades de segurança junto a todas as Unidades Prisionais e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Sua implementação terá início ainda em 2024, visto que a lei foi sancionada pelo governo, no último dia 26.09.2024..
Item de votação
FOMENTO E PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Deve-se ampliar o alcance e as atividades previstas no Convênio da Atividade Delegada para toda a Região Metropolitana do Vale do Paraíba.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A atividade delegada está afeta às ações da Secretaria da Segurança Pública e não à Secretaria da Administração Penitenciária.

Item de votação
FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INTERNA DO SISTEMA PRISION Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aprimoramento de monitoração eletrônica no âmbito da unidade prisional e maior oferta de equipamentos de monitoração eletrônica externa nos sentenciados durante a saída temporária e quanto forem agraciados com a progressão de regime aberto e livramento condicional.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A PASTA SEGUE APRIMORANDO SEUS ESTUDOS E INVESTIMENTOS NA ADEQUAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAÇÃO ELETRONICA PARA PROVIMENTO NAS SAÍDAS EXTERNAS DA POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE, SEMPRE DIALOGANDO E ACOMPANHANDO AS DETERMINAÇÕES DA ÁREA JUDICIÁRIA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA ORÇAMENTARIO NR 3815 – PRODUTO 1851 - SISTEMA DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA PRISIONAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A MONITORAÇÃO ELETRONICA OCORRE EM TODO O SISTEMA PRISIONAL, NAS UNIDADES DE REGIME SEMIABERTO, PORTANTO A PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA DESTE PRODUTO, OCORRERÁ DURANTE TODO O EXERCICIO, SEM DELIMITAÇÃO TERITORIAL

35000- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Item de votação

SUPORTE FAMILIARES DE PESSOAS C/DEPENDÊNCIA E PREVENÇÃO À RECAÍDA C/EX-ACOLHIDOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas desenvolveu a metodologia de Apoio e Suporte aos familiares e demais indivíduos impactados pelo uso de drogas que é executada nos ESPAÇOS PREVENIR.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso Produto 2629 - Acolhimento e Reintegração Social às Pessoas com Dependência Química

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Até dezembro/2024 serão implantados 13 ESPAÇOS PREVENIR. Para o ano de 2025 serão implantadas 10 novas unidades no Estado de São Paulo.

Item de votação

RETAGUARDA E ACOLHIM.TERAP. RESIDENCIAL PESSOAS EM CENAS ABERTAS DE USO DE DROGAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os Serviços de Acolhimento Terapêutico Residencial- Casas Terapêuticas está em fase de expansão na região metropolitana de São Paulo e até o final de 2024 serão 10 (dez) novas unidades implantadas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso Produto 2629 - Acolhimento e Reintegração Social às Pessoas com Dependência Química

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Até dezembro/2024 serão entregues 10 novas unidades de Serviços de Acolhimento Terapêutico Residencial - modalidade Casas Terapêuticas.

Item de votação

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Atendimento e expansão do número de famílias beneficiárias e do número de municípios atendidos, com previsão de implantação de equipamentos com oferta de serviços socioassistenciais.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 3500 - Política da Assistência Social Produto: 2619 - Promoção do Desenvolvimento Humano

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

No corrente exercício de 2024, repassamos para 23 municípios da região metropolitana de São Paulo o valor de R\$ 2.595.000,00, visando complemento de recursos para ações de combate a "Frente Fria" Para 2025, está previsto um aumento significativo para ações complementares de auxílios emergenciais para os municípios do estado de São Paulo, no valor de R\$ 9.763.075,00

Item de votação
BOM PRATO - UNIDADES MÓVEIS E SEM SALÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Fornecimento de refeições através de unidades móveis
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3518 - Política de Segurança Alimentar e Nutricional Produto 2393 - Refeições oferecidas em unidades móveis
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Hoje temos 27 unidades em funcionamento na Região Metropolitana
Item de votação
OPERAC., IMPLAN.DE VAGAS E REORDENAM.SERV. ACOLHIMENTO TERAPÊUTICO E REPÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No ano de 2023 a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas - COED iniciou o processo de reordenamento dos Serviços de Acolhimento Terapêuticos, implantação de novos serviços e ampliação de vagas para atender a população. No ano de 2024 ampliou de 1420 para 1700 vagas nas modalidades de Acolhimento Terapêutico Comunitário, Acolhimento Terapêutico Híbrido e Repúblicas, além de 585 vagas em Acolhimento Terapêutico Residencial - modalidade Casas Terapêuticas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso e Produto 2628 - Acolhimento e Terapêutico e Repúblicas para Dependentes Químicos e Produto
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Até dezembro/2024 serão entregues 10 Casas Terapêuticas e em 2025 a implantação de 5 Casas Terapêuticas. Continuará o processo reordenamento dos serviços de acolhimento terapêutico, com previsão de atingir 80% da rede prestadora de serviço.
Item de votação
BOM PRATO MODELO DE RESTAURANTES POPULARES FIXO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Restaurantes Populares para fornecimento de refeições para a população em insegurança alimentar
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3518 - Política de Segurança Alimentar e Nutricional Produto 2348 - Refeições oferecidas em unidades fixas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Hoje temos 07 unidades fixas na Baixada Santista

Item de votação
AÇÕES DE PREVENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DA ASSISTENCIA SOCIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria Estadual de Política sobre Drogas, em parceria com a UNIFESP está desenvolvendo a metodologia de intervenção nos serviços socioassistenciais através das equipes dos ESPAÇOS PREVENIR.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso. Produto 2629 - Acolhimento e Reintegração Social às Pessoas com Dependência Química
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Até dezembro/2024 serão implantados 13 ESPAÇOS PREVENIR. Para o ano de 2025 serão implantadas 10 novas unidades no Estado de São Paulo e todas as unidades executarão o serviço.
Item de votação
AÇÕES DE PREVENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DA ASSISTENCIA SOCIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Itapeva
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria Estadual de Política sobre Drogas, em parceria com a UNIFESP está desenvolvendo a metodologia de intervenção nos serviços socioassistenciais através das equipes dos ESPAÇOS PREVENIR.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso. Produto 2629 - Acolhimento e Reintegração Social às Pessoas com Dependência Química
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Até dezembro/2024 serão implantados 13 ESPAÇOS PREVENIR. Para o ano de 2025 serão implantadas 10 novas unidades no Estado de São Paulo e todas as unidades executarão o serviço.
Item de votação
BOM PRATO COZINHA CENTRAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Instalação de novas unidades do Bom Prato na Região Metropolitana de Sorocaba. Não é razoável que a Baixada Santista possua mais de 10 vezes unidades do Bom Prato que a RM Sorocaba.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Existem estudos em andamento para verificar a possibilidade instalação de novas unidades na região de Sorocaba.

Item de votação
BOM PRATO MODELO DE RESTAURANTES POPULARES FIXO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de mais dois Bom Pratos no Município de Campinas
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicionada à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Existem vários estudos em andamento para a implantação de novas unidades, entretanto está sendo priorizado os municípios onde ainda não existem unidades implantadas.

28000 – CASA CIVIL

28000 - CASA CIVIL

Item de votação

DESBUROCRATIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR PAULISTA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Ribeirão Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Proposta já consta da Casa Civil quanto a Implantar 28 Ações de Fortalecimento do Comércio Exterior Paulista. Trata-se de ações para que o comércio exterior de SP possa ser ampliado, de modo a inserir o estado nas cadeias regionais e globais de suprimento, emprego e renda, criar um ambiente de negócios propício para investimentos estrangeiros e aumentar o número de empresas importadoras e exportadoras. Essas ações incluem a elaboração de estudos e notas técnicas, a participação e a organização de eventos e a implementação de ferramentas e políticas públicas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Proposta já consta da Casa Civil quanto a Implantar 28 Ações de Fortalecimento do Comércio Exterior Paulista

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica

Item de votação

IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS DA CIDADANIA NO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Programa Praça da Cidadania, estabelecido pelo Decreto estadual nº 64.160/2019, visa a promoção da cidadania e inclusão social em territórios com altos índices de vulnerabilidade social, por meio da implantação e ativação de equipamentos públicos, destinados à qualificação profissional, cultura, esporte, lazer, e convivência comunitária, em parceria com os Municípios do Estado de São Paulo. Atualmente o Fundo Social de São Paulo tem como diretriz o atendimento prioritário de municípios com altos índices de vulnerabilidade sociais e elevados populacionais. Ou seja, municípios que tenham mais de 7.500 famílias registradas no Cadastro Único do Governo Federal e que estejam inseridos em Regiões Metropolitanas ou que sejam capitais de Regiões Administrativas. Nesse contexto o Fundo Social de São Paulo já implantou sete unidades do Programa Praça da Cidadania e está trabalhando na conclusão da implantação de mais treze unidades no Estado de São Paulo. No presente momento o Fundo Social de São Paulo está dedicado à conclusão das unidades em implantação e ao planejamento da continuidade do Programa.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

2832 - Rede para Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Vulnerabilidade 4792- Número de Praças da Cidadania Implantadas

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve delimitação territorial neste questionamento.

Item de votação

CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

REMUNERAÇÃO PARA MEDIADORES E CONCILIADORES EM RELAÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado *Esta demanda já foi respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada *Esta demanda já foi respondida pelo Tribunal de Justiça
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS DA CIDADANIA NO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de Praças da Cidadania na cidade de São José dos Campos, a fim de ampliar a oferta de projetos sociais que visem empregabilidade, empreendedorismo e inserção social da sociedade vulnerável na cidade.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa Praça da Cidadania, estabelecido pelo Decreto estadual nº 64.160/2019, visa a promoção da cidadania e inclusão social em territórios com altos índices de vulnerabilidade social, por meio da implantação e ativação de equipamentos públicos, destinados à qualificação profissional, cultura, esporte, lazer, e convivência comunitária, em parceria com os Municípios do Estado de São Paulo. Atualmente o Fundo Social de São Paulo tem como diretriz o atendimento prioritário de municípios com altos índices de vulnerabilidade sociais e elevados populacionais. Ou seja, municípios que tenham mais de 7.500 famílias registradas no Cadastro Único do Governo Federal e que estejam inseridos em Regiões Metropolitanas ou que sejam capitais de Regiões Administrativas. Nesse contexto o Fundo Social de São Paulo já implantou sete unidades do Programa Praça da Cidadania e está trabalhando na conclusão da implantação de mais treze unidades no Estado de São Paulo. No presente momento o Fundo Social de São Paulo está dedicado à conclusão das unidades em implantação e ao planejamento da continuidade do Programa.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2832 - Rede para Promoção da Cidadania e Enfrentamento da Vulnerabilidade 4792- Número de Praças da Cidadania Implantadas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A respeito de São José dos Campos a cidade poderá estar habilitada para implementação de uma praça da cidadania porque possui 36.326 famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (segundo o CadÚnico, 2021) Sendo, dessa forma, necessário que município oficialize pedido junto ao FUSPP bem como tenha um terreno de sua propriedade para indicar que atenda os seguintes critérios: - Terreno localizado em território que concentre população em situação de vulnerabilidade social e que seja adensado; - Terreno com regularidade fundiária, que permita a formalização de Termo de Permissão de Uso ao Governo de Estado de São Paulo; - Terreno desimpedido de óbices jurídicos e de problemas de outra natureza (ex. ocupados, contaminados, etc.); - Terreno com acessibilidade por meio de transporte público, seja imediata ou próxima; - Terreno com aproximadamente 4 mil metros quadrados. Após enviado o ofício, a equipe do FUSPP avaliará a possibilidade de execução de uma praça da cidadania no município.
Item de votação
ARRECADAÇÃO DE DOAÇÕES E DISTRIBUIÇÃO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O cidadão escolheu o item de arrecadação de doações para questionar, mas trouxe em seu detalhamento questionamentos acerca da pasta da Secretaria da Educação, com relação a salários de professores, concursos e direitos trabalhistas.

13000- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Item de votação

GESTÃO DAS AÇÕES DE AUXÍLIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A FUNDAÇÃO ITESP FIRMOU PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 03/04/2024, COM PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM VISTAS A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA CONHECER AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DOMINIAIS DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS APONTADOS PELO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE AQUELES INSERIDOS EM TERRAS DEVOLUTAS OU PRESUMIVELMENTE DEVOLUTAS DE PERÍMETROS CRIADOS PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, VISANDO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS NELES INSERIDOS, A SER IMPLEMENTADA PELOS PARTÍCIPES POR MEIO DE FUTURA PARCERIA. JÁ FORAM ENTREGUES MATERIAIS TÉCNICOS E RELATÓRIOS AO MUNICÍPIO E, NESTE MOMENTO, AGUARDAMOS O RETORNO PARA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

1320 - DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

PREVISTO PARA 2025.

Item de votação

CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES AOS PRODUTORES RURAIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Presidente Prudente

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO ATRAVES DO FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGOCIO PAULISTA - FEAP DISPOE DE DIVERSOS PROJETOS DE SUBVENÇÃO DENTRE ELES PRÊMIO SEGURO, PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS, PRO-TRATOR E IMPLEMENTOS, TODOS DISPONÍVEIS NO AMBITO DO ESTADO.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2242 - SUBVENÇÃO ECONOMICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

Item de votação

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Presidente Prudente

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A SECRETARIA DE AGRICULTURA POSSUI DIVERSAS FRENTES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NAS QAIS SE DESTACAM A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE AREAS DEVOLUTAS E/OU COM REGULARIZAÇÃO PENDENTE, EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS POR MEIO DA CATI FOMENTANDO A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR BEM COMO A INSTALAÇÃO DE COZINHALIMENTO PARA CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, PRINCIPALMENTE DAS MULHERES RURAIS FOMENTANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA ATRAVES DE AÇÕES DA COSALI, PROJETO SPDH – PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM SISTEMA DE PLANTIO CONTINUO QUE É UMA DAS FORMAS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL, COM AUMENTO DA PRODUTIVIDADE EM REGIOES COM

DEFICIT HIDRICO; PLANO ESTADUAL DE IRRIGAÇÃO VISANDO MELHORAR O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA RURAL, PROGRAMAS SOLO +FERTIL, MILHO SP, PROJETO DE CACAU, PROJETO ILPF - INOVAÇÃO COM INTEGRAÇÃO DE LAVOURA, PECUÁRIA E FLORESTA, DENTRO OUTROS DISPONIVEIS À POPULAÇÃO.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
1317 - PRODUCAO SUSTENTAVEL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
DISPONIVEL À POPULAÇÃO.
Item de votação
GESTÃO DA REDE DE BANCO DE ALIMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
TENDO EM VISTA QUE O OBJETIVO ESTRATÉGICO “MENOR VULNERABILIDADE SOCIAL COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, DA POBREZA E DO CONTINGENTE DE PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE RUA” ESTÁ NO FOCO DAS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO POR MEIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NA PROPOSTA DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA BANCO DE ALIMENTOS PREVISTA NO PPA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, A SER GERENCIADA PELA COSALI A PARTIR DO ANO DE 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 1316 - DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITARIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR / PRODUTO INCLUSÃO PRODUTIVA E COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DA NOVA AÇÃO ABASTECE SP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
PREVISTO PARA 2025.
Item de votação
GESTÃO DA REDE DE BANCO DE ALIMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
TENDO EM VISTA QUE O OBJETIVO ESTRATÉGICO “MENOR VULNERABILIDADE SOCIAL COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, DA POBREZA E DO CONTINGENTE DE PESSOAS VIVENDO EM SITUAÇÃO DE RUA” ESTÁ NO FOCO DAS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO POR MEIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NA PROPOSTA DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA BANCO DE ALIMENTOS PREVISTA NO PPA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, A SER GERENCIADA PELA COSALI A PARTIR DO ANO DE 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 1316 - DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITARIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR / PRODUTO INCLUSÃO PRODUTIVA E COMBATE A INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DA NOVA AÇÃO ABASTECE SP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
PREVISTO PARA 2025.
Item de votação
TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) TEM DESTACADA ATUAÇÃO NA GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE ATRAVÉS DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE PESQUISA DA APTA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. NESSA UNIDADE SÃO REALIZADAS PESQUISAS NA ÁREA DE FITOTECNIA COM BATATA-DOCE, HORTALIÇAS FOLHOSAS, FRUTICULTURA, SANIDADE ANIMAL E MANEJO E CONSERVAÇÃO DE PASTAGENS. TAMBÉM ATUA NA LINHA DE PESQUISA DE ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. REALIZA AÇÕES DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA ATRAVÉS DE DIAS DE CAMPO, CURSOS, SEMINÁRIOS, ETC. A APTA REGIONAL TAMBÉM CONTA COM UNIDADES NAS CIDADES PRÓXIMAS DE ASSIS, MARÍLIA E ADAMANTINA. MAIORES DETALHES SOBRE A ATUAÇÃO DESSES CENTROS DE PESQUISA PODEM SER OBTIDOS EM [HTTPS://WWW.AGRICULTURA.SP.GOV.BR/WEB/APTA-REGIONAL/APTA-REGIONAL-DE-PRESIDENTE-PRUDENTE](https://www.agricultura.sp.gov.br/web/apta-regional/apta-regional-de-presidente-prudente) .

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1319 - INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA / PRODUTO 2210 - CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGOCIO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

Item de votação

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E APOIO A ORG.RURAI S P/AGRICUL.SUSTENTÁVEL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Registro

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O município de Cananeia conta com um técnico extensionista da CATI para atendimento das demandas da comunidade local.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / 2045 - APOIO A PRODUTORES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO PARA ACESSO A FINANCIAMENTO E ESTRUTURAÇÃO/FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

O extensionista local fica disponível em período integral para atender às demandas dos produtores e organizações de produtores do município.

Item de votação

ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E APOIO A ORG.RURAI S P/AGRICUL.SUSTENTÁVEL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Presidente Prudente

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A RA de Presidente Prudente conta com dois escritórios regionais (CATI Regional Pres. Prudente e Pres. Venceslau) com quadro de extensionistas da CATI para atendimento das demandas da comunidade regional.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / 2045 - APOIO A PRODUTORES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO PARA ACESSO A FINANCIAMENTO E ESTRUTURAÇÃO/FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Os extensionistas regionais ficam disponíveis em período integral para atender às demandas dos produtores e organizações de produtores da região.

Item de votação

CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

ATENDIDO PELAS AÇÕES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO POR MEIO DA POLÍTICA SELO DE QUALIDADE PRODUTO SP, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.481/1999. POR MEIO DA CODEAGRO E CDA, A SECRETARIA DE AGRICULTURA LANÇOU RECENTEMENTE O SELO DE QUALIDADE AGRO-SP ARTESANAL DIRECIONADO, DE FORMA GRATUITA, A TODOS OS PRODUTORES ARTESANAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE POSSUEM REGISTRO JUNTO AO SISP. O SELO AGRO-SP ARTESANAL É UMA FERRAMENTA DE AGREGAÇÃO DE VALOR AO PRODUTO DO PEQUENO PRODUTOR ARTESANAL PAULISTA.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1316 - DEFESA AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE SANITÁRIA INTEGRADA A SEGURANÇA ALIMENTAR / PRODUTO 2159 - ABASTECIMENTO DA POPULAÇÃO COM PRODUTOS HORTÍCOLAS / VALORIZAÇÃO DOS CIRCUITOS / 6326 - CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

Item de votação

GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) TEM DESTACADA ATUAÇÃO NA GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO ATRAVÉS DAS AÇÕES DAS UNIDADES DE PESQUISA DOS INSTITUTOS DE ZOOTECNIA (IZ), NO “CENTRO AVANÇADO DE PESQUISA EM PECUÁRIA SUSTENTÁVEL” E DO INSTITUTO DE PESCA (IP), NO “CENTRO AVANÇADO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO PESCADO CONTINENTAL”. NESSAS UNIDADES SÃO REALIZADAS PESQUISAS VOLTADAS A PRODUÇÃO DE BOVINOS E DE PESCADO. ESSAS AÇÕES BUSCAM INOVAÇÕES EM PRODUÇÃO ANIMAL QUE INCLUEM ESTUDOS DE MELHORAMENTO GENÉTICO, SANIDADE ANIMAL, QUALIDADE DE SOLO, PASTAGENS E DE ÁGUA, NUTRIÇÃO ANIMAL E DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DA BOVINOCULTURA E DA AQUICULTURA. ESSAS UNIDADES TAMBÉM OFERECEM QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ATRAVÉS DE CURSOS, PALESTRAS E DIAS DE CAMPO. MAIORES DETALHES SOBRE A ATUAÇÃO DESSES CENTROS DE PESQUISA PODEM SER OBTIDOS EM [HTTPS://WWW.PESCA.SP.GOV.BR/SOBRE-CENTRO-PESCADO-CONTINENTAL](https://www.pesca.sp.gov.br/sobre-centro-pescado-continental) E EM [HTTPS://IZ.AGRICULTURA.SP.GOV.BR/UNIDADE.PHP?ID=3](https://iz.agricultura.sp.gov.br/unidade.php?id=3).

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1319 - INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA / PRODUTO 2207 - NOVOS CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

Item de votação

CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Presidente Prudente

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A RA de Presidente Prudente conta com dois escritórios regionais (CATI Regional Pres. Prudente e Pres. Venceslau) com quadro de extensionistas da CATI para elaboração e execução de projetos técnicos de recuperação de áreas degradadas e conservação de solo e água para a comunidade regional.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2029 - AGRO PAULISTA + VERDE

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Os extensionistas regionais ficam disponíveis em período integral para atender às demandas de elaboração e execução de projetos técnicos de recuperação de áreas degradadas e conservação de solo e água para a comunidade regional.

Item de votação

CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO CONTA COM TÉCNICOS EXTENSIONISTAS DA CATI PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA PARA A COMUNIDADE LOCAL.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO: 2029 - AGRO PAULISTA + VERDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO CONTA COM QUADRO DE EXTENSIONISTAS DA CATI PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA PARA ATENDER A DEMANDA DA COMUNIDADE LOCAL.
Item de votação
CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Agronegócios: A Região de Franca é destaque no setor responde por aproximadamente 12% da arrecadação, precisamos de uma reformulação na liberação de créditos para o setor com juros subsidiados que cheguem efetivamente a quem precisa pois hoje a CATI impõe muitos entraves burocráticos que raramente o agricultor consegue utilizar os programas estaduais como por exemplo o Pró-Trator anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas na Agrishow, o mesmo ocorre com o Pronaf e Pronamp
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
NO AMBITO DO ESTADO, EXISTEM DIVERSAS LINHAS DE CRÉDITO VOLTADO AO AGRONEGOCIO E DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO PRODUTOR, DENTRE ELAS : DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, AQUICULTURA, MULHER AGRO, PROJETO DE APOIO AO COMBATE AO GREENING E O PRO-TRATOR, CREDITO COM TAXAS SUBVENCIONADAS DISPONIBILIZADO EM TODAS AS AGÊNCIAS ATRAVÉS DOS BANCOS COOPERATIVOS SICREDI/SICOOB. QUANTO AO PRONAF E PRONAMPE SÃO PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL NÃO HAVENDO GESTÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2240 - CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
DISPONIVEL À POPULAÇÃO.
Item de votação
GESTÃO DAS AÇÕES DE AUXÍLIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Facilitar a regularização
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A FUNDAÇÃO ITESP FIRMOU PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO EM 03/04/2024, COM PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, COM VISTAS A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA CONHECER AS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E DOMINIAIS DE NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS APONTADOS PELO MUNICÍPIO, ESPECIALMENTE AQUELES INSERIDOS EM TERRAS DEVOLUTAS OU PRESUMIVELMENTE DEVOLUTAS DE PERÍMETROS CRIADOS PELA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, VISANDO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS NELES INSERIDOS, A SER IMPLEMENTADA PELOS PARTÍCIPES POR MEIO DE FUTURA PARCERIA. JÁ FORAM ENTREGUES MATERIAIS TÉCNICOS E RELATÓRIOS AO MUNICÍPIO E, NESTE MOMENTO, AGUARDAMOS O RETORNO PARA CONTINUIDADE DOS ESTUDOS.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
1320 - DIGNIDADE E DESENVOLVIMENTO NAS POLÍTICAS FUNDIÁRIA E AGRÁRIA.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
PREVISTO PARA 2025.
Item de votação
ANÁLISES LABORATORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS (APTA) TEM DESTACADA ATUAÇÃO NA GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO ATRAVÉS DAS AÇÕES DA UNIDADE DE PESQUISA DOS INSTITUTOS BIOLÓGICO (IB) E DE PESCA (IP), AMBOS SITUADOS NA VILA MARIANA NA CIDADE DE SÃO PAULO. NESSA UNIDADE ESTÃO AS SEDES DO IB E DO IP E O MUSEU DO INSTITUTO BIOLÓGICO. NESSA UNIDADE ESTÃO LOCALIZADAS AS UNIDADES LABORATORIAIS DE REFERÊNCIA (ULR) EM BIOLOGIA MOLECULAR APLICADA (ULRBMA), EM PESQUISA E ANÁLISE DE CONTAMINANTES EM ALIMENTOS E AMBIENTE, EM PRAGAS URBANAS E EM LIMNOLOGIA. ESSAS UNIDADES LABORATORIAIS TÊM COMO ATRIBUIÇÃO A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS, EMISSÃO DE LAUDOS E TESTES E BIOENSAIOS DE PRODUTOS PARA CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS. MAIORES DETALHES SOBRE A ATUAÇÃO DESSES CENTROS DE PESQUISA PODEM SER OBTIDOS EM HTTP://WWW.BIOLOGICO.AGRICULTURA.SP.GOV.BR/ E EM HTTPS://WWW.PESCA.SP.GOV.BR/ .
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 1319 - INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA / PRODUTO 2211 - LAUDOS E RESULTADOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.
Item de votação
CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A atividade agropecuária necessita de crédito continuamente para desenvolver suas atividades. É necessário crédito com juros baixos para pequenos produtores.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGOCIO PAULISTA-FEAP DISPOE DE LINHAS DE CRÉDITO PARA INVESTIMENTO AO AGRONEGOCIO COM TAXAS DE 3% A.A, DISPONÍVEL EM TODO ESTADO.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2240 - CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.
Item de votação
PARCERIA ESTADO MUNICÍPIO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL E REGIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A parceria Estado e Município é de fundamental importância para o setor agropecuário pois as ações do estado precisam do apoio local para serem executadas e o município necessita do suporte do estado e dos seus técnicos. O fortalecimento dos convênios possibilitará uma melhor atuação de ambos os entes.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O ESTADO DE SÃO PAULO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, ESTÁ COMPROMETIDO COM O FORTALECIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO PAULISTA ESTANDO EM REFORMULAÇÃO O PROGRAMA COM POSSIBILIDADE DE MAIOR APOORTE DE RECURSOS.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2281 - SISTEMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
AÇÃO EM ANDAMENTO NO PPA 2024_2027, ABRANGENDO OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.
Item de votação
ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E APOIO A ORG.RURAIS P/AGRICUL.SUSTENTÁVEL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Para que as políticas públicas direcionadas à agropecuária, ao desenvolvimento local, ao meio ambiente, a segurança alimentar e a assistência técnica, cheguem à área rural do Estado é imprescindível a ação dos extensionistas, que foram diminuindo no decorrer dos últimos anos devido à falta de concursos. É necessário novos concursos para ampliar o quadro de servidores e ampliação das áreas de atuação. (municípios que estão sem técnicos).
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A atuação dos extensionistas é, de fato, fundamental para que as políticas públicas voltadas à agropecuária, ao desenvolvimento local, ao meio ambiente, à segurança alimentar e à assistência técnica alcancem efetivamente as áreas rurais do estado. Reconhecemos que a diminuição no número desses profissionais, ocasionada pela escassez de concursos, impacta diretamente a capacidade de atendimento nos municípios, prejudicando a implementação dessas políticas essenciais. Nesse sentido, a Unidade Central de Recursos Humanos (UCRH) realiza, anualmente, a solicitação aos órgãos setoriais de recursos humanos para que preencham os dados no sistema específico, detalhando suas pretensões de vagas para a realização de novos concursos. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de maneira reiterada, tem inserido suas demandas e solicitado o preenchimento de cargos, com o objetivo de garantir a ampliação e o fortalecimento de sua equipe, assegurando o atendimento contínuo e eficiente às demandas da Pasta e aos municípios que atualmente se encontram sem técnicos. Essa atuação coordenada visa possibilitar o melhor atendimento às regiões rurais e contribuir para o fortalecimento das políticas públicas no setor. Entretanto, destacamos que a abertura de concurso depende de autorização do Governo do Estado, após manifestação favorável de todos os órgãos competentes, considerando os impactos para a realização do certame.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

1317 - PRODUCAO SUSTENTAVEL / 4453 - ATER E APOIO A ORGANIZACOES RURAIS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

PREVISTO 2025.

54000- CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

54000 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Item de votação

MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E FORTALECIMENTO DO COMBATE À CORRUPÇÃO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E FORTALECIMENTO DO COMBATE À CORRUPÇÃO contempla as atividades diárias da Controladoria Geral do Estado, tais como ações relacionadas a auditoria, correição, ouvidoria, integridade, informações estratégicas, acesso à informação, transparência, governança, planejamento, tecnologia da informação etc. Dessa forma, é possível afirmar que já se encontra em andamento e permanece na proposta da LOA de 2025.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 5400 - CONTROLE INTERNO, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO Produto 1836 - MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A entrega é diária considerando que a ação votada diz respeito às atividades cotidianas da CGE no Estado por completo, incluindo a RM de São Paulo.

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CGE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A ação de GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CGE já se encontra em andamento e é a partir dela que são operacionalizadas as atividades diárias da Controladoria Geral em todo o Estado, incluindo na RA de Marília, de onde é proveniente o voto. Esta ação foi criada para pagamento das despesas de custeio do órgão, permanecendo na proposta setorial para o próximo exercício.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 5400 - CONTROLE INTERNO, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO Produto 1829 - APOIO ADMINISTRATIVO E SUSTENTAÇÃO E/OU INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A entrega é diária considerando que a ação votada operacionaliza as atividades da CGE no Estado por completo.

12000- SECRETARIA DA CULTURA ECONOMIA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Item de votação
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A pasta tem como grande diretriz aumentar as atividades de circulação, assim como ampliar o número de atividades pelo Estado. A circulação de programas de difusão cultural, festivais e apoios a eventos municipais no ano de 2023 alcançou 605 municípios. Em 2024, de janeiro a julho, foram realizadas ações em 350 municípios. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Para os próximos exercícios o Estado está comprometido em diversificar as ações, visando o atendimento em todas as suas regiões administrativas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2111 Difusão Cultural realizada pelos Teatros e Outros Eventos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Pasta tem previsão de realizar 2.235 atividades dos programas de difusão e circulação cultural, tendo inicialmente a previsão de receber aproximadamente 3.128.486 de público, na Capital, Interior e Litoral. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Desta forma, o município vem sendo contemplado com ações do Estado. Para o ano de 2025 existe a possibilidade de expansão de outras ações para as cidades do Litoral de São Paulo, incluindo o município da Praia Grande.
Item de votação
SISTEMA ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Sistema Estadual de Patrimônio Cultural (SISEP) está em fase de implantação, sendo a próxima etapa publicação de decreto. Ainda, em 4 de dezembro, será realizado o II Fórum de Conselhos Municipais de Patrimônio, que é uma das linhas de atuação do SISEP.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 1202 Produto: 2291 Ação: 6442
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O II Fórum de Conselhos Municipais de Patrimônio, uma das linhas de atuação do SISEP, será realizado presencialmente na capital. Porém, haverá transmissão online, de maneira que será possível a participação de todo o estado, inclusive com manifestação oral. Ainda, o SISEP está coletando dados e contribuições para sua estruturação, a partir de diálogo com os Conselhos Municipais, permitindo ampla participação do Estado.
Item de votação
ATIVIDADES DE ASSESSORAMENTO AOS MUSEUS DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO SISEM Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM-SP) desenvolve suas ações por meio de programas visando à qualificação dos museus e processos museológicos do território paulista.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2005 Assessoramento aos Museus do Estado de São Paulo.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação de ações para 2025 está em elaboração e a divulgação acontece nos canais do SISEM-SP. Além disso, informarmos que o SISEM-SP mantém o Programa de Assessoramento e Inovação aos Museus Paulistas, que envolve o atendimento individualizado aos municípios e museus que solicitam assessoramento por meio de formulário disponível no site do SISEM-SP: https://www.sisemsp.org.br/acoes/assessoramento-tecnico/ Deste modo, a qualquer tempo o município de Praia Grande pode solicitar orientação técnica do SISEM-SP.
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS CORPOS ARTÍSTICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Pasta possui 2 grupos artísticos com sede na capital, com atividades de difusão na Capital, Interior e Litoral, e tem como grande diretriz aumentar as atividades de circulação, assim como ampliar o nº de festivais pelo Estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural; Produto: 2110 - Difusão Cultural realizadas pelos Corpos Artísticos (OSES e SP Cia de Dança).
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Pasta tem previsão de realizar 2.235 atividades e receber aproximadamente 3.128.486 de público atendidos na capital, interior e litoral. A diretriz adotada pelo Estado é a descentralização das ações da capital para o interior/litoral para que todos os cidadãos possam ter acesso as apresentações/espetáculos e todos os eventos que acontecem na capital do Estado. Desta forma, o objetivo é ampliar o nº de municípios contemplados com ações culturais.
Item de votação
PROJETO GURI1 Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Pasta possui 295 polos do Projeto Guri, sendo xx na Capital e yy no interior e litoral. Ou seja, atende 63% dos municípios. Para atender todos os municípios, há necessidade de um volume grande de recursos, tendo em vista que um polo tem um custo unitário aproximadamente em média de R\$ XX. Recursos esses não previstos na Proposta Orçamentária de 2025, dentro do VRC Valor Referencial de Custeio.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é manter os 295 polos/municípios e atender 57.800 alunos.
Item de votação
ATIVIDADES REALIZADAS NOS TEATROS E PROGRAMA DE CIRCULAÇÃO, FESTIVAIS E OUTROS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A pasta tem como grande diretriz aumentar as atividades de circulação, assim como ampliar o número de atividades pelo Estado. A circulação de programas de difusão cultural, festivais e apoios a eventos municipais no ano de 2023 alcançou 605 municípios. Em 2024, de janeiro a julho, foram realizadas ações em 350 municípios. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Para os próximos exercícios o Estado está comprometido em diversificar as ações, visando o atendimento em todas as suas regiões administrativas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2111 Difusão Cultural realizada pelos Teatros e Outros Eventos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Pasta tem previsão de realizar 2.235 atividades dos programas de difusão e circulação cultural, tendo inicialmente a previsão de receber aproximadamente 3.128.486 de público, na Capital, Interior e Litoral. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Desta forma, o município vem sendo contemplado com ações do Estado. Para o ano de 2025 existe a possibilidade de expansão de outras ações para as cidades do Litoral de São Paulo, incluindo o município da Praia Grande.
Item de votação
PROJETO GURI Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Atualmente, o Projeto Guri opera com 387 polos em 308 municípios, distribuídos da seguinte forma: 44 na Capital, 281 no Interior e Litoral, e 62 nos Centros de Atendimento da Fundação CASA. O projeto prevê o atendimento de 63% dos municípios do Estado. Contudo, a expansão para todos os municípios exigiria um volume significativo de recursos, e não há previsão para esse investimento na Proposta Orçamentária de 2025, dentro do Valor Referencial de Custeio (VRC). Importante destacar que para a implantação de um polo Guri, há necessidade de aceitação e parceria com os gestores públicos municipais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Embora o Projeto Guri ainda não atenda a todos os municípios com Polos, ele tem ampla atuação em São Paulo, por meio da difusão de espetáculos, concertos e intercâmbios internacionais para alunos de várias regiões, e essa programação será mantida para 2025. Além disso, está prevista uma expansão significativa com o projeto "Guri nas Escolas Estaduais", uma parceria entre a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC) e a Secretaria da Educação (SEDUC), que visa implementar mais 96 polos de ensino dentro das escolas com atendimento de mais de 20 mil alunos para 2025.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FÁBRICAS DE CULTURA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Registrarmos que o custo para implantação de nova fábrica de cultura, assim como seu custeio anual, é elevado e não há previsão na POS Proposta Orçamentária Setorial dentro do VRC Valor Referencial de Custeio recebido pela Pasta. Para além do orçamento, no que se refere a construção de novas unidades da Fábrica de Cultura, diversos estudos e levantamentos auxiliam a tomada de decisão acerca da definição do local em que a Fábrica será implantada, que compreendem basicamente as etapas a seguir: - Verificar disponibilidade de terrenos ou edificações com área suficiente/compatível para acolher o Programa da Fábrica de Cultura (cerca de 7.500m² de terreno) e avaliação de sua viabilidade (Infraestrutura, localização, atendido por transporte público e áreas de vulnerabilidade social).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2178 Novas Fábricas de Cultura
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão da Secretaria é entregar 1 nova Fábrica de Cultura, totalizando 16 em operação até 2025. Sendo: Setor A - Zona Leste, Interior e Litoral: Vila Curuçá, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Bernardo do Campo, Parque Belém, Sapopemba e Santos. Setor B - Zona Norte e Sul, Interior, Litoral: Brasilândia, Capão Redondo, Diadema, Jaconã, Jardim São Luís, Vila Cachoeirinha, Iguape, Osasco e Núcleo Luz Com o total de 16 Fábricas, teremos a realização de aproximadamente 1.905 atividades e 491.768 de público atendido.
Item de votação
MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PESQUISA DAS AÇÕES CULTURAIS DO ESTADO DE SP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Monitoramento, Avaliação e Pesquisa é realizado pela Unidade de Monitoramento (UM) da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo, que tem como objetivo elaborar estudos, diretrizes e procedimentos para acompanhamento, monitoramento e avaliação das parcerias firmadas entre o Estado de São Paulo e as Organizações Sociais de Cultura (OSS). Entre seus produtos estão a realização de Referenciais Orçamentários e Pareceres de Convocação Pública, Pareceres Econômico-Financeiros Anuais de Monitoramento e Avaliação da Prestação de Contas dos Contratos de Gestão, assim como boletins e documentos referenciais para gestão do Modelo OS da Cultura no Estado de São Paulo. Toda essa documentação está disponível para a sociedade civil no link https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural Produto 2198 Contratos de Gestão Avaliados e Monitorados
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Para 2025 há a previsão de entrega de 5 Referenciais Orçamentários e Pareceres de Convocação Pública, 27 Pareceres Econômico-Financeiros Anuais de Monitoramento e Avaliação da Prestação de Contas e 2 Boletins/Documents Referenciais.
Item de votação
ESCOLA DE MÚSICA, GRUPOS ARTÍSTICOS MUSICAIS E TEATROS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Pasta possui 2 escola de música, uma na Capital - EMESP Escola de Música Estadual de SP e outra no interior - Conservatório de Tatuí; 1 Projeto de Música (Guri - Capital, Interior, Litoral e Fundação CASA); 2 grupos artísticos com sede na capital, com atividades de difusão pelo Estado (OSESF e SP Cia de Dança); 3 teatros, 2 na Capital - Teatro Sérgio Cardoso e Teatro São Pedro) e 1 no interior, Araras.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural; Produtos: 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri; 2007 Formação em Música - EMESP e Conservatório Tatuí; 2110 - Difusão Cultural realizadas pelos Corpos Artísticos (OSESF e SP Cia de Dança); 2111 - Difusão Cultural realizadas pelos Tetros e Outros Eventos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é de atender mais de 63% dos municípios do Estado (407), e atender um público de aproximadamente 7.922.502.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE NOVAS FÁBRICAS DE CULTURA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Registrarmos que o custo para implantação de nova fábrica de cultura, assim como seu custeio anual, é elevado e não há previsão na POS Proposta Orçamentária Setorial dentro do VRC Valor Referencial de Custeio recebido pela Pasta. Para além do orçamento, no que se refere a construção de novas unidades da Fábrica de Cultura, diversos estudos e levantamentos auxiliam a tomada de decisão acerca da definição do local em que a Fábrica será implantada, que compreendem basicamente as etapas a seguir: - Verificar disponibilidade de terrenos ou edificações com área suficiente/compatível para acolher o Programa da Fábrica de Cultura (cerca de 7.500m² de terreno) e avaliação de sua viabilidade (Infraestrutura, localização, atendido por transporte público e áreas de vulnerabilidade social).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2178 Novas Fábricas de Cultura
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão da Secretaria é entregar 1 nova Fábrica de Cultura, totalizando 16 em operação até 2025. Sendo: Setor A - Zona Leste, Interior e Litoral: Vila Curuçá, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, São Bernardo do Campo, Parque Belém, Sapopemba e Santos. Setor B - Zona Norte e Sul, Interior, Litoral: Brasilândia, Capão Redondo, Diadema, Jaconã, Jardim São Luís, Vila Cachoeirinha, Iguape, Osasco e Núcleo Luz Com o total de 16 Fábricas, teremos a realização de aproximadamente 1.905 atividades e 491.768 de público atendido.

Item de votação
IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O Orçamento deve incluir a nova sede da EMESP Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo. Deve ser elaborado um projeto arquitetônico especialmente para a escola, salas de aula e salas de apresentações com tratamento acústico e excelentes acomodações. Atualmente a escola ocupa um prédio que foi hotel, as salas não possuem isolamento acústico e os locais que a escola dispõe para apresentações são uma vergonha. A escola coloca os alunos pra tocar no saguão e a única sala disponível tem visão prejudicada com duas pilastras na frente do palco.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Atualmente as EMESP tem a sede no Largo General Osório, 547 e conta também com 2 espaço para ensaios: Theatro São Pedro na Barra Funda e Teatro Caetano de Campos na Consolação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2007 Formação em música.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cabe informar que está em prospecção um edifício adequado para instalação da sede da Escola.
Item de votação
PROJETO GURI1 Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O projeto Guri deve ser implantado em todo o Estado de São Paulo, permitindo o acesso a cultura e lazer de toda população paulista.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Pasta possui 295 polos do Projeto Guri, sendo xx na Capital e yy no interior e litoral. Ou seja, atende 63% dos municípios. Para atender todos os municípios, há necessidade de um volume grande de recursos, tendo em vista que um polo tem um custo unitário aproximadamente em média de R\$ XX. Recursos esses não previstos na Proposta Orçamentária de 2025, dentro do VRC Valor Referencial de Custeio.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é manter os 295 polos/municípios e atender 57.800 alunos.
Item de votação
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Nos bairros mais distantes, quase não tem entretenimento. tivemos um evento na vila Silvia pela primeira vez e foi ótimo bem-organizado. precisa mais atividades de cultura, lazer na região
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A pasta tem como grande diretriz aumentar as atividades de circulação, assim como ampliar o número de atividades pelo Estado. A circulação de programas de difusão cultural, festivais e apoios a eventos municipais no ano de 2023 alcançou 605 municípios. Em 2024, de janeiro a julho, foram realizadas ações em 350 municípios. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Para os próximos exercícios o Estado está comprometido em diversificar as ações, visando o atendimento em todas as suas regiões administrativas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2111 Difusão Cultural realizada pelos Teatros e Outros Eventos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Pasta tem previsão de realizar 2.235 atividades dos programas de difusão e circulação cultural, tendo inicialmente a previsão de receber aproximadamente 3.128.486 de público, na Capital, Interior e Litoral. Existe a possibilidade de expansão das atividades para os bairros de São Paulo. Contudo temos 44 polos Guris na Capital e 62 nos

Centros de Atendimento da Fundação CASA, assim como atualmente existem xx Fábricas de Cultura na Capital, sendo xx na Zona Norte e Sul, xx na Zona Leste e 1 no Centro.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Repasse de Recursos financeiros para a segunda etapa da Reforma do Centro de Convivência Cultural de Campinas. Valor: R\$ 40 Milhões
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tendo em vista que o imóvel não é de propriedade da Fazenda do Estado, a transferência de recursos só poderá ser realizada através de convênio. com o município, que depende de parceria com o poder público municipal.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não constam.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Tendo em vista que o imóvel não é de propriedade da Fazenda do Estado, a transferência de recursos só poderá ser realizada através de convênio. com o município, que depende de parceria com o poder público municipal.
Item de votação
CURSOS FORMATIVOS PARA CADEIA PRODUTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Após pesquisas identificou-se a demanda de cursos profissionalizantes. Nesse sentido, no 2º semestre de 2024 foi assinado um novo contrato que tem como objeto contratual: Gestão do programa CultSP Pro - Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 - Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2180 Formação para Cadeia Produtiva da Cultura.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é a realização de atividades com cursos de 32 até 128 horas em todas as regiões administrativas do Estado, especificamente em Suzano, a execução dependerá de parceria com o poder público municipal. O Programa está estruturado em seis escolas: 1) Escola de Artes; 2) Escola de Patrimônio e Equipamentos; 3) Escola Conteúdo, Design e Artes Visuais; 4) Escola de Inovação e Sustentabilidade; 5) Escola de Tradições, Expressões Criativas; 6) Escola de Games e Áudio Visual
Item de votação
PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A pasta tem como grande diretriz aumentar as atividades de circulação, assim como ampliar o número de atividades pelo Estado. A circulação de programas de difusão cultural, festivais e apoios a eventos municipais no ano de 2023 alcançou 605 municípios. Em 2024, de janeiro a julho, foram realizadas ações em 350 municípios. Para o município de Praia Grande, tanto em 2023 e quanto em 2024, consta a realização do Festival da Diversidade – Parada LGBT & 3ª Feira Cultural. Para os próximos exercícios o Estado está comprometido em diversificar as ações, visando o atendimento em todas as suas regiões administrativas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural. Produto 2111 Difusão Cultural realizada pelos Teatros e Outros Eventos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A Pasta tem previsão de realizar 2.235 atividades dos programas de difusão e circulação cultural, tendo inicialmente a previsão de receber aproximadamente 3.128.486 de público, na Capital, Interior e Litoral. Existe a possibilidade de expansão das atividades para os bairros de São Paulo. Contudo temos 44 polos Guris na Capital e 62 nos Centros de Atendimento da Fundação CASA, assim como atualmente existem xx Fábricas de Cultura na Capital, sendo xx na Zona Norte e Sul, xx na Zona Leste e 1 no Centro.

Item de votação

IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Implantação e construção do Conservatório Musical de Franca, com estrutura para atender Franca e os municípios integrantes do Aglomerado Urbano de Franca.

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Pasta possui 2 escolas de música, uma na Capital - EMESP Escola de Música Estadual de SP e outra no interior - Conservatório de Tatuí; 1 Projeto de Música (Guri - Capital, Interior, Litoral e Fundação CASA); 2 grupos artísticos com sede na capital, com atividades de difusão pelo Estado (OSESF e SP Cia de Dança); 3 teatros, 2 na Capital - Teatro Sérgio Cardoso e Teatro São Pedro) e 1 no interior, Araras.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural; Produtos: 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri; 2007 Formação em Música - EMESP e Conservatório Tatuí; 2110 - Difusão Cultural realizadas pelos Corpos Artísticos (OSESF e SP Cia de Dança); 2111 - Difusão Cultural realizadas pelos Tetros e Outros Eventos.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A previsão é de atender mais de 63% dos municípios do Estado (407), e atender um público de aproximadamente 7.922.502.

Item de votação

ESCOLA DE MÚSICA, GRUPOS ARTÍSTICOS MUSICAIS E TEATROS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS E CONSTRUÇÃO DE SALAS ACÚSTICAS EM ESCOLAS DE ENSINO ARTÍSTICO.

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Pasta possui 2 escolas de música, uma na Capital - EMESP Escola de Música Estadual de SP e outra no interior - Conservatório de Tatuí; 1 Projeto de Música (Guri - Capital, Interior, Litoral e Fundação CASA); 2 grupos artísticos com sede na capital, com atividades de difusão pelo Estado (OSESF e SP Cia de Dança); 3 teatros, 2 na Capital - Teatro Sérgio Cardoso e Teatro São Pedro) e 1 no interior, Araras.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 1222 Formação, Difusão e Memória Cultural; Produtos: 1928 Educação Musical para Crianças e Jovens - Projeto Guri; 2007 Formação em Música - EMESP e Conservatório Tatuí; 2110 - Difusão Cultural realizadas pelos Corpos Artísticos (OSESF e SP Cia de Dança); 2111 - Difusão Cultural realizadas pelos Tetros e Outros Eventos.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Para fornecimento de instrumentos há previsão de recursos por emendas parlamentares. Porém, não há previsão de recursos orçamentários para construção de salas acústicas, todavia está previsto realizar 331 atividades pelos 2 corpos artísticos, entre elas (concertos, recitais, apresentações artísticas, entre outras) na capital, interior e litoral. Contudo, vale ressaltar que os Programas Projeto Guri, Emesp e Tatui, disponibilizam o empréstimo de instrumentos para ensaios dos alunos e ainda, as Fábricas de Cultura possuem estúdios que são disponibilizados a todos os cidadãos para uso mediante a reserva.

10000- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PARA EMPREENDEDORES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

QUALIFICAÇÃO LOCAL PARA COMPETITIVIDADE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A ação "Qualificação Local para Competitividade" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Em análise ao quantitativo previsto para o quadriênio 2024-2027, infere-se que parte das metas previstas para o presente exercício já foram cumpridas e as restantes seguem em execução para total cumprimento do planejamento inicial. Esta Secretaria possui ações específicas em andamento para promoção da qualificação local para competitividade, dentre as quais destacamos, especialmente considerando o território indicado: (I) Identificação de vocações econômicas A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na identificação de vocações econômicas busca entender quais setores econômicos têm maior potencial de desenvolvimento com base nas características locais, possibilitando um maior direcionamento das ações do Estado, de modo a fortalecer oportunidades do território e atuar para a superação de desafios impostos. (II) Coalizões empresariais As Coalizões Empresariais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo promovem a articulação com o setor privado para estruturar projetos de desenvolvimento regional, atrair investimentos e gerar empregos. Com foco nas demandas locais, são implementadas políticas como capacitação profissional, linhas de crédito para fortalecer as empresas, adensamento de cadeia produtiva, entre outras, de modo a auxiliar no crescimento econômico do território. (III) Programa SP Produz O Programa SP Produz, instituído pelo Decreto nº 68.648/2024, prevê como um de seus instrumentos a capacitação e apoio técnico para estruturação e fortalecimento de mecanismos de planejamento, governança e acesso a mercados de Cadeias Produtivas Locais Paulistas, reconhecidas e fomentadas por meio de editais públicos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A ação de "Qualificação Local para Competitividade" integra o Produto "2280 -Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Considerando a delimitação territorial (AU de Franca), informamos que existem ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Convém destacar ainda que o Programa SP Produz já mapeou três Cadeias Produtivas atuantes na região de Franca. A partir do reconhecimento (em andamento), a Secretaria de Desenvolvimento poderá direcionar a entrega de qualificação local para competitividade de forma mais assertiva, além de já estar auxiliando outras Cadeias Produtivas que possam vir a participar de novos editais, a partir de 2025.

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM IDADE ENTRE 25 E 59 ANOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Oferta de cursos de qualificação para faixa etária referenciada.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS DE FOMENTO A EMPREGABILIDADE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposição de "Gestão e aprimoramento das políticas de fomento a empregabilidade", em especial para a região de Piracicaba, encontra-se alinhada com as estratégias e planejamentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Atualmente a pasta investe nos processos de fortalecimento das parcerias para a implementação das políticas por meio de cooperações junto aos entes municipais, revisão dos instrumentos e tecnologias, bem como modernização das metodologias de trabalho que tratam da intermediação de mão de obra em todas as regiões do estado de São Paulo.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Gestão e Aprimoramento das Políticas de Fomento a Empregabilidade" integra o Produto "2318 - Aumento da Competitividade e Investimentos do Estado, componente do Programa "1047 -Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A região supracitada conta com Postos de Atendimento ao Trabalhador, como as unidades instaladas em Limeira, Rio Claro e Santa Barbara do Oeste. Tais unidades são responsáveis, atualmente, pelo fornecimento dos serviços de intermediação de mão de obra e requerimento de Seguro-Desemprego, sendo as instâncias de referência do Sistema Público de Emprego do Estado de São Paulo. Para além da estrutura já consolidada na região, encontra-se em desenvolvimento um sistema que irá conectar as ações de intermediação de mão de obra com a qualificação profissional, fortalecendo os programas de empregabilidade e aumentando a geração de renda em todo o território estadual.
Item de votação
FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, estão 02 (duas) Cadeias Produtivas na Região Administrativa de Franca, que, ao serem fortalecidas, poderão impactar positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Além das Cadeias Produtivas Locais que já estão em processo de reconhecimento pelo Programa SP Produz, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vem trabalhando no mapeamento e auxílio para que outras Cadeias Produtivas da Região Administrativa de Franca possam participar dos novos editais de reconhecimento. Ainda, a Secretaria tem promovido iniciativas que se alinham a esse objetivo, como as Coalizões Empresariais, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, com participantes dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Item de votação
FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, estão 30 (trinta) Cadeias Produtivas na Região Administrativa de Campinas; Ao serem reconhecidas pelo Programa, estas Cadeias Produtivas Locais receberão serviços para que possam ser fortalecidas, impactando positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Além dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Programa SP Produz, de modo a reconhecer e fortalecer Cadeias Produtivas Locais, também estão sendo realizadas outras iniciativas que visam promover o desenvolvimento econômico local de todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Entre estas, cabe destacar as coalizões empresariais, presentes na região administrativa citada, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, identificando oportunidades de desenvolvimento local, buscando inclusive fortalecer polos já estruturados nos territórios, com participação dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.
Item de votação
FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, estão 04 (quatro) Cadeias Produtivas na Região Administrativa de Marília. Ao serem reconhecidas pelo Programa, estas Cadeias Produtivas Locais receberão serviços para que possam ser fortalecidas, impactando positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Além dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Programa SP Produz, de modo a reconhecer e fortalecer Cadeias Produtivas Locais, também estão sendo realizadas outras iniciativas que visam promover o desenvolvimento econômico local de todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Entre estas, cabe destacar as coalizões empresariais, presentes na região administrativa citada, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, identificando oportunidades de desenvolvimento local, buscando inclusive fortalecer polos já estruturados nos territórios, com participação dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Item de votação
CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA OS MUNICÍPIOS PAULISTAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O item "Concessão de Crédito para os municípios paulistas" está em execução através da Desenvolve SP. A Desenvolve SP oferece crédito aos municípios paulistas com juros baixos e prazos longos para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município. As linhas da Desenvolve SP englobam projetos de Iluminação, Saneamento, Pavimentação, Cidades Inteligentes, dentre vários outros.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação faz parte do programa "1049 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - DESENVOLVE SP" por meio do produto "2500 - CRÉDITO PARA MUNICÍPIOS PAULISTAS".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Desenvolve SP atende a todo o Estado de SP. O preenchimento da Carta Consulta pode ser feito diretamente no site da Desenvolve SP (https://www.desenvolvesp.com.br).
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação "Gestão e Aprimoramento das Políticas de Fomento ao Empreendedorismo" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Parte das metas para 2024 já foram cumpridas e as demais seguem dentro do planejamento inicial.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação integra o programa "Empreendedorismo e Liberdade Econômica" (1048) e o produto "Políticas para o Empreendedorismo" (2326).
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A ação abrange todo o território do Estado, com previsão de entregas mensais.
Item de votação
PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Bauru
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação "Promoção da Competitividade, Investimentos e Desenvolvimento" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Em análise ao quantitativo previsto para o quadriênio 2024-2027, infere-se que as metas apresentam resultado acima do previsto para o presente exercício, demonstrando boa performance de seus indicadores vinculados. Convém destacar ainda que esta Secretaria vem adotando estratégias para fortalecimento da atração de investimentos em setores estratégicos para o Estado de São Paulo. De acordo com a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo - PIESP do SEADE, foram R\$ 1.040.000.000 de investimentos anunciados para a Região Administrativa de Bauru, apurados de janeiro até agosto deste exercício. Vale ressaltar que a promoção da competitividade, investimentos e desenvolvimento vem sendo contemplada também dentro de iniciativas como o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto nº 68.648/2024. O referido Programa visa fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Além do Programa SP Produz, podemos citar a atuação da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe SP. A referida entidade possui como uma de suas finalidades a promoção da execução de políticas de desenvolvimento, especialmente as que contribuam para a atração de investimentos, a redução das desigualdades regionais, a competitividade da economia, a geração de empregos e a inovação tecnológica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A ação de "Promoção da Competitividade, Investimentos e Desenvolvimento" integra o Produto "2318 - Aumento da Competitividade e Investimentos do Estado", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Considerando a delimitação territorial, informamos que existem ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Esta Secretaria tem promovido também iniciativas que se alinham a esse objetivo, como as Coalizões Empresariais, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, com participantes dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.
Item de votação
PROMOÇÃO DA REINDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação "Promoção da Reindustrialização no Estado de São Paulo" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Em análise do quantitativo previsto para o quadriênio 2024-2027, infere-se que parte das metas previstas para o presente exercício já foram cumpridas e as restantes seguem em execução para total cumprimento do planejamento inicial. Esta Secretaria possui ações específicas em andamento para promoção da reindustrialização no Estado de São Paulo, dentre as quais destacamos, especialmente considerando o território indicado: (I) Identificação de vocações econômicas A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na identificação de vocações econômicas busca entender quais setores econômicos, especialmente considerando a reindustrialização, têm maior potencial de desenvolvimento com base nas características locais, possibilitando um maior direcionamento das ações do Estado, de modo a fortalecer oportunidades do território e atuar para a superação de desafios impostos. (II) Atuação estratégica na atração de investimentos Ademais, esta Secretaria vem adotando estratégias que fortalecem a atração de investimentos em setores estratégicos para a reindustrialização. De acordo com a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – PIESP, desenvolvida pela Fundação SEADE, foram anunciados R\$ 131.610.520.000,00 de investimentos, apurados de janeiro até agosto de 2024, para o estado de São Paulo. (III) Programa SP Produz O Programa SP Produz, instituído pelo Decreto nº 68.648/2024, é uma política pública governamental que volta seu foco para cadeias produtivas de micro e pequenas empresas, podendo atuar no desenvolvimento de clusters industriais, incentivando a concentração geográfica de empresas interligadas em setores estratégicos, como agroindústria, tecnologia ou metalurgia. Esses clusters geram sinergias, facilitando o compartilhamento de conhecimento e promovendo a reindustrialização do estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Promoção da Reindustrialização no Estado de São Paulo" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Considerando a delimitação territorial (AU de Franca), informamos que existem ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Convém destacar que o Programa SP Produz já mapeou três Cadeias Produtivas atuantes na região de Franca. Além disso, informamos que o referido programa, que objetiva fortalecer as cadeias produtivas locais de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional, prevê a abertura de editais de reconhecimento anuais, assim como editais de fomento das cadeias produtivas locais reconhecidas. O apoio destinado pelo referido programa é capaz de promover o desenvolvimento de clusters industriais, incentivando a concentração geográfica de empresas interligadas em setores estratégicos.
Item de votação
FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, estão 30 (trinta) Cadeias Produtivas na Região Administrativa de Campinas, entre as quais fazem parte cadeias produtivas de Piracicaba. Ao serem reconhecidas pelo Programa, estas Cadeias Produtivas Locais receberão serviços para que possam ser fortalecidas, impactando positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Além das Cadeias Produtivas Locais que já estão em processo de reconhecimento pelo Programa SP Produz, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vem trabalhando no mapeamento e auxílio para que outras Cadeias Produtivas da Região Administrativa indicada possam participar dos novos editais de reconhecimento. Ainda, a Secretaria tem promovido iniciativas que se alinham a esse objetivo, como as Coalizões Empresariais, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, com participantes dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM IDADE ENTRE 16 E 24 ANOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada****Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão**

Oferta de cursos de qualificação para faixa etária referenciada.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM IDADE ENTRE 16 E 24 ANOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada****Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão**

Oferta de cursos de qualificação para faixa etária referenciada.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

QUALIFICAÇÃO LOCAL PARA COMPETITIVIDADE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Registro

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada**

A ação "Qualificação Local para Competitividade" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Em análise ao quantitativo previsto para o quadriênio 2024-2027, infere-se que parte das metas previstas para o presente exercício já foram cumpridas e as restantes seguem em execução para total cumprimento do planejamento inicial. Esta Secretaria possui ações específicas em andamento para promoção da qualificação local para competitividade, dentre as quais destacamos, especialmente considerando o território indicado: (I) Identificação de vocações econômicas A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na identificação de vocações econômicas busca entender quais setores econômicos têm maior potencial de desenvolvimento com base nas características locais, possibilitando um maior direcionamento das ações do Estado, de modo a fortalecer oportunidades do território e atuar para a superação de desafios impostos. (II) Coalizões empresariais As Coalizões Empresariais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo promovem a articulação com o setor privado para estruturar projetos de desenvolvimento regional, atrair investimentos e gerar empregos. Com foco nas demandas locais, são implementadas políticas como capacitação profissional, linhas de crédito para fortalecer as empresas, adensamento de cadeia produtiva, entre outras, de modo a auxiliar no crescimento econômico do território. (III) Programa SP Produz O Programa SP Produz, instituído pelo Decreto nº 68.648/2024, prevê como um de seus instrumentos a capacitação e apoio técnico para estruturação e fortalecimento de mecanismos de planejamento, governança e acesso a mercados de Cadeias Produtivas Locais Paulistas, reconhecidas e fomentadas por meio de editais públicos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A ação de "Qualificação Local para Competitividade" integra o Produto "2280 -Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Considerando a delimitação territorial (RA de Registro), informamos que existem ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Convém destacar ainda que o Programa SP Produz já mapeou duas Cadeias Produtivas da referida região. A partir do reconhecimento (em andamento), a Secretaria de Desenvolvimento poderá direcionar a entrega de qualificação local para competitividade de forma mais assertiva, além de já estar auxiliando outras Cadeias Produtivas que possam vir a participar de novos editais, a partir de 2025.

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM IDADE ENTRE 16 E 24 ANOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Oferta de cursos de qualificação para faixa etária referenciada.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM IDADE ENTRE 25 E 59 ANOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Oferta de cursos de qualificação para faixa etária referenciada.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e também processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, há 01 (uma)

Cadeia Produtiva na Região Metropolitana da Baixada Santista. Ao serem reconhecidas pelo Programa, as Cadeias Produtivas Locais receberão serviços para que possam ser fortalecidas, impactando positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Além dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Programa SP Produz, de modo a reconhecer e fortalecer Cadeias Produtivas Locais, também estão sendo realizadas outras iniciativas que visam promover o desenvolvimento econômico local de todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. Entre estas, cabe destacar as coalizões empresariais, presentes na região administrativa citada, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, identificando oportunidades de desenvolvimento local, buscando inclusive fortalecer polos já estruturados nos territórios, com participação dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo. Utilizando o exemplo da Baixada Santista vem sendo, vem sendo promovidos esforços visando ampliar oportunidades de mercados emergentes, como a indústria offshore no litoral paulista, que teve o evento SP Offshore, ocorrido em junho de 2024 e promovido pela INVEST SP, com participação ativa do Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima.
Item de votação
PROMOÇÃO DA REINDUSTRIALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A reindustrialização pode diversificar a economia paulista, atualmente dependente do setor de serviços, proporcionando maior estabilidade econômica, especialmente em crises. É essencial adotar práticas sustentáveis, como tecnologias verdes e processos ecoeficientes, para minimizar o impacto ambiental e promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, devem ser implementados programas de formação e qualificação profissional para preparar a força de trabalho para o mercado industrial moderno, incluindo parcerias com instituições de ensino e programas de requalificação. Criar incentivos fiscais e financeiros pode atrair investimentos para o setor industrial, com políticas de crédito favoráveis, subsídios e isenções fiscais estimulando a instalação e a expansão de indústrias no estado.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação "Promoção da Reindustrialização no Estado de São Paulo" está em execução e com previsão de continuidade para o exercício seguinte. Em análise do quantitativo previsto para o quadriênio 2024-2027, infere-se que parte das metas previstas para o presente exercício já foram cumpridas e as restantes seguem em execução para total cumprimento do planejamento inicial. Esta Secretaria possui ações específicas em andamento para promoção da reindustrialização no Estado de São Paulo, dentre as quais destacamos, especialmente considerando o território indicado: (I) Identificação de vocações econômicas A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na identificação de vocações econômicas busca entender quais setores econômicos, especialmente considerando a reindustrialização, têm maior potencial de desenvolvimento com base nas características locais, possibilitando um maior direcionamento das ações do Estado, de modo a fortalecer oportunidades do território e atuar para a superação de desafios impostos. (II) Atuação estratégica na atração de investimentos Ademais, esta Secretaria vem adotando estratégias que fortalecem a atração de investimentos em setores estratégicos para a reindustrialização. De acordo com a Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo – PIESP, desenvolvida pela Fundação SEADE, foram anunciados R\$ 30.100.000 de investimentos, apurados de janeiro até agosto de 2024, para a região de Presidente Prudente. (III) Programa SP Produz O Programa SP Produz, instituído pelo Decreto nº 68.648/2024, é uma política pública governamental que volta seu foco para cadeias produtivas de micro e pequenas empresas, podendo atuar no desenvolvimento de clusters industriais, incentivando a concentração geográfica de empresas interligadas em setores estratégicos, como agroindústria, tecnologia ou metalurgia. Esses clusters geram sinergias, facilitando o compartilhamento de conhecimento e promovendo a reindustrialização do estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A ação de "Promoção da Reindustrialização no Estado de São Paulo" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Considerando a delimitação territorial (RA de Presidente Prudente) e o detalhamento do voto, convém destacar a existência de ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Além disso, informamos que o Programa SP Produz, que objetiva fortalecer as cadeias produtivas locais de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional, prevê a abertura de editais de reconhecimento anuais, assim como editais de fomento das cadeias produtivas locais reconhecidas. O apoio destinado pelo referido programa é capaz de promover o desenvolvimento de clusters industriais, incentivando a concentração geográfica de empresas interligadas em setores estratégicos. Por fim, destacamos que esta Secretaria possui em operação o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor - ProVeículo e ProVeículo Verde. Disciplinado pelo Decreto nº 53.051, de 3 de junho de 2008, o supracitado programa representa uma política de incentivo fiscal para fabricantes dos setores automobilístico que apresentem projeto de investimento para a modernização, ampliação de suas plantas industriais, construção de novas fábricas, desenvolvimento de novos produtos ou, ainda, ampliação dos negócios no estado de São Paulo.
Item de votação
FORTELECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O município de Lins possui localização logística privilegiada: estamos às margens da Rodovia Transbrasiliana BR 153 que corta o Brasil e da Rodovia Marechal Rondon SP 300 que corta o Estado de São Paulo. Além disso somos servidos pela Bacia Tietê-Paraná, pelo Gasoduto Brasil-Bolívia, pela malha ferroviária Noroeste do Brasil (NOB) e temos um aeroporto. Com base nestas informações desenvolvemos um projeto de Polo Intermodal que poderá transformar a realidade econômica do município e da região. Precisamos do apoio do Governo do Estado para viabilizar este projeto.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Bauru

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada**

O Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais, instituído pelo Decreto n. 54.654/2009, passou por uma reestruturação e atualização, de modo a acompanhar as dinâmicas econômicas do Estado de São Paulo, fortalecer e ampliar seu escopo de atuação. Assim, foi lançado o Programa SP Produz, instituído pelo Decreto n. 68.648/2024, que tem como objetivo fortalecer as cadeias produtivas locais do Estado de São Paulo, estimulando a auto-organização de aglomerações produtivas setoriais e promovendo o desenvolvimento econômico regional. Passando a acompanhar as Cadeias Produtivas Locais, o Programa estimula o envolvimento de diferentes elos de uma cadeia produtiva, fortalecendo sua cooperação e atuação e ampliando sua competitividade dentro do território. Atualmente, está em andamento o primeiro edital de reconhecimento do Programa SP Produz, Edital SDE – CDRT nº 01/2024, para o reconhecimento de Cadeias Produtivas Locais e classificação de seu nível de maturidade, permitindo o direcionamento de serviços específicos do estado que permitam seu fortalecimento. Neste processo, estão 11 (onze) Cadeias Produtivas na Região Administrativa de Bauru, que, ao serem fortalecidas, poderão impactar positivamente o território, gerando emprego, renda e contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Ainda, convém destacar que esta Secretaria vem fazendo um esforço no mapeamento de novas cadeias produtivas que possam participar do Programa, motivo pelo qual novos setores que possam estar sendo desenvolvidos nos territórios, tais como o indicado no município de Lins, podem ser auxiliados e receber qualificação, caso se adequem às normas do Programa, para participar dos editais de reconhecimento, inicialmente, e depois de editais de fomento.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A ação de "Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais Estratégicos" integra o Produto "2280 - Fortalecimento Econômico das Regiões Administrativas", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Além das Cadeias Produtivas Locais que já estão em processo de reconhecimento pelo Programa SP Produz, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vem trabalhando no mapeamento e auxílio para que outras Cadeias Produtivas da Região Administrativa indicada possam participar dos novos editais de reconhecimento. Ainda, a Secretaria tem promovido iniciativas que se alinham a esse objetivo, como as Coalizões Empresariais, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, com participantes dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Item de votação

PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Implantação de Agência Bancária no Distrito Eugênio de Melo, a fim de evitar o deslocamento desnecessário da população joseense ali residente.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada**

No que diz respeito ao detalhamento do voto fornecido, não vislumbramos possibilidades de encaminhamento para outras área pertencentes à Administração Pública Direta.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A ação de "Promoção da Competitividade, Investimentos e Desenvolvimento" integra o Produto "2318 - Aumento da Competitividade e Investimentos do Estado", componente do Programa "1047 - Competitividade, Desenvolvimento Econômico e Regional".

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Considerando a delimitação territorial, informamos que existem ações em andamento que visam identificar as oportunidades e desafios do território, de modo a endereçar as políticas que possam auxiliar em seu desenvolvimento econômico, tais como as indicadas na análise setorial. Esta Secretaria tem promovido também iniciativas que se alinham a esse objetivo, como as Coalizões Empresariais, estruturadas com o objetivo de criar um plano de crescimento alinhado com as vocações regionais, com participantes dos setores públicos e privados de cada região, congregando atores de capilaridade no Estado, como SEBRAE e CIESP. Tal esforço pretende: fortalecer economias locais, gerar empregos, renda e promover desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Item de votação

OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PARA EMPREENDEDORES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO EMPRESARIAL COM CURSOS E FINANCIAMENTO.

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada****Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão**

Empreenda - Oferta de cursos de qualificação no estado de São Paulo

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

39000 – SECRETARIA DE PARCERIA EM INVESTIMENTOS

39000 - SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Secretaria de Gestão e Governo Digital.

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Secretaria de Gestão e Governo Digital.

Item de votação

APOIO À CONCESSÃO DA LINHA 7 Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Assinado o contrato de concessão patrocinada (PPP), em junho/2024, que objetiva a delegação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos no eixo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, contemplando a operação, a manutenção e obras do projeto TIC Eixo Norte, que atenderá as demandas de serviços "expresso" e "parador", dos sistemas: (i) trem expresso entre São Paulo – Jundiaí – Campinas, denominado "expresso TIC"; (ii) serviço parador entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas, denominado "Intermetropolitano - TIM"; e (iii) serviço parador metropolitano, "Linha 7-Rubi", ligando São Paulo a Francisco Morato, com 13 estações e atendendo 4 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato).

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) Produto: PPP do Trem Intercidades - TIC Eixo Norte Programa: Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados Produto: Passageiros transportados com qualidade na Linha 7-Rubi.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A partir de 2025, o parceiro privado iniciará a operação e manutenção da Linha 7 Rubi, dando início aos investimentos de melhoria da infraestrutura da linha, com consequente resultado na qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Item de votação
ACOMPANHAMENTO DO PROC DE IMPLANT DA LINHA 6 LARANJA - BRASILÂNDIA A SÃO JOAQUIM Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O projeto de implantação da Linha 6 Laranja, que compreende a construção, operação e manutenção da Linha Brasilândia - São Joaquim, com extensão de 15,3 Km de extensão (Brasilândia – São Joaquim) e 15 estações, prevendo o atendimento de 633 mil passageiros /dia útil, encontra-se com seu cronograma de execução de obra com cerca de 55% concluídos, estimando o início de operação a partir de 2027.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa : Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) Produto: Linha 6 Laranja Implantada
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estimada a operação da Linha 6 a partir de 2027.
Item de votação
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE NOVOS MODAIS DE TRANSPORTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esta AÇÃO foi definida pela direção da ARTESP, porém , não há ainda definição de qual modal de transporte a ARTESP irá regular e fiscalizar. Depende de definições da alta administração do governo estadual
Item de votação
ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TREM INTERCIDADES - TIC EIXO NORTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Contrato de concessão patrocinada (PPP) celebrado em junho/2024, que objetiva a delegação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos no eixo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, contemplando a operação, a manutenção e obras do projeto TIC Eixo Norte, que atenderá as demandas de serviços “expresso” e “parador”, dos sistemas: (i) trem expresso entre São Paulo – Jundiaí – Campinas, denominado “expresso TIC”; (ii) serviço parador entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas, denominado “Intermetropolitano - TIM”; e (iii) serviço parador metropolitano, "Linha 7-Rubi", ligando São Paulo a Francisco Morato, com 13 estações e atendendo 4 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) Produto: PPP do Trem Intercidades - TIC Eixo Norte Programa: Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados Produto: Passageiros transportados com qualidade na Linha 7-Rubi.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é de que as obras, para implantação do sistema expresso (TIC) e parador (TIM), tenham início a partir de 2025 pela Concessionária da PPP. Para a Linha 7 Rubi, hoje operada pela CPTM, a expectativa é de que a Concessionária da PPP assuma o serviço de operação e manutenção da linha a partir do próximo ano (2025), iniciando os investimentos de melhoria da infraestrutura da linha.

Item de votação
ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DA LINHA 8 Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em junho/2021 foi celebrado o contrato de concessão, que prevê a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda de trens metropolitanos, contemplando operação, conservação, manutenção e modernização das instalações existentes, aquisição de 34 novos trens, renovação do pátio de Presidente Altino, incluindo gastos com aprimoramento dos sistemas de sinalização, de telecomunicações e de suprimento de energia, e Implementação de novo Centro de Controle Operacional, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 3936 - Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados Produto: 2243 - Passageiros Transportados com qualidade na Linha em operação concedida Linha 8 Diamante.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Concessionária das Linhas 8 e 9 de Trens (Grupo CCR) tem operado as linhas nos termos do contrato da concessão, cuja gestão e fiscalização da operação, da execução dos investimentos, bem como da qualidade dos serviços prestados, são realizados pela Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões (CMCP), departamento vinculado a Secretaria de Parcerias em Investimentos.

Item de votação
GESTÃO ADMINISTRATIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não aos cortes no orçamento do TJSP
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Gestão e Governo Digital.

Item de votação
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIRO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Deveriam ser mais bem fiscalizados, estão sempre atrasados, correm, falam no celular na direção ,
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ARTESP tem como uma de suas missões institucionais fiscalizar o transporte intermunicipal de passageiros, exceto a área das regiões metropolitanas. Nesse contexto, ela possui uma equipe que atua nos terminais rodoviários e nas rodovias.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: Desenvolvimento e excelência da prestação dos serviços de transporte delegados PRODUTO: Serviço de Transporte Coletivo de Passageiros Regulados e Fiscalizados
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Em relação a atrasos, a fiscalização atua nos terminais rodoviários e as empresas que atrasam suas partidas são sempre autuados, infelizmente não há como ter a presença de agentes fiscais em todos os terminais rodoviários nos 645 municípios do Estado de São Paulo. A respeito do excesso de velocidade, isto é uma infração de trânsito no qual a ARTESP não tem o poder de autuar e sim a Polícia Militar Rodoviária, entretanto a ARTESP analisa e interpreta os Discos Diagramas de Tacógrafo que é um documento no qual há o registro contínuo, gerando dados sobre a operação dos veículos e condutores, principalmente em relação à velocidade. Quando se constata velocidades acima da Velocidade Máxima Tolerada (VMT), correspondente a 97 km/h, a empresa é notificada. Quanto o motorista utilizar o telefone celular enquanto conduz o veículo, também é uma infração de trânsito, no qual a ARTESP não tem o poder de atuar, além da dificuldade para a sua constatação. Recomendamos aos usuários que, ao observar quaisquer irregularidades faça a denúncia através da Ouvidoria da ARTESP.

Item de votação
ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO RODOANEL NORTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em agosto/2023 foi celebrado contrato de concessão patrocinada (PPP), que prevê a prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas (SP-021), com 44 km de extensão.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 3935 Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) Produto: 2282 - Rodoanel Norte - Novo Contrato de PPP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A concessionária da PPP é a responsável pela conclusão das obras remanescentes do Trecho Norte, retomadas em agosto/2024, e pela operação e manutenção do sistema rodoviário após sua conclusão, prevista para 2026.
Item de votação
GESTÃO ADMINISTRATIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Transferência de órgãos do governo estadual sediados em Franca para serem instalados em um único prédio. A ideia é centralizar as repartições públicas estaduais em um mesmo lugar resultando em economia nos cofres públicos, facilitando o acesso aos cidadãos de Franca e do Aglomerado Urbano aos serviços do governo.
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria de Parcerias em Investimentos não possui a competência para gerir transferência e reestruturação de outros órgãos do Governo Estadual.
Item de votação
ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO TREM INTERCIDADES - TIC EIXO NORTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O Projeto do TIC Eixo Norte é de alta complexidade e requer acompanhamento constante, dado os possíveis impactos socioeconômicos, além dos impactos na própria operação ferroviária. A correta fiscalização do projeto minimizará os efeitos adversos da etapa de implantação.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Contrato de concessão patrocinada (PPP) celebrado em junho/2024, que objetiva a delegação dos serviços públicos de transporte de passageiros sobre trilhos no eixo entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas, contemplando a operação, a manutenção e obras do projeto TIC Eixo Norte, que atenderá as demandas de serviços “expresso” e “parador”, dos sistemas: (i) trem expresso entre São Paulo – Jundiaí – Campinas, denominado “expresso TIC”; (ii) serviço parador entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas, denominado “Intermetropolitano - TIM”; e (iii) serviço parador metropolitano, “Linha 7-Rubi”, ligando São Paulo a Francisco Morato, com 13 estações e atendendo 4 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (São Paulo, Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) Produto: PPP do Trem Intercidades - TIC Eixo Norte Programa: Desenvolvimento e Excelência da Prestação dos Serviços de Transporte Delegados Produto: Passageiros transportados com qualidade na Linha 7-Rubi.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão é de que as obras, para implantação do sistema expresso (TIC) e parador (TIM), tenham início a partir de 2025 pela Concessionária da PPP. Para a Linha 7 Rubi, hoje operada pela CPTM, a expectativa é de que a Concessionária da PPP assuma o serviço de operação e manutenção da linha a partir do próximo ano (2025), iniciando os investimentos de melhoria da infraestrutura da linha.

Item de votação
ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS DA LINHA 17 Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Queria que Governo de São Paulo expansão do VLT da baixada santista para outras cidades como Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Cubatão até ligação a praia grande tem muito moradores desse cidades que trabalha em santos, Cubatão, são Vicente, praia grande tem pega ônibus intermunicipal chega nessa cidade. Do trecho pode sai bairro Samarita SV destino Peruíbe usa Linha antiga ferroviária até cidade do Cubatão aí ver pode fazer usa Linha ferroviária de carga está usada pela concessionária Aproveita pedir também quando túnel santos a Guarujá estive pronto VLT chegando a aeroporto de Guarujá ser tive jeito chegar até rodoviária de guaruja e até balsa travessia santos Guarujá dois lados da balsa tanto santos e Guarujá
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Projeto do SIM da Baixada compreende uma Concessão patrocinada (PPP), cuja gestão do contrato está sob a competência da Secretaria de transportes Metropolitanos, tratado no Programa 3703 - PLANEJAMENTO, GESTAO ESTRATEGICA E MODERNIZACAO DO TRANSPORTE - PITU VIVO.

8000- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; 2369 - suporte administrativo e tecnológico às unidades de gestão e órgãos vinculados

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Demanda não especificada.

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto. Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; 2369 - suporte administrativo e tecnológico às unidades de gestão e órgãos vinculados

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Demanda não especificada.

Item de votação

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; 2369 - suporte administrativo e tecnológico às unidades de gestão e órgãos vinculados

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Demanda não especificada.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SERVIDORES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Seroa importante o detalhamento da demanda para compreendermos a necessidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Necessidade não especificada.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Se refere à remuneração e políticas de valorização dos docentes a partir das trilhas de desempenho e desenvolvimento profissional ou evolução na carreira.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para todos; produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega mensal.
Item de votação
APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria está com licitação aberta para contratar profissionais de apoio pedagógico para estudantes da Educação Especial
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1921 - Educação Especial
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Requer conhecer a escola que precisa ser beneficiada com o profissional de apoio.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Seroa importante o detalhamento da demanda para compreendermos a necessidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Necessidade não especificada.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Seroa importante o detalhamento da demanda para compreendermos a necessidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Necessidade não especificada.
Item de votação
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria oferta alimentação escolar para todos os estudantes que querem se alimentar na escola. Há necessidade de maior especificação da demanda.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; Produto: 2258 - alimentação escolar oferecida aos estudantes da rede estadual
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Alimentação escolar é ofertada diariamente e em todos os turnos.
Item de votação
ACESSIBILIDADE FÍSICA DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As obras e adequações realizadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação incluem adequação da acessibilidade.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Depende do cronograma de obra em cada escola.
Item de votação
ACESSIBILIDADE FÍSICA DOS PRÉDIOS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As obras e adequações realizadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação incluem adequação da acessibilidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Depende do cronograma de obra em cada escola.
Item de votação
OPERAÇÃO DA REDE DE ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A operação da rede de ensino básico se refere às condições básicas de infraestrutura para o funcionamento das escolas como água e luz, serviços de utilidade pública. Inclui distribuição de kit escolar. Não houve detalhamento suficiente para conhecer a demanda do município de Guapiáçu por esse instrumento.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão institucional da Seduc; produto 2270 - equipamentos, insumos e serviços para as escolas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A entrega depende do serviço. por exemplo o kit escolar é entregue uma vez por ano, enquanto os serviços de utilidade pública não cessam.
Item de votação
AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES OU AMPLIAÇÕES ESCOLARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria mantém convênios com municípios para a construção e ampliação de escolas, principalmente de creches. Seria necessário maior detalhamento da demanda para encaminhar a proposta.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; Produto 2317 - parcerias estados-municípios para reformas, ampliações de construções escolares
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda específica não detalhada.
Item de votação

AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES OU AMPLIAÇÕES ESCOLARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria mantém convênios com municípios para a construção e ampliação de escolas, principalmente de creches. Seria necessário maior detalhamento da demanda para encaminhar a proposta.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; Produto 2317 - parcerias estados-municípios para reformas, ampliações de construções escolares
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda específica não detalhada.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Barretos
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Seduc oferta ações no Programa Ensino Integral que está presente em cerca de 50% das escolas da rede estadual. Em Piracicaba há escolas integrais, seria importante conhecer o bairro para registrar a demanda.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos ; Produto 1914 - Educação Integral Oferecida Aos Estudantes
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

É importante conhecer o bairro para verificar as possibilidades de matrícula na escola do Programa Ensino Integral
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Seduc oferta ações no Programa Ensino Integral que está presente em cerca de 50% das escolas da rede estadual. Em Piracicaba há escolas integrais, seria importante conhecer o bairro para registrar a demanda.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 - Educação Pública de Qualidade para Todos; 1914 - Educação Integral Oferecida Aos Estudantes
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
É importante conhecer o bairro para verificar as possibilidades de matrícula na escola do Programa Ensino Integral
Item de votação
GERENCIAMENTO DO BENEFÍCIO-EDUCAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Concessão de vale refeição para os servidores em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc; produto 1837 - profissionalização e gestão de pessoas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega Mensal
Item de votação
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria oferta alimentação escolar para todos os estudantes que querem se alimentar na escola. Há necessidade de maior especificação da demanda.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; Produto: 2258 - alimentação escolar oferecida aos estudantes da rede estadual
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Alimentação escolar é ofertada diariamente e em todos os turnos.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Demanda encaminhada para análise da área técnica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Atendimento depende de análise da área técnica.
Item de votação
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: REDES ESTADUAL E MUNICIPAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Escola de Formação de Profissionais da Educação oferta semestralmente cursos para o desenvolvimento profissional
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto : 2027 - Formação Continuada Dos Profissionais Da Educação Da Rede Estadual E Municipal
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cursos são ofertados semestralmente.
Item de votação
SUPORTE ADMINISTRATIVO E TECNOLÓGICO ÀS UNIDADES DE GESTÃO E ÓRGÃOS VINCULADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; 2369 - suporte administrativo e tecnológico às unidades de gestão e órgãos vinculados
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Refere-se ao Programa Ensino Integral
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 800 - Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1914 - Educação Integral Oferecida Aos Estudantes
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O Programa está presente em quase todos os municípios. A expansão de novas unidades dependem da demanda de matrículas na região.
Item de votação
APERFEIÇOAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Gostaria que fossem feitos mais investimentos em tecnologia na cidade. Com objetivo maximizar desenvolvimento da economia da local criando novas oportunidades de trabalho.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Item de votação
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: REDES ESTADUAL E MUNICIPAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A formação dos profissionais da educação passa pela valorização de seus estudos. O professor que está na sala de aula não tem tempo para estudar, fazer cursos e se qualificar. Está engessado dentro do sistema cheio de plataformas e nada mais. Também é preciso aplicar corretamente a lei do Piso para refletir na carreira e não por meio de abono salarial. Desse jeito, um estudante que acabou de entrar acaba ganhando mais que um profissional com mais de 20 anos de casa. Essa desvalorização da carreira, desmotiva os professores mais antigos que se sentem enganados.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Escola de Formação de Profissionais da Educação oferta semestralmente cursos para o desenvolvimento profissional
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto : 2027 - Formação Continuada Dos Profissionais Da Educação Da Rede Estadual E Municipal
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cursos são ofertados semestralmente.
Item de votação
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS E PROVISÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Os alunos não têm material didático apropriado para todos. As plataformas digitais não suprem e não são iguais a apostilas e livros, onde tanto o professor quanto o aluno têm um programa a seguir e conteúdo adequado ao ensino. Ainda que fossem livros comprados seria melhor do que não os ter. Penso o mesmo de uniformes. Também falta pessoal administrativo nas escolas e professores. Excesso de faltas ainda é uma realidade. Assim como a falta de interesse da comunidade escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria oferta materiais didáticos, seria importante conhecer a Escola para que o Supervisão de Ensino possa apoiá-la no enfrentamento das dificuldades mencionadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1910 - Gestão Da Qualidade Da Aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Escola não especificada.
Item de votação

DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É urgente melhorar a remuneração dos professores. Recentemente o governo lançou um programa de Bolsas aos estudantes que pretende pagar R\$ 1000,00 para alunos monitores, enquanto professores estão ganhando R\$ 3000,00 líquidos. O salário que temos na PEI deveria ser o salário da escola regular.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Demanda encaminhada para análise da área técnica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Atendimento depende de análise da área técnica.
Item de votação
FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Verbas para complementação da Merenda Escolar que atualmente está insuficiente.
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A solicitação será encaminhada para análise pela área técnica responsável pela Alimentação Escolar na Secretaria.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; Produto: 2258 - alimentação escolar oferecida aos estudantes da rede estadual
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Depende de análise da área técnica.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Nossa Escola - EE Bairro Nossa Senhora da Conceição, em Juquitiba-SP, não tem quadra esportiva, não tem sala de leitura, não tem refeitório exclusivo, então precisamos de ajuda
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Demanda será encaminhada para análise da área técnica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega dependerá da análise técnica.
Item de votação
APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A questão da inclusão ainda está engatinhando, estagiários sem preparo para auxiliar um autista nas escolas, talvez uma melhor remuneração para essa questão
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria está com licitação aberta para contratar profissionais de apoio pedagógico para estudantes da Educação Especial
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1921 - Educação Especial
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Requer conhecer a escola que precisa ser beneficiada com o profissional de apoio.
Item de votação
FORTELECIMENTO DA COOPERAÇÃO COM MUNICÍPIOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Como ocorrido em anos anteriores, solicito a gentileza de realizar a municipalização de escolas das cidades da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, em especial São José dos Campos. Podemos citar como escolas com maior necessidade desta municipalização as EE. EE. Prof.ª Elídia Tedesco de Oliveira, Ubirajara Berna de Chiara e Dr. Pedro Mascarenhas - pois todas as mencionadas escolas apresentam alto índice de solicitação de municipalização por parte dos pais e responsáveis.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta de municipalização das escolas EE. Prof.ª Elídia Tedesco de Oliveira, Ubirajara Berna de Chiara e Dr. Pedro Mascarenhas será encaminhada para a área técnica desta Secretaria para avaliação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 - educação pública de qualidade para todos; Produto 2058 - Cooperação Pedagógica Com Municípios
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O prazo de municipalização das escolas depende da análise técnica das áreas da Secretaria.
Item de votação
AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES OU AMPLIAÇÕES ESCOLARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Dentre as necessidades urgentes nas unidades escolares de São José dos Campos, a principal delas é a ampliação na oferta de vagas do Ensino Médio em Período Noturno, dada a necessidade de adolescentes e jovens em darem continuidade aos estudos enquanto realizam estágios, atividades de menor aprendiz ou, ainda, participam das atividades dos programas sociais da Fundação Hélio de Souza (FUNDHAS). No formato hoje existente (apenas com o Ensino Médio em Período Diurno), os alunos precisam deslocar-se para fora do Distrito Eugênio de Melo para que possam dar continuidade à sua aprendizagem. Neste caso, citamos e pedimos atenção em especial as EE. EE. Prof.ª Elídia Tedesco de Oliveira e Dr. Pedro Mascarenhas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Demanda encaminhada para análise da área técnica responsável pelas obras na Seduc.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Depende da análise técnica.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
- Implantação de uma nova unidade escolar de Ensino Fundamental e Ensino Médio no Distrito Eugênio de Melo, na cidade de São José dos Campos; - Implantação de uma creche no Residencial Galo Branco; - Implantação de uma unidade escolar de Ensino Fundamental e Ensino Médio no bairro Capão Grosso; - Implantação de uma creche no bairro Capão Grosso; - Implantação de detectores de metais nos estabelecimentos de ensino do estado instalados na cidade de São José dos Campos, independente da Região em que está localizada a unidade escolar; - Reforma e ampliação das EE. EE. Prof. Xenofonte Estrabão de Castro, Prof.ª Ruth Coutinho, Prof.ª Henriqueta Costa Porto, Dep. Benedito Matarazzo, Prof.ª Ana Cândida de Barros Molina e Marechal Rondon - todas instaladas na cidade de São José dos Campos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Demanda será encaminhada para análise da área técnica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega dependerá da análise técnica.
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de novas unidades de Poupatempo nas Regiões Leste e Central, a fim de evitar deslocamentos desnecessários da população joseense e centralização do atendimento em local distante como ocorre atualmente (na Região Sul) - ou, ainda, se não for possível, deslocar a atual unidade para a área central da cidade, favorecendo todas as regiões pela facilidade de deslocamento.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
As Escolas estaduais da região necessitam de reformas e melhorias na estrutura física. Escola Odecio Lucke e Escola Jamil Abraão Saad
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
PROMOÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS POR DESEMPENHO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Nada a acrescentar.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Barretos
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Seduc tem implementado iniciativas de gestão de desempenho e profissionalização no âmbito da nova carreira docente e Escola de Formação de Profissionais da Educação oferta cursos frequentemente para o desenvolvimento profissional
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 - Educação Pública de qualidade para todos; Produto 2027 - Formação Continuada Dos Profissionais Da Educação Da Rede Estadual E Municipal Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc ;Produto 1837 - profissionalização e gestão de pessoas

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A avaliação de desempenho aguarda publicação da regulamentação da nova carreira docente para ser iniciada. Para o desempenho profissional a Escola de Formação para Profissionais da Educação oferta cursos semestralmente.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso, reajuste do piso do magistério e
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O processo de escolha de vagas foi iniciado em agosto de 2024.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Profissionais que foram aprovados no concurso estão sendo chamados para a escolha de vagas desde agosto/2024
Item de votação
FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO COM MUNICÍPIOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Colocar em vigor o cofinanciamento adequado na PNAS
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Desenvolvimento Social
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Como em todo país, a educação em nossa região está em declínio. Necessário um olhar mais atento nesta, imprescindível, área.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse assunto refere-se à remuneração dos servidores e à política de valorização desses profissionais. Seroa importante o detalhamento da demanda para compreendermos a necessidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto 1906 - Manutenção E Desenvolvimento Da Educação Básica
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Necessidade não especificada.
Item de votação
APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Eu acredito que as escolas estejam piores de quando eu sair. Se existe um Enem o justo seria ter um ensino médio
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O relato está muito amplo não permitindo o enquadramento.
Item de votação
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: REDES ESTADUAL E MUNICIPAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Um controle mais efetivo sobre a formação específica do profissional da educação é urgente para garantir a qualidade de ensino.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Escola de Formação de Profissionais da Educação oferta semestralmente cursos para o desenvolvimento profissional
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 Educação Pública de Qualidade para Todos; Produto : 2027 - Formação Continuada Dos Profissionais Da Educação Da Rede Estadual E Municipal
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cursos são ofertados semestralmente.
Item de votação
MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
ACREDITO QUE PRECISAMOS INVESTIR MAIS NAS ESTRUTURAS DAS ESCOLAS DO PROGRAMA ESCOLA INTEGRAL. EM PALESTINA - E.E. DR. BENTO FERRAZ - DIRETORIA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. HÁ A NECESSIDADE DE AMPLIARMOS A ESCOLA ESTADUAL COM A CONSTRUÇÃO DE AO MENOS MAIS DUAS SALAS DE AULA, UM AUDITÓRIO E A AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO COBERTO.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria tem um plano de obras em implementação. Seria necessário ter o detalhamento do voto para conhecer a demanda específica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 Gestão Institucional da Seduc Produto 2235 - rede física escolar adequada para aprendizagem

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Somos mediadores do Estado de SP. Já há 9 anos solicitamos que a Justiça Gratuita concedida a todos os cidadãos seja realizada sempre. Porém, o Estado tem que arcar com este custo. Não é justo que não recebamos remuneração por este trabalho. Este assunto precisa de uma solução urgente e definitiva.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto. Para a Secretaria da Educação as ações de gestão administrativa e financeira estão relacionadas com as atividades de suporte administrativo para o funcionamento dos prédios do órgão central e das diretorias. Seria necessário conhecer o detalhamento da demanda para direcionar o assunto.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 815 - Gestão Institucional da Seduc; 2369 - suporte administrativo e tecnológico às unidades de gestão e órgãos vinculados
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Demanda não especificada.
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
DESENVOLVER PLANO DE ATENDIMENTO PROMOVEDO O BEM-ESTAR E PRÁTICAS DE INTERAÇÃO SOCIAL..
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Item de votação
PROMOÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS POR DESEMPENHO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
CURSOS, SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E ATIVIDADES INTEGRADAS PARA O PLENO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Ações em andamento referente à evolução funcional. Novo plano de carreira em fase de regulamentação, posteriormente iniciará a avaliação de desempenho. Soma-se ao desempenho a oferta de cursos de formação profissional que ocorrem durante todo o ano.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A) Gestão de Desempenho e profissionalização: Programa 815 – Gestão Institucional da Seduc - 1837 – Produto profissionalização e gestão de pessoas e b) Qualificação: Programa 800 Educação Pública de Qualidade para todos; Produto 2027 formação continuada dos profissionais da educação da rede estadual e municipal
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A) entregas anuais conforme o ciclo de ocorrência das avaliações de desempenho; b) entregas semestrais – abertura da inscrição nos cursos ofertados pela escola de formação de profissionais da Educação
Item de votação
FORTELECIMENTO DA COOPERAÇÃO COM MUNICÍPIOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
PROMOVER FÓRUNS DE INTEGRAÇÃO PERMANENTE ENTRE MUNICÍPIOS COM PROGRAMAS DE GESTÃO PÚBLICA.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria de Gestão e Governo Digital
Item de votação
CURSOS DE IDIOMAS, INTERCÂMBIO, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESCOLA ABERTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
ABERTURA DE CURSOS EM CENTROS DE FORMAÇÃO DE LÍNGUAS ESTADUAL: INGLÊS, ESPANHOL, MANDARIM, PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO PARA MESTRADO, DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO. CURSOS DE REDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES NO MERCADO DE TRABALHO. PRÁTICAS DE EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS INTEGRADOS ENTRE PAIS E ALUNOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A demanda aborda a oferta de cursos de línguas para estudantes; intercâmbio de pós-graduação para profissionais da educação e atividades extracurriculares entre pais e alunos. O programa pronto pro mundo de intercâmbio é ofertado apenas para estudantes (Lei 17.861/2023), não havendo proposta para pós-graduação de profissionais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 800 - Educação Pública de Qualidade para todos; Produto - 1052 - Atividades Complementares Ao Currículo E Conexão Com A Comunidade Escolar e Produto 2059 - Extensão Curricular Para Estudantes
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
No Programa Prontos pro Mundo (intercâmbio) os estudantes interessados têm aulas semanais de inglês. As outras aulas línguas também são ministradas nos centros de línguas semanalmente.

41000- SECRETARIA DE ESPORTES

41000 - SECRETARIA DE ESPORTES

Item de votação

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE ESCOLAR PÚBLICA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A capacitação de professores, seja de qualquer área da grade curricular, não é da alçada da Secretaria de Esportes do Estado e sim da Secretaria de Educação Estadual.

Item de votação

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA REDE ESCOLAR PÚBLICA Voto(s) 3

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A capacitação de professores, seja de qualquer área da grade curricular, não é da alçada da Secretaria de Esportes do Estado e sim da Secretaria de Educação Estadual.

Item de votação

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO "SÃO PAULO OLÍMPICO" Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Itapeva

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Acolhemos a propositura referente Implantação e Desenvolvimento do São Paulo Olímpico, porem a Pasta aguarda publicação do Decreto.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4114 Produto: 2000

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Dependemos da publicação do Decreto do Programa São Paulo Olímpico.

Item de votação

IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO "SÃO PAULO OLÍMPICO" Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura referente Implantação e Desenvolvimento do São Paulo Olímpico, porem a Pasta aguarda publicação do Decreto.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4114 Produto: 2000
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Dependemos da publicação do Decreto do São Paulo Olímpico.
Item de votação
OBRAS, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO EM EQUIPAMENTOS PARA O PROGRAMA SP OLIMPICO Voto(s) 2
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura referente Obras, Reformas e implantação do São Paulo Olímpico, porem a Pasta aguarda publicação do Decreto.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4114 Produto: 2649
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Dependemos da publicação do Decreto do São Paulo Olímpico.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO E EXCELÊNCIA ESPORTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura referente a Centros de Formação e de Excelência Esportiva, porem a Pasta aguarda o Decreto de implantação do São Paulo Olímpico.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4114 Produto: 1907
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
REALIZAÇÃO DE OBRAS, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura, na realização de obras, reformas e implantação de novos equipamentos esportivos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4113 Produto: 2103

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programado para segundo semestre de 2025.
Item de votação
GESTÃO DA BOLSA TALENTO ESPORTIVO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
AMPLIAÇÃO DE BOLSAS EM DIVERSAS MODALIDADES.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4113 Produto: 1858
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Previsto para o segundo bimestre de 2025.
Item de votação
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Boa Tarde gostaria de sugerir ao governo do estado a implantação de um parque estadual no terreno que pertence ao executivo e esta em condições deploráveis e povoado por dependentes químicos e moradores em situação de rua , o mesmo fica localizado entre a rua terra brasileira e a sua subragi e assim o mesmo seria uma opção de lazer em um bairro extremamente carente como o nosso desde já agradeço a oportunidade de poder sugerir e opinar Atenciosamente ; Sérgio Bernardo dos Santos Filho
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Pasta acolhe a propositura.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4113 Produto: 2109
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A partir do segundo semestre de 2025.
Item de votação
REALIZAÇÃO DE OBRAS, REFORMAS E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
PALESTINA É UMA DAS POUCAS CIDADES DA REGIÃO E QUE NÃO TEM UM GINÁSIO POLIESPORTIVO. TEMOS UM CENTRO DE LAZER COM PISCINAS, JUNTO A UM ESTÁDIO DE FUTEBOL E QUE PODERIA SE TORNAR UM COMPLEXO ESPORTIVO COM OUTRAS MODALIDADES, TEMOS NO MUNICÍPIO OUTRAS ÁREAS DE LAZER, MAS É O DESEJO DE TODA A POPULAÇÃO, NESTA TERRA DO GRANDE ATLETA E JOGADOR "ROMARINHO" TER UM LOCAL COMO UM GINÁSIO POLIESPORTIVO PARA A PRÁTICA E DESENVOLVIMENTOS DE OUTRAS MODALIDADES ESPORTIVAS E QUE ALÉM DE INCENTIVAR A PRÁTICA, AINDA SERVIRIA COMO REFERÊNCIA DE APOIO A ESSA PRÁTICA NA REGIÃO.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Acolhemos a propositura, na realização de obras, reformas e implantação de novos equipamentos esportivos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4113 Produto: 2103
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programado para segundo semestre de 2025.

20000- SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Item de votação
REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Item de votação
FOMENTO, GESTÃO E APRIMORAMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PLANEJAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estamos realizando o aprimoramento do processo de audiências públicas
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
IMPLEMENTAR MECANISMOS - SIMPLIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
INTEGRAR E MODERNIZAR OS SISTEMAS DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Está sendo feita uma integração entre os processos de planejamento, orçamento e tesouro.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2032 - Gestão responsável, transparente e integrada das finanças públicas estaduais
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A integração é estadual e não abrange apenas um município ou região.
Item de votação
MODERNIZAR OS SERVIÇOS E OS PROCESSOS DE TRABALHO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse trabalho de aperfeiçoamento está em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
IMPLEMENTAR ESTRATÉGIA DE REVISÃO DA UTILIZAÇÃO DA ST, PRESERVANDO A ARRECADAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estão sendo feitos vários estudos sobre a revisão da Substituição Tributária para determinados produtos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estamos elaborando um cronograma anual das atividades de planejamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2032 - Gestão responsável, transparente e integrada das finanças estaduais
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Esse cronograma é estadual
Item de votação
GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Dentro do Plano Plurianual, temos os produtos prioritários que funcionam exatamente conforme essa sugestão.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2032 - Gestão integrada, transparente e responsável das finanças públicas estaduais
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
IMPLEMENTAR ESTRATÉGIA DE REVISÃO DA UTILIZAÇÃO DA ST, PRESERVANDO A ARRECADAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Acho que essas medidas colaboram para o desenvolvimento econômico do Município de forma sustentável.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estão sendo feitos vários estudos sobre a revisão da Substituição Tributária para determinados produtos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação

GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Gostaria de receber informação sobre as perspectivas de crescimento econômico e de arrecadação do ICMS do Governo do Estado para o orçamento de 2025, pois todos os municípios dependem desta informação (consideração que é senão a principal, uma das principais para a grande maioria dos municípios paulistas). Sugiro inclusive que o Estado promova uma maior integração com as Secretarias de Fazenda municipais no sentido de compartilhar esta informações técnicas e também que nos auxilie com capacitação de acordo com o andamento da Reforma Tributária.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Essas informações de arrecadação estão nas Lei orçamentárias
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
FOMENTO, GESTÃO E APRIMORAMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PLANEJAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
ATIVIDADES E FORMAÇÃO DE GRUPOS DE ESTUDOS TEMÁTICOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Item de votação
REALIZAR A GESTÃO FINANCEIRA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
EXECUTAR COM ANÁLISE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PROMOVENDO A EFICAZ GESTÃO COM EXCELÊNCIA.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As áreas de planejamento, orçamento e finanças estão trabalhando em conjunto para aperfeiçoar os seus processos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2032 - Gestão integrada, transparente e responsável das finanças públicas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
REALIZAR ESTUDOS VOLTADOS A APRIMORAR A TRIBUTAÇÃO PARA ESTIMULAR INVESTIMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
PROMOVER O INCENTIVO AO SETOR PRODUTIVO E GERADOR DE EMPREGOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estão sendo feito estudos para aprimorar a tributação, estimulando os investimentos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
DIRECIONAR VERBAS PARA SETORES PRIORITÁRIOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Dentro do Plano Plurianual, temos os produtos prioritários que funcionam exatamente conforme essa sugestão.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2032 - Gestão integrada, transparente e responsável sobre as finanças públicas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
DIVULGAÇÃO DAS ETAPAS DO PLANO EM EXERCÍCIO E DO PRÓXIMO ANO.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estamos elaborando um cronograma anual das atividades de planejamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2032 - Gestão integrada, transparente e responsável das finanças públicas estaduais
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Esse cronograma é estadual

53000- SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

53000 - SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Item de votação

CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E DADOS PARA O TRÂNSITO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Ações desenvolvidas em toda região de São Paulo obedecendo o Calendário de Campanha Educativa ao Trânsito junto com todas as Superintendências do Detran e Prefeituras das várias regiões

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2643 - CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E DADOS PARA O TRÂNSITO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação referente a esse tópico, é um trabalho conjunto do DETRAN- SP e a superintendência Regional de cada Município, juntamente com o apoio da Prefeitura. Exemplo: Semana Nacional de Transito – ação nos bares (risco de bebidas e transito). Essa programação não é liberada ao cidadão através de algum portal, pois cada município faz o plano de ação.

Item de votação

INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO NO DETRAN-SP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Inspecionar as áreas técnicas da Autarquia, apurar possíveis irregularidades e denúncias; fiscalizar os estabelecimentos credenciados que atendam diretamente os cidadãos; e ampliar a fiscalização das ODSI's – Operações de Direção Segura Integrada.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2084 - FISCALIZAÇÃO E QUALIDADE NO DETRAN SP

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Demanda a ser realizada e programada conforme levantamentos prévios e denúncias recebida.

Item de votação

GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO NO DETRAN SP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Padronizar todos os elementos que impactam na operação, tais como: local e características do imóvel, espaço, mobiliário, equipamentos, uniforme, etc. A modernização tem como propósito a entrega de valor a servidores e cidadãos, com instalações e infraestrutura adequadas para o atendimento de demanda da sociedade.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2598 – APOIO ADMINISTRATIVO DETRAN-SP

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A modernização das unidades está em andamento de acordo com o cronograma pré-estabelecido.

Item de votação

AÇÕES PARA SEGURANÇA VIÁRIA E REDUÇÃO DA MORTALIDADE NO TRÂNSITO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A responsabilidade pela segurança viária é compartilhada entre diferentes entidades e níveis de governo. Ela envolve Governos Municipais, Estaduais, Federais bem como Órgãos de Fiscalização. Conforme o Art 22 do Código de Trânsito Brasileiro, compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN. Essa e outras responsabilidades colocam os órgãos estaduais, como os DETRANs, como peças-chave no sistema de trânsito, tanto na formação e controle de condutores, quanto na fiscalização e registro de veículos, promovendo a segurança viária e a aplicação das políticas nacionais e estaduais de trânsito. O Detran-SP desempenha um papel fundamental na redução da mortalidade no trânsito por meio de diversas ações estratégicas voltadas à segurança e à conscientização.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA : 5304 – EFICIÊNCIA PARA TODOS – DETRAN SP PRODUTO: 2616 – RESPEITO A VIDA

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

São realizadas iniciativas específicas como campanhas de conscientização e educação para a segurança no trânsito. A última ocorrida em Cajamar foi em 24/09/2024.

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO DO INST. ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Aumento da capacidade de atendimento ambulatorial e de especialidades do hospital do servidor público.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Para o atingimento da meta o IAMSPE tem realizado uma gestão ativa com ações no HSPE para aumentar a oferta de serviços com qualidade aos usuários. Porém, a capacidade de atendimento no HSPE fica condicionada a nossa disponibilidade orçamentária, a capacidade instalada e operacional do HSPE e ao quadro de funcionários ativos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

O aumento da capacidade de atendimento no HSPE está contemplado e em andamento no PPA 2024/2027. No Programa 5305 – Assistência médica ao servidor público estadual e Produto 2272 – Assistência à saúde oferecida aos beneficiários do Iamspe no HSPE.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Ampliação da navegabilidade dos Portais, especialmente o de Transparência, bem como a ampliação na disponibilidade de informações dos respectivos portais são itens necessários e urgentes a serem implementados.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Com referência as ações de ampliação de navegabilidade, bem como ampliação na disponibilidade de portais sob a responsabilidade desta Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação, cumpre-nos informar que se encontram previstas na Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 67.799/23, que visa promover a transformação digital no âmbito da Administração Pública direta e autárquica do Estado de São Paulo. Em resumo, a implementação da Estratégia de Governo Digital busca tornar os serviços públicos mais acessíveis, eficientes e seguros, promovendo a inclusão digital e a modernização da administração pública no Estado de São Paulo.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 5302 – Produto 4342

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega Territorial: Estadual. Meta até o final do PPA (2027).
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO DO INST. ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Ampliação da Rede do Iamspe para todo Estado
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o atingimento da meta o IAMSPE tem realizado uma gestão ativa com ações no HSPE para aumentar a oferta de serviços com qualidade aos usuários. Porém, a capacidade de atendimento no HSPE fica condicionada a nossa disponibilidade orçamentária, a capacidade instalada e operacional do HSPE e ao quadro de funcionários ativos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
O aumento da capacidade de atendimento no HSPE está contemplado e em andamento no PPA 2024/2027. No Programa 5305 – Assistência médica ao servidor público estadual e Produto 2272 – Assistência à saúde oferecida aos beneficiários do Iamspe no HSPE.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
GOVERNANÇA E MODERNIZAÇÃO NO DETRAN SP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
GESTÃO DE AVALIAÇÃO DE ÍNDICES DE SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS COM PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS E MELHORES SALÁRIOS AOS CARGOS ESTATUTÁRIOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No que diz respeito ao aprimoramento dos benefícios, visando melhorias e satisfação dos funcionários, informamos que recentemente houve um aumento no valor do Vale-Refeição. Atualmente, estamos em tratativas finais para o aumento do Vale-Alimentação. Além disso, estamos propondo a substituição dos cartões atuais por cartões bandeirados de arranjo aberto, o que proporcionará maior adesão das empresas comerciais e uma utilização mais eficiente do benefício pelos funcionários. Ressaltamos também que estamos com um chamamento aberto para conveniar empresas privadas, oferecendo serviços como academias, farmácias, entre outros.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2598 – APOIO ADMINISTRATIVO DETRAN-SP
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Até o Exercício de 2025.
Item de votação
CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E DADOS PARA O TRÂNSITO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS, INTEGRAÇÃO ENTRE OS DADOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS PARA O MELHOR FLUXO E SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Busca a mobilização do capital humano e estruturas organizacionais para o comprometimento com a qualidade dos serviços e o atendimento ao cidadão. Reestruturação da Escola Pública de Trânsito (EPT) com a ampliação do cardápio de capacitações e oferta de cursos técnicos, livres, de gestão, graduação e pós graduação em matérias de trânsito e criação do novo observatório de trânsito.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2643 - CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E DADOS PARA O TRÂNSITO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Meta final precede 4 etapas de investimento no Projeto da Escola Pública de Trânsito que abrigará duas novas Coordenações em seu organograma, bem como a implantação do MOVE – Museu da Mobilidade e Cidadania no Trânsito. Em 2025 pretende-se alcançar 50% da implantação desejada.

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN SP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Eficácia na aplicação dos recursos financeiros em benefício de salários aos funcionários de carreira, planejamento e implantação de progressões dos cargos.

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Trata-se de uma gestão integrada que abrange a gestão financeira, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente, evitando desperdícios e assegurando que os fundos sejam direcionados adequadamente. O planejamento estratégico, com a criação de planos de cargos e salários que incentivem o desenvolvimento profissional, é essencial para aumentar a motivação e produtividade dos funcionários. Investir na capacitação contínua dos servidores, por meio de programas de treinamento e desenvolvimento, traz retorno em termos de qualidade dos serviços prestados. Além disso, a implementação de práticas de monitoramento e avaliação contínua permite identificar falhas e oportunidades de melhoria, garantindo a eficácia na utilização dos recursos e entrega de um serviço público de excelência. Por fim, políticas de transparência e a participação ativa dos funcionários fortalecem a confiança nas instituições e promovem as responsabilidades individuais e coletivas no aprimoramento da gestão pública. Quanto a progressão, frente à indisponibilidade de Recursos Orçamentários Específicos, o tema em comento ainda não havia sido avaliado, porém, com sinalização positiva está em andamento estudo para liberação.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA: 5304 - EFICIÊNCIA PARA TODOS- DETRAN-SP PRODUTO: 2598 - SUPORTE ADMINISTRATIVO

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Finalizados os estudos, as próximas etapas serão a avaliação de desempenho, alinhada com a capacitação contínua dos funcionários, seguida da implantação da Progressão dos Cargos.

25000- SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

25000 - SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO
Item de votação
PROVISÃO DE LOTES URBANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o município de São José do Rio Preto não existem obras de Lotes Urbanos em andamento/produção, porém poderá ser avaliado pleito do município durante o ano de 2025. Na RA de São José do Rio Preto estão em andamento 185 lotes em andamento/produção.
Item de votação
AÇÕES DO FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Registro
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não qualificado. As ações do FGH compreendem incentivar a participação dos agentes promotores da construção civil e dos agentes financeiros a investir na provisão de habitação de interesse social oferecendo garantia de crédito e aval em operações financeiras para a demanda de famílias de baixa renda. Atualmente, o FGH não conta com nenhum programa em andamento.
Item de votação
URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estão em andamento obras do Programa Viver Melhor que tem por finalidade o repasse de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SDUH para operação pela CDHU, visando à promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais já construídas em assentamentos e núcleos urbanos do Estado de São Paulo. No município de São Paulo, atualmente estão em obras 66 domicílios e mais 469 domicílios em planejamento/projetos – nos bairros: Cangaíba, Heliópolis e Paraísopolis.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
URBANIZAÇÃO E MELHORIAS / URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS / DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programação de entrega – cerca de 200 domicílios para 2025.

Item de votação
URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS Voto(s) 2
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento na RM Baixada Santista, especificamente do Programa Vida Digna, que totalizam 2.112 domicílios, sendo que 820 já foram entregues. O programa consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 1.100 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estão em andamento obras do Programa Viver Melhor que tem por finalidade o repasse de recursos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SDUH para operação pela CDHU, visando à promoção de melhorias e adequações em unidades habitacionais já construídas em assentamentos e núcleos urbanos do Estado de São Paulo. No município de São Paulo, atualmente estão em obras 66 domicílios e mais 469 domicílios em planejamento/projetos – nos bairros: Cangaíba, Heliópolis e Paraisópolis.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
URBANIZAÇÃO E MELHORIAS / URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS / DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 100 domicílios para 2025.
Item de votação
URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras de urbanização e melhorias em andamento em diversos municípios do Estado de São Paulo que totalizam 3.204 domicílios e mais 3.838 domicílios em planejamento/projetos. Pelo Programa Especial de Melhorias (PEM) foram assinados 5 convênios - que correspondem a melhorias em 1.000 domicílios - para obras de infraestrutura e equipamento social nos municípios de: Casa Branca, Chavantes, Juquitiba, Lagoinha e São José da Bela Vista.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
URBANIZAÇÃO E MELHORIAS / URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS / DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 1.500 domicílios para 2025.

Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Várias reuniões foram realizadas na Aglomeração Urbana de Franca visando a definição e a estruturação de projetos de desenvolvimento urbano integrado. Um desses projetos, em elaboração, está voltado para turismo.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2513- Desenvolvimento Urbano Integrado Produto - Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Previsão de entrega do projeto: 2025.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Vários projetos de desenvolvimento urbano integrado estão sendo desenvolvidos, em 2024, para as 9 Regiões Metropolitanas e Aglomeração Urbana de Franca. Também está em andamento um projeto de apoio aos municípios visando a elaboração de planos diretores .
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2513- Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica.
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento na RM Baixada Santista que totalizam 3.311 unidades habitacionais. Além disso, outras 7.558 unidades habitacionais estão em planejamento/projetos, dessas 6.000 incluídas em credenciamento para empreendimentos habitacionais voltados ao atendimento de áreas de risco.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programação de entrega – cerca de 2.000 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o município de Iracemápolis não existem obras em andamento/produção, porém poderá ser avaliado pleito do município durante o ano de 2025. Na RM de Piracicaba estão em andamento 28 unidades habitacionais referentes ao Programa Vida Longa e mais 259 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O enquadramento é dentro do programa/ação: PROVISÃO HABITACIONAL/DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA. Porém a região atendida é da Baixada Santista, cuja meta de entrega, conforme o PPA 2024-2207, é para 2026 e 2027, num total de cerca de 1.350 unidades habitacionais.
Item de votação
NOVAS CENTRALIDADES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Trata-se de um novo programa ainda em fase de projeto, para 2025 está previsto a licitação dos primeiros projetos, para implantação dos exercícios seguintes
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2505 - FOMENTO HABITACIONAL (FPHIS/FGH), produto 2043- Unidades Habitacionais Viabilizadas por meio de Subsídios, aportes do FPHIS e PPP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Para 2025, está prevista licitação dos primeiros projetos
Item de votação
AÇÕES DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FPHIS. Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Barretos
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Trata-se um programa em andamento, com execução em todas as regiões do Estado de São Paulo. O programa prevê parcerias para a concessão de subsídios do FPHIS em operações de financiamento habitacional, participação em programas federais e municipais de produção e fomento habitacional, viabilização de produção habitacional, realização de melhorias em habitações construídas, fomento à produção de lotes urbanizados e incentivo a participação da iniciativa privada na produção habitacional, com finalidade de proporcionar o acesso a moradia digna e adequada à população de baixa renda, em situação de ausência ou inadequação habitacional contribuindo para a redução do déficit habitacional no estado
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 2505 - FOMENTO HABITACIONAL (FPHIS/FGH), produto 2043- Unidades Habitacionais Viabilizadas por meio de Subsídios, aportes do FPHIS e PPP
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programa com previsão para execução de operações durante o exercício de 2025
Item de votação
AÇÕES DO FUNDO PAULISTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FPHIS. Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Trata-se um programa em andamento, com execução em todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo. O programa prevê parcerias para a concessão de subsídios do FPHIS em operações de financiamento habitacional, participação em programas federais e municipais de produção e fomento habitacional, viabilização de produção habitacional, realização de melhorias em habitações construídas, fomento à produção de lotes urbanizados e incentivo a participação da iniciativa privada na produção habitacional, com finalidade de proporcionar o acesso a moradia digna e adequada à população de baixa renda, em situação de ausência ou inadequação habitacional contribuindo para a redução do déficit habitacional no estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2505 - FOMENTO HABITACIONAL (FPHIS/FGH), produto 2043- Unidades Habitacionais Viabilizadas por meio de Subsídios, aportes do FPHIS e PPP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Trata-se de um programa em andamento, com execução em todas as regiões administrativas do Estado de São Paulo, e com previsão para execução em 2025
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento no município de São José do Rio Preto que totalizam 239 unidades habitacionais. Na RA de São José do Rio Preto estão em andamento 1.000 unidades habitacionais e mais 1.429 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 150 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o município de Paraguaçu Paulista, não existem obras em andamento ou em planejamento/projetos, porém poderá ser avaliado pleito do município durante o ano de 2025. Para a RA Marília, estão em andamento/produção 528 unidades habitacionais/lotes urbanos e mais 502 unidades habitacionais em planejamento/projetos.

Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em planejamento/projetos no município de Franca que totalizam 295 unidades habitacionais. Na AU de Franca estão em andamento 206 unidades habitacionais/lotes urbanos e mais 470 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 100 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento no município de São Paulo que totalizam 6.862 unidades habitacionais e mais 5.661 unidades habitacionais em planejamento/projetos. Na RM São Paulo estão em andamento 2.978 unidades habitacionais e mais 3.251 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 680 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não foi possível compreender o escopo do voto.
Item de votação
AUXILIO MORADIA PROVISÓRIO E EMERGENCIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Atualmente, no município de São Paulo, estão em atendimento 2.491 famílias em Auxílio Moradia.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
FOMENTO HABITACIONAL (FPHIS / FGH) / AUXILIO MORADIA PROVISÓRIO E EMERGENCIAL, APORTES DO FPHIS E PPP
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não pertinente – ação em andamento e novas poderão ser previstas em parcerias com a SDUH e ou com órgãos parceiros da CDHU em ações de reassentamento habitacional.
Item de votação
URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
No bairro conhecido como Dique da Vila Gilda, moram em palafitas sobre o canal que separa a Ilha de São Vicente do continente centenas de famílias, cuja solução de assentamento em bases seguras data do século passado. O ponto requer ainda maior urgência em razão dos riscos de elevação do nível do mar e das chuvas extremas que ora acometem o sul do país.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento na RM Baixada Santista, especificamente do Programa Vida Digna, que totalizam 2.112 domicílios, sendo que 820 já foram entregues. O programa consiste em um amplo conjunto de ações e intervenções da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio da CDHU, com foco na remoção e reassentamento de cerca de 3.000 famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis em Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 1.100 unidades habitacionais para 2025.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
-Instalação de uma sede regional da EMTU na RM Sorocaba -Elaboração de uma pesquisa OD na RM Sorocaba
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Área de competência: Secretaria de Transportes Metropolitanos.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Gostaríamos de que Indaiatuba fosse incluída no projeto de expansão/capilarização ferroviária SP/Campinas/Viracopos e SP/Sorocaba pois está localizada exatamente no meio destes dois trechos. e ao lado do aeroporto de Viracopos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Área de competência: Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Criação de Novas Moradias na Zona Leste
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CDHU tem obras em andamento em todos os municípios do Estado de São Paulo que totalizam 22.374 unidades habitacionais/lotes urbanos e mais 32.032 unidades habitacionais em planejamento/projetos. Especificamente na Zona Leste de São Paulo, 1.142 unidades habitacionais estão em andamento e mais 1.205 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROVISÃO HABITACIONAL / PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO / UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Cerca de 5.000 unidades habitacionais/lotes urbanos para 2025.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Seja feito projetos Urbanos nas Periferias com Mobilidade BRT na Zona Leste
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Área de competência: Secretaria de Transportes Metropolitanos.
Item de votação
PROJETOS DO FUNDO DE DESENV. METROP DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE-FUNDOVALE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Projetos de reurbanização, em conjunto com a Prefeitura Municipal, tendo por finalidade alavancar o turismo na cidade, extensivos a toda a Região Metropolitana do Vale do Paraíba.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Há possibilidade de viabilizar o projeto desde que submetido à apreciação do Conselho de Desenvolvimento da Região para aprovação e utilização dos recursos do FundoVale.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Program 2513 - Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano do Vale do Paraíba e Litoral Norte - Fundovale.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não há programação.
Item de votação
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE ÁREAS E CONJUNTOS HABITACIONAIS DA CDHU Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Ampliação da regularização fundiária na cidade de São José dos Campos e aumento na quantidade de ofertas de Conjuntos Habitacionais da CDHU - essas situações impactam diretamente a sociedade joseense, dado o aumento populacional ocorrido nos últimos anos enquanto as ofertas de moradia não acompanham essa evolução.
Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O município de São José dos Campos está devidamente conveniado ao Programa Cidade Legal desde 2009, tendo sido inscrito no Programa 58 núcleos urbanos irregulares, sendo que 3 destes já foram regularizados com o apoio do Cidade Legal. Nessa gestão foram retomadas as tratativas para o planejamento de atuação do Programa no município, inicialmente com o apoio da equipe técnica interna, com os procedimentos para a regularização de 2 núcleos, Serrote e Rio Comprido, e a partir da contratação das empresas que prestam assessoria ao Programa serão feitas as intervenções nos demais núcleos. Quanto aos empreendimentos da CDHU em São José dos Campos, todos se encontram regularizados.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2507 - Regularização Fundiária Urbana Produto 4407 - Número de domicílios beneficiados com a regularização de áreas e conjuntos habitacionais da CDHU Produto 4696 - Número de domicílios beneficiados com a regularização de núcleos pelo Programa Cidade Legal
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Previsão de atuação em 55 núcleos de acordo com as prioridades municipais.
Item de votação
APOIO TÉCNICO À GOVERNANÇA METROPOLITANA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Apoio a Região Metropolitana de Piracicaba
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O voto está associado a uma ação (Apoio Técnico à Governança Metropolitana e Articulação Interfederativa) que não contempla a Região Metropolitana de Piracicaba e sim às regiões metropolitanas que possuem agências, tais como a Baixada Santista, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Contudo, a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano apoia o desenvolvimento de projetos para a região, como também faz a secretaria-executiva das reuniões do Conselho de Desenvolvimento.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2513- Desenvolvimento Urbano Integrado. Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programação para 2025.
Item de votação
PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL E REASSENTAMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Construção de Moradias Populares para os Bairros de São Roque da Fartura e Cascata. Com demanda de 500 famílias cadastradas pela Secretaria de Promoção e Assistência Social da Estância Turística de Águas da Prata - SP
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o município de Águas da Prata, não existem obras em andamento ou em planejamento/projetos, porém poderá ser avaliado pleito do município durante o ano de 2025. Para a RA Campinas, estão em andamento/produção 1.706 unidades habitacionais/lotes urbanos e mais 1.565 unidades habitacionais em planejamento/projetos.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A implantação de USINAS DE PLASMA por consórcio de municípios otimiza recursos e atende uma maior quantidade de municípios ao mesmo tempo.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Área de competência: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.
Item de votação
APOIO TÉCNICO À GOVERNANÇA METROPOLITANA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Há a necessidade de dispor no orçamento, recursos para a instalação e manutenção de órgãos administrativos das Regiões Metropolitanas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Projeto de Lei Complementar 14/2022, de 01/04/2022, que estabelece diretrizes para a Organização e Gestão Regional do Estado, está em tramitação na ALESP. Desta forma, no momento, ainda não há órgão específico instalado para apoio administrativo na RMP.
Item de votação
APOIO TÉCNICO À GOVERNANÇA METROPOLITANA E ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Maior representatividade do governo na região metropolitana de Piracicaba
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Projeto de Lei Complementar 14/2022, de 01/04/2022, que estabelece diretrizes para a Organização e Gestão Regional do Estado, está em tramitação na ALESP. Desta forma, no momento, ainda não há órgão específico instalado para apoio administrativo na RMP.
Item de votação
PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA RM DE SÃO PAULO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Moro no bairro Conceição em Diadema. Percebo que não há lixeira na porta de grande parte das casas no meu bairro, inclusive na minha. Então gostaria de solicitar um maior investimento na colocação de lixeiras nas portas das residências, ou contêineres próximos, evitando que o lixo seja colocado na rua ou na calçada.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Área de competência: Prefeitura de Diadema.
Item de votação
PROVISÃO DE LOTES URBANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Gostaria que o poder Publico pensasse mais um pouco de lotes urbanos habitação tem mais logica em as pessoas construir para a sua familia pensar nos seus filhos que sua familia tenha qualidade de vida com o lote ele faz a planta e pensa no que vai fazae aos poucos poristo com o Lote Urbanizado ele constroii o que é bom para sua familia
Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para o município de Guarulhos, como também para a RM São Paulo, não existem obras de Lotes Urbanos em andamento ou em planejamento/projetos, porém poderá ser avaliado pleito do município durante o ano de 2025. Nas demais regiões do Estado estão em andamento/produção 1.711 lotes urbanos.
Item de votação
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Como coordenadora da camara temática de planejamento integrado da região metropolitana de piracicaba , senti falta, na lista de votação, dos nossos projetos definidos nas reuniões das câmaras temáticas . Agradeço o apoio do governo do estado por meio das importantes presenças de José Police Neto e Eduardo Trani em nossas reuniões e no processo de fortalecimento da RMP.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os projetos definidos nas reuniões das câmaras temáticas serão submetidos à apreciação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Piracicaba para aprovação e posterior priorização. O projeto do Geoparque Corumbataí , discutido na Câmara Temática de Gestão Ambiental e Saneamento, já está em elaboração. Demais projetos não estão detalhados, mas foram contemplados na proposta orçamentária de 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2513- Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Programação de entrega: 1 projeto em 2024 e demais em 2025.
Item de votação
CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
INCLUSÃO DE PROGRAMA DE CARTA DE CRÉDITO AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS SIMILAR A CASA PAULISTA.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A concessão de cartas de crédito individual e associativa é um programa em andamento e de execução contínua. O Programa compreende o atendimento de pessoas físicas, seja de servidor público ou não, que se enquadrem nos critérios dos programas, o programa objetiva a redução das carências habitacionais, proporcionando acesso à moradia adequada à população de baixa renda sem moradia ou que vive em habitações precárias.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2505 - FOMENTO HABITACIONAL (FPHIS/FGH), produto 2043- Unidades Habitacionais Viabilizadas por meio de Subsídios, aportes do FPHIS e PPP.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica.

17000- SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Item de votação

AÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Bauru

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Na RA Bauru há 5 Centros em funcionamento, nos Municípios de Bauru (3) e Lins (2). Com relação a ações de atenção à educação, até o mês de agosto/2024 em Bauru foram 277 adolescentes matriculados na educação formal, 279 adolescentes matriculados em atividades de arte e cultura, 2.812 adolescentes matriculados em atividades esportivas e 646 adolescentes matriculados na educação profissional. Em Lins, 236 adolescentes matriculados na educação formal, 383 adolescentes matriculados em atividades de arte e cultura 4.847 adolescentes matriculados em atividades esportivas e 532 adolescentes matriculados na educação profissional.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

CASAS DA JUVENTUDE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Coordenadoria de Políticas para a Juventude, integrante deste órgão, tem a incumbência de fomentar e articular políticas para a juventude. Apóia os municípios, por meio da entrega das Casas da Juventude e na qualificação da sua atuação.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 1730- Cidadania emancipatória e direitos humanos, produto 1944 - APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Estão previstas 38 novas Casas da Cidadania para 2025.

Item de votação

GESTÃO E APOIO EM PÓS-MEDIDA E EMPREGABILIDADE – PROGRAMA NOVOS TEMPOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Fundação CASA conta com Programa de Acolhimento Pós Medida, que foi revisto conforme Portaria Normativa nº 464/2024, publicada em 30/09. A reorganização do programa prevê acompanhamento do adolescente por até 6 (seis) meses no apoio ao acesso a políticas públicas de garantia de direitos, através da oferta de uma gama de serviços no município de residência. Os adolescentes passam a ser acompanhados quando da extinção da medida socioeducativa, e adesão voluntária ao Programa. Já os municípios, organizações públicas, privadas ou da sociedade civil podem parceirizar com a Fundação CASA para o desenvolvimento do Programa, conforme área de atuação. Até agosto/2024, em relação a RM São Paulo foram 13 dos 39 municípios que compõem a RM pactuados para o desenvolvimento do Programa, e 47 adolescentes aderidos ao programa para o atendimento pós medida, que compreende a continuidade dos atendimentos de assistência social, saúde, educação, cidadania e empregabilidade no Município quando há a extinção da medida socioeducativa. Municípios pactuados: Arujá, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato,

Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Isabel, Santana de Parnaíba e Suzano. Com a reformulação do Programa, a Fundação CASA pretende aumentar o número de municípios pactuados, visando o melhor encaminhamento dos adolescentes à rede de atendimento local, e assim possibilitar ao adolescente o rompimento da trajetória infracional e não reincidência em medidas socioeducativas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ACESSIBILIDADE NOS FÓRUNS DO ESTADO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A permanência das reformas dos fóruns do Poder Judiciário como atribuição do Poder Executivo, por meio desta Secretaria da Justiça e Cidadania, está em discussão.

Item de votação

AÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Na RM Piracicaba existem 03 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente: 02 em Limeira e 01 em Piracicaba, e 155 adolescentes em atendimento.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AO SINASE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Infos sobre a Região: na RM Baixada Santista há 07 Centros: Guarujá, Vila de São Vicente, Peruibe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande I e II. Foram indicados repasses na Proposta Orçamentária Setorial 2025 para suprir a necessidade de reformas nos locais mencionados, objetivando a adequação das infraestruturas ao SINASE.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DOS CONSELHOS DE CIDADANIA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A promoção da participação social é executada pelo órgão no apoio administrativo e técnico a colegiados voltados à participação e ao controle social, a saber o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina, o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença Estadual.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730 - CIDADANIA EMANCIPATÓRIA E DIREITOS HUMANOS, Produto 2417 - PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estão previstas 122 atividades de promoção da participação social para o ano de 2025, incluindo ações alusivas a temas específicos no calendário anual, audiências públicas, encontros com conselhos municipais, ações de apuração de violação de direitos humanos, entre outros.
Item de votação
AÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Quanto aos adolescentes em medida socioeducativa em meio fechado, no Estado de São Paulo atualmente existem 97 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente sob a gestão da Fundação CASA - SP, 4.457 adolescentes em atendimento (dados de 25/09/2024), onde são realizados atendimentos em educação englobando atenção integral à educação formal, formação profissional básica, arte e cultura, educação física e esportes ; saúde englobando atendimentos clínicos, odontológicos, de enfermagem, psicológicos e sociais, doses de vacinas, e acompanhamento pós medida. Na RM Baixada Santista existem 09 Centros: Guarujá (01), Mongaguá (01), Peruíbe (01), Praia Grande (02) e São Vicente (01). Até agosto foram realizados 702 atendimentos em educação formal, 602 em arte e cultura, 1.129 em educação profissional e 11.297 em educação física e esporte. Total: 14.432 atendimentos nos 09 Centros.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
AÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Quanto aos adolescentes em medida socioeducativa em meio fechado, no Estado de São Paulo atualmente existem 97 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente sob a gestão da Fundação CASA - SP, 4.457 adolescentes em atendimento (dados de 25/09/2024), onde são realizados atendimentos em educação englobando atenção integral à educação formal (29.960) , formação profissional básica (19.314), arte e cultura (8270), educação física e esportes (166.433); saúde englobando atendimentos clínicos, odontológicos, de enfermagem, psicológicos e sociais, doses de vacinas (1.150.522), e acolhimento pós medida (171).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação

EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Infos sobre a Região: na RM Presidente Prudente há 02 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescentes, no Município de Irapuru (2). Até 25/09/2024, são 58 adolescentes atendidos nos Centros que estão situados na RM Presidente Prudente.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Infos sobre a Região: na RM Sorocaba há 09 Centros de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, nos municípios de Sorocaba (4), Botucatu (1), Cerqueira César (2), Itapetininga (1) e Iaras (1). Até 25/09/2024 são 389 adolescentes atendidos nos Centros que estão situados na RM Sorocaba.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Bauru
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As atividades de capacitação de jovens em direitos humanos e cidadania atingiram 3.459 pessoas e devem chegar a 5.009 até o final de 2024. Em 2025, devem atingir número semelhante.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730- Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos, Produto- 1944- Apoio a eventos de conscientização de jovens entre 15 e 29 anos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Em 2025, devem ocorrer atividades de conscientização de jovens, que devem somar cerca de 5. 000 participantes.
Item de votação
CASAS DA JUVENTUDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Bauru

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Coordenadoria de Políticas para a Juventude, integrante deste órgão, tem a incumbência de fomentar e articular políticas para a juventude. Apóia os municípios, por meio da entrega das Casas da Juventude e na qualificação da sua atuação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730- Cidadania emancipatória e direitos humanos, produto 1944 - APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estão previstas 38 novas Casas da Cidadania para 2025.
Item de votação
EMPREGABILIDADE NO PÓS-MEDIDA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Na RA Campinas até o momento (25/09) dos 90 municípios que compõem a RA, 10 pactuaram com a Fundação CASA para o desenvolvimento de Programa de Acompanhamento Pós Medida, que compreende inclusive ações de empregabilidade. Nesses 10 Municípios, 18 adolescentes aderiram ao Programa. Municípios pactuados: Americana, Artur Nogueira, Conchal, Itapira, Leme, Limeira, Mogi Mirim, Monte Mor, Pedreira e São João da Boa Vista. Com a revisão do Programa, o número de municípios pactuados na região e em todo o Estado deverá aumentar.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Saúde.
Item de votação
APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DO PÚBLICO DE 15 A 29 ANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As atividades de capacitação de jovens em direitos humanos e cidadania atingiram 3.459 pessoas e devem chegar a 5.009 até o final de 2024. Em 2025, devem atingir número semelhante.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 1730- Cidadania Emancipatória e Direitos Humanos, Produto- 1944- Apoio a eventos de conscientização de jovens entre 15 e 29 anos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Em 2025, devem ocorrer atividades de conscientização de jovens, que devem somar cerca de 5. 000 participantes.
Item de votação
CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO EFICIÊNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A capacitação de servidores é prioridade da atuação deste órgão, como comprova a inclusão de um produto correspondente no PPA 2024-2027.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730- Cidadania emancipatória e direitos humanos, Produto 2416- Cursos para capacitação de servidores.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Há previsão de cinco cursos para serem oferecidos aos servidores. À parte do PPA, o órgão possui a meta de capacitar, em 2024, 98% dose sercidores em temas de direitos humanos e cidadania e, provavelmente, uma meta semelhante será assumida para 2025.
Item de votação
APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A capacitação em direitos humanos e cidadania é prioridade da atuação desta Pasta e é executada por diversos órgãos subsetoriais,. voltados para temas específicos. Este órgão possui metas tanto no PPA 2024-2027 como no Índice Agregado de Cumprimento de Metas- IACM 2024, para efeito de pagamento de Bonificação por Resultado aos servidores.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
1730- Direitos Humanos e Cidadania, Produto 1932 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS APRIMORADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A meta prevista é de 1000 pessoas capacitadas para 2025; porém, com base na execução deste ano, que até o mês de agosto foi de 6.821 pessoas capacitadas, a meta para o próximo exercício será extrapolada.
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A ABIMED – Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde vêm à presença de Vossas Excelências solicitar inclusão do Convênio ICMS 01/99 (isenção do ICMS para equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde) e Convênio 126/10 (isenção do ICMS para artigos e aparelhos ortopédicos e para fraturas e outros que especifica) e Convênio ICMS 116/98 (isenção do ICMS a preservativos) na LDO 2025, bem como na LOA 2025, ocasião em que sugere a utilização da seguinte redação na tabela de “Estimativa e compensação da renúncia de receita – ICMS / Previsão para o exercício de 2025” (fls. 43): “Concessão ou ampliação de benefícios para a saúde, em especial os dos artigos 14, 16 e 66 do Anexo I do RICMS, infraestrutura e cultura. Acesso à Saúde é fundamental para o povo.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Saúde.
Item de votação

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E ACESSIBILIDADE NOS FÓRUMS DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Construção do prédio do Fórum na cidade de Cordeirópolis SP , atendera o município de Cordeirópolis SP e Iracemópolis. Temos o terreno doado e também o projeto executivo que ~e referencia para demais municípios. Proporcionará melhores condições de trabalho aos funcionários e diminuirá as despesas com alugueis da prefeitura.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A permanência das reformas dos fóruns do Poder Judiciário como atribuição do Poder Executivo, por meio desta Secretaria da Justiça e Cidadania, está em discussão.
Item de votação
GESTÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Devolutiva: Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Educação.
Item de votação
APOIO ADMINISTRATIVO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Outro
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O produto de Apoio Administrativo não possui relevância por si próprio; está condicionado ao suporte necessário para os produtos finalísticos e de melhoria de gestão.
Item de votação
EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Devolutiva: Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Educação.
Item de votação
ACÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Devolutiva: Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Educação.
Item de votação
CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DOS CONSELHOS DE CIDADANIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A promoção da participação social é executada pelo órgão no apoio administrativo e técnico a colegiados voltados à participação e ao controle social, a saber o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina, o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença Estadual.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730 - CIDADANIA EMANCIPATÓRIA E DIREITOS HUMANOS, Produto 2417 - PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estão previstas 122 atividades de promoção da participação social para o ano de 2025, incluindo ações alusivas a temas específicos no calendário anual, audiências públicas, encontros com conselhos municipais, ações de apuração de violação de direitos humanos, entre outras.
Item de votação
CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO EFICIÊNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso de 2023, reajuste do piso salarial e estabilidade ao Categoria O com o fim da interrupção dos contratos.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A capacitação de servidores é prioridade da atuação deste órgão, como comprova a inclusão de um produto correspondente no PPA 2024-2027.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730- Cidadania emancipatória e direitos humanos, Produto 2416- Cursos para capacitação de servidores.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Há previsão de cinco cursos para serem oferecidos aos servidores. À parte do PPA, o órgão possui a meta de capacitar, em 2024, 98% dose servidores em temas de direitos humanos e cidadania e, provavelmente, uma meta semelhante será assumida para 2025.

Item de votação
GESTÃO DO FUNDO DE INTERESSES DIFUSOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A reparação aos interesses difusos é prioridade da Pasta e o aprimoramento da sua gestão está no nosso horizonte, inclusive no processo de reestruturação do órgão, cujos efeitos já estão previstos para 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730-Cidadania emancipatória e direitos humanos e Produto 1903- Fomento de projetos de defesa dos interesses difusos
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Há a previsão de um edital de projetos para 2025, do qual podem participar tanto organizações governamentais como não governamentais.
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Voto para mais terminais nas escolas para Desenvolvimento de atividades pedagógicas e constante manutenção nos terminais. Quiçá terceirização de mão de obra e no fornecimento de terminais, deixando apenas as atividades pedagógicas ao Estado.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Devolutiva: Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Educação.
Item de votação
AÇÕES DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Importante voltarmos a atenção aos adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade para que os mesmos sejam protegidos junto de suas famílias.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Quanto ao detalhamento do voto, está fora do escopo de atuação da Fundação CASA. Sugerimos encaminhamento a Secretaria de Desenvolvimento Social em relação a pessoas em situação de vulnerabilidade.
Item de votação
CASAS DA JUVENTUDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Coordenadoria de Políticas para a Juventude, integrante deste órgão, tem a incumbência de fomentar e articular políticas para a juventude. Apóia os municípios, por meio da entrega das Casas da Juventude e na qualificação da sua atuação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1730- Cidadania emancipatória e direitos humanos, produto 1944 - APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estão previstas 38 novas Casas da Cidadania para 2025.
Item de votação
APRIMORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Abaixo à escola militar!
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A capacitação em direitos humanos e cidadania é prioridade da atuação desta Pasta e é executada por diversos órgãos subsetoriais, voltados para temas específicos. Este órgão possui metas tanto no PPA 2024-2027 como no Índice Agregado de Cumprimento de Metas- IACM 2024, para efeito de pagamento de Bonificação por Resultado aos servidores.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
1730- Direitos Humanos e Cidadania, Produto 1932 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS APRIMORADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A meta prevista é de 1000 pessoas capacitadas para 2025; porém, com base na execução deste ano, que até o mês de agosto foi de 6.821 pessoas capacitadas, a meta para o próximo exercício será extrapolada.

26000- SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

26000 - SEC.DE MEIO AMBIENTE, INFRAEST. E LOGÍSTICA

Item de votação

APOIO À FORMULAÇÃO E À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Diante da ausência de justificativa, entende-se que o item de votação esteja reforçando a importância do desenvolvimento dos produtos e indicadores estabelecidos no Programa "Fortalecimento do Planejamento, da Gestão e da Estratégia Climática do estado de São Paulo", que encontra-se em andamento.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

O Programa "Fortalecimento do Planejamento, da Gestão e da Estratégia Climática do estado de São Paulo" busca responder à dificuldade de implementação e gestão de instrumentos de planejamento ambiental e territorial e de sua incorporação pelos diferentes atores e governanças envolvidos. Neste sentido, tem como finalidade dar suporte à implementação das políticas públicas ambientais, em especial da estratégia climática no estado, por meio do fortalecimento do planejamento e implementação articulados de políticas públicas estaduais e municipais.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Como o Programa e seus produtos tem abrangência estadual a Região Metropolitana de São Paulo é contemplada pelas ações desenvolvidas relacionadas a capacitações e implementação de políticas públicas territoriais e ambientais, bem como as informações disponibilizadas e os estudos desenvolvidos ligados à questão de risco.

Item de votação

PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DE CURSOS EM ED AMB E POL PUB Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Ainda sugiro que essa iniciativa se aplique nas escolas de ensino integral.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O item/ação orçamentária "PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DE CURSOS EM ED AMB E POL PUB" contempla a capacitação e formação para o público em geral (cidadãos e coletivos), educandos e educadores formais e não formais, profissionais da gestão pública estadual e municipais e demais atores chave e público em geral do estado sobre educação ambiental e políticas públicas em meio ambiente. Na sugestão do cidadão da cidade de São Paulo sobre "Ainda sugiro que essa iniciativa se aplique nas escolas de ensino integral", informamos que dentro deste produto está previsto o desenvolvimento de disciplinas eletivas sobre meio ambiente para a rede estadual de ensino, especificamente voltado para as escolas de tempo integral, incluindo aquelas localizadas na cidade de São Paulo. Com relação à programação de entrega, está prevista a elaboração de uma segunda disciplina eletiva para o exercício de 2025.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 2617 - EDUC. AMBIENTAL, PESQUISA CIENTÍFICA, INOVAÇÃO TECNOLÓG E GESTÃO DO CONHECIMENTO; PRODUTO 2222 - CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO SOBRE ED. AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO AMBIENTE

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Informamos que dentro deste produto está previsto o desenvolvimento de disciplinas eletivas sobre meio ambiente para a rede estadual de ensino, especificamente voltado para as escolas de tempo integral, incluindo aquelas localizadas na cidade de São Paulo. Com relação à programação de entrega, está prevista a elaboração de uma segunda disciplina eletiva para o exercício de 2025.

Item de votação

AÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO E ORIENTAÇÃO EM ED AMB PARA POLÍTICAS PÚBLICAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Ampliar a divulgação através das escolas de governo

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo
Condicional a à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para fins da LOA 2025, esse item trata-se de uma ação NÃO orçamentária do PPA, relativa as ações de apoio da CEA sobre orientação e/ou qualificação de educação ambiental aos diferentes públicos internos e exeternos da Semil.
Item de votação
APOIO À FORMULAÇÃO E À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso e estabilidade de categoria O.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Educação, a justificativa aborda projeto de educação cívico militar
Item de votação
APOIO À FORMULAÇÃO E À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Politica publica de verdade. Não a educação civica e militar
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Educação, a justificativa aborda o plano de carreira dos servidores categoria O (professores)
Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações.
Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido

Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
OPERAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TIETÊ/SOROCABA-RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Comitê do Rio Sorocaba e Médio Tietê iniciou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em novembro de 2010 e desde 2011 indica empreendimentos ao FEHIDRO. Até o momento foram contratados R\$ 159.512.238,82, em 225 projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS AÇÕES Produto 2457 – Empreendimentos financiados pelo FEHIDRO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A indicação dos empreendimentos a serem financiados fica a critério do Comitê de Bacia.
Item de votação
CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS - DER Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS - DER Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
LOGÍSTICA E TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - MIGA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há recursos disponíveis, fase de finalização
Item de votação
MONITORAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
MONITORAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID IV FASE III Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Contrato 2024 contemplara melhorias de infraestrutura e programa de fortalecimento para o DER SP
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 2472 - RODOVIAS ESTADUAIS IMPLANTADAS E PAVIMENTADAS Produto: 5823 - EXTENSÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO CONCLUÍDAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Estão previstas para o ano 2025 21 obras estaduais a serem entregues
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Ribeirão Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.
Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.

Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.

Item de votação
ÁGUA LIMPA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa em andamento
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

Item de votação
POLICIAMENTO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Impossibilidade de analisar por falta de informações no campo comentário.

Item de votação
INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
1) Mobilidade Urbana: Necessidade urgente da construção de vias marginais ao longo de toda extensão urbana da rodovia Candido Portinari, pois no contrato atual da concessionária Arteris Via Paulista de pedágios não consta essa obrigatoriedade. Diversos acidentes ocorrem nesse trecho urbano diariamente.
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há recursos disponíveis, fase de finalização
Item de votação
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A barragem de Santa Maria da Serra trazendo navegabilidade para o Rio Piracicaba
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A infraestrutura hidroviária no rio Tietê está em operação. O escopo do Desenvolvimento Hidroviário (DH) inclui a melhoria da infraestrutura da hidrovia, com a abertura de canais, a manutenção da sinalização da rota de navegação e obras em pontes para assegurar a passagem de embarcações. As operações de manutenção, reparos e correção dos sinais náuticos, que incluem boias e placas ao longo das margens e em pontes, estão sendo realizadas regularmente para demarcar a via e definir a rota de navegação em toda a extensão da hidrovia no trecho do Tietê. Em relação às melhorias do canal de navegação, está em execução o rebaixamento do leito do canal no reservatório de Três Irmãos, no canal a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, com o objetivo de eliminar as restrições de navegação e de geração.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
1602 - GESTÃO DA LOGÍSTICA HIDROVIÁRIA Produto: 1163 - OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ Indicador: 2714 - PERCENTUAL DE AVANÇO-FÍSICO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA MALHA HIDROVIÁRIA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A operação da hidrovia é realizada de forma regular, e a conclusão da obra em Nova Avanhandava está prevista para abril de 2026.
Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Asfaltamento da Rua Raimundo Franco na cidade de Boituva
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O comentário cita uma rua, esta demanda deveria ser direcionada à Prefeitura de Boituva
Item de votação
INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Considerando que minha cidade de Leme, é cortada pela Rodovia Anhanguera, e só temos dois viadutos para interligar os dois lados, é de suma importância a construção de UM NOVO VIADUTO sobre a rodovia anhanguera.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
DEVIDO A PAVIMENTAÇÃO DA VICINAL PALESTINA-IBIPORANGA (TANABI), A MOVIMENTAÇÃO NA SP 453 FICOU MAIOR E TEM A TENDÊNCIA DE AUMENTAR DEVIDO O DESVIO DE LIGAÇÃO DA BR-153 À RODOVIA ESTADUAL EUCLIDES DA CUNHA PASSANDO POR PALESTINA À TANABI. ASSIM SE FAZ NECESSÁRIO UMA COBRANÇA A

CONCESSIONÁRIA DA BR-153 PARA A MUDANÇA DO TREVO DE ACESSO COM A CONSTRUÇÃO URGENTE DE UM VIADUTO. NO CASO ESTADUAL A CONSTRUÇÃO DE UM "TREVO HELIPSOIDAL" NA ENTRADA DE PALESTINA, ONDE HÁ A CONFLUÊNCIA PARA TANABI.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
São necessárias maiores informações para identificar corretamente a demanda em questão (Rodovia/Estrada e km), a fim de identificar se realmente corresponde a uma demanda de Estradas Municipais ou se seria um investimento em Rodovias Estaduais
Item de votação
MONITORAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Duplicação das rodovias Sorocaba x Porto Feliz e Sorocaba x Piedade.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
"Atualmente, Existem projetos em elaboração da SP 097(SorocabaXPorto Feliz) de atualização do projeto do km 0,00 ao km 12,85 (Extensão: 12,85 km) Duplicação do km 12,85 ao km 23,10 (Extensão: 10,25 km) e SP 079 (SorocabaXVorantimXPiedade) - Duplicação e melhorias do km 97,700 ao km 122,000 (Extensão: 24,30 km)"
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2628 - Operação, Conservação e Segurança da Infraestrutura Produto - 2447 - Equipamentos de contagem, monitoramento e cbertura wi-fi em rodovias estaduais
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A SP 097 tem previsão de conclusão em julho/2025. Já a SP 079 tem como conclusão da elaboração do projeto Novembro/2024
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É necessário para a ampliação do desenvolvimento turístico de Águas da Prata, a construção de Anel Viário para deslocamento de veículos pesados na área urbana da Estância Turística de Águas da Prata - SP
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Processo está caminhando para o desenvolvimento de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), conforme descrito no campo "Motivo".
Item de votação
GESTÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS-FEHIDRO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É preciso urgentemente que passemos a cuidar dos nossos recursos naturais, em especial a água.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO teve o seu 1º contrato efetivado em 1995 e desde então já contratou mais de 7.000 empreendimentos, perfazendo mais de R\$ 1 bilhão em contratos, financiados com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos - CFURH.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS AÇÕES Produto 2457 – Empreendimentos financiados pelo FEHIDRO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A indicação dos empreendimentos a serem financiados pelo FEHIDRO é de responsabilidade dos comitês de bacias hidrográficas.
Item de votação
MONITORAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Há necessidade de finalização de pavimentação asfáltica na Estrada Municipal Joel de Paula (que liga São José dos Campos e Caçapava), bem como recapeamento asfáltico nas seguintes vias: Estrada Coronel Gonçalves, Acostamento da SP-62 e o Entrepasto da CEAGESP (localizado à Rodovia Presidente Dutra, km 138-5) - todos fundamentais para a mobilidade urbana das cidades envolvidas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
"Existe licitação em andamento para Estrada Vargem/Grande, Marambaia e Tatauba - SJC/CPV-010/CPV-020 que conecta os municípios de São José dos Campos e Caçapava. Também foi concluído em junho de 2024 serviço de conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da rodovia SP 062, do km 195+000 ao km 199+300, no município de Canas. Não foi possível encontrar informações a respeito da Estrada Coronel Gonçalves (trata-se de estrada municipal ou rodovia estadual? Se possível, informar código da SP). E, por fim, a BR 116 (Rodovia Presidente Dutra) é de jurisdição federal, sendo administrada por concessão. "
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 2627 – MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE INTERMODAL Produtos 2469 – ESTRADAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS E PERENIZADAS 2472 – RODOVIAS ESTADUAIS IMPLANTADAS E PAVIMENTADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Municipal - licitação em andamento. SP 062 - finalizada em junho/2024.
Item de votação
TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE - BIRD Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA NA ESTRADA MUNICIPAL QUE LIGA PIRAPOZINHO A NARANDIBA - ESTRADA MUNICIPAL ANGELO GRIZANY
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Plano de Logística e Investimentos está em fase de contratação por meio de uma licitação promovida pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Atualmente, aguarda-se o recebimento das propostas da lista curta, e o início do contrato está previsto para dezembro de 2024. O Plano Estadual de Logística e Investimentos para São Paulo, que será conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, visa atualizar o planejamento estratégico no transporte regional e na logística do Estado, identificando as necessidades de investimentos na infraestrutura, em sintonia com a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos projetos anos 2023 a 2050
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2629 - PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES 5380 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega do PLI - Plano Estadual de Logística e Investimentos esta prevista para o 1º semestre de 2026.
Item de votação
REFLORESTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Minha cidade é cortada pelo rio mogi guaçu e as margens necessitam URGENTEMENTE de reflorestamento, na região possuímos onças e animais silvestres que utilizam das margens do rio como caminho de sobrevivência, além é claro que a região é muito quente devido a falta de áreas verdes e o excesso de plantio de cana e soja.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A restauração da biodiversidade, ecossistemas e paisagens para o estado como um todo, é um dos pilares mais importantes do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), o qual contempla o planejamento, execução e monitoramento de planos, programas, projetos e ações de restauração são objeto, por meio do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) e sua Ação 6535, a qual tem como finalidade "promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.", congregando o manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ÁGUA LIMPA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
MONITORAMENTO PERMANENTE DA QUALIDADE HÍDRICA E PLANEJAMENTO DE VOLUME DE CONSUMO FUTURO.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa em andamento
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ESTRADAS MUNICIPAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O Viaduto Prefeito Edmir Viana Moura (SP-062) encontra-se em situação bem precária, tendo sido local de vários acidentes, mais recentemente o atropelamento de uma criança de 9 anos; nele é necessária a implantação de diversas melhorias, como pedido em anos anteriores: pavimentação asfáltica, guard rail, área restrita a pedestres, dentre outras).
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
São necessárias maiores informações para identificar corretamente a demanda em questão (Rodovia/Estrada e km), a fim de identificar se realmente corresponde a uma demanda de Estradas Municipais ou se seria um investimento em Rodovias Estaduais
Item de votação
IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Prezados, boa tarde! Outra vez, desde de 2019 e, consecutivamente, reitero a implementação da duplicação das rodovias SP 354 e SP 332, elas são utilizadas diariamente por cidadãos de Franco da Rocha, de Caieiras, Francisco Morato, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Cajamar, Jundiaí, dentre outras. Essas Rodovias fazem conexão com as rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro, Fernão Dias, cito as principais. Há galpões muitos galpões logísticos. Assim, há tráfego pesado, todavia, em que pesem as obras de recapeamento, não são suficientes para a segurança necessária aos motoristas. A título de exemplo, enquanto eu participava da audiência pública online, nesta tarde, houve um acidente grave, com apoio de helicóptero para o socorro. Ajudem-nos, por favor, evitem novos acidentes fatais.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Atualmente, existem projetos sendo elaborados da SP 354 - - Duplicação do km 38,200 ao km 79,60 (Extensão: 41,40 km) Trecho: Cajamar - Franco da Rocha - Campo Limpo Paulista - Jarinu - Atibaia e o Projeto SP 332 - Duplicação do km 26,00 ao km 52,20 (Extensão: 26,20 km) Trecho: Caieiras - Franco da Rocha - Jundiá. Estes tem como objetivo de melhorar a trafegabilidade da rodovia e diminuir o número de acidentes.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa - 2627 - Melhorias na infraestrutura de transporte estadual Produto - 2472 - Rodovias Implantadas e Pavimentadas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão para ambas os projetos seria julho/2025
Item de votação
PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Proteção e Fiscalização Ambiental é o tema central de dois importantes Produtos do Programa 2618 (Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade), ambos tendo sido contemplados na LOA 2025 e com abrangência para todo o estado, incluindo RMSP: - Produto 2171 (Proteção, Fiscalização e Monitoramento Ambiental) que tem como objetivo a realização de ações de prevenção, fiscalização e monitoramento ambiental, incluindo articulação para atuação integrada de órgãos e instituições públicas e privadas, para proteger e reduzir pressões e riscos aos bens ambientais e à biodiversidade, prevenir, reprimir e combater danos ambientais e incêndios florestais, atender denúncias, proteger e monitorar áreas de vulnerabilidade e/ou interesse ambiental; - Produto 2172 (Gestão de Autos de Infração Ambiental e Reparação de Danos ao Meio Ambiente), com o objetivo gerir e processar autos de infração ambiental com vistas ao andamento do processo administrativo e aplicação de sanções, acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações para reparação dos danos ou regularização de atividades, pagamento e/ou conversão de multas em serviços ambientais.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade) Produto 2171 (Proteção, Fiscalização e Monitoramento Ambiental) Produto 2172 (Gestão de Autos de Infração Ambiental e Reparação de Danos ao Meio Ambiente),
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
REFLORESTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A restauração da biodiversidade, ecossistemas e paisagens para o estado como um todo, é um dos pilares mais importantes do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), o qual contempla o planejamento, execução e monitoramento de planos, programas, projetos e ações de restauração são objeto, por meio do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) e sua Ação 6535, a qual tem como finalidade "promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.", congregando o manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE PAISAGENS E ECOSSISTEMAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A restauração da biodiversidade, ecossistemas e paisagens para o estado como um todo, é um dos pilares mais importantes do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), o qual contempla o planejamento, execução e monitoramento de planos, programas, projetos e ações de restauração são objeto, por meio do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) e sua Ação 6535, a qual tem como finalidade "promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.", congregando o manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXADA SANTISTA-RECURSOS COBRANÇA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Comitê da Baixada Santista iniciou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em março de 2012 e desde 2013 indica empreendimentos ao FEHIDRO. Até o momento foram contratados R\$ 112.606.706,91, em 134 projetos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS AÇÕES Produto 2457 – Empreendimentos financiados pelo FEHIDRO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A indicação de empreendimentos a serem financiados pelo FEHIDRO fica a critério do Comitê.
Item de votação
REFLORESTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A restauração da biodiversidade, ecossistemas e paisagens para o estado como um todo, é um dos pilares mais importantes do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), o qual contempla o planejamento, execução e monitoramento de planos, programas, projetos e ações de restauração são objeto, por meio do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) e sua Ação 6535, a qual tem como finalidade "promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.", congregando o manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

Item de votação
REFLORESTAMENTO DE ESPÉCIES NATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A restauração da biodiversidade, ecossistemas e paisagens para o estado como um todo, é um dos pilares mais importantes do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), o qual contempla o planejamento, execução e monitoramento de planos, programas, projetos e ações de restauração são objeto, por meio do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) e sua Ação 6535, a qual tem como finalidade "promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.", congregando o manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

Item de votação
AÇÕES PARA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Outro
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve detalhamento de voto

Item de votação
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - MICROBACIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os trabalhos realizados no PPA 2020-2023 via Ação "Sustentabilidade Ambiental - Microbacias" serão continuados no PPA 2024-2027 via do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), por meio da Ação 6535, a qual tem como finalidade promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Por meio desta ação será realizado o apoio, incentivo, desenvolvimento de instrumentos e parcerias, incluindo Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, voltadas a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, apoiando a agenda de mitigação e adaptação climática. Contempla ações para manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve
Item de votação
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - MICROBACIAS Voto(s) 2
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os trabalhos realizados no PPA 2020-2023 via Ação "Sustentabilidade Ambiental - Microbacias" serão continuados via do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), por meio da Ação 6535, a qual tem como finalidade promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Por meio desta ação será realizado o apoio, incentivo, desenvolvimento de instrumentos e parcerias, incluindo Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, voltadas a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, apoiando a agenda de mitigação e adaptação climática. Contempla ações para manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvopastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens) Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MANEJO ÉTICO DE CÃES E GATOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Produto 2173 - Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos tem como objetivo, justamente, implementar alguns dos pilares atuar na implementação da Política Estadual de Defesa dos Animais Domésticos (Decreto 64.188/2019) e do Programa de Controle e Identificação da População de Cães e Gatos (Decreto 63.505/2018), por meio de um conjunto de ações de manejo de animais domésticos, que visa prevenir o descontrole reprodutivo e o abandono de cães e gatos, promovendo a saúde e o bem-estar animal, além do equilíbrio ambiental e a proteção da fauna silvestre (Ação 5434) de promoção da saúde e do bem-estar dos cães e gatos, com oferta de atendimento veterinário aos animais de estimação da população mais carente e aos animais abandonados (Ação 2737).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 - PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE Produto 2173 - Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DE MEIO AMBIENTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação orçamentária APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DE MEIO AMBIENTE, compreende a coordenação e implementação de programas para aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, desde a proposição de critérios para verificação da viabilidade técnico, econômica e financeira dos projetos até a elaboração dos relatórios financeiros e das atividades desenvolvidas, com a finalidade de melhorar as condições ambientais e de saúde pública.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 2604 – Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado Produto 2428 - Financiamento de projetos ambientais pelo FECOP
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Considerando a delimitação territorial indicada para o item (RM Piracicaba), informamos que o atendimento pelo Fundo dependerá das disponibilidades orçamentárias da referida política pública. Por oportuno, informamos que não foi recebida ou registrada novas demandas dessa região no fundo FECOP até o momento.
Item de votação
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Na região metropolitana de São Paulo, o instrumento da Compensação Ambiental vem financiando projetos estratégicos nos Parques Estaduais da Cantareira, Jaraguá e Juquery.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
2621 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ÁREAS PROTEGIDAS E PARQUES URBANOS; 2482 - PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
AÇÕES PARA PRODUÇÃO E DIFUSÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Acoes sobre meio ambiente sao cada vez mais necessarias. as empresas deveriam ser mais responsaveis nos recolhimentos dos residuos, deveriam existir formas de consumidor devolver embalagens e ganhar pontos , descontos alguma coisa de incentivo
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Entende-se que esta sugestão não enquadra-se no escopo deste item/ação do Programa 2617 de Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento. Sugere-se pela análise dos responsáveis da agenda de gestão de reíduos sólidos Sugestões: - Programa 2604: MELHORIA DA GESTÃO AMBIENTAL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ESTADO; Produto 2428: FINANCIAMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS PELO FECOP, Ação 1359: APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DE MEIO AMBIENTE. - Programa 2623: PLANEJ.FORMULAÇÃO,APOIO À IMPLM. DE AÇÕES SUSTENTÁVES DA POLITICA DE SAN.BÁSICO; Produto 2505: MELHORIA DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA; Produto 2666: FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; Ação 6365: IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESIDUOS SOLIDOS; Ação 6355: FISCALIZAÇÃO EM LOCAIS DE DISPOSIÇÃO DE RESIDUOS URBANOS DA COLETA MUNICIPAL; Ação 6529: DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO Com relação à programação de entrega, não temos nada a declarar por não sermos os gerentes dessas ações/itens.
Item de votação
ATIVIDADES NOS PARQUES URBANOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
APOIAR FINANCEIRAMENTE OS PROJETOS DE INSERÇÃO DE FUNDOS DE VALES E AREAS VERDES NA PAISAGEM DA CIDADE - PIRAPOZINHO
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A SEMIL não faz gestão de Parques Urbanos Estaduais na região de origem da demanda.

Item de votação
PESQUISA CIENTÍFICA, INOVAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM MEIO AMBIENTE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
CURSOS, ATIVIDADES E FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES PARA CONVIVÊNCIA AMBIENTAL ENTRE PESSOAS, ANIMAIS E PLANTAS COM REMANEJO E REPLANTIO EM ÁREAS DEGRADADAS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Referente à Ação Orçamentária Pesquisa Científica, Inovação e Capacitação em Meio Ambiente do Produto Pesquisa Científica, Gestão do Conhecimento e Inovação Tecnológica, Coleções e Acervos Protegidos e Recursos Humanos Capacitados em Meio Ambiente de responsabilidade do Instituto de Pesquisas Ambientais foi inserida a seguinte colocação: "cursos, atividades e formação continuada de gestores para convivência ambiental entre pessoas, animais e plantas com remanejo e replantio em áreas degradadas" como participação popular na Audiência pública Eletrônica e Regionais Virtuais do LOA 2025. A indicação do cidadão é pertinente às finalidades do Produto, já que visa a ampliação do acesso da população à produção científica, tecnológica e de inovação e a capacitação de recursos humanos orientados à gestão ambiental. E ressalta ainda, um dos eixos prioritários da Ação: a capacitação e difusão do conhecimento.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
O Programa Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Inovação Tecnológica e Gestão do Conhecimento para o Meio Ambiente apresenta como um dos seus Indicadores o número de alunos de pós-graduação, estagiários, bolsistas e de cursos de capacitação técnica do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), demonstrando a importância dada às atividades ligadas à formação e capacitação da população. Adicionada a isso, a Ação apresenta como finalidades planejar, coordenar, monitorar e orientar a aplicação de normas e políticas relacionadas à área da Ciência, Tecnologia e Inovação, em especial aos campos da biodiversidade, botânica, geociências e ciências florestais; desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas com vistas ao conhecimento, proteção e uso da diversidade biológica, preferencialmente aquelas que subsidiem políticas públicas ambientais; realizar estudos e pesquisas em geociências visando à conservação e à proteção dos recursos naturais, ao respectivo uso racional, ao ordenamento territorial e à mitigação de problemas ambientais; desenvolver pesquisas voltadas à conservação e produção do setor florestal, promovendo e executando ações de proteção ao patrimônio genético e cultural relacionados e ao desenvolvimento sustentável; garantir o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento na área ambiental e respectivos componentes, observados o direito à informação e a ampla publicidade e transparência; capacitar e formar, sob os aspectos científicos e tecnológicos, profissionais de áreas de biodiversidade e meio ambiente e correlatas, habilitados para realização de pesquisas científicas, para produção de conhecimento e para gestão ambiental; gerir a política institucional de inovação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente nos campos de biodiversidade, botânica, geociências e ciências florestais.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Ação atende ao indicado, visto que recebe alunos dos diversos estados do Brasil e de diferentes municípios nos cursos e capacitações.
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE MANEJO ÉTICO DE CÃES E GATOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É DE GRANDE IMPORTÂNCIA A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PARA RECOLHIMENTO DE ANIMAIS DE RUA, SEGUINDO-SE COM A CASTRAÇÃO A RESPECTIVA COLOCAÇÃO PARA ADOÇÃO DOS CASOS EM QUE NÃO EXISTAM DONOS. PRECISAMOS URGENTEMENTE DE MAIS INVESTIMENTOS NESTA ÁREA PARA CONTROLAR O AUMENTO DO NÚMERO DE CÃES E GATOS NOS MUNICÍPIOS DE FORMA IRRESPONSÁVEL E DESENFREADA.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Produto 2173 - Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos tem como objetivo, justamente, implementar alguns dos pilares atuar na implementação da Política Estadual de Defesa dos Animais Domésticos (Decreto 64.188/2019) e do Programa de Controle e Identificação da População de Cães e Gatos (Decreto 63.505/2018), por meio de um conjunto de ações de manejo de animais domésticos, que visa prevenir o descontrole reprodutivo e o abandono de cães e gatos, promovendo a saúde e o bem-estar animal, além do equilíbrio ambiental e a proteção da fauna silvestre (Ação 5434) de promoção da saúde e do bem-estar dos cães e gatos, com oferta de atendimento veterinário aos animais de estimação da população mais carente e aos animais abandonados (Ação 2737).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Produto 2618 - PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE Produto 2173 - Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO E CONCILIAÇÃO AMBIENTAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O incremento da inteligência nas ações de fiscalização ambiental, em especial de fauna e transporte de produtos florestais nativos precisam ser aperfeiçoados, em especial, a formulação de uma política pública preventiva de ações de fiscalização entre os órgãos ambientais e a sociedade civil.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As ações de estruturação e gestão da fiscalização ambiental são objeto de dois produtos do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), os quais tem como escala de abrangência o território do estado como um todo: - Produto 2171 - Prevenção, fiscalização e Monitoramento Ambiental, o qual, por meio da Ação 6233, tem por finalidade "prevenir e reprimir a degradação por meio de ações estratégicas de prevenção, fiscalização e monitoramento que visem proteção, redução de pressões e conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos e áreas de vulnerabilidade ou interesse ambiental; atendendo leis, normas e compromissos do sistema de prevenção e combate a incêndios, fiscalização integrada, SIM-UC, SIMMAR, SIM-RPPN e mais" e; - Produto 2172 - Gestão de autos de infração ambiental e reparação de danos ao meio ambiente, o qual, por meio da Ação 6302, tem por finalidade "estruturar e modernizar instalações e equipamentos para proteção e fiscalização, aperfeiçoar procedimentos e ações, capacitar agentes e gerir processos visando à consolidação dos autos de infração, aplicação de sanções, reparação de danos e regularização de atividades, pagamento de multas e conversão em serviços ambientais, atendendo às normas legais e aos compromissos do programa de conciliação".
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2171 - Prevenção, fiscalização e Monitoramento Ambiental, Produto 2172 - Gestão de autos de infração ambiental e reparação de danos ao meio ambiente
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS VETERINÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
PALESTINA PRECISA DA CONSTRUÇÃO DE UM LOCAL PARA RECEPÇÃO, ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS E QUE POSSAM SER TRATADOS, CASTRADOS E COLOCADOS PARA A ADOÇÃO RESPONSÁVEL. COM O AUMENTO IRRESPONSÁVEL DA POPULAÇÃO DE ANIMAIS PELA FALTA DE POLÍTICAS DE CASTRAMENTO DOS RESPONSÁVEIS E A SOLTURA DESSES ANIMAIS TEMOS TIDO UM AUMENTO CONSIDERÁVEL DESSA POPULAÇÃO ANIMAL E QUE TRAZIDO PROBLEMAS PARA A CIDADE.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A construção de estabelecimentos veterinários para atendimento de cães e gatos é objeto da Ação 2737 do Produto 2173 (Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos) do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens),
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2173 (Proteção, Amparo e Bem-estar de Cães e Gatos)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - MICROBACIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Um ponto a ser adicionado seria o desassoreamento do Rio Piracicaba desde o município de Piracicaba até o Tanquã (mini pantanal de SP) devolvendo o leito natural do rio, trazendo de volta a fauna e flora bem como a mitigação de enchentes nas populações ribeirinhas
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os trabalhos realizados no PPA 2020-2023 via Ação "Sustentabilidade Ambiental - Microbacias" serão continuados no PPA 2024-2027 via do Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável) do Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), por meio da Ação 6535, a qual tem como finalidade promover a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, contribuindo para o atingimento dos objetivos das políticas de Meio Ambiente, Proteção e Uso Sustentável da Vegetação Nativa, Mudanças Climáticas, do Plano de Ação Climática do Estado, do Programa Refloresta-SP, do Programa Nascentes e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA. Por meio desta ação será realizado o apoio, incentivo, desenvolvimento de instrumentos e parcerias, incluindo Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, voltadas a conservação, restauração e uso sustentável de paisagens e ecossistemas, apoiando a agenda de mitigação e adaptação climática. Contempla ações para manejo da vegetação nativa, restauração ecológica, implantação de florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais e silvipastoris e demais Soluções Baseadas na Natureza - SbN e boas práticas associadas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 2618 (Proteção, conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade, dos ecossistemas e das paisagens), Produto 2113 (Paisagens e Ecossistemas em Conservação, Restauração e Uso Sustentável)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

16000- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER

16000 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER

Item de votação

GESTÃO DE PARCERIAS PARA EMPREENDEDORISMO E AUTOMIA FINANCEIRA DA MULHER Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Bauru

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Em resposta às demandas acerca da GESTÃO DE PARCERIAS PARA EMPREENDEDORISMO E AUTONOMIA FINANCEIRA DA MULHER desta Secretaria, destacamos que as ações e programas desenvolvidos por esta Pasta estão permanentemente disponíveis para a população feminina do Estado de São Paulo, independentemente de períodos eleitorais. A continuidade dos serviços destinados às mulheres é prioridade absoluta, com a execução de suas ações desvinculada de ciclos eleitorais ou mandatos políticos. O Movimento SP Por Todas é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, coordenada pela Secretaria de Políticas para a Mulher, que visa ampliar a visibilidade das políticas públicas implementadas pela administração paulista. O movimento também fortalece a rede de proteção, acolhimento e emancipação profissional e financeira das mulheres em todo o estado, destacando programas com enfoque especial no empreendedorismo feminino, que busca proporcionar qualificação profissional e promover a autonomia financeira, gerando um impacto positivo em suas vidas e em suas comunidades. Implementado como uma ação estratégica, o Movimento SP Por Todas promove dignidade e garante acesso a oportunidades de empreendedorismo para mulheres nas regiões mais vulneráveis do Estado de São Paulo, com um foco inicial no Vale do Ribeira. Essa escolha reflete os desafios socioeconômicos enfrentados pelos municípios dessa região, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) e altas taxas de pobreza, evidenciando a urgência de Iniciativas que promovam o empoderamento econômico das mulheres. Entre as principais ações do Movimento SP Por Todas no Vale do Ribeira, destaca-se o fomento ao empreendedorismo feminino. Por meio de parcerias estratégicas com órgãos como SENAC, SEBRAE, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Fundo Social de São Paulo, são oferecidos cursos de capacitação, acesso facilitado a crédito e redes de apoio empresarial, com o objetivo de promover a autonomia financeira das mulheres.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 1612 - Políticas para as mulheres no estado de São Paulo. Produto 2136 - Parcerias para a promoção do empreendedorismo e autonomia financeira da mulher.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Uma das iniciativas de destaque dentro do Movimento SP Por Todas é a Carreta do Empreendedorismo, uma unidade móvel que oferece atendimento itinerante às mulheres em regiões vulneráveis. A primeira fase da carreta foca nos municípios de Eldorado, Registro, Juquitiba, Apiaí e Ilha Comprida, todos localizados no Vale do Ribeira. Essa unidade amplia o alcance das políticas públicas voltadas à autonomia financeira, oferecendo cursos de qualificação e oportunidades no mercado de trabalho formal e informal. Os cursos de capacitação são oferecidos de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, das 8h às 12h, garantindo que as mulheres tenham acesso a treinamentos que fortaleçam suas habilidades profissionais e empreendedoras, proporcionando as ferramentas necessárias para desenvolver seus próprios negócios ou ingressar no mercado de trabalho. Está em estudos a viabilidade econômica e logística para disponibilização dos cursos em outras regiões do estado de São Paulo. Atualmente, os cursos ofertados abrangidos pelas carretas de empreendedorismo, sendo um projeto do Movimento SP Por todas, está programado para as cidades do Vale do Ribeira e adjacentes. Contudo, Está em estudos a viabilidade econômica e logística para disponibilização dos cursos em outras regiões do estado de São Paulo.

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA A MULHER Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Secretaria de Políticas para a Mulher - SPM, está em tramitação para coordenar um Grupo de Trabalho Intersecretarial, com objetivo de apresentar propostas para o aprimoramento das ações de combate ao feminicídio no Estado de São Paulo. Este grupo contará com a participação de diversas secretarias, como a Secretaria de Segurança Pública, a fim de garantir que as políticas de enfrentamento à violência de gênero sejam amplas, integradas e eficazes. O trabalho conjunto entre as diversas pastas permitirá a criação de estratégias mais abrangentes e coordenadas, fortalecendo a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade e contribuindo para a redução dos índices de feminicídio. A SPM tem como missão promover a igualdade de gênero em todas as esferas das políticas públicas, assegurando que as questões relacionadas às mulheres sejam consideradas em todas as áreas de atuação governamental, incluindo educação e, especialmente, segurança pública. A transversalidade é um princípio essencial para garantir que as políticas públicas sejam justas e equitativas para todos. Ao integrar a perspectiva de gênero em todas as esferas de atuação, busca-se identificar e eliminar as desigualdades de gênero, promovendo a igualdade de oportunidades e implementando ações eficazes voltadas ao bem-estar e à proteção das mulheres. Em resposta à demanda, destacamos que os programas desenvolvidos por esta Pasta estão permanentemente à disposição da população feminina do Estado de São Paulo, independentemente de períodos eleitorais. A continuidade dos serviços destinados às mulheres é prioridade absoluta, e a sua execução não se subordina a ciclos eleitorais ou mandatos políticos. Abaixo, apresentamos os programas em execução pela Secretaria de Políticas para a Mulher, em parceria com a Secretarias de Estado de Segurança Pública: Protocolo Não Se Cale /App SP Mulher/ Tornozeleiras Eletrônicas/Cabine Lilás/Campanha "São Paulo por Todas"/ Abrigo Amigo/ Protocolo mulher viva.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1612 - Políticas para as mulheres no estado de São Paulo. Produto 2137 - Parceria para a promoção do enfrentamento da violência contra à mulher.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A Secretaria de Políticas para a Mulher está em uma (Resolução Conjunta SSP/SPM nº 01, de 12 de maio de 2023), com a Secretaria de Segurança pública. O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA e a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA A MULHER, no uso de suas atribuições legais, RESOLVEM: Art. 1º - Instituir o Sistema de Informações e Prevenção dos Crimes Contra a Mulher - SPMulher, com o objetivo de integrar, consolidar, monitorar, divulgar, avaliar e aperfeiçoar os dados e informações relativas aos registros de crimes praticados contra as pessoas do gênero feminino, em especial aqueles cometidos em razão dessa condição, bem como às políticas, serviços, programas e ações destinadas à proteção das vítimas, prevenção criminal e responsabilização penal dos infratores, especialmente no que tange à utilização da unidade portátil de rastreamento e a implantação da monitoração eletrônica no âmbito da Justiça Criminal do Estado de São Paulo, como mecanismos para prevenir, coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

47000- SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Item de votação

DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Dentro do Programa 2151 - DESENVOLVIMENTO, QUALIDADE DE VIDA E DIREITOS EM POLÍTICA PARA PCD a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência possui diversos projetos já implementados : TODAS IN-REDE – MULHERES CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIAS DE POLÍCIA CURSO DE LIBRAS SÃO PAULO SÃO LIBRAS (CENTRAL DE LIBRAS) EQUOTERAPIA CENTROS DE INFORMAÇÃO (instalados em estações de metrô da capital)

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

2151 - DESENVOLVIMENTO, QUALIDADE DE VIDA E DIREITOS EM POLÍTICA PARA PCD

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Para a região administrativa de Marília já estão implantados os programas: TODAS IN-REDE, CENTRO DE APOIO TÉCNICO À DELEGACIAS DE POLÍCIA, CURSO DE LIBRAS e SÃO PAULO SÃO LIBRAS (CENTRAL DE LIBRAS)

Item de votação

EDUCAÇÃO FÍSICA E PARADESPORTO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

No presente caso o detalhamento do voto é incompatível com o item de votação. Esta Secretaria em parceria com a Secretaria de Esporte possui o projeto Paralímpico, que visa fomentar o esporte paralímpico de base. O projeto tem como foco a capacitação de professores de educação física da rede pública, privada, de entidades e clubes, além de alunos de graduação do último ano de educação física e educadores que trabalham com práticas esportivas.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

O Programa Paralímpico já capacitou mais de 5.000 profissionais para atuarem com o paradesporto em todo o Estado de São Paulo.

Item de votação

ATENDIMENTO PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Precisamos de locais especializados para atendimento do TEA na região.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Sorocaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Governo de São Paulo, em 06 de abril de 2023, publicou o Decreto nº 67.634, que instituiu o Plano Estadual Integrado para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo – PEIPTEA, “desenvolvido com base na cultura inclusiva, na participação e na convivência entre todas as pessoas, e com o objetivo de articular e ampliar os serviços de atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – TEA, no âmbito do Estado de São Paulo”. Ainda segundo a norma legal, a implementação do PEIPTEA dar-se-á com a atuação coordenada das Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O decreto define que compete à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência implementar Centro de Apoio para Pessoas com TEA e seus familiares, com canal para recebimento e encaminhamento de solicitações, orientações e tira-dúvidas sobre seus direitos, benefícios, tratamentos e todos os aspectos relacionados ao transtorno. O Centro de apoio para pessoas com TEA, servirá como referência para os municípios paulistas, atuando de forma transversal e em parceria com demais

Secretarias de Estado e órgãos de ensino e pesquisa, como as Universidades Paulistas. O projeto está em fase final de estruturação, o Chamamento Público será publicado nos próximos 60 dias e o Centro de Apoio inaugurado no primeiro semestre de 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PLANO INTEGRADO PARA TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) - Programa 2147
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O Centro de apoio para pessoas com TEA, oferecerá suporte aos municípios no que tange ao apoio, encaminhamentos, dados, pesquisas, suporte familiar . Para atendimentos nas áreas da saúde e educação, as pastas deverão ser consultadas diretamente.
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O detalhamento do voto trata de competência exclusiva da Secretaria Estadual da Educação: - contratação de professores e reajuste salarial e benefícios: - redução do número de alunos em sala de aula.
Item de votação
PROMOÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS MUNICÍPIOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada dos concursados, reajuste salarial e estabilidade de categoria F para os contratados.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Item de votação
FORMAÇÃO E EMPREGO APOIADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Chamada do concurso para mais de 15000 vagas, redução do número de alunos em sala, construção de mais escolas, reajuste do piso nacional e prorrogação dos contratos dos professores temporários de 2021, dando estabilidade de categoria F. E por vale-alimentação, refeição e autorização para os funcionários comerem a merenda escolar.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Item de votação
ATENDIMENTO PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Que não sejam retiradas as professoras auxiliares dos alunos com deficiência.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Há relação direta entre o item de votação ATENDIMENTO PARA O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) e o voto detalhado que, solicita a manutenção dos professores auxiliares, entretanto, tal matéria é de competência exclusiva da Secretaria Estadual de Educação

51000- SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

51000 - SEC. DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Item de votação

GERENCIAMENTO DA SUBSECRETARIA DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O gerenciamento da Subsecretaria de Convênios inclui a manutenção de todos os 15 Escritórios Regionais de Governo, inclusive dos novos Escritórios Integrados para um melhor atendimento às demandas das Prefeituras do Estado.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Por ser um Programa meio o Produto é a Gerenciamento dos 15 Escritórios Regionais.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A Programação é a manutenção dos Escritórios em condições de dar maior agilidade nos resultados de desempenho respectivos.

9000- SECRETARIA DA SAÚDE

9000 - SECRETARIA DA SAÚDE
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE ATENDIMENTO REMOTO A ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - TELE APS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Item contemplado no PPA 2024 2027. Essa iniciativa está ocorrendo em 30 Municípios em 2024 e será ampliada em mais 30 Unidades em 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 947 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE DIGITAL 2368 - ATENDIMENTO REMOTO A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE -TELE APS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ CONTEMPLADO EM PRODUTO QUE COMPREENDE O APOIO E FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (COMPONENTE BÁSICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) POR MEIO DE REPASSE FINANCEIRO OU PELA ADESÃO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA DOSE CERTA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO PRODUTO 2572 - APOIO E FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
JÁ REALIZADO EM TODO O ESTADO
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS HOSPITAIS DE PORTE MÉDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025.
Item de votação

CONSTRUÇÃO DE NOVOS HOSPITAIS DE PORTE MÉDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025. Obs: já existe unidade em Piracicaba - Hospital Regional de Piracicaba.
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
SÃO REALIZADOS ANUALMENTE, EM MÉDIA 8.000 PROCEDIMENTOS, ENTRE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, EXAMES E INTERNAÇÕES EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS SOB GESTÃO ESTADUAL.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2538 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE EM UNIDADES/SERVIÇOS CONTRATADOS/CONVENIADOS SOB GESTÃO ESTADUAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Ribeirão Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O ESTADO OFERECE APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO MUNICIPAL, COM OBJETIVO DE QUALIFICAR A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES RELACIONADAS À ATENÇÃO PRIMÁRIA; APOIO FINANCEIRO, COM PRIORIDADE PARA OS MUNICÍPIOS COM MAIORES PERCENTUAIS DE POPULAÇÃO VULNERÁVEL, ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS NA MODALIDADE "FUNDO A FUNDO" PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA, POR MEIO DO INCENTIVO A GESTÃO MUNICIPAL – IGM SUS PAULISTA, EM 100% DOS MUNICÍPIOS ADERENTES.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2226 - APOIO TÉCNICO E/OU FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO EM ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PRISIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A DELIBERAÇÃO CIB 62/2012, PROPÕE ATRAVÉS DE RECURSOS DO ESTADO, A ADESAO MUNICIPAL, COM VISTAS A QUE OS MESMOS ASSUMAM AS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA NOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS DAS UNIDADES PRISIONAIS LOCALIZADAS EM SEU TERRITÓRIO POR EQUIPES COMPLETAS DE SAÚDE, À SABER: 1 MÉDICO, 1 DENTISTA, 1 ENFERMEIRO, 2 AUXILIARES DE ENFERMAGEM, OU APENAS 1 MÉDICO, PARA COMPLEMENTAR EQUIPES PRÓPRIAS DA SAP.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2225 - APOIO FINANCEIRO PARA ATENDIMENTO EM ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO PRISIONAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM TODO O ESTADO
Item de votação
REFORMAS E AMPLIAÇÃO EM ÁREAS FÍSICAS DAS UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Trata-se de ação contínua. No momento temos 9 contratos que tratam de reformas e ampliação de áreas físicas em diversas unidade. Não existe até o momento previsão de obras de reforma e ampliação em unidades de Santana do Parnaíba
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 941 Produto 2124
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não existe previsão
Item de votação
PROGRAMA DE BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa de Bolsas está previsto no PPA, organizado pelo Decreto nº 63.798/2018. Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 4826 - Produto 1987. Programa é realizado no âmbito das Unidades da SES/SP credenciadas no Programa, as ações a serem realizadas para a execução do Programa são: realização de Processo Seletivo Público divulgado nos meios de comunicações oficiais e das Unidades credenciadas; Realização da gestão pedagógica e acadêmica dos cursos para gerenciar e buscar o aumento da qualidade do Programa; Realização da habilitação de novas Instituições/Cursos no Programa ampliando o acesso dos profissionais interessados; Realização das distribuição de bolsas para as Unidades credenciadas; e efetivação do pagamento mensal das bolsas para os participantes do Programa.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
CONTEMPLADO PELO PROGRAMA E PRODUTO DESCRITOS ABAIXO.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 946 - INOVAÇÃO, PESQUISA CIENTÍFICA, PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PRODUTO 2332 - UNIDADES FARMACOTÉCNICAS ENTREGUES
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA AS UNIDADES - ADM. DIRETA E INDIRETA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
ESTÁ PREVISTO NO PPA PRODUTO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNID. DE SAÚDE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRODUTO 2127 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA AÇÃO 2693 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA AS UNIDADES - ADM. DIRETA E INDIRETA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
ESTÁ PREVISTA A RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, NUM PERCENTUAL DE 10%, EM TODO O ESTADO,
Item de votação
AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA AS UNIDADES - ADM. DIRETA E INDIRETA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
ESTÁ PREVISTO NO PPA PRODUTO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNID. DE SAÚDE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRODUTO 2127 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA AÇÃO 2693 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS E INSUMOS DE TI PARA AS UNIDADES - ADM. DIRETA E INDIRETA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
ESTÁ PREVISTA A RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, NUM PERCENTUAL DE 10%, EM TODO O ESTADO,
Item de votação
REFORMAS E AMPLIAÇÃO EM ÁREAS FÍSICAS DAS UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
RESIDÊNCIA MÉDICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 4863 - Produto 2004. Conf. consulta na Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM, verificamos que não há nenhuma solicitação ou credenciamento em Salto de Pirapora.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 4863 - Produto 2004.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
APOIO ADMINISTRATIVO DA SES-SP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 6215 - Produto 2632. O apoio administrativo, está relacionado às atividades intermediárias e se dará através de suporte às áreas técnicas do âmbito das Unidades da SES/SP, compreendendo as ações de caráter administrativo e financeiro, relacionadas a diversos serviços, como exemplo: serviços de pessoal, serviços gerais, serviços de transporte entre outros, visando subsidiar a execução das demais atividades inerentes à resolutividade das ações de saúde.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional a disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicionada à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
CAPACITAÇÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A capacitação técnica e Administrativa, atualmente é executada por diversas Unidades desta Pasta, tendo como abrangência diversas áreas de atuação, bem como, atendendo as especificidade e necessidades de cada região. Atualmente sob o escopo da Escola de Saúde Pública, há o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS-SP, desde a formação técnica até Pós graduação, sendo as capacitações dependendo da natureza do curso presencial ou remoto.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Este item tem relação com o Programa 942 – Ação 6121 - Produto 2044.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL CIRCUITO DA FÉ E VALE HISTÓRICO, EM CRUZEIRO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Construção de edifício para abrigar o Hospital Regional Circuito da Fé e Vale Histórico, em Cruzeiro, em andamento. Edifício com 25.924,51 m², implantado em terreno de 48.656,93 m², com 210 leitos, considerando inclusive 18 leitos de observação
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 941 - Produto 2658
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
As obras de construção foram iniciadas em Abril/2022, com previsão de conclusão em Dezembro/2024
Item de votação
CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES ÀS SANTAS CASAS - MAIS SANTAS CASAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE

PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTA COMPLEMENTAÇÃO SUBSTITUI A SUBVENÇÃO ÀS STAS CASAS (MAIS SANTAS CASAS)
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO.
Item de votação
CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES ÀS SANTAS CASAS - MAIS SANTAS CASAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTA COMPLEMENTAÇÃO SUBSTITUI A SUBVENÇÃO ÀS STAS CASAS (MAIS SANTAS CASAS)
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO.
Item de votação
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E PROCESSOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Item de votação constante no Programa e Produto abaixo indicados.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 946 INOVAÇÃO, PESQUISA CIENTÍFICA, PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS Produto: 2346 - PROJETOS DE PESQUISAS FIRMADOS EM INOVAÇÃO PELOS NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES DA ADM. DIRETA E INDIRETA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

ESTÁ PREVISTO NO PPA PRODUTO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS MÉDICO-HOSPITALARES, MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO, EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS E OUTROS PARA AS UNIDADES DO ESTADO. PARTE DESTAS AQUISIÇÕES ESTÁ RELACIONADA COM ATIVAÇÃO DE NOVOS SERVIÇOS E PARTE DESTINA-SE À REPOSIÇÃO OU AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DAS UNIDADES EXISTENTES.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRODUTO 2126 - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES PARA AS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA AÇÃO 2449 - APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES DA ADM. DIRETA E INDIRETA

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

ESTÁ PREVISTA A RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, NUM PERCENTUAL DE 10%, EM TODO O ESTADO,

Item de votação

APOIO ADMINISTRATIVO DA SES-SP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

CONSTRUÇÃO DE NOVOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES - AMES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Sem definição orçamentária. As unidades previstas para início em 2025 são: Presidente Venceslau, Jaú, Araçatuba, São Carlos e Marília.

Item de votação

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS VINCULADAS À SAÚDE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Esse indicador está correlacionado à condução da Política Estadual sobre Drogas (promulgada pela Lei no. 17.183 de 18/10/2023 e revista pelo Dec. n. 67.642 de 10/04/2023). Em relação à rede assistencial, a SES/SP integra a estratégia intersecretarial de cuidados à população que faz uso prejudicial de álcool e outras drogas em cenas de uso, com a iniciativa do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Somado a aproximadamente 550 leitos de internação em serviços hospitalares do Estado destinados exclusivamente aos encaminhamentos do Hub de cuidados em crack e outras drogas, para tratamento à dependência química. Acrescidos de 640 vagas em comunidades terapêuticas vinculadas à Saúde. Tanto os leitos psiquiátricos quanto as vagas em CTs são referenciadas para o Estado e disponibilizadas através do serviço de regulação da Saúde (SIRESP). Cabe apontar que há também um conjunto de vagas (cerca de mais 1.600) em Comunidades Terapêuticas vinculadas a Rede da Política sobre Drogas sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (COED /SEDS), que possuem indicador próprio no PPA.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A Secretaria Estadual de Saúde (SES/SP) encontra-se responsável, dentro do Programa Multissetorial 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso, pelo Indicador 5124 -sobre Ações Complementares aos Usuários de Substâncias Psicoativas que acompanha, em seu escopo, por meio do indicador 5121, as Internações em Decorrencia de Dependência a Substâncias Psicoativas em Hospitais de Gestão Estadual e no indicador 5124, os encaminhamentos em Serviços de Acolhimento em Comunidades Terapêuticas vinculadas à Saúde.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

De fluxo contínuo, já em funcionamento.

Item de votação

ATENDIMENTO AMBUL. E HOSPITALAR EM UNIDADES GERENCIADAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES JÁ CONTA COM UM HOSPITAL ADMINISTRADO POR OSS - HOSPITAL DE CLINICAS LUZIA PINHO DE MELO E UM AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - AME

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

PROGRAMA 930 PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

TODO O ESTADO

Item de votação

REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Em andamento reforma e adequações, objetivando obtenção de AVCB, no Hospital Guilherme Álvaro

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 941 - Produto 2129

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Previsão de conclusão das obras Janeiro/2025

Item de votação

REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Bauru

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Em execução 18 contratos com obras de reforma e adequações para obtenção de AVCB, em diversos municípios.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 941 - Produto 2129

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Diversas datas de conclusão durante o ano de 2025

Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em execução 18 contratos de reformas e adequações , para obtenção de AVCB, em diversos municípios do Estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 0941 - Produto 2129
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Diversa datas de conclusão durante o ano de 2025
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
18 contratos em execução de obras de reforma e adequações, objetivando obtenção de AVCB, em diversos Municípios do Estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 941 - Produto 2129
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Diversas datas de conclusão durante o ano de 2025
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
18 contratos em execução de obras de reforma e adequação, para obtenção de AVCB, em diversos Municípios do Estado.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 941 - Produto 2129
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Diversas datas de conclusão durante o ano de 2025
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
18 contratos em execução de obras de reforma e adequação, para obtenção de AVCB, em diversos municípios do Estado
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 941 - Produto 2129
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Diversas datas de conclusão durante o ano de 2025
Item de votação
EXAMES DE LABORATÓRIO DE INTERESSE À SAÚDE PÚBLICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Instituto Adolfo Lutz realiza exames de interesse à saúde pública regularmente e a demanda está contemplado no PPA 2024 2027.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 932 - Prevenção, Vigilância e Promoção da Saúde Produto 4138 - Exames de Laboratório
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Os exames são realizados diariamente.
Item de votação
FUNCIONAMENTO SERVIÇO ESPECIALIZADO DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS HUB Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse indicador está correlacionado à condução da Política Estadual sobre Drogas (promulgada pela Lei no. 17.183 de 18/10/2023 e revista pelo Dec. n. 67.642 de 10/04/2023). Em relação à rede assistencial, a SES/SP integra a estratégia intersecretarial de cuidados à população que faz uso prejudicial de álcool e outras drogas em cenas de uso, com a iniciativa do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Somado a aproximadamente 550 leitos de internação em serviços hospitalares do Estado destinados exclusivamente aos encaminhamentos do Hub de cuidados em crack e outras drogas, para tratamento à dependência química. Acrescidos de 640 vagas em comunidades terapêuticas vinculadas à Saúde. Tanto os leitos psiquiátricos quanto as vagas em CTs são referenciadas para o Estado e disponibilizadas através do serviço de regulação da Saúde (SIRESP). Cabe apontar que há também um conjunto de vagas (cerca de mais 1.600) em Comunidades Terapêuticas vinculadas a Rede da Política sobre Drogas sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (COED /SEDS), que possuem indicador próprio no PPA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A Secretaria Estadual de Saúde (SES/SP) encontra-se responsável, dentro do Programa Multissetorial 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso, pelo Indicador 5124 -sobre Ações Complementares aos Usuários de Substâncias Psicoativas que acompanha, em seu escopo, por meio do indicador 5121, as Internações em Decorrencia de Dependência a Substâncias Psicoativas em Hospitais de Gestão Estadual e no indicador 5124, os encaminhamentos em Serviços de Acolhimento em Comunidades Terapêuticas vinculadas à Saúde.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
De fluxo contínuo, já em funcionamento.
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO NESTA GESTÃO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2107 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA EM REDE PRÓPRIA PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 3
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2107 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA EM REDE PRÓPRIA PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Melhor atendimento, menos tempo de espera.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO NESTA GESTÃO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2107 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA EM REDE PRÓPRIA PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
REDE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aumentar os serviços de reabilitação
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
HÁ PREVISÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE MAIS 2 UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO NESTA GESTÃO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 941 PRODUTO 2128 - NOVAS UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS AÇÃO 2699
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
LOCAIS E PRAZO A SEREM DEFINIDOS
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Precisamos de mais recursos para reforma e investimento em equipamentos Atenção Básica
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A gestão das Unidades Básicas de Saúde é Municipal, a ampliação de leitos cabe à uma decisão da Prefeitura, está fora de nossa governabilidade.
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Temos falta de várias especialidades como neuro infantil, psiquiatria infantil, exames de imagem ressonância magnética...
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
SÃO REALIZADOS ANUALMENTE, EM MÉDIA 8.000 PROCEDIMENTOS, ENTRE CONSULTAS ESPECIALIZADAS, EXAMES E INTERNAÇÕES EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS SOB GESTÃO ESTADUAL.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2538 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE EM UNIDADES/SERVIÇOS CONTRATADOS/CONVENIADOS SOB GESTÃO ESTADUAL
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE ATENDIMENTO REMOTO EM AMBULATÓRIOS DE ESPECIALIDADES - TELE AME Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Tele consultas nos AMES
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Decreto nº 68.778 de 19/08/2024, criou o Ambulatório Médico de Especialidades Digital do Estado de São Paulo - AME Digital SP. Há previsão de início de atendimentos em 2025.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 947 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE DIGITA 2366 - ATENDIMENTO REMOTO À SAÚDE EM AMBULATÓRIOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES - TELEAME
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve
Item de votação
SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS VINCULADAS À SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Necessidade de vagas sociais em comunidades terapêuticas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse indicador está correlacionado à condução da Política Estadual sobre Drogas (promulgada pela Lei no. 17.183 de 18/10/2023 e revista pelo Dec. n. 67.642 de 10/04/2023). Em relação à rede assistencial, a SES/SP integra a estratégia intersecretarial de cuidados à população que faz uso prejudicial de álcool e outras drogas em cenas de uso, com a iniciativa do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Somado a aproximadamente 550 leitos de internação em serviços hospitalares do Estado destinados exclusivamente aos encaminhamentos do Hub de cuidados em crack e outras drogas, para tratamento à dependência química. Acrescidos de 640 vagas em comunidades terapêuticas vinculadas à Saúde. Tanto os leitos psiquiátricos quanto as vagas em CTs são referenciadas para o Estado e disponibilizadas através do serviço de regulação da Saúde (SIRESP). Cabe apontar que há também um conjunto de vagas (cerca de mais 1.600) em Comunidades Terapêuticas vinculadas a Rede da Política sobre Drogas sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (COED /SEDS), que possuem indicador próprio no PPA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A Secretaria Estadual de Saúde (SES/SP) encontra-se responsável, dentro do Programa Multissetorial 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso, pelo Indicador 5124 -sobre Ações Complementares aos Usuários de Substâncias Psicoativas que acompanha, em seu escopo, por meio do indicador 5121, as Internações em Decorrente de Dependência a Substâncias Psicoativas em Hospitais de Gestão Estadual e no indicador 5124, os encaminhamentos em Serviços de Acolhimento em Comunidades Terapêuticas vinculadas à Saúde.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
De fluxo contínuo, já em funcionamento.
Item de votação
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIALIZADA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aprimorar assistência farmacêutica não deixando faltar medicamentos
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
PREVISTO NO PPA PRODUTOS QUE COMPREENDEM A DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE INTERESSE PARA A SAÚDE, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES TERAPÊUTICAS E COM AS RELAÇÕES DE MEDICAMENTOS INSTITUÍDAS PELOS GESTORES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, BEM COMO A OFERTA DE PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, EM REGIME DOMICILIAR, AMBULATORIAL E HOSPITALAR, CONSTANTES DE TABELAS ELABORADAS PELO GESTOR FEDERAL DO SUS (LEI Nº 12.401, DE 28 DE ABRIL DE 2011). ALEM DO APOIO E FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (COMPONENTE BÁSICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) POR MEIO DE REPASSE FINANCEIRO OU PELA ADESAO DOS MUNICÍPIOS AO PROGRAMA DOSE CERTA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SAO PAULO PRODUTO 2508 - ACESSO A MEDICAMENTOS PADRONIZADOS NO SUS/ USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS - URM PRODUTO 2572 - APOIO E FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
JÁ REALIZADO EM TODO O ESTADO
Item de votação
CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES A PREFEITURAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Solicito apoio para aumento dos leitos de UTI, recursos para rede de atenção psicossocial, aumento dos calores Atenção Básica, exames de diagnóstico e imagem, referencias psiquiatria infantil neuro infantil, atendimento álcool e outras drogas, mais referencias em oncologia e referencia para cirurgias bariátricas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

ALEM DE TODA A REDE ASSISTENCIAL DO ESTADO COM UNIDADES REGIONAIS DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE, FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. E PARA A ATENÇÃO BÁSICA OS MUNICÍPIOS SÃO CONTEMPLADOS COM A TRANSFERÊNCIA ANUAL DE RECURSOS, NA MODALIDADE FUNDO A FUNDO, POR MEIO DO INCENTIVO A GESTÃO MUNICIPAL – IGM SUS PAULISTA, PRIORIZANDO OS MUNICÍPIOS MAIS VULNERÁVEIS VISANDO MITIGAR INIQUIDADES.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SAO PAULO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO
Item de votação
GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ENTREGA DE MEDICAMENTOS - REMÉDIO NA MÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Melhorar a distribuição de medicamentos, especialmente de alto custo, os quais têm tido uma redução massiva no fornecimento, ocasionando faltas de muitos deles e reclamações por parte dos munícipes.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
SOLICITAÇÃO JÁ ATENDIDA ATRAVÉS DE UM PRODUTO EM FASE DE REFORMULAÇÃO, QUE COMPREENDE O ATENDIMENTO AO USUÁRIO, CADASTRADO NOS PROGRAMAS OFICIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DA SES-SP, ATRAVÉS DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS E OUTROS PRODUTOS DE USO CONTÍNUO E DE ALTO CUSTO, PRESENCIAL E NO DOMICÍLIO DO PACIENTE CADASTRADO NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESTADUAL.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SAO PAULO PRODUTO 2571 - ENTREGA DE MEDICAMENTOS E OUTROS PRODUTOS DE SAÚDE DE FORMA PRESENCIAL E NO DOMICÍLIO DO PACIENTE AÇÃO 6405 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DA ENTREGA DE MEDICAMENTOS - REMÉDIO NA MÃO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TEM SENDO IMPLANTADO GRADATIVAMENTE CONFORME CRONOGRAMA ESTABELECIDO EM EDITAL DE CONTRATAÇÃO. PRETENDE-SE EM 2024 INICIAR A IMPLANTAÇÃO DO REMÉDIO NA MÃO: PROGRAMAS OFICIAIS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA -> PRIMEIRO TRIMESTRE - INTERIOR E REGIÃO DO ABC, SEGUNDO TRIMESTRE - CAPITAL E GRANDE SÃO PAULO; DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS JUNTO A SES/SP -> SEGUNDO SEMESTRE - TODO O ESTADO.
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS HOSPITAIS DE PORTE MÉDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
- Construção de um Hospital Infantil; - Implantação de um Centro de Referência para a Saúde do Homem; e - Construção de um Hospital para atendimento específico para Idosos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
GESTÃO DA SUSTENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVAS SOLUÇÕES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A prioridade deste item recai sobre melhorar o atendimento da Diretoria Regional de Saúde (DRS) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, a qual funciona atualmente em Taubaté, mas não atende à totalidade da demanda que a ela recorre: há demora na transferência dos pacientes, dificuldade de fazer contatos com os responsáveis, os atendimentos demoram a ser realizados, tudo isso enquanto os pacientes sofrem.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO NESTA GESTÃO, AMPLIANDO OS ATENDIMENTOS. ALÉM DISSO, ESTÁ EM CURSO UM PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO, E HÁ ESTUDOS PARA UMA REPROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES APONTADAS PELOS MUNICÍPIOS EM CADA REGIÃO, ADEQUANDO A OFERTA ÀS DEMANDAS APRESENTADAS. PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Dentre as necessidades urgentes de reformas em unidades de saúde estaduais no município de São José dos Campos, aponto como primordiais: - Ampliação das dependências para atender pacientes da Saúde Mental; e - Ampliação das dependências do Ambulatório Médico de Especialidades (AME).
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicionalidade à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES A PREFEITURAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A Região Metropolitana do Vale e especificamente a cidade de São José dos Campos necessita da ampliação de subvenções para o devido investimento na área de saúde. Em São José dos Campos, esses investimentos requerem o aumento no repasse de verbas para os Hospitais conveniados e o aumento de repasse para a ampliação de atendimento dos serviços de Hemodiálise prestados em São José dos Campos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTA COMPLEMENTAÇÃO SUBSTITUI A SUBVENÇÃO ÀS STAS CASAS (MAIS SANTAS CASAS)
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES - AMES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Posto vila Silvia ta ficando pequeno para a regioao, pois estao construindo varios predios precisamos de uma AME tbm na regioao, para demorar menos consultas de retorno. esej a mais rapido cuidar da nossa saude. e a implantacao de terapias alteranativas tbm na regioao. para prevenir
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicionalidade à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Sem definição orçamentária para 2025, As unidades prevista para início de construção em 2025 são: Presidente Venceslau, Jaú, Araçatuba, São Carlos e Marília

Item de votação

CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL ESTADUAL DE FRANCA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Poderia ser implantado no Hospital Estadual de Franca uma ala especializada de Queimados, visto que no Aglomerado Urbano de Franca não existe nenhuma ala ou hospital especializado nesta área.

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A construção do Hospital de Franca iniciou em novembro/2022 e sua previsão de conclusão é Maio/2025. As especialidades informadas no seu Plano Diretor, que nortearam o projeto arquitetônico do edifício, foram: Clínica Médica, Psiquiatria, Pediatria, Otorrinolaringologia, Cirurgia Geral, Cardíaca, Plástica, Pediátrica, Cabeça e Pescoço e Ginecológica, Urologia, Cardiovascular, Gastrenterologia, Urologia, Proctologia, Cardiologia, Anestesiologia, Oftalmologia, Neurologia, Nefrologia, e Traumatologia-Ortopedia.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 941- Produto 2659

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A previsão de conclusão é Maio/2025

Item de votação

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E PROCESSOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

ABIMED - Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para a Saúde, solicita a inclusão do Convênio ICMS 01/99 (isenção de ICMS para equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde); Convênio 126/10 (isenção de ICMS para artigos e aparelhos ortopédicos para fraturas e outros que especifica) e Convênio 116/98 (isenção de ICMS para preservativos), na LDO 2025, bem como na LOA 2025, ocasião em que sugere a utilização da seguinte redação na tabela de "Estimativa e compensação da renúncia de receita – ICMS / Previsão para o exercício de 2025" (fls. 43): "Concessão ou ampliação de benefícios para a saúde, em especial os dos artigos 14, 16 e 66 do Anexo I do RICMS, infraestrutura e cultura. Acesso à prevenção e tratamentos de saúde é fundamental para a população.

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada**Item de votação**

CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Trata-se de uma necessidade da população a criação do respectivo serviço. Também recursos para o Hospital Santa Casa de Limeira

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Sem definição orçamentária para 2025

Item de votação

APOIO ADMINISTRATIVO DA SES-SP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Particularmente eu trabalho em um Órgão Público da Saúde e temos passado por bastante obstáculos nesta área, precisamos usar mais a tecnologia, não só para desenvolver tratamentos e medicamentos, mais principalmente na gestão administrativa, a nova lei nos dá infinitas novas possibilidades, a 14.133 mais sem a gestão

correta para implementa-la estamos atrasando o desenvolvimento da nossa cidade. Existem diversas ideias de governos internacionais que possuem um regime orçamentário bem menor que o de São Paulo que estão sendo implantadas com sucesso, trazendo benefícios para o cidadão e para a administração pública.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 6215 - Produto 2632. O apoio administrativo, está relacionado às atividades intermediárias e se dará através de suporte às áreas técnicas do âmbito das Unidades da SES/SP, compreendendo as ações de caráter administrativo e financeiro, relacionadas a diversos serviços, como exemplo: serviços de pessoal, serviços gerais, serviços de transporte entre outros, visando subsidiar a execução das demais atividades inerentes à resolutividade das ações de saúde.
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Ampliação da área de emergência da Unidade Integrada Leopoldo de Araújo n Estância Turística de Águas da Prata - SP. O local é pequena para atender as demandas da cidade e da população visitante.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A gestão das Unidades Básicas de Saúde é Municipal, a ampliação de leitos cabe à uma decisão da Prefeitura, está fora de nossa governabilidade.
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Campinas precisa de uma Unidade da Rede Lucy Montoro.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS HOSPITAIS DE PORTE MÉDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A RMC necessita Urgentemente da construção de um GRANDE HOSPITAL ESTADUAL REGIONAL,
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025

Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES - AMES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Há a necessidade de se implantar uma unidade do AME em Jacareí, pois hoje a população sofre com enormes filas de espera para atendimento especializado e cirurgias eletivas. O AME de São José dos Campos, que atende a microrregião, hoje já não é capaz nem de atender a própria demanda de São José dos Campos, quanto mais os municípios vizinhos. Enquanto isso, tem mais de 20 mil moradores de Jacareí aguardando consulta com especialista. A implantação de um AME em Jacareí, para desafogar a demanda, é imperativo para trazer mais bem-estar e um atendimento de saúde mais adequado para a população.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025, As unidades previstas para início de construção em 2025 são: Presidente Venceslau, Jaú, Araçatuba, São Carlos e Marília.
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Ampliação de vagas pelo sistema CROSS no Município de São José do Rio Preto/SP, pois é inferior ao número de vagas ofertado para Municípios menores.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO NESTA GESTÃO. ALÉM DISSO, ESTÁ EM CURSO UM PROCESSO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO, E HÁ ESTUDOS PARA UMA REPROGRAMAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES APONTADAS PELOS MUNICÍPIOS EM CADA REGIÃO, ADEQUANDO A OFERTA ÀS DEMANDAS APRESENTADAS.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2107 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA EM REDE PRÓPRIA PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO, ATÉ O FINAL DA GESTÃO.
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Prioridade máxima à construção do Hospital Estadual de Franca
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
EM FASE ADIANTADA DE CONSTRUÇÃO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PRODUTO 2659 - HOSPITAL ESTADUAL DE FRANCA AÇÃO 2749 - CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL ESTADUAL DE FRANCA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
ENTREGA PREVISTA PARA O ANO DE 2025

Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS HOSPITAIS DE PORTE MÉDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de Centro de Reprodução Assistida em Franca.
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É necessário um estudo local para a verificação da necessidade/demanda na região para tal procedimento e se é uma prioridade para a região.
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DA REDE LUCY MONTORO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de unidade da Rede de Reabilitação Lucy Montoro no município de Franca.
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025
Item de votação
PROJETOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE. Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Saúde Pública na área de mudanças climáticas, doença cardiovascular e novas doenças emergentes
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos algumas pesquisas em andamento no PPA, Programa 946, Produto 2195, que envolvem os Institutos Adolfo Lutz, Pasteur, de Saúde e Fundação Oncocentro. • Fatores Prognósticos para o câncer do colo do útero com diagnóstico em estádios precoces ou avançados • Controle da Leishmaniose Visceral-Monitoramento de Vetores com Estratégia de Encoleiramento do Reservatório Canino no município de Mariápolis/SP" • Implementação da Vigilância Epidemiológica da Doença de Chagas e Escorpião com Estratégias voltadas ao seu Monitoramento e Controle no Estado de São Paulo • Ensaio clínico prospectivo multicêntrico para avaliar a acurácia de novos testes diagnósticos de TB e TB droga resistente em diferentes regiões do país: Standard M10 e MDR MTB LAMB • Epidemiologia da leptospirose humana no Brasil •

Avaliação da qualidade parasitológica de águas subterrâneas e hortaliças distribuídas para escolares em áreas rural da região metropolitana de Curitiba, Paraná • Prevalência da colonização nasofaríngea por Streptococcus pneumoniae e coinfeção viral em crianças com Doença Falciforme em um Hospital de Ensino de São Paulo • Investigação de doenças bacterianas de importância em saúde pública em amostra de tecido de óbitos de fauna silvestre • Determinação da concentração inibitória mínima para os fármacos pretomanida, delamanida, bedaquilina, linezolida e cicloserina em isolados clínicos de Mycobacterium tuberculosis multirresistentes identificados no estado de São Paulo nos anos de 2022 e 2023. • Rastreamento de aspergilose pulmonar crônica em pacientes tratados para tuberculose pulmonar multi drogaresistente Ressaltamos que podem haver outras pesquisas em andamento, que se enquadrem mais no escopo da pergunta, porém, as mesmas não estão contempladas neste PPA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 946 - INOVAÇÃO, PESQUISA CIENTÍFICA, PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS Produto: 2195 - PESQUISAS EM SAUDE DESENVOLVIDAS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO SUS.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ATENDIMENTO AMBUL. E HOSPITALAR EM UNIDADES GERENCIADAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aumento de leitos hospitalares, ampliação da contratação, de preferência por Concursos públicos, de servidores, médicos, enfermagem, psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
JÁ POSSUÍMOS EM TODO O ESTADO UMA AMPLA REDE DE SERVIÇOS SOB GESTÃO ESTADUAL, SOB ADMINISTRAÇÃO DIRETA E GERENCIADA POR OSS. HÁ PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE MAIS NOVAS 13 UNIDADES, ENTRE HOSPITAIS, AMES E UNIDADES LUCY MONTORO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2107 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA EM REDE PRÓPRIA PRODUTO 2345 - ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GERENCIADAS POR OSS PROGRAMA 941 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Item de votação
REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
APLICAÇÃO DE MAIS RECURSOS NA SANTA CASA DE NOVA GRANADA COM A CONSTRUÇÃO DE MAIS LEITOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER OS MUNICÍPIOS VIZINHOS COM A FINALIDADE DE DESAFOGAR SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E DESCENTRALIZAR ESSE ATENDIMENTO QUE TEM SIDO MUITO DIFÍCIL. NOVA GRANADA TEM UMA UNIDADE DA SANTA CASA E PODERIA SER AMPLIADO POR CONVÊNIO PARA A COMPRA DE EQUIPAMENTOS E AMPLIAÇÃO DE LEITOS QUE PODERIAM FAVORECER A REGIÃO.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A gestão da Sta Casa é Municipal, a ampliação de leitos cabe à uma decisão da Prefeitura, está fora de nossa governabilidade.
Item de votação
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS VINCULADAS À SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Tendo em vista um aumento considerado de usuários de drogas de todos os tipos, e que tem feito com a dependência química tenha trazido tantos problemas a sociedade, acho importante a criação e apoio a comunidades terapêuticas regionais para auxiliar os municípios que tem enfrentado esse problema de forma acentuada.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Esse indicador está correlacionado à condução da Política Estadual sobre Drogas (promulgada pela Lei no. 17.183 de 18/10/2023 e revista pelo Dec. n. 67.642 de 10/04/2023). Em relação à rede assistencial, a SES/SP integra a estratégia intersecretarial de cuidados à população que faz uso prejudicial de álcool e outras drogas em cenas de uso, com a iniciativa do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas. Somado a aproximadamente 550 leitos de internação em serviços hospitalares do Estado destinados exclusivamente aos encaminhamentos do Hub de cuidados em crack e outras drogas, para tratamento à dependência química. Acrescidos de 640 vagas em comunidades terapêuticas vinculadas à Saúde. Tanto os leitos psiquiátricos quanto as vagas em CTs são referenciadas para o Estado e disponibilizadas através do serviço de regulação da Saúde (SIRESP). Cabe apontar que há também um conjunto de vagas (cerca de mais 1.600) em Comunidades Terapêuticas vinculadas a Rede da Política sobre Drogas sob a responsabilidade da Coordenadoria Estadual de Políticas sobre Drogas Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (COED /SEDS), que possuem indicador próprio no PPA.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A Secretaria Estadual de Saúde (SES/SP) encontra-se responsável, dentro do Programa Multissetorial 2831 - Política sobre Drogas e Transformação de Cenas Abertas de Uso, pelo Indicador 5124 -sobre Ações Complementares aos Usuários de Substâncias Psicoativas que acompanha, em seu escopo, por meio do indicador 5121, as Internações em Decorrente de Dependência a Substâncias Psicoativas em Hospitais de Gestão Estadual e no indicador 5124, os encaminhamentos em Serviços de Acolhimento em Comunidades Terapêuticas vinculadas à Saúde.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
De fluxo contínuo, já em oepração.
Item de votação
ATENDIMENTO POR MEIO DOS MUTIRÕES E CARRETAS MÓVEIS DE SAÚDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Acho que o atendimento por meio dos mutirões por meio das carretas móveis auxilia os municípios, diminuindo a demanda nas UBS ou nos PSs e faz um atendimento preventivo com as comunidades locais.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
TEMOS CARRETAS QUE PERCORREM O ESTADO, DENTRO DO PROGRAMA MULHERES DE PEITO, REALIZANDO EXAMES PREVENTIVOS PARA O CANCÊR DE MAMA E ESPORÁDICAMENTE SÃO ORGANIZADOS MUTIRÕES PARA CIRURGIAS ELETIVAS E OUTROS PROCEDIMENTOS, COM RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 930 PRODUTO 2387 - ATENDIMENTOS POR MEIO DOS MUTIRÕES DE SAÚDE
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO, O ANO TODO
Item de votação
CONSTRUÇÃO DE NOVOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS DE ESPECIALIDADES - AMES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DO AME EM NOVA GRANADA PARA ATENDIMENTO DAS CIDADES VIZINHAS, PALESTINA, ORINDIÚVA, PAULO DE FARIA, ICÉM, ONDA VERDE, MIRASSOLÂNDIA E IPIGUÁ. ESSE TIPO DE ATENDIMENTO DESAFOGARIA AS UNIDADES DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E DE VOTUPORANGA E AJUDARIA A PREVENIR MUITOS OUTROS PROBLEMAS DE SAÚDE, DIMINUINDO INCLUSIVE O CUSTOS DE TRANSPORTE DA SAÚDE DOS MUNICÍPIOS QUE PRECISAM SE DESLOCAR PARA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E VOTUPORANGA PARA LEVAR OS PACIENTES.
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional a disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Sem definição orçamentária para 2025. As unidades previstas para início de construção em 2025 são: Presidente Venceslau, Jaú, Araçatuba, São Carlos e Marília.
Item de votação
PROGRAMA DE BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
AMPLIAÇÃO DA QUANTIDADE DE BOLSAS E BENEFÍCIOS AOS ALUNOS ORIUNDOS DE ESCOLAS PÚBLICAS
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Programa de Bolsas está previsto no PPA, organizado pelo Decreto nº 63.798/2018. Este item tem relação com o Programa 942 - Ação 4826 - Produto 1987. Programa é realizado no âmbito das Unidades da SES/SP credenciadas no Programa, as ações a serem realizadas para a execução do Programa são: realização de Processo Seletivo Público divulgado nos meios de comunicações oficiais e das Unidades credenciadas; Realização da gestão pedagógica e acadêmica dos cursos para gerenciar e buscar o aumento da qualidade do Programa; Realização da habilitação de novas Instituições/Cursos no Programa ampliando o acesso dos profissionais interessados; Realização das distribuição de bolsas para as Unidades credenciadas; e efetivação do pagamento mensal das bolsas para os participantes do Programa. O Programa de Bolsas prevê participação de estudantes graduados oriundos de Universidades diversas, inclusive das Públicas, com participação em processo seletivo igualitário nos programas de Bolsas da Secretaria de Estado da Saúde.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 942,produto 1987
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES ÀS SANTAS CASAS - MAIS SANTAS CASAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Acho que não é necessário consideração.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Araçatuba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPN DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTA COMPLEMENTAÇÃO SUBSTITUI A SUBVENÇÃO ÀS STAS CASAS (MAIS SANTAS CASAS)
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO
Item de votação
FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Gostaríamos de marcar uma conversa com o Governador para levar as demandas de diabetes, incluindo a incorporação do sistema de monitoramento contínuo de glicose para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor! Temos uma fila de mais de 13 meses de acesso ao oftalmologista em muitos municípios paulistas. Temos muitas outras demandas para conversar! Meu telefone é 11 993872603
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A agenda do governador está fora da governabilidade da pasta, deve ser tratada com a Casa Civil.

18000- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Item de votação

INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA CONTRA O CRIME: MURALHA PAULISTA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação

SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Há ausência de detalhamento no voto, fato que prejudica a motivação da decisão com detalhamento. O programa 18002 - Polícia Civil - mais especificamente o produto de formação é permanente e a sua abrangência, bem como o atingimento da sua meta depende de disponibilidade orçamentária.

Item de votação

SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Há ausência de detalhamento no voto, fato que prejudica a motivação da decisão com detalhamento. O programa 18002 - Polícia Civil - mais especificamente o produto de formação é permanente e a sua abrangência, bem como o atingimento da sua meta depende de disponibilidade orçamentária.

Item de votação

ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
PREVENÇÃO DE RISCOS - EDUCAÇÃO PÚBLICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta não apresenta descrição do que se pretende.
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR NA CAPITAL , RMSP, INTERIOR E LITORAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
FOMENTO À AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Itapeva
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
FOMENTO À AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
AMPLIAR A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Araçatuba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
CUIDAR DE QUEM TE PROTEGE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.
Item de votação
POLÍCIA JUDICIÁRIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Ausência de detalhamento do voto apto a possibilitar manifestação conclusiva.
Item de votação
INTEGRAÇÃO E APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PARA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
INTEGRAÇÃO E APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PARA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
INTEGRAÇÃO E APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PARA COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E APRIMORAMENTO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta orçamentária setorial 2024/2025 detalha as obras que a instituição pretende executar para o próximo exercício, abrangendo capital, grande São Paulo e interior.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Polícia judiciária integrada - Construção, adequação e aprimoramento das instalações.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Sim.

Item de votação
CENTRO REVITALIZADO E SEGURO Voto(s) 2
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
SALVAMENTO E RESGATE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A implantação de novas unidades do Corpo de Bombeiros no Estado está condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e segue critérios técnicos e objetivos para a priorização das implementações.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 6
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.

Item de votação
MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É imprescindível um número maior de policiais na rua, bem preparados e equipados. Sou a favor da Rota na rua. A Polícia inibe quem está com má intenção e passa segurança para sairmos `a rua.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral. Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em monitoramento diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA EM TODOS OS BAIRROS DE SP
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em monitoramento diuturnamente.
Item de votação
CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUARTEIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação do segundo Batalhão da PM em Sorocaba, promessa antiga do governo do Estado
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Há projeto de implantação em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.
Item de votação
EXPANSÃO DO CORPO DE BOMBEIROS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A expansão do corpo de bombeiros em Quatá-SP é essencial para atender à crescente demanda por serviços de emergência devido ao aumento populacional. Uma parceria entre a prefeitura, com brigadistas municipais, e o governo do estado, com bombeiros militares, otimiza recursos e melhora a resposta a emergências. Essa colaboração fortaleceria a capacitação e eficiência dos profissionais, promovendo segurança e cooperação na comunidade. Assim, a cidade estaria melhor preparada para enfrentar situações de risco, garantindo a proteção e o bem-estar dos cidadãos.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Corpo de Bombeiros possui um programa de expansão territorial baseado em critérios técnicos para a implantação de novas unidades. Desse modo, depende de disponibilidade orçamentária para a implementação da sugestão proposta.
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Para melhorar o serviço da polícia
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Várias ações de planejamento e melhoria contínua são adotadas para aprimorar o atendimento à população.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
PROGRAMA 1814 - POLÍCIA CIENTÍFICA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESCLARECENDO CRIMES PRODUTO - 2164 - PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica
Item de votação
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Para que o Estado funcione e seja condizente com sua missão constitucional, é de extrema necessidade que o Estado tenha um corpo técnico efetivo, com uma carreira estratégica de gestão pública, com vencimentos condizentes com sua formação e suas atribuições no poder público.

Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.
Item de votação
SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Fortalecer o uso de câmeras pelos policiais Diminuir a violência policial nas periferias
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Polícia Militar
Item de votação
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aumento de salário dos servidores
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Necessário reduzir o número de ocorrências de roubos na cidade.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo.

Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em monitoramento diuturnamente.

Item de votação

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Fomentar a política de valorização profissional no tocante a um plano de vencimentos, de modo a reajustar anualmente o salário do policial militar, civil e técnico científico, com no mínimo os índices inflacionários (IPCA), mantendo deste modo o poder de compra do policial e tornando a carreira cada vez mais atrativa.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Fazenda e Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Economia e Indústria Criativas

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Verbas para reforçar o efetivo da Polícia Civil e Militar, e também equipar com viaturas pois atualmente não atende as demandas do município e região, Franca está se tornando uma cidade muito violenta.

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral e bombeiros. Quanto às viaturas, em todo o Estado, a frota da Polícia Militar está ajustada ao efetivo fixado, obedecendo a critérios técnicos sedimentados no Quadro de Fixação da Frota (QFF), o qual dimensiona a quantidade de viaturas proporcionalmente ao efetivo alocado para a execução do policiamento em suas diversas modalidades, sendo que a quantidade fixada está em equilíbrio com o quantitativo de policiais militares existente no Município em questão. Finalmente, frise-se que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e da integração de diversos órgãos, tratando-se, portanto, de um sistema de defesa social, sendo a Polícia Militar parte integrante desse sistema. Porém mesmo assim mostra-se queda dos índices criminais região comparando os meses de 2023 com os de 2024.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em monitoramento diuturnamente.

Item de votação

POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

A cidade precisa de Segurança para o cidadão

Região a qual o voto foi direcionado

RA Campinas

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Com relação à atuação da Polícia Militar, nos municípios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública. Frise-se que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e da integração de diversos órgãos, tratando-se, portanto, de um sistema de defesa social, sendo a Polícia Militar parte integrante desse sistema.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em monitoramento diuturnamente.
Item de votação
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Nada como se bem formar e capacitar os policiais para um bom atendimento a população
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em monitoramento diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Maior policiamento na Região do Shopping Bonsucesso - Avenida Água Chata
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral e bombeiros. Quanto às viaturas, em todo o Estado, a frota da Polícia Militar está ajustada ao efetivo fixado, obedecendo a critérios técnicos sedimentados no Quadro de Fixação da Frota (QFF), o qual dimensiona a quantidade de viaturas proporcionalmente ao efetivo alocado para a execução do policiamento em suas diversas modalidades, sendo que a quantidade fixada está em equilíbrio com o quantitativo de policiais militares existente no Município em questão. Finalmente, frise-se que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e da integração de diversos órgãos, tratando-se, portanto, de um sistema de defesa social, sendo a Polícia Militar parte integrante desse sistema. Para maior engajamento nas questões de Segurança Pública de seu bairro orientamos procurar o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA (CONSEG) de sua região conforme link https://www.ssp.sp.gov.br/conseg/portal/conseg/localize/null
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Principalmente em cenários de aglomeração de pessoas, policiamento mais efetivo a fim de transmitir mais segurança ao cidadão.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização diuturnamente.

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA MILITAR Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Há necessidade urgente na ampliação do quantitativo de viaturas da Polícia Militar e Ostensiva na cidade de São José dos Campos.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de viaturas, em todo o Estado, a frota da Polícia Militar está ajustada ao efetivo fixado, obedecendo a critérios técnicos sedimentados no Quadro de Fixação da Frota (QFF), o qual dimensiona a quantidade de viaturas proporcionalmente ao efetivo alocado para a execução do policiamento em suas diversas modalidades, sendo que a quantidade fixada está em equilíbrio com o quantitativo de policiais militares existente no Município em questão.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em monitoramento diuturnamente.

Item de votação

SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Necessária a ampliação no efetivo da Polícia Civil e Científica para atendimento ao crescimento populacional ocorrido nos últimos anos na cidade de São José dos Campos; ainda, através deste aumento e da criação de uma Delegacia da Mulher na cidade, realizar a ampliação do atendimento da referida Delegacia para os finais de semana, preferencialmente com efetivo feminino.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A expansão do atendimento das delegacias especializada é prioridade da atual gestão, cujo cumprimento dependem da ampliação dos quadros atuais e esta vinculado com o orçamento disponível para o período.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

1801 - Polícia Judiciária Integrada - Formação, capacitação e aperfeiçoamento de Policiais Civis

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A distribuição de policiais civil formados obedece o preenchimento proporcional de vagas por região, conforme o déficit constado à época própria.

Item de votação

CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E APRIMORAMENTO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Necessária a realização de reforma na Delegacia da Infância e da Juventude, localizada no bairro Jardim Nova América, na cidade de São José dos Campos.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta orçamentária setorial da instituição para o exercício 2024/2025 estabeleceu como parâmetro os imóveis com demandas complexas, limitadas as 25 prédios, considerando a disponibilidade orçamentária planejada.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Polícia Judiciária Integrada - Construção, adequação e aprimoramento das instalações.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não.
Item de votação
ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Dado o aumento na população de terceira idade na cidade de São José dos Campos, necessário o aumento de vagas em Casas de Repouso, em parceria com a Prefeitura Municipal - seja ampliando a capacidade das já existentes ou, ainda, construindo novas unidades para este atendimento.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Detalhamento descrito para Secretaria da Habitação
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Há necessidade urgente na ampliação do quantitativo de viaturas da Polícia Científica na cidade de São José dos Campos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Há o planejamento para a aquisição de novas viaturas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 1820 - Integração da Segurança Pública Produto - 1902 - AMPLIAÇÃO DO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Segundo semestre de 2025
Item de votação
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Necessária a ampliação no efetivo da Polícia Militar e Ostensiva para atendimento ao crescimento populacional ocorrido nos últimos anos na cidade de São José dos Campos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral. Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de

interesse da segurança pública. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em monitoramento diuturnamente.

Item de votação

CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS - POLÍCIA CIENTÍFICA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

- Implantação de uma Delegacia de Polícia Científica no Distrito Eugênio de Melo, em São José dos Campos; - Reforma nas 1.ª, 5.ª, 6.ª e 8.ª Delegacias de Polícia Científica; - Implantação de uma Delegacia de Mulher na cidade, com atendimento 24 horas.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não há Resolução que prevê a instalação de unidade de Polícia Científica no Município.

Item de votação

PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Dentre os itens de Perícias Criminalísticas e Médico-Legais, com necessidades urgentes de atendimento na cidade de São José dos Campos, destacamos: - Pavimentação asfáltica no pátio do Instituto Médico Legal (IML), em prédio pertencente à Prefeitura Municipal e cedido o uso ao Governo do Estado; - Contratação de serviços de segurança para o período noturno no IML da cidade; - Contratação de maior quantidade de Médicos Legistas; e - Criação de Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para a cidade.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Imóvel não pertencente ao estado, logo a intervenção deverá ser providenciada pela prefeitura do município; impossibilidade de contratação de serviço de segurança visto que é a atividade fim da instituição; novos médicos legistas ingressaram recentemente na instituição e já há novo concurso em andamento; Serviço de verificação de óbitos é realizado pela Secretaria de Saúde.

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Acredito que o COBOM deveria voltar para Franca, pois o fato da central estar em Bauru tem feito com que os atendimentos se tornem mais lentos e isso pode custar vidas!

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Improcedência da proposta

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O remanejamento do Centro de Operações regional do Comando de Bombeiros do Interior 2 para a cidade de Bauru foi criteriosamente implantado, com base na otimização de recursos públicos e na implementação das mais modernas tecnologias de informação e comunicação. Tal iniciativa agregou recursos centralizados na região, para que recursos descentralizados (operacionais) fossem direcionados aos serviços de pronta resposta às emergências. O retorno do COBOM para o município mencionado, além de demandar recursos orçamentários, oneraria efetivo empregado no atendimento direto à população, o que inviabiliza a iniciativa proposta.

Item de votação
AMPLIAR A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Acredito que a volta do Copom para Franca fará com que os atendimentos policiais sejam mais rápidos e eficazes .
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A centralização do COPOM Regional na cidade de Ribeirão Preto agilizou os atendimentos de toda região (mais de 90 municípios) inclusive de Franca, nos quais foram implantados tecnologia de ponta, onde tudo é gravado, protocolo de árvore de decisões, número de atendentes com a tecnologia suportam muito mais ligações de todos municípios, inclusive de Franca, e ainda a ligação telefônica que é recebida pelo COPOM Regional de Ribeirão Preto é despachada em segundos para a cabine do despachador policial militar de Franca, nos quais com as tecnologias on-line as distâncias não interferem em nada. Sendo assim o COPOM Regionalizado foi implementando em Ribeirão Preto com critérios técnicos, populacionais, dimensionais, segurança pública regional e etc além de otimizar recursos para os cofres públicos e conseguir em uma única centralização implementar as mais modernas tecnologias de informação e comunicação do mundo.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Um meliante invadiu a casa que eu alugo aqui no largo do socorro, na zona sul. Por ser uma mini vila e ter um segurança de rua privado, o incidente ainda ocorreu. Então eu gostaria de saber e participar das iniciativas e iniciações do governo para que a minha segurança melhore junto a segurança do meu bairro que está bem sensível nos ultimos anos
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral e bombeiros. Quanto às viaturas, em todo o Estado, a frota da Polícia Militar está ajustada ao efetivo fixado, obedecendo a critérios técnicos sedimentados no Quadro de Fixação da Frota (QFF), o qual dimensiona a quantidade de viaturas proporcionalmente ao efetivo alocado para a execução do policiamento em suas diversas modalidades, sendo que a quantidade fixada está em equilíbrio com o quantitativo de policiais militares existente no Município em questão. Finalmente, frise-se que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e da integração de diversos órgãos, tratando-se, portanto, de um sistema de defesa social, sendo a Polícia Militar parte integrante desse sistema. Para maior engajamento nas questões de Segurança Pública de seu bairro orientamos procurar o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA (CONSEG) de sua região conforme link https://www.ssp.sp.gov.br/conseg/portal/conseg/localize/null
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação do Sistema DETECTA na Estância Turística de Águas da Prata
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo.

Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Para maior engajamento nas questões de Segurança Pública de seu bairro orientamos procurar o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA (CONSEG) de sua região conforme link <https://www.ssp.sp.gov.br/conseg/portal/conseg/localize/null>

Item de votação

EXPANSÃO DO CORPO DE BOMBEIROS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Implantação de uma segunda fase do Corpo de Bombeiros em Jacareí Jacareí tem 240 mil habitantes e possui apenas uma base dos Bombeiros, cuja manhã base também atende as cidades de Igaratá e Santa Branca. Trata-se de uma distância muito grande para operar com uma equipe tão reduzida. Tanto que já tivemos diversas situações de ocorrências simultâneas de grande porte, onde a equipe de Jacareí praticamente teve de escolher qual ocorrência atender. Para otimizar o trabalho e até mesmo evitar tragédias, deve-se providenciar a construção de uma segunda base do Corpo de Bombeiros em Jacareí, na região do Bairro São João, de forma a dividir a área de atuação em duas, propiciando melhor cobertura da região.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Condicional à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Corpo de Bombeiros possui um programa de expansão territorial baseado em critérios técnicos para a implantação de novas unidades. Desse modo, depende de disponibilidade orçamentária para a implementação da sugestão proposta.

Item de votação

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Valorização dos cargos efetivos e melhor acompanhamento e atendimento à legislação dos reajustes de acordo com os índices inflacionários. Reestruturação de cargos e carreiras, realização de progressão funcional atrasada e promoção por merecimento atrasados.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.

Item de votação

POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Atualmente não temos mas a sensação de segurança ao andar nas ruas.

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Aumento do efetivo
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral. Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Se faz necessário a melhoria da inteligência no combate à criminalidade.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Por meio da formação, assim como da capacitação e aperfeiçoamento de policiais a instituição busca permanentemente o combate à criminalidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Polícia Judiciária Integrada - Formação, capacitação e aperfeiçoamento de Policiais Civis
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A abrangência é estadual.
Item de votação
INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA CONTRA O CRIME: MURALHA PAULISTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Há uma rede de criminosos atuando em São Paulo principalmente no roubo de celulares, na maioria das vezes a mão armada e em motos, além das gangues de bicicleta... todos levando para os pontos de receptação no centro da capital, se faz necessário a inteligência desmontar os pontos de receptação, identificar os motoqueiros e diminuir a criminalidade em São Paulo que está terrível, não se pode mais andar tranquilamente nas ruas...
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo.

Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização diuturnamente.

Item de votação

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

PLano de carreira e aumento de salário

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.

Item de votação

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Necessita realizar o cumprimento da palavra do senhor govenador de valorizacao a claase de policiais penais que nao aconteceu no ano passado e tbm neste ano com o projeto que nao tem a devida valorização afinal nao cumpriu

Região a qual o voto foi direcionado

RA Sorocaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A pasta competente, SMJ, é a da Secretaria de Administração Penitenciária - SAP.

Item de votação

POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Maior policiamento no centro da cidade de São Paulo

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral. Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações

criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Onde há policiamento reduz a criminalidade
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Para melhorar os serviços estaduais e essencial valorizar os sergidorws públicos. Capacitá-los e melhorar salários decentes e corrigi-los anualmente conforme a inflação.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As políticas de valorização profissional seguem em andamento, com a implementação de ações em nível governamental, como políticas salariais e aquisição e modernização de frota e equipamentos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange diversos programas e produtos relacionados à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização, com previsão de entrega posterior.
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Queria pedir governo de sp estalacao base rota na baixada santista
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral. Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE.
Item de votação
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
criação da lei organica da polícia penal. equiparação salarial dos agentes policiais equiparados ex: salários delegado = diretor geral de unidade prisional policial penal = policial civil
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Fazenda e Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Cultura, Economia e Indústria Criativas
Item de votação
POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
A RMVALE é a região mais violenta do interior do estado, conforme os dados da SSP, o que faz com essa área mereça atenção especial.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos. Para maior engajamento nas questões de Segurança Pública de seu bairro orientamos procurar o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA (CONSEG) de sua região conforme link https://www.ssp.sp.gov.br/conseg/portal/conseg/localize/null
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.
Item de votação
INTEGRAÇÃO DA TECNOLOGIA CONTRA O CRIME: MURALHA PAULISTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Apoio os investimentos em tecnologia para a vigilância de toda a região.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há descrição na proposta que possa indicar qual a sugestão efetiva pretendida.
Item de votação
COMBATE A INCÊNDIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Falta de um posto de bombeiros em juquitiba sp ,pois laudos e vistorias demoram para ser feitos nas instituições publicas do municipio precisamos de um posto de Atendimento no municipio deste já agradeço a atenção
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Condicionala à disponibilidade orçamentária / restrição orçamentária
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A sugestão depende da disponibilidade de recursos orçamentários, de acordo com critérios de priorização para a expansão de unidades territoriais do Corpo de Bombeiros.

48000- SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

48000 - SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Item de votação

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS Voto(s) 2

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Produto 2193 compreende a concessão de bolsas regulares para apoiar professores universitários e seus alunos de graduação e pós-graduação, no país e no exterior, sem vínculo com auxílios à pesquisa, com vistas a completar sua formação acadêmica e atraí-los às atividades científicas e tecnológicas. As bolsas no país incluem as de iniciação científica, mestrado, doutorado, doutorado direto e pós-doutorado. Além delas, a Fapesp considera prioritário complementar a formação dos pesquisadores no exterior e, para tanto, oferece as Bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) a seus bolsistas de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Doutorado Direto e Pós-Doutorado, durante a vigência de suas bolsas no país. As Bolsas regulares no país constituem importante instrumento de formação de recursos humanos para a pesquisa e compõem um dos elementos indispensáveis para o avanço do conhecimento. Essas bolsas correspondem, em média a 35% dos processos contratados pela Fapesp nos últimos 5 anos. Uma ação paralela da Fapesp no tema de ensino de qualidade é o Programa Proeduca, que está associado a dois produtos: Projetos de Pesquisa Científica e Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos. O Proeduca é uma iniciativa conjunta da Fapesp com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc), que tem como objetivo subsidiar o aprimoramento e o desenvolvimento de políticas públicas e de abordagens pedagógicas voltadas à melhoria do aprendizado e à redução das desigualdades educacionais.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2193 - Bolsas de Formação Ação: 4688 - Formação de Recursos Humanos

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.

Item de votação

APOIO TECNOLÓGICO, CONSULTORIA E FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Presidente Prudente

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Em andamento

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 4805 produto 2196

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

Item de votação

ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA Campinas

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O produto 2175 está vinculado as despesas administrativas da Fapesp, que corresponde a 5% do orçamento da Fundação. Os gastos com atividades administrativas da Fapesp são definidos por Lei, correspondendo a 5% do seu orçamento anual. Essa limitação, estabelecida na criação da Fapesp, é importante para garantir que 95% dos recursos anuais sejam destinados à sua atividade-fim, o fomento à pesquisa científica e tecnológica. Este é operacionalizado por meio da concessão de Bolsas e Auxílios a projetos em todas as áreas do conhecimento, submetidos por pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou particulares, de órgãos públicos e de empresas sediadas no Estado de São Paulo. A manutenção de percentual baixo com despesas administrativas demonstra sua eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2175 - Apoio Administrativo e Sustentação e/ou Inovação tecnológica da Fapesp Ação: 5699 - Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica.

Item de votação

PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Produto 2183 reúne as modalidades de apoio à pesquisa básica e aplicada vinculadas a projetos de longo e curto prazos. Entre os primeiros estão os Projetos Temáticos e os programas Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão - CEPID, São Paulo Excellence Chair (SPEC), Jovem Pesquisador (JP) e Projetos Especiais, além dos auxílios à pesquisa e das bolsas a eles vinculados. Os projetos de curto prazo abrangem os Auxílios Regulares à Pesquisa e às bolsas a eles vinculadas, além de outras modalidades de auxílios regulares, como vinda de pesquisador visitante, publicações e participação ou organização de reuniões científicas. Esse conjunto de iniciativas, vinculadas à Ação 5286, compõe o principal produto oferecido pela Fapesp, em termos orçamentários: o valor médio anual nos últimos 5 anos foi de 51% do total liquidado. É por meio dele que a Fundação atende à demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, com vistas a aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em diversos temas e áreas do conhecimento.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2183 - Projetos de Pesquisa Científica Ação: 5286 - Pesquisa para o Avanço do Conhecimento

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.

Item de votação

PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Produto 2183 reúne as modalidades de apoio à pesquisa básica e aplicada vinculadas a projetos de longo e curto prazos. Entre os primeiros estão os Projetos Temáticos e os programas Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão - CEPID, São Paulo Excellence Chair (SPEC), Jovem Pesquisador (JP) e Projetos Especiais, além dos auxílios à pesquisa e das bolsas a eles vinculados. Os projetos de curto prazo abrangem os Auxílios Regulares à Pesquisa e às bolsas a eles vinculadas, além de outras modalidades de auxílios regulares, como vinda de pesquisador visitante, publicações e participação ou organização de reuniões científicas. Esse conjunto de iniciativas, vinculadas à Ação 5286, compõe o principal produto oferecido pela Fapesp, em termos orçamentários: o valor médio anual nos últimos 5 anos foi de 51% do total liquidado. É por meio dele que a Fundação atende à demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, com vistas a aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em diversos temas e áreas do conhecimento.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2183 - Projetos de Pesquisa Científica Ação: 5286 - Pesquisa para o Avanço do Conhecimento

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
INFRAESTRUTURA DE PESQUISA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio de seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Produto 2221, considerado estratégico pela Fundação, visa assegurar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa no Estado de São Paulo. Para tanto, promove várias iniciativas, como: Equipamentos Multiusuários, FAP-Livros, Reparo de Equipamentos, Reservas Técnicas Institucionais, Acesso à Rede ANSP e Apoio à Infraestrutura de acervos, laboratórios, entre outras. As iniciativas mais abrangentes são as de Equipamento Multiusuário (EMU) e Reserva Técnica Institucional (RTI). O fomento à infraestrutura é fundamental para fortalecer o Sistema de Inovação do Estado de São Paulo, pois viabiliza o acesso dos grupos de pesquisas a ambientes dotados de infraestruturas modernas de alta capacidade tecnológica, fortalecendo a qualidade da pesquisa científica, tecnológica e da inovação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2221 - Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa Ação: 6347 - Infraestrutura de Pesquisa
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Programa 2194 reúne um conjunto de instrumentos por meio dos quais a Fapesp busca estimular a formação de grupos de pesquisa sobre temas estratégicos para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e do país. Essa forma de implementar a política científica e tecnológica, orientada à solução de problemas ou por missão, vem ganhando proeminência em todo o mundo a partir do pós-crise de 2008. Sofreu forte impulso da iniciativa da Organização das Nações Unidas, consubstanciada nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, que se propõem a erradicar a pobreza, proteger o meio-ambiente e promover um mundo de paz e prosperidade. São problemas complexos, cuja superação exige a definição clara de objetivos, os quais deverão ser perseguidos por grupos multidisciplinares, bem coordenados e focalizados.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 -Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2194 - Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos Ação: 6348 - Pesquisa em Temas Estratégicos
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O produto 2175 está vinculado as despesas administrativas da Fapesp, que corresponde a 5% do orçamento da Fundação. Os gastos com atividades administrativas da Fapesp são definidos por Lei, correspondendo a 5% do seu orçamento anual. Essa limitação, estabelecida na criação da Fapesp, é importante para garantir que 95% dos recursos anuais sejam destinados à sua atividade-fim, o fomento à pesquisa científica e tecnológica. Este é operacionalizado por meio da concessão de Bolsas e Auxílios a projetos em todas as áreas do conhecimento, submetidos por pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa, públicas ou particulares, de órgãos públicos e de empresas sediadas no Estado de São Paulo. A manutenção de percentual baixo com despesas administrativas demonstra sua eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2175 - Apoio Administrativo e Sustentação e/ou Inovação tecnológica da Fapesp Ação: 5699 - Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica.
Item de votação
BOLSAS DE ESTUDOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS FACULDADES PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1980
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
INFRAESTRUTURA DE PESQUISA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio de seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. O Produto 2221, considerado estratégico pela Fundação, visa assegurar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa no Estado de São Paulo. Para tanto, promove várias iniciativas, como: Equipamentos Multiusuários, FAP-Livros, Reparo de Equipamentos, Reservas Técnicas Institucionais, Acesso à Rede ANSP e Apoio à Infraestrutura de acervos, laboratórios, entre outras. As iniciativas mais abrangentes são as de Equipamento Multiusuário (EMU) e Reserva Técnica Institucional (RTI). O fomento à infraestrutura é fundamental para fortalecer o Sistema de Inovação do Estado de São Paulo, pois viabiliza o acesso dos grupos de pesquisas a ambientes dotados de infraestruturas modernas de alta capacidade tecnológica, fortalecendo a qualidade da pesquisa científica, tecnológica e da inovação.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2221 - Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa Ação: 6347 - Infraestrutura de Pesquisa
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Ensino Superior de Graduação do Centro Paula Souza (CPS) na RM Sorocaba, compreende as Regiões 7 e 11 – Itapeva / Registro e Sorocaba, do CPS, que por sua vez contempla as Faculdades de Tecnologia (Fatecs) de Tatuí, Botucatu, Sorocaba, São Roque, Itapetininga, Itu, Capão Bonito e Votorantim. Verifica-se nestas Fatecs a oferta de cursos superiores de tecnologia em: Agroindústria, Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Automação Industrial, Ciência de Dados para Negócios, Comércio Exterior, Controle de Obras, Desenvolvimento de Software Multiplataforma, Eletrônica Automotiva, Eventos, Fabricação Mecânica, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Qualidade, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Empreendimentos Gastronômicos, Gestão de Turismo, Gestão Empresarial, Logística, Logística, Manufatura Avançada, Manutenção Industrial, Mecânica - Processos de Produção, Mecatrônica Industrial, Polímeros, Produção Fonográfica, Produção Industrial, Projetos Mecânicos, Radiologia, Silvicultura, Sistemas Biomédicos e em Sistemas para Internet. O desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do ensino superior de graduação do CPS, verifica-se na evolução da oferta de Unidades de Ensino – Fatec e dos Cursos Superiores de Tecnologia em todo o estado de São Paulo, inclusive nas Regionais 7 e 11, com 08 Fatecs e 33 Cursos Superiores de Tecnologia em oferta no ensino superior tecnológico.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Ensino Superior de Graduação do Centro Paula Souza (CPS), verifica-se na evolução da oferta de Faculdades de Tecnologia (Fatecs). Atualmente o CPS conta com 79 Fatecs, 93 cursos superiores de tecnologia e mais de 90 mil matrículas em todo o Estado de São Paulo.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
PROMOÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1981
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E SERVIDORES DO CPS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Centro Paula Souza (CPS), por meio de suas coordenadorias, oferta capacitações e treinamentos, para seus docentes e servidores técnicos administrativos, de forma regionalizada e com o levantamento de necessidades junto às unidades de ensino em todo o estado de São Paulo. O CPS conta com um programa permanente de capacitação com o objetivo de manter os cursos profissionalizantes das Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) atualizados tecnologicamente e em metodologia de ensino. A Unidade de Ensino Médio e Técnico, até o momento de 2024, no município de Ribeirão Pires, ofertou 31 cursos com 43 participantes e 35 certificados emitidos. O município de Ribeirão Pires não possui Fatec implantada. O CPS emitiu, até o momento de 2024, mais de 16.000 certificados de capacitação para seus docentes e servidores técnicos administrativos, em todo o Estado de São Paulo. A meta de certificação para 2024 é de 18.000.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2473 - Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Docentes e Servidores
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1917
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INOVAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4805 produto 2196
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INOVAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4805 produto 2196
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
BOLSA AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ESTUDANTES DA EXTENSÃO DAS FAC.PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Ribeirão Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 2098
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não consta no PPA
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Foram ofertadas, no município de Rio Claro, 560 vagas em 2024. As maiores demandas são para cursos integrados ao Ensino Médio. A seleção para ingresso ocorre duas vezes ao ano entre abril/maio para ingresso no 2º semestre e entre outubro/novembro, para ingresso no 1º semestre do ano seguinte. Todas as notícias sobre a seleção de novos alunos são divulgadas no site www.cps.sp.gov.br . A Escola Técnica (Etec) do município de Rio Claro conta com, aproximadamente, 1.200 matrículas e partir de 2025 será implantada uma Faculdade de Tecnologia (Fatec).
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.

Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Centro Paula Souza (CPS) conta com 44 Escolas Técnicas (Etecs) na capital. Além disso, mantém parceria com a Prefeitura de São Paulo para oferta de cursos técnicos nos Centros Educacionais Unificados (CEUs), sempre vinculados a uma Etec, e também parceria com a Secretaria Estadual de Educação para oferta de cursos técnicos em diversas escolas estaduais. Foram ofertadas na capital 36.205 vagas em 2024. A seleção para ingresso ocorre duas vezes ao ano entre abril/maio para ingresso no 2º semestre e entre outubro/novembro, para ingresso no 1º semestre do ano seguinte. Todas as notícias sobre a seleção de novos alunos são divulgadas no site www.cps.sp.gov.br . As Etecs da capital contam com mais de 58.000 matrículas..
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. A interação entre pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa e empresas é um dos meios mais promissores para difundir os efeitos do avanço do conhecimento a toda a sociedade. Com essa finalidade, a Fapesp vem promovendo ao longo dos anos projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com empresas no âmbito das seguintes iniciativas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE); Programa de Inovação em Pequenas Empresas (PIPE); e Centros de Pesquisa em Engenharia (CPE) e Centros de Pesquisa Aplicada (CPA). O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – Pipe – tem sido avaliado como de grande impacto, abarcado empresas de todas as regiões do estado de São Paulo e fomentado o empreendedorismo tecnológico. O programa foi iniciado em 1997 como um programa pioneiro no ambiente de financiamento à pesquisa no Brasil. Por meio da concessão de recursos financeiros não reembolsáveis a pesquisadores vinculados a pequenas empresas inovadoras localizadas em São Paulo, o programa busca desde o seu início apoiar as atividades dessas empresas voltadas a novas tecnologias, novos produtos e processos, com a finalidade de contribuir para a sua competitividade. Em todo o período, o Pipe beneficiou cerca de 1900 empresas, pertencentes a diversos setores de atividade econômica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2192 - Parceria para Inovação nas Empresas Ação: 4699 - Projetos de Pesquisa para Inovação em Parceria com Empresas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. A interação entre pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa e empresas é um dos meios mais promissores para difundir os efeitos do avanço do conhecimento a toda a sociedade. Com essa finalidade, a Fapesp vem promovendo ao longo dos anos projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com empresas no âmbito das seguintes iniciativas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE); Programa de Inovação em Pequenas Empresas (PIPE); e Centros de Pesquisa em Engenharia (CPE) e Centros de Pesquisa Aplicada (CPA). O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – Pipe – tem sido avaliado como de grande impacto, abarcado empresas de todas as regiões do estado de São Paulo e fomentado o empreendedorismo tecnológico. O programa foi iniciado em 1997 como um programa pioneiro no ambiente de financiamento à pesquisa no Brasil. Por meio da concessão de recursos financeiros não reembolsáveis a pesquisadores vinculados a pequenas empresas inovadoras localizadas em São Paulo, o programa busca desde o seu início apoiar as atividades dessas empresas voltadas a novas tecnologias, novos produtos e processos, com a finalidade de contribuir para a sua competitividade. Em todo o período, o Pipe beneficiou cerca de 1900 empresas, pertencentes a diversos setores de atividade econômica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2192 - Parceria para Inovação nas Empresas Ação: 4699 - Projetos de Pesquisa para Inovação em Parceria com Empresas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE APOIO PARA EMPRESAS INOVADORAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 4805 Produto 2196
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO ENSINO SUPERIOR Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Apoio administrativo as Fatecs. Curso superior reconhecido.
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1986
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Maior investimento nas Fatecs
Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os investimentos nas Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paula Souza (CPS), ocorrem de forma contínua e gradual, a partir do orçamento para tal, priorizando investimentos em infraestrutura e recursos humanos (contratação e folha de pagamento) e pós análise de governança. O valor na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024, para essa ação é de R\$ 910.065.240,00.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
AMPLIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DO ENSINO SUPERIOR PAULISTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Que o governo associe educação com a pesquisa científica e tecnológica para o avanço do nosso Estado, priorizando a ciência e tecnologia, bem como a inovação. Dar preferência ao ensino, bem como da construção de conhecimento de forma objetiva e científica.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 2105
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
- Um novo campus para a Unesp, condizente com a importância da região metropolitana de Sorocaba - Um curso de engenharia nuclear em Iperó, nas instalações de Aramar, promessa antiga do estado para a região
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não consta no PPA
Item de votação
CAPACITAÇÃO DE DOCENTES E SERVIDORES DO CPS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Os centros de educação em tecnologia precisam urgentemente de novos professores.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Centro Paula Souza (CPS) oferta capacitações e treinamentos, para seus docentes e servidores técnicos administrativos, de forma regionalizada e com o levantamento de necessidades junto às unidades de ensino em todo o estado de São Paulo. Há um programa permanente de capacitação com o objetivo de manter os cursos profissionalizantes das Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) atualizados tecnologicamente e em metodologia de ensino. O CPS emitiu, até o momento de 2024, mais de 16.000 certificados de capacitação para seus docentes e servidores técnicos administrativos, em todo o Estado de São Paulo. A meta de certificação para 2024 é de 18.000. Em relação a contratação de docentes, o ingresso na função ou emprego público permanente docente, para atuar nas Etecs e Fatecs, dá-se mediante: Processo Seletivo Simplificado para a função de Professor de Ensino Superior (Fatecs) ou Professor de Ensino Médio e Técnico (Etecs), objetivando a admissão temporária (contrato de trabalho por prazo determinado) de excepcional interesse público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação trabalhista complementar; e, por Concurso Público para preenchimento do emprego público permanente de Professor de Ensino Superior (Fatecs) ou Professor de Ensino Médio e Técnico (Etecs), mediante admissão (contrato de trabalho por prazo indeterminado). Para os professores admitidos, há os editais de ampliação de aulas. Atualmente, o CPS está tramitando novo Plano de Carreira, junto ao Governo do Estado de São Paulo, inclusive para tornar a docência na Educação Profissional e Tecnológica do CPS mais atrativa para novos profissionais. A Unidade de Recursos Humanos (URH) do CPS tem pleiteado junto ao Governo do Estado de São Paulo mais vagas de Concurso Público para professores e técnicos administrativos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Produto 2473 - Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Docentes e Servidores
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
PROMOÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Muitos alunos não conseguem estudar o que desejam porque o Vale do Paraíba bem poucas opções no que diz respeito ao ensino superior público e gratuito. Desta forma, a expansão do ensino superior público deveria ser prioridade para o Vale do Paraíba, principalmente em cidades onde não há campus de uma universidade pública (USP, Unicamp, Unesp), como Cruzeiro (que atenderia todo o Vale Histórico), Pindamonhangaba, Taubaté e Ubatuba.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Para cursos EAD existem os Polos da UNIVESP , mas não estão previstos no PPA mais campus de universidades

Item de votação
FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Importante haver um sistema integrado de monitoramento de cada estudante da rede, desde o ensino infantil até o ensino superior. ênfase nos investimentos na formação inicial, com desenvolvimento de habilidades socioemocionais. também considero importante incluir formação cidadã na grade curricular, ensinando estudantes sobre o funcionamento de sua cidade, estado e país, bem como sobre seus deveres e direitos como cidadãos.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Como sugestão, encaminhar para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Assistência essa que na prática no dia a dia não funciona como deveria, um aplicativo, uma plataforma ou algo do tipo para agendar uma consulta ou pegar o resultado de um exame, consulta remota já é realidade em alguns países para a rede pública,
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Pesquem o motivo das pessoas adquirirem o câncer no país, são muitas e o tratamento demora muito.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 -Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2183 - Projetos de Pesquisa Científica Ação: 5286 - Pesquisa para o Avanço do Conhecimento
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Dentre as demandas necessárias para a Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e em especial em São José dos Campos, solicito: - Ampliação do fornecimento das especialidades do AME (Ambulatório Médico de Especialidades), em função da diversidade da demanda; - Ampliação das dependências do AME , devido ao aumento da demanda ao local; -Ampliação do quantitativo de cirurgias realizadas pelo Hospital Regional.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da Saúde
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Mais cursos tecnicos, para jovens poder se aprimorar e ajudar na vida profissional. para todos nao so os da rede publica mais rede privada tbm
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), 30 contam com pelo menos 1 Escola Técnica (Etec). Apenas na Capital são 44 Etecs. Os municípios que não possuem Etec podem ter eventualmente a pedido da Prefeitura local, uma classe descentralizada vinculada a uma Etec. Foram ofertadas na região 36.205 vagas em 2024, com mais de 89 mil matrículas. A seleção para ingresso ocorre duas vezes ao ano entre abril/maio para ingresso no 2º semestre e entre outubro/novembro, para ingresso no 1º semestre do ano seguinte. Todas as notícias sobre a seleção de novos alunos são divulgadas no site www.cps.sp.gov.br . O CPS se mantém aberto para novas sugestões de cursos que ainda não são ofertados na Etec local, sendo dirimidos ao Diretor da unidade que em consenso com o Conselho de Escola, poderão deliberar a oferta de outros cursos. Na RMSP há 24 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), com 14.305 vagas ofertadas em 2024 e mais de 34.000 matrículas.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Criação da Faculdade Estadual de Medicina de Franca (FEMF)
Região a qual o voto foi direcionado
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não consta no PPA
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Jacareí é uma e cidades mais industrializadas do interior paulista, mas convive com carência de oferta de cursos de formação técnica e superior voltados para a indústria. A própria FATEC Jacareí não tem nenhum curso voltado para a atividade industrial, embora exista capacidade ociosa no prédio, que permitiria implantar dois novos cursos, como Processos Químicos ou Tecnologia em Mecânica/Automação Industrial. O mesmo ocorre na ETEC de Jacareí, onde seria possível implantar curso técnico em mecânica, como sugestão. As dificuldades na formação de maio-de-obra capacitada hoje são apontadas como um grande entrave pelas indústrias de Jacareí, inclusive limitando novos investimentos.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Outro
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Centro Paula Souza (CPS), no Ensino Médio e Técnico informa que já existem municípios na região que ofertam o curso solicitado. Na RM Vale do Paraíba e Litoral Norte, o curso de Mecânica é ofertado em Caçapava, Cruzeiro e Guaratinguetá e Mogi das Cruzes. Em São José dos Campos é ofertado o curso de Automação Industrial, que é da mesma área de Mecânica. No Ensino Superior de Graduação, na regionalização do CPS corresponde a Região-12, reúne 08 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), com a oferta de 24 Cursos Superiores de Tecnologia: Agronegócio, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Desenvolvimento de Software Multiplataforma, Design de Mídias Digitais, Eletrônica Automotiva, Eventos, Geoprocessamento, Gestão Comercial, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Gestão Hospitalar, Gestão Portuária, Logística, Manufatura Avançada, Manutenção de Aeronaves, Manutenção Industrial, Marketing, Mecânica - Processos de Soldagem, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Projetos Mecânicos. São ofertados cursos voltados diretamente para a atividade industrial, outros permitem campo de atuação para os egressos exercerem atividade profissional na indústria. Em específico, na Fatec Jacareí são ofertados 03 Cursos: Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Software Multiplataforma, Curso Superior de Tecnologia em Geoprocessamento e Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente e Recursos Hídricos. A solicitação de implantação de cursos nas Fatecs deve ser solicitados pela Fatec a Coordenadoria de Ensino Superior de Graduação (Cesu), por meio de ofício, que após análise conjunta com o Gabinete da Superintendência, encaminha para apreciação do Conselho Deliberativo do CPS. Será informado à Fatec Jacareí sobre a demanda por cursos voltados para a atividade industrial, respeitado os prazos previstos para a solicitação de implantação de novos cursos.

Item de votação

PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

As pesquisas científicas, tecnológicas e de inovações proporcionam qualidade e otimização nos processos de desenvolvimento nas empresas parceiras das Fatec Marília.

Região a qual o voto foi direcionado

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. A interação entre pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa e empresas é um dos meios mais promissores para difundir os efeitos do avanço do conhecimento a toda a sociedade. Com essa finalidade, a Fapesp vem promovendo ao longo dos anos projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com empresas no âmbito das seguintes iniciativas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE); Programa de Inovação em Pequenas Empresas (PIPE); e Centros de Pesquisa em Engenharia (CPE) e Centros de Pesquisa Aplicada (CPA). O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – Pipe – tem sido avaliado como de grande impacto, abarcado empresas de todas as regiões do estado de São Paulo e fomentado o empreendedorismo tecnológico. O programa foi iniciado em 1997 como um programa pioneiro no ambiente de financiamento à pesquisa no Brasil. Por meio da concessão de recursos financeiros não reembolsáveis a pesquisadores vinculados a pequenas empresas inovadoras localizadas em São Paulo, o programa busca desde o seu início apoiar as atividades dessas empresas voltadas a novas tecnologias, novos produtos e processos, com a finalidade de contribuir para a sua competitividade. Em todo o período, o Pipe beneficiou cerca de 1900 empresas, pertencentes a diversos setores de atividade econômica.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2192 - Parceria para Inovação nas Empresas Ação: 4699 - Projetos de Pesquisa para Inovação em Parceria com Empresas

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.

Item de votação

ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Implantação de ala para queimados no Hospital Estadual de Franca, em construção. A cidade e região não possui este importante atendimento, necessitando liberação de vaga e atendimento em hospitais de outras regiões.

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado

Motivo

Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Secretaria da Saúde

Item de votação

ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Implantação de Faculdade de Medicina Estadual no município de Franca. Sendo referência para o aglomerado urbano e para o estado.

Região a qual o voto foi direcionado

AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não consta no PPA
Item de votação
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Essencial preservar NA ÍNTEGRA (1% da receita orçamentária) a fatia orçamentária da Fapesp para fins educacionais, pesquisa e desenvolvimento sustentável.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A administração da FAPESP é limitada por sua lei de criação a um percentual de seu orçamento. A administração da FAPESP não se confunde com os recursos investidos em pesquisa
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2175 - Apoio Administrativo e Sustentação e/ou Inovação tecnológica da Fapesp Ação: 5699 - Administração da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica.
Item de votação
ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Deveria ter mais cursos EAD nas instituições estadual como parcerias com Adobe , Microsoft... mas conteúdos técnico a longo prazo....na área de programação tecnologia e ambiental.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1981
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
BOLSA AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ESTUDANTES DA EXTENSÃO DAS FAC.PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Deveria ter nova forma compensar custo antes tinha programa da família pela qual foi cancelado o edital poderia ter polos tecnologia no poupa tempo falta formação seja conteúdo técnico capaz não uma introdução de 100 horas ...
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Item de votação
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Capacitação de professores e alunos
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em relação ao desenvolvimento da educação profissional técnica, o Centro Paula Souza (CPS) conta 228 Escolas Técnicas (Etecs) e 468 classes descentralizadas (unidades que oferecem um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec), e mais de 226 mil matrículas em todo o Estado de São Paulo. Em relação as capacitações, o Centro Paula Souza (CPS), por meio de suas coordenadorias, oferta capacitações e treinamentos, para seus docentes e servidores técnicos administrativos, de forma regionalizada e com o levantamento de necessidades junto às unidades de ensino em todo o estado de São Paulo. Há um programa permanente de capacitação com o objetivo de manter os cursos profissionalizantes das Escolas Técnicas (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) atualizados tecnologicamente e em metodologia de ensino. O CPS emitiu, até o momento de 2024, mais de 16.000 certificados de capacitação para seus docentes e servidores técnicos administrativos, em todo o Estado de São Paulo. A meta de certificação para 2024 é de 18.000.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Produto 2473 - Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Docentes e Servidores
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS E CENTROS CULTURAIS INTEGRADOS PARA EDUCAÇÃO DE TEMAS SOCIAIS APLICADOS AO CONHECIMENTO E RECREAÇÃO.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Como sugestão, encaminhar para a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.
Item de votação
PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
REALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM TODAS AS ETAPAS DE ENSINO ESTADUAL E ATIVIDADES COMUNITÁRIAS DE ENGAJAMENTO SOCIAL.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No âmbito do Plano Plurianual 2024-2027 as atividades da Fapesp ocorrem pelo Programa 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia. O Programa visa apoiar as atividades científicas, tecnológicas e inovativas no Estado de São Paulo, por meio da entrega dos seis produtos: Difusão da Informação Científica e Tecnológica, Projetos de Pesquisa Científica, Parceria para Inovação nas Empresas, Apoio à Pesquisa em Temas Estratégicos e Aprimoramento da Infraestrutura de Pesquisa. A interação entre pesquisadores das instituições de ensino e de pesquisa e empresas é um dos meios mais promissores para difundir os efeitos do avanço do conhecimento a toda a sociedade. Com essa finalidade, a Fapesp vem promovendo ao longo dos anos projetos de pesquisa desenvolvidos em parceria com empresas no âmbito das seguintes iniciativas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE); Programa de Inovação em Pequenas Empresas (PIPE); e Centros de Pesquisa em Engenharia (CPE) e Centros de Pesquisa Aplicada (CPA). O Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas – Pipe – tem sido avaliado como de grande impacto, abarcado empresas de todas as regiões do estado de São Paulo e fomentado o empreendedorismo tecnológico. O programa foi iniciado em 1997 como um programa pioneiro no ambiente de financiamento à pesquisa no Brasil. Por meio da concessão de recursos financeiros não reembolsáveis a pesquisadores vinculados a pequenas empresas inovadoras localizadas em São Paulo, o programa busca desde o seu início apoiar as atividades dessas empresas voltadas a novas tecnologias, novos produtos e processos, com a finalidade de contribuir para a sua competitividade. Em todo o período, o Pipe beneficiou cerca de 1900 empresas, pertencentes a diversos setores de atividade econômica.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 4806 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Produto: 2192 - Parceria para Inovação nas Empresas Ação: 4699 - Projetos de Pesquisa para Inovação em Parceria com Empresas
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não se aplica. As linhas de fomento da Fapesp estão abertas a todas as instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores do estado de São Paulo. Observa-se uma difusão cada vez maior das suas ações de apoio à formação de recursos humanos e à pesquisa no Estado. Todos os projetos concorrem nas suas respectivas linhas de fomento, independentemente de sua região e da área do conhecimento do projeto.
Item de votação
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E EXTENSÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
APLICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PROMOVEDO O BEM ESTAR SOCIAL.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
No Ensino Superior de Graduação do Centro Paula Souza (CPS), trabalha-se a aplicação de produtos e serviços promovendo o bem-estar social por meio do desenvolvimento de projetos integradores com foco em problemas reais de empresas e das comunidades externas das Instituições de Ensino Superior (IES) no entorno das Faculdades de Tecnologia (Fatecs). Ainda com foco na comunidade externa e em contribuição com o bem-estar social, as atividades extensionistas previstas na curricularização da extensão, segundo sua caracterização nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) ofertam-se programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços para comunidade externa no intuito de aplicação do conhecimento da instituição de ensino superior para propostas de resolução de problemas da sociedade O CPS, por meio das ações da Assessoria de Inovação Tecnológica (Inova) e da escola de inovadores, trabalham junto às Fatecs o empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e, por meio do Regime de Jornada Integral (RJI) de docentes das Fatecs, também promove projetos voltados ao bem-estar, inovação e sustentabilidade. São ofertadas capacitações para docentes e servidores técnicos administrativos dentro do contexto de promoção do bem-estar social.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica 2635 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Extensão
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Item de votação
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
INSTALAÇÃO DE PROJETOS EM ROBÓTICA DE LAB PARA ENSINO, PESQUISAS E CONGRESSOS CIENTÍFICOS E JORNADA DE DESAFIOS DE EVENTOS TECNOLÓGICOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4809 produto 2468
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
AMPLIAÇÃO DE VAGAS, CURSOS E UNIDADES UNIVERSITÁRIAS
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 4807 Produto 2105
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve
Item de votação
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIFUSÃO CULTURAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
APOIO SOCIAL COM FOCO EM PSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO HUMANITÁRIA.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Em andamento
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 4807 produto 1947
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

37000- SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
Item de votação
OPERAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ) é responsável pela operação da ferrovia turística entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão. As atividades que estão relacionadas aos recursos contidos na ação orçamentária 5819 - OPERAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO, cujo objetivo é garantir a operação regular e contínua dos serviços ferroviários. Atualmente, as ações em andamento incluem serviços de manutenção preventiva e corretiva das composições e da infraestrutura ferroviária, visando assegurar a segurança e a qualidade do serviço oferecido aos passageiros. Dentro dessa ação, está previsto para 2025 o aumento da oferta de lugares, por meio da reorganização do layout das composições e da adição de vagões extras, o que permitirá atender a uma demanda crescente durante períodos de alta temporada. As ações em andamento, portanto, estão alinhadas com a meta de expansão do serviço e com a melhora na experiência dos usuários da ferrovia.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3709 - RENOVAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA EFCJ Produto 2338 - OPERAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação de entrega da ação votada prevê um aumento significativo na capacidade de transporte a partir de 2025. Atualmente, as composições de veículos possuem entre 32 e 64 lugares e realizam de 4 a 8 viagens diárias. • A composição V-1 será reforçada com o vagão CPE-2, elevando sua capacidade de 32 para 96 lugares. • Outras composições, como o A-3, que será combinado com o vagão CPE-5, e a L-V (Locomotiva a Vapor – “Maria Fumaça”), reforçada com os vagões CPE-1-4, também contribuirão para essa expansão. Com essas modificações, a oferta diária será ampliada, quase triplicando a capacidade atual. A nova distribuição da oferta será: • V-1 + CPE-2: 96 lugares, 8 viagens diárias, totalizando 768 lugares/dia. • A-5, A-6, A-7: Mantêm 32 lugares e 8 viagens diárias cada, gerando 256 lugares/dia por composição. • A-3 + CPE-5: 100 lugares, 8 viagens diárias, totalizando 800 lugares/dia. • L-V + CPE-1-4: 128 lugares, 4 viagens diárias, totalizando 512 lugares/dia. Com a ampliação da capacidade e a oferta de lugares, está sendo avaliada uma readequação tarifária para trens e bondes. Esses ajustes têm como objetivo otimizar as receitas operacionais, permitindo que a operação continue sustentável e financiando os investimentos na expansão e manutenção do serviço.
Item de votação
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS - MELHORIAS E AMPLIAÇÃO TRANSP. Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A atuação da EMTU/SP, que responde por esse item de votação, não abrange o município de Iracemápolis nem a RM de Piracicaba.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DO BRT PERIMETRAL ALTO TIETÊ NA RMSP Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O BRT Perimetral Alto Tietê atenderá as cidades de Arujá e Itaquapecetuba, promovendo a integração com a Linha 12 Safira da CPTM. O corredor tem como objetivo a redução do tempo de viagem dos passageiros, melhoria na qualidade de vida e mobilidade da região com a redução do trânsito local e o desenvolvimento regional. A

implantação do BRT será em dois trechos iniciais cobrindo uma extensão de 12,7 km. O Trecho 2 inclui a duplicação da Rod. Alberto Hinoto (SP-056) a ser executada pelo DER.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 3706 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSP. BAIXA/MÉDIA CAPACID.-PITU EM MARCHA Produto: ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE METROPOLITANA DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADES
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Trecho 1 - Ext. 2 km que vai do Terminal Arujá, a ser construído, até entroncamento com a SP-056 - previsão para início das obras do terminal em 2025 e conclusão em 2027. Em fase de preparativos para desapropriação. Trecho 2 - Ext. 10,7km que inclui o trecho desde o entroncamento com a Av. Renova dos Santos até a Estação de Transferência Monte Belo em Itaquaquetuba, junto à SP-066 (Rod. João Afonso de Souza Castellano. Início das obras viárias previstas para 2026 e conclusão do BRT em 2029.
Item de votação
RECAPACITAÇÃO DOS SISTEMAS DAS LINHAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A fim de modernizar e ampliar a sua prestação dos serviços, a CPTM pretende, para 2025, dar continuidade às obras de modernização dos seus sistemas de energia de tração e sinalização de trens. E, ainda, a partir de 2025 pretende iniciar a modernização do Centro de Controle Operacional do Brás e construir as subestações de energia de Ribeirão Pires, São Caetano e Santo André e instalar a cabine seccionadora de Rio Grande da Serra.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3707 - Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU EM MARCHA. Produto 2262 - Linhas de trens metropolitanos modernizadas.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão de conclusão das intervenções é: Modernização do Centro de Controle Operacional do Brás: 2º sem. de 2025 Construção das subestações de energia de Ribeirão Pires, São Caetano e Santo André: 2º sem. de 2028 Instalação da cabine seccionadora de Rio Grande da Serra: 1º sem. de 2027
Item de votação
PORTAS DE PLATAFORMA NAS ESTAÇÕES DAS LINHAS 1, 2 E 3 Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A IMPLANTAÇÃO DAS PORTAS DE PLATAFORMAS NAS ESTAÇÕES DAS LINHAS 1-AZUL, 2-VERDE E 3-VERMELHA ESTÁ EM ANDAMENTO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ) Produto 2295 - LINHAS 1, 2 E 3 MODERNIZADAS COM PORTAS DE PLATAFORMAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
AS ENTREGAS SERÃO PARCIAIS, POR ESTAÇÃO, AO LONGO DO PPA 2024 - 2027.
Item de votação
PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A ação orçamentária contempla atualização e refinamento do PITU 2040 (RMSP), considerando a disponibilização da nova Pesquisa Origem Destino 2023 e análise de segmentos prioritários, bem como impactos na rede metroferroviária e mitigações. Estruturação da área para acelerar o desenvolvimento de estudos e análises de transportes coletivos de passageiros e na redução de emissões de gases de efeito estufa - GEE. Montagem de base de dados unificada facilitando a análise e montagem de alternativas de solução, integração física, operacional e financeira nos sistemas de transporte coletivo de passageiros.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa: 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE - PITU VIVO Produto: 1894 - ESTUDOS TÉCNICOS PARA GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

O processo de planejamento e a elaboração do PITU é permanente. Diversas ações são iniciadas e finalizadas no PPA 2024-2027, outras poderão seguir para o PPA seguinte.

Item de votação

ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Nos últimos 5 anos a CPTM já modernizou mais de 20 de suas 57 estações e possui 77% das suas estações adaptadas para pessoas com deficiência. Atualmente a CPTM possui obras civis em andamento e, pretende, para 2025, iniciar as obras de acessibilidade das estações Santo André e Mauá, iniciar a implantação de bicicletário e escadas rolantes na estação Guaianases e implantação de três passarelas em Guaianases.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 3707 - Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU EM MARCHA. Produto 2262 - Linhas de trens metropolitanos modernizadas.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A previsão de conclusão das intervenções é: Obras de acessibilidade das estações Santo André e Mauá: 2º sem. de 2028 Implantação de bicicletário e escadas rolantes na estação Guaianases: 2º sem. de 2027

Item de votação

MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE METROPOLITANO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

Estado de São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os recursos alocados na ação orçamentária são repassados à EMTU/SP, empresa vinculada à STM, para cumprir compromissos assumidos junto as Concessionárias e Permissionárias que operam o sistema de transporte coletivo intermunicipal, por ônibus e demais veículos de baixa e média capacidade, nas Regiões Metropolitanas, bem como à CPTM e ao METRÔ, também empresas vinculadas, recomposição das receitas tarifárias em decorrência dos impactos das Concessões à iniciativa privada de linhas metroferroviárias.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE - PITU VIVO Produto 2350 - COMPLEMENTAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE METROPOLITANO DE PASSAGEIROS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Considerando que a ação orçamentária tem a função de repasse de recursos e recomposição financeira das empresas, os repasses serão feitos mensalmente enquanto houver impacto na receita dos operadores

Item de votação

CAPACITAÇÃO E REAPARELHAMENTO ADMINISTRATIVO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Hoje a CPTM atende o sistema ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não abrangendo a RM de Piracicaba.
Item de votação
CAPACITAÇÃO E REAPARELHAMENTO ADMINISTRATIVO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CPTM vem investindo em aquisição de equipamentos, ferramentas, instrumentos e infraestrutura de apoio às áreas administrativas a fim de promover uma abordagem mais integrada entre seus colaboradores. A companhia adquiriu hardwares e softwares para as áreas de tecnologia da informação, projetos, jurídica e de operação de trens.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3707 - Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU EM MARCHA. Produto 2264 - Transporte de passageiros por trens metropolitanos.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Os softwares estão em fase de implantação, com previsão de conclusão em 2025.
Item de votação
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VOLTADOS À EXPANSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Hoje a CPTM atende o sistema ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não abrangendo a RM de Piracicaba.
Item de votação
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VOLTADOS À EXPANSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CPTM vem realizando estudos para implantação de serviços de trem de médio/longo percurso ligando o município de São Paulo a outros municípios do estado. Está em andamento o estudo do plano de expansão ferroviária no estado de São Paulo que vai ligar a RMSP a outras regiões metropolitanas, corroborando com a visão da empresa de ser referência em projetos ferroviárias aprimorando experiências em mobilidade humana.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3707 - Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU EM MARCHA. Produto 2256 - Estudos e projetos para a expansão da rede ferroviária.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A previsão de conclusão das intervenções é: Estudo do plano de expansão ferroviária no estado de São Paulo: 2º sem. de 2024

Item de votação
EXTENSÃO DA LINHA 2-VERDE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A extensão da Linha 2-Verde está dividida em 2 etapas: A 1ª etapa TRECHO VILA PRUDENTE – EST. PENHA em implantação, possui 8 estações, com extensão de 8km. A 2ª etapa TRECHO PENHA - EST. DUTRA com desenvolvimento de projeto e em execução as desapropriações, possui 5,8 estações, com 5km. BENEFÍCIOS: TRECHO VILA PRUDENTE – EST. PENHA: atenderá aos bairros entre Vila Invernada, Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Carrão, Vila Manchester, Aricanduva e Penha e tem o objetivo de distribuir a concentração de passageiros das Linhas 3-Vermelha do Metrô e 11-Coral da CPTM. Essa iniciativa visa facilitar o uso de diferentes modos e proporcionará uma rota mais rápida e com menos transferências para os passageiros que vão da zona leste de SP para a região central, região oeste e região sul da cidade. Esse novo caminho irá diminuir o fluxo de passageiros das linhas 1-Azul e 3-Vermelha, principalmente nas estações Luz, Sé e Paraíso. TRECHO PENHA - EST. DUTRA: Atenderá aos bairros de Penha e Tiquatira em São Paulo, Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos, além de usuários das Linhas 12-Safira e Linha 13-Jade da CPTM, que se destinam à região da Avenida Paulista ou à zona sul de São Paulo. Distribuição do fluxo concentrado de passageiros que ocorre nas Linhas 3-Vermelha do Metrô, 11-Coral, 12-Safira e Linha 13-Jade da CPTM, que compõem a ligação radial do serviço metroferroviário. Distribuição dos fluxos de viagens de transporte coletivo por ônibus e transporte motorizados individuais, que atualmente utilizam os vários eixos viários da região. Implantação de equipamentos de integração intermodal ao longo de todo o novo eixo, notadamente com o serviço de ônibus; e com seu traçado “em arco”, possui uma característica de ligação perimetral, proporcionando opções de deslocamento na malha metroviária que hoje são realizadas através de movimentação radial minimizando a saturação das Linhas 3-Vermelha e 1-Azul
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ)~ Produto 2302 - OBRAS E SISTEMAS DA EXPANSÃO DA LINHA 2-VERDE IMPLANTADOS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
1ª etapa TRECHO VILA PRUDENTE – EST. PENHA: A meta operacional prevista - 2027. 2ª etapa TRECHO PENHA - EST. DUTRA: A meta operacional prevista - 2028.
Item de votação
OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O PPA QUANDO ELABORADO TEM POR OBJETIVO AMPLIAR O SISTEMA METROVIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, INCLUINDO A RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM ALTOS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE. A AÇÃO OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS TEM COMO OBJETIVO LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ RECAPACITADAS E MODERNIZADAS, COM MAIOR DESEMPENHO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA OPERACIONAL, PARA TRANSPORTAR PASSAGEIROS COM MAIOR SEGURANÇA, RAPIDEZ E COM NÍVEL DE CONFORTO ADEQUADO
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ) Produto 2294 - TRANSPORTE DE PASSAGEIRO NAS LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O produto inclui diversos projetos cujas entregas estão distribuídas ao longo do programa PPA 2024 - 2027
Item de votação
LINHA 1-AZUL: RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os projetos envolvidos na modernização e recapacitação da Linha 1-Azul parte estão em implantação e parte em contratação cujo objetivo é garantir melhor conforto, eficiência, segurança e rapidez, trazendo qualidade de vida do passageiro.

Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ) Produto 2283 - LINHA 1-AZUL EM OPERAÇÃO MODERNIZADA
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O produto inclui diversos projetos cujas entregas estão distribuídas ao longo do programa PPA 2024 - 2027
Item de votação
OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Contra a concessão das linhas de metro a iniciativa privada. Não faz sentido o Estado gastar bilhões na construção das linhas e depois entregar para um ente privado. Com a obrigação de gerarem lucro, diminuem a qualidade dos serviços em prol de maximizar o lucro
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Improcedência da proposta
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O PPA QUANDO ELABORADO TEM POR OBJETIVO AMPLIAR O SISTEMA METROVIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, INCLUINDO A RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM ALTOS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE. A AÇÃO OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS TEM COMO OBJETIVO LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ RECAPACITADAS E MODERNIZADAS, COM MAIOR DESEMPENHO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA OPERACIONAL, PARA TRANSPORTAR PASSAGEIROS COM MAIOR SEGURANÇA, RAPIDEZ E COM NÍVEL DE CONFORTO ADEQUADO.
Item de votação
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VOLTADOS À EXPANSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É de suma importancia que se amplie a malha ferroviária no Estado, que inclusive foi o principal fator no desenvolvimento do Estado até a década de 1950. O transporte de passageiros deve ter um valor acessível que possibilite a movimentação entre as mais diversas cidades do Estado. Caso a iniciativa privada se interesse pelo investimento, o lucro não pode vir acima da qualidade do serviço, nem cobrar tarifas que não sejam viáveis para a população.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Hoje a CPTM atende o sistema ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não abrangendo a RM de Sorocaba
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Além de completar as linhas já projetada das do VLT da Baixada Santista, novas linhas se fazem necessárias, alcançando a área continental em direção à São Vicente e Praia Grande, ao Sul, e Santos em direção a Bertioga, lembrando que a ligação seca entre Santos e Guarujá pressupõe corredor para o VLT.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O VLT da Baixada Santista atualmente está com obras iniciadas nos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (trecho 2) e Ponte dos Barreiros que corresponde à Etapa 2 do Trecho 3 que ligará a região da Esplanada dos Barreiros até o Samaritã na área continental do município de São Vicente. Existem propostas para complementação do sistema VLT para atender Praia Grande e Guarujá as quais estão sendo avaliadas quanto à viabilidade.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa: 3706 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSP. BAIXA/MÉDIA CAPACID.-PITU EM MARCHA Produto: ESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE METROPOLITANA DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADES
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Trecho 2 - Conselheiro Nébias-Valongo está previsto para ser entregue em 2024 ? Fase 1 do Trecho 3 - Barreiros-Samaritá tem conclusão prevista para mai/2028 Fase 2 do Trecho 3 - Ponte dos Barreiros tem conclusão prevista para mai/2026
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE E DE APOIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Cidades pequenas como a nossa, tem rodovias passando por dentro da cidade, em alguns locais as passarelas funcionam, em outros, o ideal seria no mínimo a colocação de uma faixa de pedestres e semáforo, a exemplo da estrada que liga Capão Bonito a Guapiara e Ribeirão Grande. Seria possível a instalação de pelo menos dois ou três desses equipamentos, tendo em vista que o local é de responsabilidade do poder estadual?
Região a qual o voto foi direcionado
RA Itapeva
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A atuação da EMTU/SP, que responde por esse item de votação, não abrange o município de Capão Bonito nem a Região Administrativa local.
Item de votação
CAPACITAÇÃO E REAPARELHAMENTO ADMINISTRATIVO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Os servidores públicos são incapazes de realizar ou interpretar tarefas além do que seu setor tem competência. As atribuições do cargo não devem ser congeladas, pois como a sociedade é evolutiva, os serviços devem acompanhar essa evolução, e as mudanças do processos internos mudam, e muitas vezes caracterizando-se como desvio de função. A maioria dos servidores não entende o processo integralmente, o que dificulta a otimização ou até redução das etapas fundamentais para o cumprimento de determinadas tarefas. Incluir a gestão da informação, transparência e o uso de tecnologia para acompanhar os processos da gestão pública é fundamental para o planejamento futuro e cumprimento do planejamento já definido.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Hoje a CPTM atende o sistema ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não abrangendo a RM de Piracicaba.
Item de votação
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VOLTADOS À EXPANSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de um VLT na RM Sorocaba, utilizando parte da malha ferroviária que corta a região, especialmente entre as cidades de Iperó, Sorocaba e Votorantim
Região a qual o voto foi direcionado
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As ligações intermunicipais metropolitanas são objeto de estudos constantes pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que tem o objetivo de racionalizar e universalizar o atendimento as populações metropolitanas, propondo soluções que atendam as necessidades efetivas da sociedade, dentro dos parâmetros de conforto, eficiência e economicidade. No PPA 2024-2027, está prevista a elaboração de Pesquisa Origem-Destino (Programa 3706 / Produto 2125 - PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS PARA QUALIFICAÇÃO E APOIO AO TRANSPORTE METROP.), que vai subsidiar a elaboração do Planos Integrado de Transporte Urbano – PITU da Região Metropolitana de Sorocaba (Programa 3703 / Produto 1894 - ESTUDOS TÉCNICOS PARA GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE TRANSPORTE) Os estudos estão previstos para serem concluídos até o final do PPA (2027)
Item de votação
PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Implantação de anel viário metropolitano interligando as principais cidades do entorno de São José do Rio Preto

Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A implantação de sistema viário na região de São José do Rio Preto não é atribuição da Secretaria dos Transportes Metropolitanos
Item de votação
ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
OBRAAAAAA CONSTRUÇÃO
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Hoje a CPTM atende o sistema ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), não abrangendo a RA de Presidente Prudente.
Item de votação
OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
AUMENTAR A DISPONIBILIDADE DE LINHAS E FREQUENCIA DOS METROS, DESAFOGANDO AS RUAS E AVENIDAS DE SP.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O PPA QUANDO ELABORADO TEM POR OBJETIVO AMPLIAR O SISTEMA METROVIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, INCLUINDO A RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM ALTOS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE. A AÇÃO OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS TEM COMO OBJETIVO LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ RECAPACITADAS E MODERNIZADAS, COM MAIOR DESEMPENHO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA OPERACIONAL, PARA TRANSPORTAR PASSAGEIROS COM MAIOR SEGURANÇA, RAPIDEZ E COM NÍVEL DE CONFORTO ADEQUADO.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ) Produto 2294 - TRANSPORTE DE PASSAGEIRO NAS LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O produto inclui diversos projetos cujas entregas estão distribuídas ao longo do programa PPA 2024 - 2027
Item de votação
PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Conforme já solicitado em anos anteriores, reforço o pedido de implantação de linha de trem que interligue São José dos Campos à capital de São Paulo; esta solicitação facilitaria a migração pendular de trabalhadores e estimularia o turismo em ambas as cidades.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A implantação de linha de trem entre São José dos Campos a São Paulo faz parte do Programa SP nos Trilhos, instituído pelo Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024. Embora a Secretaria dos Transportes Metropolitanos e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM apoiem o programa, a coordenação é da Secretaria de Parcerias em Investimentos
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE E DE APOIO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Finalizar as obras de ligação entre a Rodovia Nilo Máximo (SP-77) e Rodovia Geraldo Scavone (SP-66), através da Avenida João Lino Filho, em Jacareí. Obra estadual iniciada em 2014, como contrapartida estadual para a ampliação da unidade da, Cebrace (Grupo Saint-Gobain), mas que se encontra paralisada, causando dificuldades para as empresas das proximidades da obra, inclusive de grande porte, como Cebrace, Ball, Ardagh e White Martins, em escoar sua produção, enquanto dezenas de carretas seguem cortando por dentro de bairros e vias residenciais, gerando grande risco de acidentes e dificultando o trânsito na região.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação e de competência de área distinta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O apontado no Detalhamento se refere à infraestrutura viária sob gestão de outra pasta, não da STM. Possivelmente essa obra está a cargo do DER-SP, Autarquia vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. A EMTU/SP, empresa vinculada à STM, é responsável por implantar infraestruturas estão relacionadas ao transporte coletivo de passageiros de sistemas de baixa e média capacidades.
Item de votação
APOIO AOS SISTEMAS DE MÉDIA CAPACIDADE DAS CIDADES/RMS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
O modal de transporte coletivo intermunicipal entre Jacareí e São José dos Campos se encontra saturado. Inclusive, a Linha 5114 (Jacareí/São José dos Campos - Via Dutra) é a linha com maior volume de usuários em todo o interior paulista. Existe a necessidade de se implantar um novo modal de transporte entre Jacareí e São José dos Campos, seja com BRT, VLT ou VLP, além de avaliar futuramente a unificação do transporte coletivo entre as duas cidades, mediante bilhete único, tendo em vista a integração entre os dois municípios. Também é preciso avaliar a criação de novas linhas intermunicipais, ligando Jacareí com as cidades de Caçapava, Taubaté e Caraguatatuba, além de linha entre Jacareí e Aparecida aos finais de semana e feriados/datas religiosas.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação orçamentária 2706 destina-se à repasses de recursos por meio de convênios com os municípios para a implantação de sistemas de baixa e média capacidades. A EMTU desenvolveu um estudo denominado TRIVALE - Transporte Rápido Intermunicipal do Vale, que teve por objetivo avaliar potenciais ligações metropolitanas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN, especialmente a ligação entre Jacareí e São José dos Campos, de maior demanda. À época dos estudos, durante o desenvolvimento e também posteriormente, houve subseqüentes tratativas junto aos municípios, visando ao alinhamento técnico do estudo em relação aos projetos em andamento no âmbito municipal. No entanto, não houve, até o momento, a viabilização para a implantação da referida ligação entre Jacareí e São José dos Campos. Neste momento, tem-se envidado esforços para realização de nova Pesquisa Origem-Destino na RMVPLN, a qual fornecerá dados e insumos fundamentais e atualizados, para subsidiar o desenvolvimento de estudos e projetos voltados à mobilidade e à estruturação do transporte metropolitano na RMVPLN (os recursos para a pesquisa estão alocados em outro produto e ação orçamentária)
Item de votação
ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VOLTADOS À EXPANSÃO DAS LINHAS FERROVIÁRIAS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Por todo o Estado
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A CPTM vem realizando estudos para implantação de serviços de trem de médio/longo percurso ligando o município de São Paulo a outros municípios do estado. Está em andamento o estudo do plano de expansão ferroviária no estado de São Paulo que vai ligar a RMSP a outras regiões metropolitanas, corroborando com a visão da empresa de ser referência em projetos ferroviárias aprimorando experiências em mobilidade humana.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão

Programa 3707 - Expansão, modernização e operação do transporte por trens metropolitanos - PITU EM MARCHA. Produto 2256 - Estudos e projetos para a expansão da rede ferroviária.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A previsão de conclusão das intervenções é: Estudo do plano de expansão ferroviária no estado de São Paulo: 2º sem. de 2024

Item de votação

ACESSIBILIDADE E MODERNIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

A estação Antonio João da linha 8 diamante da CPTM necessita de ampliação urgente. Após construção de shopping e de centro administrativo da empresa CSU ao lado da estação, a demanda aumentou muito, plataforma está muito estreita e a passagem de nível "a pé" está impraticável. E acredito que é viável um estudo para implantação de bicicletário na estação.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Desde janeiro de 2022 a operação, manutenção e investimentos das linhas 8 – Diamante e 9 – Esmeralda estão sob responsabilidade da empresa Via Mobilidade, do grupo CCR. Conforme anexo II.A, apenso 7, do contrato de concessão das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda, a estação Antônio João deverá receber diversas intervenções, dentre elas melhorias nas condições de acesso, nas transferências e nas integrações, necessárias para proporcionar maior conforto e segurança aos passageiros. Também está prevista a implantação de paraciclo e de bicicletário. A concessionária tem 18 meses, contados a partir do início da sua operação comercial, para efetuar as intervenções.

50000- SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

50000 - SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS
Item de votação
GERENCIAMENTO DE PROJETOS DAS ESTÂNCIAS E MITS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A cidade de Praia Grande já é atendida pelo DADETUR e conveniaram nos últimos 2 anos, aproximadamente R\$28.500.000,00, em obras de infraestrutura turística.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e produto 2410
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A entrega é no produto 2410 Municípios Classificados como Estância Turística Apoiados
Item de votação
GERENCIAMENTO DE PROJETOS DAS ESTÂNCIAS E MITS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A região já é atendida pelo DADETUR nas cidades classificadas como MIT ou Estância: Águas de São Pedro, Estância Analândia, Estância Araras, Estância Ipeúna, MIT Limeira, MIT Piracicaba, MIT Pirassununga, MIT São Pedro Estância
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e Produto 2440
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
O item atende apenas cidades classificadas como MIT ou estância, não sendo possível realizar convênios com municípios sem essa classificação. A pasta realiza outras ações na região.
Item de votação
APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS MIT'S Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que já são atendidos os municípios classificados como MIT ou Estância, que são: Águas de São Pedro, Estância Analândia, Estância Araras, Estância Ipeúna, MIT Limeira, MIT Piracicaba, MIT Pirassununga, MIT Os outros municípios não são classificados em nenhuma das categorias.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e produto 2410 e 2411
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
No momento só podem ser atendidos os municípios de: Águas de São Pedro, Estância Analândia, Estância Araras, Estância Ipeúna, MIT Limeira, MIT Piracicaba, MIT Pirassununga, MIT

Item de votação
GESTÃO DE PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TURISMO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria de Turismo e Viagens já realiza ações de promoção e comunicação do turismo
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 - Produto 2412
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Serão realizadas 71 ações/ano para atendimento do Estado.
Item de votação
APOIO AOS MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS COMO ESTÂNCIA TURÍSTICA Voto(s) 2
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
As cidades já recebem apoio. Foram conveniados aproximadamente R\$ 40.000.000,00 para o Guarujá e R\$28.000.000,00 para Praia Grande nos últimos 2 anos.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e Produto 2410
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Convênios por lei via DADETUR
Item de votação
GESTÃO DE PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TURISMO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Precisamos ajudar o desenvolvimento do Turismo na Região Metropolitana de Piracicaba. Neste sentido, o investimento em promoção e comunicação é fundamental.
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria de Turismo e Viagens já realiza ações de promoção e comunicação do turismo.
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e produto 2412
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
As ações realizadas pela pasta divulgam o turismo do Estado no geral, não temos ações específicas para a RM Piracicaba.
Item de votação
APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS MIT'S Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É DE GRANDE IMPORTÂNCIA O APOIO AOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO, INCLUSIVE COM A CRIAÇÃO E APROVAÇÃO DE MUNICÍPIOS QUE TEM ESSE POTENCIAL. PALESTINA AGUARDA HÁ ANOS ESSE RECONHECIMENTO COM TODA A DOCUMENTAÇÃO POR TER AQUI A CACHOEIRA DO TALHADÃO E SERMOS A REGIÃO DOS TRÊS RIOS, TURVO, RIO PRETO E RIO GRANDE E QUE TEM UM GRANDE POTENCIAL. É APOIANDO ESSE TIPO DE INVESTIMENTO QUE PODEMOS A AJUDAR A ECONOMIA LOCAL E REGIONAL COM O FLUXO TURÍSTICO DESSES LOCAIS.

Região a qual o voto foi direcionado
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Secretaria de Turismo e Viagens apoia os municípios de interesse turísticos com convênios através do DADETUR e outras ações como workshops, palestras e ações. O município de Palestina teve um Projeto de Lei Nº 91/2023 que teve parecer desfavorável do GAMT, pois não atendeu diversos itens obrigatórios segundo a Lei Complementar 1261/2015
Programa e Produto aos quais se enquadram o item votado/proposta do cidadão
Programa 5005 e Produto 2410
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Infelizmente o município não atendeu os requisitos da Lei Complementar 1261/2015, mas a região é atendida por diversos programas da pasta.
Item de votação
GESTÃO DE PROMOÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TURISMO Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
NÁ NECESSIDADE DE APROXIMAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS INSTANCIAS DE GOVERNANÇAS REGIONAIS DE TURISMO
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Programa 5005 e produto 2413, a solicitação está no âmbito das ações de Desenvolvimento dos Destinos Paulista, dentro do Programa Valoriza SP. A RA Presidente Prudente está no cronograma de ações 2025.
Item de votação
APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS MIT'S Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
ENVIO DE VERBAS DE FOMENTO DE INFRAESTRUTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS TURÍSTICOS EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO E REGIÃO.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Detalhamento do voto fora do escopo do item selecionado
Motivo
Detalhamento do voto incompatível com item de votação, porém dentro da competência da pasta.
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A pasta não faz envio de verba, mas a região de São José do Rio Preto está englobada nas ações do Academia de Turismo e Valoriza SP, ambos com foco na profissionalização e ações de sensibilização do turismo no Estado;

Não Analisadas

26000- SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

26000 - SEC.DE MEIO AMBIENTE, INFRAEST. E LOGÍSTICA

Item de votação

DIRETRIZES PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Existe tecnologia nacional de PLASMA, capaz de reduzir os volumes de resíduos urbanos nos aterros a carbono zero, pela transformação energética. Já temos domínio da tecnologia, laboratório e referências de instalações em Indústria. Agora buscamos o primeiro município. Entendemos que o governo do Estado pode apoiar e induzir os municípios a fazerem o certo, no tratamento dos resíduos urbanos.

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Item de votação

SISESP- SISTEMA INTEGRADO DE SANEAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Malha ferroviária Bauru a Panorama para trens de passageiros (V.L.T.) e carga. Construção de polos intermodais entre rodovias e ferrovias. Desafogando assim a malha rodoviária para veículos leves e assim maior segurança nas estradas. Melhorando transporte de cargas. Dando assim com trens de passageiros uma opção segura e rápida a os usuários. O desenvolvimento das cidades do interior paulista irá trazer para o Estado de São Paulo maior expansão de sua Economia e Mercado de trabalho. Isto tudo significa expansão para o interior !!!

Região a qual o voto foi direcionado

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Item de votação

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM E COMBATE A ENCHENTES Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Item de votação

AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO DO RIO TIETÊ METROPOLITANO E PINHEIROS Voto(s) 1

Detalhamento do item votado feito pelo cidadão

Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ÁGUA/ESGOTO/TRATAMENTO/DRENAGEM Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ÁGUA/ESGOTO/TRATAMENTO/DRENAGEM Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
UNIVERSALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ÁGUA/ESGOTO/TRATAMENTO/DRENAGEM Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA SEGURANÇA HÍDRICA E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
GESTÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
INTEGRAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS E MUNICÍPIOS.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PARA SEGURANÇA HÍDRICA E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Melhorar a fiscalização de invasões que estão prejudicando os mananciais e gerando enchentes no entorno dessas invasões.
Região a qual o voto foi direcionado
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
EFICIENCIA OPERACIONAL PARA GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUA/ESGOTO E REL.SOCIEDADE Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESIDUOS SOLIDOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve

Região a qual o voto foi direcionado
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
ÁGUA LIMPA Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
Não houve
Região a qual o voto foi direcionado
RA Presidente Prudente
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Item de votação
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESIDUOS SOLIDOS Voto(s) 1
Detalhamento do item votado feito pelo cidadão
É preciso implementar uma política efetiva de reciclagem de produtos em geral em toda cadeia produtiva, trabalhando a logística reversa e também o recolhimento adequado de lâmpadas fluorescentes, tetrapak, e também resíduos serviços de saúde.
Região a qual o voto foi direcionado
Estado de São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento do item votado/proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.

*A responsabilidade pelas respostas às demandas no processo de devolutivas foi conferida às figuras do interlocutor das pastas e gerentes de programa.

DEVOLUTIVAS AUDIÊNCIAS REGIONAIS VIRTUAIS LOA 2025

Analisadas

13000- SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Tema da proposta

Citricultura, com investimentos para elevação ao padrão de ponta

Proposta

"Investimento na citricultura – Transformar em citricultura de ponta."

Região

RA Central

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O FUNDO DE EXPANSÃO DO AGRONEGOCIO PAULISTA-FEAP DISPOE DE LINHA DE LINHA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVELQUE TAMBÉM CONTEMPLA INVESTIMENTOS DESTINADOS A CITRICULTURA EM TODO ESTADO.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2240 - CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

Tema da proposta

Liberação de Créditos com juros subsidiados para o Agronegócio e melhoria ao acesso aos programas estaduais (Pró-Trator) e Pronaf / Pronanp

Proposta

"Agronegócios: A Região de Franca é destaque no setor responde por aproximadamente 12% da arrecadação, precisamos de uma reformulação na liberação de créditos para o setor com juros subsidiados que cheguem efetivamente a quem precisa pois hoje a CATI impõe muitos entraves burocráticos que raramente o agricultor consegue utilizar os programas estaduais como por exemplo o Pró-Trator anunciado pelo governador Tarcísio de Freitas na Agrishow, o mesmo ocorre com o Pronaf e Pronamp."

Região

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

NO AMBITO DO ESTADO, EXISTEM DIVERSAS LINHAS DE CRÉDITO VOLTADO AO AGRONEGOCIO E DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO PRODUTOR, DENTRE ELES : DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, AQUICULTURA, MULHER AGRO, PROJETO DE APOIO AO COMBATE AO GREENING E O PRO-TRATOR, CREDITO COM TAXAS SUBVENCIONADAS DISPONIBILIZADO EM TODAS AS AGÊNCIAS ATRAVÉS DOS BANCOS COOPERATIVOS SICREDI/SICOOB. QUANTO AO PRONAF E PRONAMPE SÃO PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL NÃO HAVENDO GESTÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

PROGRAMA: 1317 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL / PRODUTO 2240 - CRÉDITO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

DISPONÍVEL À POPULAÇÃO.

28000- CASA CIVIL

28000 - CASA CIVIL

Tema da proposta

Contratação de pessoal de cargo efetivo, concurso público. ***Respondida também pela Secretaria de Governo Digital**

Proposta

“Contratação de pessoal de cargo efetivo, concurso público.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido *Respondida também pela Secretaria de Governo Digital

Motivo

Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Demanda incluída nas audiências públicas está muito genérica, sem a devida especificação da área de contratação e da secretaria responsável. A ausência dessas informações dificulta a compreensão e a avaliação detalhada da proposta. Para garantir uma análise mais precisa e informada, é essencial que essas informações sejam incluídas, permitindo um entendimento mais claro dos impactos e responsabilidades envolvidos.

Tema da proposta

Agendamento com o Governador para o tema referente às demandas de Diabetes – tecnologia e tratamentos

Proposta

“Gostaríamos de ter uma reunião com o Governador do Estado para pontuar as demandas de diabetes. Temos uma fila de mais de 13 meses de acesso ao oftalmologista em muitos municípios paulistas. Gostaríamos de marcar uma conversa com o Governador para levar as demandas de diabetes, incluindo a incorporação de tecnologia para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor! Meu telefone é (número de telefone ocultado).” Obs: Caso seja possível o agendamento, contatar equipe de audiências para informação do contato telefônico.

Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A presente demanda envolve diretamente as competências da Secretaria de Saúde, órgão responsável pela formulação e implementação de políticas públicas no âmbito da saúde, incluindo a gestão dos serviços de atendimento especializado e a avaliação de novas tecnologias de saúde. Portanto, sugerimos que a demanda seja direcionada à Secretaria de Saúde para que possam ser discutidas e avaliadas as soluções mais adequadas para a questão apresentada, bem como o impacto dessas medidas no atendimento aos pacientes com diabetes. A Secretaria da Saúde disponibiliza o seguinte canal: ouvidoria.saude.sp.gov.br Ouvidoria Geral do SUS SES/SP

Tema da proposta

Assunção pelo Estado de custos e atividades prestadas pelos municípios em serviços de competência estadual ***OBS: Proposta inicialmente encaminhada a Secretaria de Governo que sugeriu encaminhamento para a Casa Civil**

Proposta

“Inclusão das despesas que os municípios têm com funcionários de delegacias, fóruns no orçamento do estado... Essas despesas são assumidas pelos municípios, seria bom o Estado ajudar com recursos.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Casa Civil sugere o direcionamento da demanda à Secretaria de Educação, à Secretaria de Segurança Pública e ao Tribunal de Justiça, os quais tiveram unidades a eles ligadas, mencionadas na manifestação da Audiência Pública. Sugere-se que registrem e análise a demanda de maneira criteriosamente da demanda, buscando compreender sua viabilidade e encontrar a melhor forma de encaminhamento.

Tema da proposta
Assunção pelo Estado de custos e atividades prestadas pelos municípios em serviços de competência estadual *OBS: Proposta inicialmente encaminhada a Secretaria de Governo que sugeriu encaminhamento para a Casa Civil
Detalhamento da proposta
“Notamos que há funções do estado assumidas pelos municípios... (dar assistência para funcionários na delegacia, merendas escolares, paga aluguel para polícia civil e militar... entre outras) o orçamento não é suficiente para suprir e investir os recursos nos projetos de competência dos municípios.”
Região
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Proposta pertinente a outro órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Casa Civil sugere o direcionamento da demanda à Secretaria de Educação, à Secretaria de Segurança Pública e ao Tribunal de Justiça, os quais tiveram unidades a eles ligadas, mencionadas na manifestação da Audiência Pública. Sugere-se que registrem e análise a demanda de maneira criteriosamente da demanda, buscando compreender sua viabilidade e encontrar a melhor forma de encaminhamento.

12000- SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Tema da proposta

Regionalização dos recursos para Cultura – PROAC - visando contemplar regiões mais afastadas

Proposta

“Aplicação em recursos para cultura – PROAC – regionalização dos recursos (não concentrar nos grupos artísticos da capital com tem acontecido), perderam a regionalização, não foi prevista no edital. O edital está para ser lançado, contemplar as regiões mais afastadas.”

Região

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os editais lançados em 2024 têm como objetivo garantir a contemplação de projetos de proponentes do interior e litoral do Estado de São Paulo, promovendo a descentralização e a democratização do acesso aos recursos. Para isso, estabelecem que, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos projetos selecionados devem ser de proponentes com sede (Pessoa Jurídica) ou domicílio (Pessoa Física e cooperados, no caso de Cooperativas) em municípios do interior e litoral, exceto a Capital. Adicionalmente, foi lançado um edital específico para a Produção, Realização e/ou Manutenção de Projetos Culturais em Municípios com Menos de 50 Mil Habitantes, reforçando o compromisso com o desenvolvimento cultural em pequenas localidades.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 1201 Produto 1888

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Editais estão em fase de análise de projetos

Tema da proposta

Programa CULTSP – (profissionalização de artistas e artesãos) contemplar a região

Proposta

“Novo programa – CULTSPpro – profissionalização dos artistas e artesãos – que esse programa volte a contemplar a região.”

Região

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Após pesquisas identificou-se a demanda de cursos profissionalizantes. Nesse sentido, no 2º semestre de 2024 foi assinado um novo contrato que tem como objeto contratual: Gestão do programa CultSP Pro - Escolas de Profissionais e de Empreendedores da Cultura.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 1222 - Formação, Difusão e Memória Cultural; Produto 2180 Formação para Cadeia Produtiva da Cultura; Ação 5469 Cursos Formativos para Cadeia Produtiva (Oficinas Culturais).

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A previsão é a realização de atividades com cursos de 32 até 128 horas em todas as regiões administrativas do Estado, especificamente em Suzano, a execução dependerá de parceria com o poder público municipal. O Programa está estruturado em seis escolas: 1) Escola de Artes; 2) Escola de Patrimônio e Equipamentos; 3) Escola Conteúdo, Design e Artes Visuais; 4) Escola de Inovação e Sustentabilidade; 5) Escola de Tradições, Expressões Criativas; 6) Escola de Games e Áudio Visual

Tema da proposta

Revisão dos critérios de Tombamento

Proposta

“Revisão dos critérios de Tombamento para que seja atrativo o investimento para manter o local.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Acolhida a proposta para revisão dos critérios de tombamento, que será encaminhada ao Condephaat, para análise e definição de cronograma de trabalho.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 1201 Produto 2291 Ação denominante 6442

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Encaminhamento ao Condephaat, para análise e definição de cronograma de trabalho. Discussão com a sociedade, através da Jornada do Patrimônio e do Fórum de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural.

8000- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

8000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Tema da proposta

Recursos para a melhoria da Merenda Escolar

Proposta

"Educação: Verbas para complementação da Merenda Escolar que atualmente está insuficiente."

Região

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

DEMANDA PRECISA SER MAIS BEM ESPECIFICADA COM DADOS E INFORMAÇÕES DETALHADAS E PERTINENTES E ENVIADAS PARA A Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE) ÁREA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO RESPONSÁVEL PELA MERENDA ESCOLAR.

Tema da proposta

Educação e Merenda Escolar – recursos suplementares – Cidade das Crianças

Proposta

"Recursos na área de educação, merenda, redução no salário educação teve impacto na merenda – cidade das crianças."

Região

RM Jundiaí

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

DEMANDA PRECISA SER MAIS BEM ESPECIFICADA COM DADOS E INFORMAÇÕES DETALHADAS E PERTINENTES E ENVIADAS PARA A Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE) ÁREA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO RESPONSÁVEL PELA MERENDA ESCOLAR

20000- SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.” “Estamos nessa audiência Pública solicitando ao Governo, Remuneração pelo Estado aos Mediadores/Conciliadores, pelas audiências realizadas em processos em que há concessão da Justiça Gratuita, somos auxiliares do TJSP, com o atendimento à população carente, possibilitando o acesso à Justiça.”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

* Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.” “Bom dia. Por favor atenção com a remuneração do Mediador.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

*Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Estamos participando da audiência pública LOA2025, em todas as designações e locais, tendo em vista que há 10 mil Mediadores e Conciliadores em todo o Estado de São Paulo, sem remuneração, nos casos em que é concedido a Justiça Gratuita às partes.” “Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RA Ribeirão Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

*Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Agradecemos a oportunidade e o acolhimento ao Sr. Maurício e a Sra. Carla. Solicitamos auxílio no sentido de conseguirmos agenda junto ao Governador, Sr. Tarcísio G de Freitas para podermos expor a nossa demanda, que é importante e justa, para podermos continuar com nosso trabalho junto às pessoas menos favorecidas (JUSTIÇA GRATUITA), nesse caso são a maioria dos processos. Quero mencionar que a Resolução 809/19, determina que pague quem pode pagar os honorários do Mediador e Conciliador. Quando a parte não pode pagar, não recebemos^, compete ao Estado pagar.” “Boa tarde a todos, meu nome é identidade preservada e estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

*Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

Qualificação / capacitação dos funcionários públicos, ambiente de trabalho e mobiliário

Proposta

“Tem uma demanda de base, que é a qualificação funcionário público, do ambiente de trabalho, indicadores, BIEE, para ajudar o gestor a atingir níveis de administração privada. Mobiliário e qualificação do funcionário público (capacitação).” *OBS: Proposta inicialmente encaminhada a Secretaria de Governo que sugeriu encaminhamento para EGESP da Secretaria da Fazenda

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo
Matéria não pertinente ao órgão *
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não é competência da Escola de Governo realizar capacitação para os servidores municipais.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.” “Reiteramos aqui, nosso pedido para que seja concedida a remuneração aos Mediadores e Conciliadores de Conflitos.”
Região
RA Itapeva
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Detalhamento da proposta
“Mediadores precisam ser incluídos no orçamento! Quem trabalha de graça? Será que nosso trabalho é tão dispensável?” “Juntos pela remuneração do conciliador /mediador judicial” “SR. TARCÍSIO DE FREITAS, Governador do Estado de São Paulo, olhe com carinho para os Mediadores e Conciliadores, como auxiliares do TJ-SP, prestam serviços relevantes à população carente, necessitamos da remuneração, justa e merecida. Os Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo, estão trabalhando sem REMUNERAÇÃO nas audiências de processos com concessão da JUSTIÇA GRATUITA.” “Nós os mediadores e conciliadores do estado de SP precisamos ter nossos serviços reconhecidos e devidamente remunerados, grata.” “Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.” “Sr. Maurício Hoffman, estamos presentes em todas as Audiências Públicas da Fazenda do Estado de São Paulo, representando 10 mil Medidores e Conciliadores capacitados no Estado todo. É um trabalho prestado a toda a população que se encontra diante de um conflito, de forma rápida e econômica. Agradecemos a oportunidade.”

Região

RA Campinas

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

*Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RM Jundiaí

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça

Motivo

*Respondida pelo Tribunal de Justiça

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Bauru
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Registro
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Barretos
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”
Região
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
Capacitação do funcionalismo público
Proposta
“Capacitação do funcionalismo público. Muitos funcionários que não sabem nem usar Excel.” Obs: Proposta inicialmente encaminhada a Secretaria de Governo que sugeriu encaminhamento para EGESP da Secretaria da Fazenda
Região
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não é competência da Escola de Governo realizar capacitação para os servidores municipais.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo- Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual!”
Região
RA Araçatuba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
*Respondida pelo Tribunal de Justiça
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Central
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão * Respondida pelo Tribunal de Justiça
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Tema da proposta
Solicitação para mais divulgação das audiências públicas
Proposta
“Solicito uma melhor divulgação das audiências, acredito que possa ser mais bem divulgada.”
Região
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Estamos aperfeiçoando a divulgação das audiências públicas.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

53000- SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

53000 - SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

Tema da proposta

Qualificação / capacitação dos funcionários públicos, ambiente de trabalho e mobiliário ***Respondido SEFAZ**

Proposta

“Tem uma demanda de base, que é a qualificação funcionário público, do ambiente de trabalho, indicadores, BIEE, para ajudar o gestor a atingir níveis de administração privada. Mobiliário e qualificação do funcionário público (capacitação).”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão *proposta encaminhada à SEFAZ (EGESP) que respondeu.

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão *proposta encaminhada à SEFAZ (EGESP)

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O tema é afeto a Escola de Governo do Estado de São Paulo – Egesp sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda e Planejamento conforme o Decreto 64.152 de 23/03/2019. Atualmente os órgãos atuam dentro de suas necessidades específicas a capacitação dos seus servidores.

Tema da proposta

Capacitação do funcionalismo público. ***proposta encaminhada e respondida pela SEFAZ (EGESP)**

Proposta

“Capacitação do funcionalismo público. Muitos funcionários que não sabem nem usar Excel.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão *proposta encaminhada à SEFAZ (EGESP)

Motivo

Proposta pertinente a outro órgão *proposta encaminhada à SEFAZ (EGESP)

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O tema é afeto a Escola de Governo do Estado de São Paulo – Egesp sob responsabilidade da Secretaria da Fazenda e Planejamento conforme o Decreto 64.152 de 23/03/2019. Atualmente os órgãos atuam dentro de suas necessidades específicas a capacitação dos seus servidores.

Tema da proposta

Contratação de pessoal de cargo efetivo -concurso público

Proposta

“Contratação de pessoal de cargo efetivo, concurso público.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os órgãos setoriais de Recursos Humanos encaminham, quando necessário, por meio do Sistema de Fluxo de Autorização de Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado – SISAUT as solicitações de autorização de abertura de concursos públicos, em conformidade com o Decreto nº 60.449, de 15/05/2014, que após análise da UCRH, tramita pelos órgãos competentes, e, havendo viabilidade técnica e orçamentária, é autorizado pelo Governador do Estado por Despacho publicado no Diário Oficial;

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 5330 – Transformação e Modernização da Gestão Produto 2567 – Sistema de Administração de Pessoal Estruturado.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Depende da demanda a ser enviada pela respectiva Secretaria/Autarquia.

Tema da proposta

Reestruturação e Valorização dos cargos de Executivo Público

Proposta

“Bom dia! Gostaria de propor reestruturação e valorização de vários cargos, principalmente o de Executivo Público, do Governo do Estado de São Paulo (Pessoal) da LC 1.080/08, que possui características importantes na gestão pública paulista. Obrigado.”

Região

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta**Em andamento****Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada**

Existem estudos internos que visam a construção de proposta de anteprojeto de lei complementar para a modernização e reestruturação da classe de Executivo Público da Lei Complementar nº 1.080/08.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 5330 – Transformação e Modernização da Gestão Produto 2567 – Sistema de Administração de Pessoal Estruturado.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Previsão de apresentação de anteprojeto de lei complementar visando a modernização e reestruturação da classe de Executivo Público da Lei Complementar nº 1.080/08 até o fim do exercício de 2024.

25000- SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

25000 - SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Tema da proposta

Instalação da Região Metropolitana de Piracicaba

Proposta

“Questão da instalação região metropolitana de Piracicaba que já consta projeto, falta aprovação do projeto.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Região Metropolitana de Piracicaba já foi criada pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.360, DE 24 DE AGOSTO DE 2021, como unidade regional do território do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 25, § 3º, da Constituição Federal, dos artigos 152 a 158 da Constituição do Estado, da Lei federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, e da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Não se aplica.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não se aplica.

Tema da proposta

Aporte financeiro a Agem-Santos

Proposta

“Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Há possibilidade de proposição de projeto de abrangência regional, desde que aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 2513- Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados Ação 1107 - Projetos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista -Fundo do Baixada Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não há programação de entrega, depende de análise e proposição ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Tema da proposta

Integração e administração de conflitos urbano-regional – loteamentos irregulares

Proposta

“Conflito Urbano-rural é muito grande na região, as cidades não são conurbadas, problema dos loteamentos irregulares em todos os municípios, necessita de apoio no sentido de realizar a integração do urbano com o rural de forma sustentável economicamente, ambientalmente e socialmente. Já discutiram nas câmaras temáticas da região de Piracicaba assuntos de: Transporte, uso do solo, tanto urbano quanto rural; Planejamento integrado e geoprocessamento, planejamento urbano e Meio ambiente.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os projetos propostos pelas Câmaras Temáticas da Região Metropolitana de Piracicaba foram contemplados na proposta orçamentária. Estão em fase de análise técnica e posterior apreciação do Conselho de Desenvolvimento Regional para aprovação.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

2513- Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Projetos programados para 2024 e 2025.

Tema da proposta

Planejamento Urbano / Rural – geoprocessamento, transporte, uso do solo, meio ambiente

Proposta

“Conflito Urbano-rural é muito grande na região, as cidades não são conurbadas, problema dos loteamentos irregulares em todos os municípios, necessita de apoio no sentido de realizar a integração do urbano com o rural de forma sustentável economicamente, ambientalmente e socialmente. Já discutiram nas câmaras temáticas da região de Piracicaba assuntos de: Transporte, uso do solo, tanto urbano quanto rural; Planejamento integrado e geoprocessamento, planejamento urbano e Meio ambiente.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Os projetos propostos pelas Câmaras Temáticas da Região Metropolitana de Piracicaba foram contemplados na proposta orçamentária. Estão em fase de análise técnica e posterior apreciação do Conselho de Desenvolvimento Regional para aprovação.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 2513 - Desenvolvimento Urbano Integrado Produto: Projetos de Desenvolvimento Urbano Integrado Estruturados.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Projetos programados para 2024 e 2025.

26000- SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

26000 - SEC.DE MEIO AMBIENTE, INFRAEST. E LOGÍSTICA

Tema da proposta

Ampliação do VLT até as áreas continentais da região

Proposta

“A síntese do que falei: A integração metropolitana, não obstante a urgência de se concluir a ligação seca entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, já de compromisso do governador do Estado e do presidente da República, e a ampliação do VLT até as áreas continentais da região, se faz principalmente em torno do emprego, pois as pessoas moram em uma cidade, trabalham em outra e passeiam em uma terceira, consumindo em todas elas e movimentando a economia, desde que tenham a renda do trabalho para fazer tudo isso. Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A proposta deverá ser enviada à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em referência ao Programa SP-TRILHOS, conforme estabelecido no Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024.

Tema da proposta

Asfaltamento do Anel Viário do município de Jaborandi, interligação das regiões da Alta Mogiana a Vale do Rio Grande Voto

Proposta

“Boa tarde! Sou da cidade de Jaborandi, minha demanda é no sentido de sugerir ao asfaltamento do anel viário do município, tendo em vista o escoamento da safra de cana que passa por ela, além de levantar poeira em demasia na época de seca, causando ainda sobrecarga na saúde pública por doenças respiratórias. Não só na seca, mas no período chuvoso causa prejuízo aos roceiros por questão do solo encharcado que tem como consequência quebras de veículos pesados, máquinas e veículos de moradores. No que diz respeito ao tráfego e escoamento que interliga as regiões da Alta Mogiana a região do Vale do Rio Grande ganharia um reforço na malha viária regional.”

Região

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Aparentemente prefeitura e precisamos de mais informações para definir se é uma sp não pavimentada ou estrada municipal.

Tema da proposta

Conexão Rodoviária (duas vicinais integrando S.J. Rio Preto a Mirassol)

Proposta

“Infraestrutura: Anel viário da região metropolitana, integrar os municípios, projeto está no DER, integras os 37 municípios, autorizar o projeto; Duplicação da Washington Luís entre Mirassol S.J do Rio Preto e Cedral, umas das exigências do projeto, para não causar tanto impacto era completar as vicinais entre Rio Preto e Mirassol (pelo Sul e pelo Norte) para amenizar trânsito entre Rio Preto e Mirassol. Incluir as 2 vicinais no projeto.”

Região

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Está sendo desenvolvido estudo para análise das situações de conflito entre rodovias estaduais sob jurisdição do DER-SP e áreas urbanas para possíveis obras de contorno/anel viário, levando em conta principalmente o Manual de Segurança Viária publicado em 2023.	
Tema da proposta	
Construção de Marginais na Rodovia Candido Portinari	
Proposta	
“Mobilidade Urbana: Necessidade urgente da construção de vias marginais ao longo de toda extensão urbana da rodovia Candido Portinari, pois no contrato atual da concessionária Arteris Via Paulista de pedágios não consta essa obrigatoriedade. Diversos acidentes ocorrem nesse trecho urbano diariamente.”	
Região	
AU Franca	
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta	
Proposta pertinente a outro órgão	
Motivo	
Não houve	
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada	
Encaminhar à Secretaria de Parcerias e Investimentos e à ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), uma vez que se trata de uma rodovia concessionada.	
Tema da proposta	
Construções de modais de armazenamento de cargas	
Proposta	
“Construção de modais e intermodais para armazenamento das cargas – São Paulo intermediário entre os destinos, aliviaria o tráfego de caminhões.”	
Região	
RA Marília	
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta	
Acolhido	
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada	
O Plano de Logística e Investimentos está em fase de contratação por meio de uma licitação promovida pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Atualmente, aguarda-se o recebimento das propostas da lista curta, e o início do contrato está previsto para dezembro de 2024. O Plano Estadual de Logística e Investimentos para São Paulo, que será conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, visa atualizar o planejamento estratégico no transporte regional e na logística do Estado, identificando as necessidades de investimentos na infraestrutura, em sintonia com a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos projetos anos 2023 a 2050	
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão	
2629 - PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES 5380 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante	
Entrega do PLI - Plano Estadual de Logística e Investimentos está prevista para o 1º semestre de 2026.	
Tema da proposta	
Extensão do Trem Intercidades até Indaiatuba e Sorocaba Voto	
Proposta	
“Extensão da capilarização do trem intercidades até Indaiatuba e Sorocaba”	
Região	
RM Piracicaba	
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta	
Proposta pertinente a outro órgão	
Motivo	
Não houve	
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada	
A proposta deverá ser enviada à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em referência ao Programa SP-TRILHOS, conforme estabelecido no Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024.	
Tema da proposta	
Extensão do Trem Intercidades até Piracicaba	
Proposta	
"Extensão do Trem Intercidades até Piracicaba"	
Região	

RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta deverá ser enviada à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em referência ao Programa SP-TRILHOS, conforme estabelecido no Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024.
Tema da proposta
Implantação do Anel Viário Metropolitano, integrando 37 municípios da região
Proposta
“Infraestrutura: Anel viário da região metropolitana, integrar os municípios, projeto está no DER, integras os 37 municípios, autorizar o projeto; Duplicação da Washington Luís entre Mirassol S.J do Rio Preto e Cedral, umas das exigências do projeto, para não causar tanto impacto era completar as vicinais entre Rio Preto e Mirassol (pelo Sul e pelo Norte) para amenizar trânsito entre Rio Preto e Mirassol. Incluir as 2 vicinais no projeto.”
Região
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Está sendo desenvolvido estudo para análise das situações de conflito entre rodovias estaduais sob jurisdição do DER-SP e áreas urbanas para possíveis obras de contorno/anel viário, levando em conta principalmente o Manual de Segurança Viária publicado em 2023.
Tema da proposta
Implementação de programa para a ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias
Proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Em análise técnica / ausência de condições técnicas para implementação
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A ação orçamentária MEDIÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS, que compreende a medição sistemática da qualidade das águas de rios, reservatórios e aquíferos subterrâneos, pelas redes de monitoramento manual e automática da CETESB, de forma a prestar informações aos usuários desses recursos e prestar subsídios para definições de ações preventivas e corretivas que visem garantir o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a saúde pública. Considerando a delimitação territorial indicada para o item (RM Baixada Santista - Praia Grande), qual a programação de entrega, no escopo do item votado (ação), para essa região? Não é prevista ampliação na rede de monitoramento de qualidade das águas nas bacias litorâneas para o próximo ano. A configuração atual atende ao objetivo de caracterização da qualidade das águas e de prestar informações para a gestão dos recursos hídricos.
Tema da proposta
Implementação de programa para melhoria da balneabilidade das praias
Proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços,

infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A ação orçamentária BALNEABILIDADE DAS PRAIAS e MEDIÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS, compreende a avaliação sistemática da qualidade da balneabilidade das praias/das águas, de forma a prestar informações aos usuários desses recursos e prestar subsídios para definições de ações preventivas e corretivas que visem garantir o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a saúde pública.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

PROGRAMA: 2604 - Melhoria da Gestão Ambiental e Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado PRODUTO: 2336 - Monitoramento da Qualidade Ambiental das Praias Litorâneas AÇÃO: 5065 - Medição da Qualidade da Balneabilidade das Praias Litorâneas

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Considerando o município de Praia Grande, a rede que avalia as condições de balneabilidade das praias cobre todos os 22 quilômetros de sua extensão costeira, monitorando 12 praias semanalmente, mantendo a divulgação de dados no local e em plataformas digitais.

Tema da proposta

Investimentos na área ambiental – Serra do Japi - preservação e prevenção de desastres naturais

Proposta

“Investimentos na área ambiental – Serra do Japi - preservação e prevenção de desastres naturais.”

Região

RM Jundiá

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A Serra do Japi constitui uma importante área de conservação ambiental e seu relevo montanhoso impõe condições de risco relacionados a processos geodinâmicos perigosos que precisam ser caracterizados.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

O Programa "Fortalecimento do Planejamento, da Gestão Ambiental e da Estratégia Climática do ESP" tem um Produto de AVALIAÇÕES DE RISCO DE DESASTRES GEODINÂMICOS ELABORADOS", essa avaliações de risco, por mapeamento de perigos, vulnerabilidades e riscos, promovem o desenvolvimento de estratégias de Gestão de Risco de Desastres Geodinâmicos e o aumento da capacidade da sociedade em perceber e avaliar situações de risco, subsidiando políticas públicas municipais e o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e Redução de Riscos Geológicos sob coordenação da Casa Militar.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Uma análise regional dos riscos e desastres com as informações existentes pode ser entregue até o final de 2025. Novas análises locais podem ser feitas, a depender de articulação com as prefeituras da área e definição das demandas específicas.

Tema da proposta

Logística de transporte para escoar a produção

Proposta

“Questão da logística de transporte para escoar a produção interconectando a zona rural com as rodovias.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O Plano de Logística e Investimentos está em fase de contratação por meio de uma licitação promovida pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Atualmente, aguarda-se o recebimento das propostas da lista curta, e o início do contrato está previsto para dezembro de 2024. O Plano Estadual de Logística e Investimentos para São Paulo, que será conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, visa atualizar o planejamento estratégico no transporte regional e na logística do Estado, identificando as necessidades de investimentos na infraestrutura, em sintonia com a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos projetos anos 2023 a 2050

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
2629 - PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES 5380 - PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Entrega do PLI - Plano Estadual de Logística e Investimentos está prevista para o 1º semestre de 2026.
Tema da proposta
Melhoria dos acessos urbanos e rodoviários
Proposta
“Os pontos de acesso da rodovia a cidade estão sobrecarregados, o tráfego urbano se confunde com o rodoviário. A rodovia fica sobrecarregada com o trânsito urbano, além disso, a conversa com as concessionárias que administram as rodovias, no sentido de melhorar esse problema é muito difícil e demorada.”
Região
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Artesp, parece por citar concessão. Precisamos de mais informações caso seja do der.
Tema da proposta
Para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.
Detalhamento da proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Outro
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Grande parte do detalhamento deste voto faz menção às responsabilidades de outras áreas além da Coordenadoria de Educação Ambiental, de maneira que não podemos atribuir posicionamentos perante os outros 7 itens que o cidadão sugeriu. Apenas com relação à "Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc." informamos que a CEA não tem capacidade técnica e operacional para desenvolver programas personalizados para cada município, porém está desenvolvendo o Programa Estadual de Educação Ambiental, conforme Decreto 63.456/2018, que passará a ser um instrumento normativo e orientativo para os municípios.
Tema da proposta
Racionalizar os serviços de manutenção nas estradas sob concessão da Eixo
Proposta
“A concessionária Eixo que administra a rodovia local tem gerado muitos congestionamentos com obras de manutenção. Encaminhar para a Artesp para rever um modo de como a manutenção não atrapalhar o trânsito.”
Região
RA Central
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Encaminhar proposta à Secretaria de Parcerias e Investimentos e à ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), uma vez que se trata de uma rodovia concessionada.
Tema da proposta
Recuperação de áreas urbana – pavimentação de estradas que cortam o centro das cidades
Proposta
“Mobilidade – Atenção aos centros das cidades, tem estrada de terra que atravessa o centro da cidade...” *OBS: Proposta inicialmente encaminhada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e habitação que sugeriu encaminhamento para a Subsecretaria de Logística e Transportes
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Aparentemente prefeitura e precisamos de mais informações para definir se é uma sp não pavimentada ou estrada municipal.
Tema da proposta
Revitalização do sistema ferroviário - Linha Bauru – Panorama
Proposta
“Mobilidade – Ferrovia linha Bauru - Panorama necessita de um olhar para renovação para carga e passageiros.”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta deverá ser enviada à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em referência ao Programa SP-TRILHOS, conforme estabelecido no Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024.
Tema da proposta
Trem Intercidades – priorização e continuidade do projeto
Proposta
“Priorização do trem intercidades.”
Região
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A proposta deverá ser enviada à Secretaria de Parcerias e Investimentos, em referência ao Programa SP-TRILHOS, conforme estabelecido no Decreto nº 68.566, de 29 de maio de 2024.

17000- SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Tema da proposta

Construção do Fórum em Cordeirópolis

Proposta

"Construção do prédio do fórum em Cordeirópolis, já tem projeto."

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A permanência das reformas dos fóruns do Poder Judiciário como atribuição do Poder Executivo, por meio desta Secretaria da Justiça e Cidadania, está em discussão.

Tema da proposta

Casa de Semiliberdade de Jundiaí – Fundação Casa – Investimentos na área de profissionalização de adolescentes em medidas socioeducativas

Proposta

"Boa tarde a todos. Represento a Semiliberdade de Jundiaí - Fundação CASA, localizada na Av. Samuel Martins. Buscamos investimentos na área de profissionalização aos nossos adolescentes em medida socioeducativa."

Região

RM Jundiaí

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Na Semiliberdade os adolescentes participam de atividades e cursos na comunidade. A Fundação CASA conta com Programa de Acolhimento Pós Medida, que foi revisto conforme Portaria Normativa nº 464/2024, publicada em 30/09. A reorganização do programa prevê acompanhamento do adolescente por até 6 (seis) meses no apoio ao acesso a políticas públicas de garantia de direitos, através da oferta de uma gama de serviços, incluindo ações de empregabilidade e profissionalização no município de residência. Os adolescentes passam a ser acompanhados quando da extinção da medida socioeducativa, e adesão voluntária ao Programa. Já os municípios, organizações públicas, privadas ou da sociedade civil podem parcerizar com a Fundação CASA para o desenvolvimento do Programa, conforme área de atuação.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Não houve

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Não houve

39000 – SECRETARIA DE PARCERIA EM INVESTIMENTOS

39000 - SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

Tema da proposta

Ligação seca entre as ilhas de São Vicente a de Santo Amaro

Proposta

"A síntese do que falei: A integração metropolitana, não obstante a urgência de se concluir a ligação seca entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, já de compromisso do governador do Estado e do presidente da República, e a ampliação do VLT até as áreas continentais da região, se faz principalmente em torno do emprego, pois as pessoas moram em uma cidade, trabalham em outra e passeiam em uma terceira, consumindo em todas elas e movimentando a economia, desde que tenham a renda do trabalho para fazer tudo isso. Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação (<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>" *OBS: Proposta inicialmente encaminhada à SEMIL que sugeriu o encaminhamento a Secretaria de Parcerias e Investimentos: "Encontra-se em curso uma Parceria Público-Privada (PPP), sob a gestão da Secretaria de Parcerias e Investimentos, visando à viabilização da ligação seca entre Santos e Guarujá"

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Para a Região Metropolitana da Baixada Santista existem várias iniciativas do Governo Estadual contemplando os setores de mobilidade e de transporte de passageiros e carga. Destaque para as Parcerias Público-Privadas: 1) SIM da Baixada que contempla a implantação do tronco VLT com 26,5 km de extensão, e aquisição e racionalização da frota de ônibus intermunicipais, com a ligação do trecho Barreiros a Valongo em operação, e o trecho Samaritã a Barreiro em implantação, beneficiando os Municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos; 2) Lote de Rodovias do Litoral, que prevê a concessão dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para exploração do sistema rodoviário, totalizando aproximadamente 213,5 km, beneficiando os Municípios de Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos, Bertioga, Biritiba-Mirim, Mogi das Cruzes, Itaquaquecetuba e Arujá; e 3) Túnel Imerso que fará a ligação seca entre os municípios de Santos e Guarujá, cujo projeto preliminar foi apresentado em audiência e consulta pública recebendo contribuições, a previsão é de que ocorra a publicação do Edital de Licitação no 1º semestre de 2025.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programas: 3703 - PLANEJAMENTO, GESTAO ESTRATEGICA E MODERNIZACAO DO TRANSPORTE - PITU VIVO (SIM da Baixada); 3935 - Desenvolvimento de Parcerias em Investimentos (PPI-SP) (Lote Litoral e Túnel Imerso). Produtos: PPP do Sistema Rodoviário- Lote Litoral Paulista. PPP do Túnel Imerso Santos - Guarujá

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

SIM da Baixada: 1ª fase já em operação e 2ª fase em implantação. Lote Litoral de Rodovias: contrato da concessão patrocinada em assinatura, prevendo início dos investimentos pela concessionária da PPP em 2025. Túnel Imerso Santos-Guarujá: Previsão de Licitação, contratação e início das obras para 2025.

Tema da proposta

Duplicação da Rodovia Washington Luís – entre Mirassol – S.J. Rio Preto – Cedral

Proposta

"Infraestrutura: Anel viário da região metropolitana, integrar os municípios, projeto está no DER, integras os 37 municípios, autorizar o projeto; Duplicação da Washington Luís entre Mirassol S.J do Rio Preto e Cedral, umas das exigências do projeto, para não causar tanto impacto era completar as vicinais entre Rio Preto e Mirassol (pelo Sul e pelo Norte) para amenizar trânsito entre Rio Preto e Mirassol. Incluir as 2 vicinais no projeto

Região

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido *OBS: Proposta inicialmente encaminhada à SEMIL que sugeriu o encaminhamento a Secretaria de parcerias e investimentos: "Encaminhar a proposta à Secretaria de Parcerias e Investimentos e à ARTESP (Agência de Transporte do Estado de São Paulo), uma vez que se trata de uma rodovia concessionada"

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A ARTESP tem como uma de suas missões institucionais fiscalizar contratos de concessões rodoviárias em todo o estado de S.PAULO. Este escopo não abrange as rodovias sob a responsabilidade do DER

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

PROGRAMA: Desenvolvimento e excelência da prestação dos serviços de transporte delegados PRODUTO: CONCESSÕES RODOVIÁRIAS REGULADAS E FISCALIZADAS AÇÃO 4913 – REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Dentro do contrato da ECONOROESTE, está previsto intervenções de grande monta na SP 310, entre Cedral - São José do Rio Preto - Mirassol, km 524+000 e km 454+300, para serem realizadas entre março/2025 e abril/2027. Estas intervenções englobam obras de ampliação, obras de arte especiais (pontes e viadutos), correção de grade, iluminação, passarelas, acostamentos, vias marginais, ciclovias, etc. Não se trata de rodovias vicinais pois elas não estão contempladas no lote de concessão, e sim de melhorias na SP 310 (Rodovia Washington Luiz).

9000- SECRETARIA DA SAÚDE

9000 - SECRETARIA DA SAÚDE

Tema da proposta

Agendamento com o Governador para o tema referente às demandas de Diabetes – tecnologia e tratamentos

Proposta

“Gostaríamos de ter uma reunião com o Governador do Estado para pontuar as demandas de diabetes. Temos uma fila de mais de 13 meses de acesso ao oftalmologista em muitos municípios paulistas. Gostaríamos de marcar uma conversa com o Governador para levar as demandas de diabetes, incluindo a incorporação de tecnologia para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor! Meu telefone é (número de telefone ocultado).” Obs: Caso seja possível o agendamento, contatar equipe de audiências para informação do contato telefônico.

Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Matéria não pertinente ao órgão

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O AGENDAMENTO COM O GOVERNADOR DEVE SER REALIZADO ATRAVÉS DA CASA CIVIL, NÃO TEMOS ACESSO A SUA AGENDA.

Tema da proposta

Apoio à Santa Casa de Limeira (hospital regional de referência)

Proposta

“Apoio para a Santa Casa de Limeira, hospital de referência da região.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

EM CURSO EM TODO O ESTADO

Tema da proposta

Apoio e expansão do Programa de apoio às Santas Casas e Hospitais filantrópicos

Proposta

“Saúde: Hospital de base com abrangência regional, atende até outros estados – precisa de recursos; continuidade do programa de apoio Santas Casas e hospitais filantrópicos – descentralização, ter atendimento em outras localidades antes vir diretamente para as sedes regionais; recursos para Hospital em Mirassol – característica regional.”

Região

RA São José do Rio Preto

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Acolhido

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE

PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. ESTA COMPLEMENTAÇÃO SUBSTITUI O PROGRAMA MAIS SANTAS CASAS E JÁ RESULTA EM UMA EXPANSÃO NOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS EM TODAS AS REGIÕES.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Tema da proposta
Aquisição de Sensores Glicêmicos – Sensor LIBRE (várias manifestações)
Proposta
“Apresentamos a demanda de inclusão no orçamento da saúde da Ação de aquisição de sensores glicêmicos para as 15.000 (aproximadamente) crianças DM! do estado de São Paulo. Custo estimado de R\$ 78 ou 80 milhões/ano.” “Sou mãe-pâncreas e represento, além da minha filha, todos os dm. Identidade preservada abriu diagnóstico aos 2 anos e meio, hoje com 8 anos e meio, sabemos que além do uso regular das insulinas, faz uso do sensor. E somente foi possível um controle mais preciso, depois de inúmeros casos de hipoglicemia e hiperglicemias, com o uso do sensor. Sou de São José dos Campos e espero muito que chegue a todos, número de telefone ocultado.” “Sensor livre pelos sus para as crianças, uma criança diagnosticada aos 10 anos com diabetes mellitus tipo 1 perspectiva de vida reduzida em 33 anos, o sensor aumenta a cada troca restituir 39,9 horas de vida saudável ao mês, ou seja, a cada 2 trocas, o uso do aparelho reduz em 76 % as comorbidades do diabetes.” Presidente da associação dos diabéticos: “Sensor livre é muito importante por causa das metas de tendência conseguem ter uma liberdade e segurança para fazer as coisas, muitos diabéticos em ficaram cegos por causa das sequelas, sai muito cara para o município, por isso um pedido de atenção maior com os diabéticos.”
Região
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A INDORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS DEPENDE DE UMA SÉRIE DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS, E DEVE SER APROVADO PELA CONITEC, NO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA QUE SEJA INCORPORADO AO SISTEMA.
Tema da proposta
Centro de Laboratório Regional – IAL - Investimentos para os Institutos Públicos de Pesquisas – (Instituto Adolfo Lutz)
Proposta
“Gostaria de sugerir investimento para os institutos públicos de pesquisa, como o Instituto Adolfo Lutz, que possui polo central em São Paulo e 12 regionais. O Instituto Adolfo Lutz com sua expertise em saúde pública, pesquisa científica e compromisso com a comunidade, instituto pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de vida da população. Investimento em recursos humanos e equipamentos.”
Região
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O Instituto Adolfo Lutz é o Laboratório de Referência em Saúde Pública do estado de São Paulo e uma Instituição de Pesquisa ligada a SES-SP. O atual cenário sanitário tem imposto a necessidade de respostas técnicas rápidas de base científica para desenvolvimento e incorporação de tecnologias, de mobilização de massa crítica para a busca rápida de soluções, de geração de conhecimento, para aprimorar a capacidade de resposta da Vigilância Laboratorial de doenças e agravos de interesse à saúde, como COVID-19, Influenza, arboviroses e outras doenças zoonóticas, tuberculose, coqueluche, meningites e pneumonias, botulismo, por contaminação ambiental, contaminação por resíduos de agrotóxicos, contaminação de alimentos, águas e medicamentos, entre outros, realizadas na unidade Central e nos 12 Centros Regionais. O desenvolvimento de ações como componente laboratorial da Vigilância em Saúde depende de investimentos adequados e contínuos, sendo ações que já têm sido empreendidas: reformas dos Centros Regionais em Presidente Prudente, Rio Claro e Taubaté e, projetos para reformas dos demais Centros Regionais e do Laboratório Central, atendendo a exigências técnicas específicas para laboratórios de saúde pública; aquisição de equipamentos especializados e de TI. Porém, ressalta-se que a modernização e manutenção de infraestrutura, do parque tecnológico e de TI, especialmente os especializados e de grande porte, como cromatógrafos, espectrômetros, entre outros, depende de aporte contínuo de investimentos. O aumento da complexidade das atividades realizadas com RH cada vez mais reduzido – atualmente, são 782 servidores (26% menos em relação a 2020), 54% com mais de 51 anos de idade – sem concursos públicos para recomposição do quadro funcional tem exigido aumento da carga de trabalho, extensão de horas trabalhadas e realocação de força de trabalho, o que tem impactado as ações do Laboratório de Saúde Pública, tanto em vigilância laboratorial como em pesquisa científica.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
Programa 932 - PREVENÇÃO, VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE Produto 2017 - VIGILANCIA LABORATORIAL: EXAMES/ENSAIOS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA Indicador 4456 - NÚMERO DE EXAMES/ENSAIOS RELACIONADOS A AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE Ação: 4138- Exames de laboratório de interesse à saúde pública Programa 946 - INOVAÇÃO, PESQUISA CIENTÍFICA, PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS Produto 2195 - PESQUISAS EM SAUDE DESENVOLVIDAS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO SUS Indicador ; 5036 - Número de projetos de pesquisas firmados em inovação pelos núcleos de inovação tecnológica Ação:-4856- Projetos de pesquisas científicas em saúde.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não houve

Tema da proposta
Construção de unidade Luci Montoro – órteses e próteses Voto(s) 1
Proposta
“Construção da unidade Luci Montoro órteses e próteses.”
Região
RM Piracicaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Sem entrega prevista para a região delimitada
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
Tema da proposta
Construção e estruturação de Centro de Hemodiálise em São Carlos e aprimoramento dos serviços em Araraquara
Proposta
“Boa tarde. Sou advogado em São Carlos e doente renal crônico que faz hemodiálise em Araraquara, porque há anos não há vagas em São Carlos, que está saturada com 270 vagas em três períodos de 4 horas; assim a Secretaria de Saúde Municipal tem gastado milhões por ano com a locomoção dos doentes, que precisa levar três vezes por semana os doentes renais para fora. Com isso a microrregião também é dó parcialmente atendida em São Carlos, cujas instalações estão em precário estado de conservação, e não são planejadas especificamente para hemodiálise ambulatorial. Além do desconforto para os doentes, há risco de vida nas viagens pela Washington Luís. São Carlos é uma cidade modelo em tecnologia, mas é muito insuficiente no tocante à saúde pública. Se o Estado não tomar a frente para construção e estruturação de um centro de hemodiálise, logo teremos uma calamidade. Sou Autor de Ação Popular contra o Município de São Carlos, Processo 1011870-73.2023.8.26.0566. Há diversas reportagens no GloboPlay denunciando o problema, mas os gestores e políticos estão inertes. A forma que os doentes renais têm sido tratados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e pela DRS3 de Araraquara é desumano.”
Região
RA Central
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
NO MOMENTO NÃO HÁ PREVISÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO CENTRO DE HEMODIÁLISE, PORÉM COM A REVISÃO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO, ESTÁ EM CURSO O DESENVOLVIMENTO DE UM PLANO REGIONAL INTEGRADO, REPROGRAMANDO AS OFERTAS DE ACORDO COM AS DEMANDAS / NECESSIDADES DA REGIÃO. CONTEMPLADO EM TODO O PROGRAMA 930. FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE. INICIATIVA QUE JÁ ESTÁ RESULTANDO EM UMA EXPANSÃO NA OFERTA DE VÁRIOS PROCEDIMENTOS EM TODAS AS REGIÕES DO ESTADO, INCLUSIVE EM HEMIODIÁLISE.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
PROGRAMA 930 - ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SAO PAULO O ATENDIMENTO INTEGRADO E REGIONALIZADO VISA PROMOVER A EQUIDADE REGIONAL, BEM COMO CONTRIBUIR NA MELHORIA DO ACESSO, VISTO QUE DESTACA A NECESSIDADE DE CADA TERRITÓRIO UTILIZAR DE FERRAMENTAS DE PLANEJAMENTO ASCENDENTE DO SUS PARA MELHOR ATENDER SUA POPULAÇÃO. ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA ATRAVÉS DO PROGRAMA 930, NA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM CURSO EM TODO O ESTADO
Tema da proposta
Cuidados com Crianças e Adolescentes com Diabetes no âmbito das unidades educacionais do Estado - Resolução SS nº 70, de 22 de junho de 2023
Proposta
“Resolução de amparo às crianças com diabetes nas escolas, dúvida em quais escolas a resolução se aplica (estaduais, municipais e particulares). Ampliação da Resolução SS nº 70, de 22 de junho de 2023. (Secretaria do Estado da Educação) Estabelece Nota Técnica do Cuidado da Criança e Adolescente com Diabetes Mellitus Tipo 1 nas Escolas, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas para as escolas municipais e estaduais.”
Região
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

MATÉRIA PERTINENTE ÀS SECRETARIAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO.
Tema da proposta
Diminuição das despesas com material de consumo, para viabilizar a compra de sensores glicêmicos
Proposta
“Diminuir despesa com material de consumo, para conseguir comprar sensor de índice glicêmico Libre para 15.000 crianças com diabetes.”
Região
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A INDORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS DEPENDE DE UMA SÉRIE DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS, E DEVE SER APROVADO PELA CONITEC, NO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA QUE SEJA INCORPORADO AO SISTEMA. E A DIMINUIÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO À QUE O VOTO SE REFERE É DE COMPETÊNCIA DOS GESTORES MUNICIPAIS.
Tema da proposta
Fortalecimento / integração na área da Saúde – Hospital São Vicente de Paulo – Jundiaí
Proposta
“Hospital São Vicente de alta complexidade, atende toda região, convênio com a prefeitura, necessita de mais recursos estaduais.”
Região
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA ESTÁ SENDO CONTEMPLADO COM O INCENTIVO QUE FOI INSTITUÍDO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA NO PROGRAMA 930, ATRAVÉS DA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO, INCLUSIVE PARA O HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULA EM JUNDIAÍ
Tema da proposta
Implantação de Hospital Público para atendimento de animais – Hortolândia/ RMC
Proposta
“Hortolândia, cidade está se desenvolvendo bastante, porém há um problema de política pública, falta hospital público para atendimento de animais... muitos animais abandonados, principalmente nas emergências, pois não há tempo hábil para levar para outras cidades.”
Região
RM Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não existe recurso disponível no SUS para Hospitais Veterinários. Não está dentro do escopo de ações preconizadas pelo Sistema.
Tema da proposta
Incorporação de tecnologias para tratamento glicêmico
Proposta
“Solicitamos também a incorporação de tecnologia para melhorar a adesão ao tratamento. Queremos mostrar estudos internacionais e nacionais sobre o sensor.”
Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Governabilidade restrita para implementação (dependência de outros entes)
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A INDORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SUS DEPENDE DE UMA SÉRIE DE ESTUDOS E ANÁLISES TÉCNICAS, E DEVE SER APROVADO PELA CONITEC, NO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA QUE SEJA INCORPORADO AO SISTEMA.
Tema da proposta
Investimentos para o Setor de Saúde – Santa Casa de Franca - (R\$ 18.488.893,00): - Ressonância Magnética; - Aparelho de Hemodiálise; -Litotripsia; -Tomografia Computadorizada; Autoclave; -Lavadora / Secadora; -Sala de Capacitação
Proposta
“Para tratar das demandas do município de Franca-SP, encaminho em anexo os 7 projetos de investimentos. PN Ressonância Magnética – no valor de R\$ 7.781.200,00; PN Aparelho para Hemodiálise – no valor de R\$3.225.180,00; PN Litotripsia – no valor de R\$3.000.000,00; PN Tomografia Computadorizada – no valor de R\$2.570.000,00; PN Autoclave - R\$ 1.181.400,00; PN 1 Lavadora + 2 Secadoras – R\$469.928,00; PN T.I Sala de Capacitação – R\$261.185,00. Totalizando: R\$18.488.893,00 O Grupo Santa Casa de Franca (Hospital Geral/Hospital do Câncer de Franca/Hospital do Coração) presta atendimento em média e alta complexidade para Franca e mais 21 municípios do DRS VIII. Alguns indicadores de atendimento ao ano: Hospital Geral 211.253 Laboratório Clínico 50.181 Consultas e procedimentos 19.548 Atendimento Plantão (PMP) 13.628 Internações Clínicas e Cirúrgicas Materno Infantil 3.687 partos e internações Obstétricas 5.499 Diária de UTI-Infantil 3.422 Diária de UCINco 1.558 Internações Pediátricas Unidade Oncológica 37.946 Consultas 19.312 Serviço de Reabilitação/Fisioterapia (procedimentos) 15.707 Reabilitação Física 7.604 Hormonioterapia 6.295 Quimioterapia Unidade Coronariana 12.327 Consultas no Pronto Atendimento 5.187 Diárias UTI Coronariana 4.825 Atendimentos Ambulatório Escola 2.439 Procedimentos exames cardiológicos Solicitamos a inclusão destes projetos na LOA (Lei Orçamentária Anual, para que possamos prestar atendimento aos usuários SUS de forma mais segura e com alta qualidade na realização dos procedimentos.”
Região
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A STA CASA É DE COMPETÊNCIA DO GESTOR MUNICIPAL, PORÉM FOI INSTITUÍDA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
Não houve
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
TODO O ESTADO
Tema da proposta
Recursos para o Hospital de Mirassol de característica regional
Proposta
“Saúde: Hospital de base com abrangência regional, atende até outros estados – precisa de recursos; continuidade do programa de apoio Santas Casas e hospitais filantrópicos – descentralização, ter atendimento em outras localidades antes vir diretamente para as sedes regionais; recursos para Hospital em Mirassol – característica regional.”
Região
RA São José do Rio Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Acolhido
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O HOSPITAL E MATERNIDADE MÃE DO DIVINO AMOR NA PROV. DEUS DE MIRASSOL, JÁ ESTÁ SENDO CONTEMPLADO COM O INCENTIVO QUE FOI INSTITUÍDO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 198, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, A DISCIPLINA PARA A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA COMO ACRÉSCIMO À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ESTABELECIMENTOS DA REDE COMPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS/SP E EM CONFORMIDADE COM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA TABELA DE PROCEDIMENTOS UNIFICADA E SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS - DATASUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
ESTA COMPLEMENTAÇÃO ESTÁ SENDO PAGA NO PROGRAMA 930, ATRAVÉS DA AÇÃO 5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
EM TODO O ESTADO INCLUSIVE NO HOSPITAL E MATERNIDADE MÃE DO DIVINO AMOR NA PROV. DEUS DE MIRASSOL

Tema da proposta
Santa Casa de Cordeirópolis – Aumento da capacidade de atendimento
Proposta
“Aumentar capacidade de atendimento da Santa Casa de Cordeirópolis.”
Região
RA Central
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Matéria não pertinente ao órgão
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A GESTÃO DA SANTA CASA É MUNICIPAL, PORTANTO COMPETE À PREFEITURA DE CORDEIRÓPOLIS A DECISÃO DE AMPLIAÇÃO DE LEITOS.
Tema da proposta
Tratamento e prevenção de suicídios – agilização para tratamento de psicologia
Proposta
“Altos Índices de suicídios (Marília e Ribeirão preto liderando a ranking) – prevenção de tratamento e prevenção, lista de espera muito grande no setor de psicologia.”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Outro
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não há um programa específico de atendimento psicológico para casos de suicídio oriundo do Estado. Seguimos a diretriz do SUS que se organiza por meio da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS responsável pela assistência às pessoas com problemas relativos à saúde Mental. Entre eles, as tentativas de suicídio. A Rede de Atenção Psicossocial é composta por um conjunto de serviços de saúde que se organizam nas regiões. São de base comunitária, visa a oferta de recursos variados para o cuidado, no território, próximo à residência, às famílias, e a comunidade. Essa rede pode ser acessada a partir das Unidades Básicas de Saúde - UBS, que são serviços municipais presentes em todas as cidades. As UBSs devem realizar uma escuta qualificada da necessidade da população e orientá-la para o cuidado mais adequado que na maioria dos casos acontece na própria UBS podendo contar também com o de equipes multidisciplinares, presentes em muitos dos municípios. Quando se identifica a necessidade de um cuidado mais especializado, o usuário pode ser encaminhado para outros serviços de saúde mental existentes no território como ambulatório com equipes de saúde mental, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros.

18000- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tema da proposta

Aumento de efetivo das Polícias Civil e Militar e equipamentos e viaturas

Proposta

“Verbas para reforçar o efetivo da Polícia Civil e Militar e equipar com viaturas, pois atualmente não atende as demandas do município e região, Franca está se tornando uma cidade muito violenta.”

Região

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

É oportuno esclarecer que a Polícia Militar adota critérios técnicos para a distribuição de efetivo e criação de OPM, entre fatores demográficos, complexidade e localização geográfica, índices de criminalidade e peculiaridades locais (presídios, estâncias turísticas, favelas, conflitos fundiários e manifestações de rua), sendo que, com a aplicação dos referidos critérios, verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado no município em questão encontram-se proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral e bombeiros. Quanto às viaturas, em todo o Estado, a frota da Polícia Militar está ajustada ao efetivo fixado, obedecendo a critérios técnicos sedimentados no Quadro de Fixação da Frota (QFF), o qual dimensiona a quantidade de viaturas proporcionalmente ao efetivo alocado para a execução do policiamento em suas diversas modalidades, sendo que a quantidade fixada está em equilíbrio com o quantitativo de policiais militares existente no Município em questão. Finalmente, frise-se que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e da integração de diversos órgãos, tratando-se, portanto, de um sistema de defesa social, sendo a Polícia Militar parte integrante desse sistema. Porém mesmo assim mostra-se queda dos índices criminais região comparando os meses de 2023 com os de 2024.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização diuturnamente.

Tema da proposta

Aumento de recursos e efetivo para Segurança Pública

Proposta

“Segurança pública – estupro duplicando, roubo de veículos triplicando, roubo de carga, furto e aumento de moradores de rua – focar em orçamento efetivo de recursos com foco na segurança pública.”

Região

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A programação segue em atualização diuturnamente.

Tema da proposta

Investimentos na área de Segurança Pública – tecnologia e valorização de pessoal

Proposta

“Investimentos em segurança – aumento do investimento destinado a segurança pública foi menos que no legislativo e judiciário e comparado aos outros estados. Houve uma melhoria, mas não o suficiente (tecnologia e valorização de pessoal).”

Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Secretaria da fazenda e Planejamento
Tema da proposta
Melhoria da segurança pública nas áreas centrais das cidades aumentando a ocupação dessas áreas com prédios públicos
Proposta
“Cidades metropolitanas nas áreas central apresentam problemas de segurança e aspecto social, aumento de vulneráveis, aumentando a violência. Como sugestão, trazer para o centro da cidade os prédios públicos, como Poupatempo, ocupar a região central, mais vida, mais empregos.”
Região
RM Sorocaba
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Desenvolvimento Urbano e Habitação E Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
Tema da proposta
Segurança Pública – expansão dos serviços para a RMJ
Proposta
“Segurança para região metropolitana como um todo.”
Região
RM Jundiaí
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Verifica-se que as estruturas organizacionais e o efetivo disponibilizado estão proporcionalmente ajustados e distribuídos entre o policiamento ostensivo geral, rodoviário, ambiental, aéreo e bombeiros, também são empregados efetivos adicionais em jornadas extraordinárias, mediante desenvolvimento da Atividade Delegada e DEJEM, de forma a garantir a concentração de esforços operacionais nas áreas de interesse da segurança pública de todos bairros dos 645 municípios do estado de São Paulo. Complementarmente, imperioso salientar a existência dos Batalhões de Ações Especiais de Policiamento (BAEP), responsáveis pelas ações especiais de polícia em apoio às OPM Territoriais da região. O referido BAEP tem por escopo contribuir na redução dos índices criminais, combates as organizações criminosas e no aumento da percepção de segurança da população, atuando em áreas críticas dentro de sua circunscrição por meio do patrulhamento ostensivo com viaturas motorizadas. Além das especialidades da ROTA, possuem especialidades do Choque, como GATE. Sendo assim os roubos no estado de São Paulo reduziram de 2023 para 2024 13,9% para roubos outros, 85,7% para roubo a banco, 18,9% para roubo de carga, e 16,6% para roubo de veículos.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
A iniciativa abrange ao programa e produto relacionado à Secretaria.
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A programação segue em atualização diuturnamente.

48000- SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

48000 - SECR. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Tema da proposta

Conserto e manutenção de equipamentos de Tomografia – FCFAMEMA

Proposta

"Bom dia, também falo em nome do HCFAMEMA e como cidadã que utiliza o SUS, reforço a fala das minhas colegas de trabalho, solicitando um olhar ao nosso orçamento de investimentos, hoje temos 03 equipamentos de tomografia, na qual 01 está quebrado e 02 obsoletos. Somos referência para mais de 62 Municípios a qual faz uso do atendimento prestado." "Recurso financeiro para novo equipamento de tomografia para Radioterapia que quebrou recentemente na instituição. Recurso especialmente, para manutenção dos equipamentos."

Região

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

O assunto deve ser tratado na Secretaria da Saúde.

Tema da proposta

Criação de cursos de capacitação e especialização para o empreendedorismo e atividades industriais

Proposta

"Criar programas com Cursos na área de empreendedorismo e mão de obra especializada para as indústrias."

Região

RM Jundiaí

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

As Faculdades de Tecnologia (Fatecs) situadas na região, ofertam os cursos superiores de tecnologia em: Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Biocombustíveis, Ciência de Dados, Comércio Exterior, Defesa Cibernética, Desenvolvimento de Software Multiplataforma, Design de Moda, Eventos, Gestão Ambiental, Gestão da Produção Industrial, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Energia e Eficiência Energética, Gestão de Logística Integrada, Gestão de Negócios e Inovação, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Serviços, Gestão Empresarial, Gestão Financeira, Jogos Digitais, Logística, Logística Aeroportuária, Processos Químicos, Produção Têxtil, Redes de Computadores, Segurança da Informação e Sistemas Embarcados. Os cursos superiores de tecnologia trabalham transversalmente o tema empreendedorismo que é fomentado e desenvolvido de forma transversal nos currículos e itinerários formativos dos cursos. Além disso, existem convênios e parcerias para ofertar a alunos e professores capacitações e especialização para o empreendedorismo e atividades industriais. Nas Escolas Técnicas (Etecs) o tema empreendedorismo também é difundido em todos os currículos de forma transversal. Os cursos técnicos de Automação Industrial e Mecânica são ofertados nos municípios de Itatiba e Campo Limpo Paulista. As Etecs situadas na região podem solicitar implantação de cursos disponíveis para a área da indústria, desde que atendam aos critérios estipulados pela instituição. Ainda com relação ao empreendedorismo, o CPS, por meio das ações do INOVA CPS na escola de inovadores, desenvolve junto aos professores e alunos das Fatecs e Etecs, o empreendedorismo, a pesquisa, o desenvolvimento e a Inovação. No que tange às atividades industriais, estas são abordadas principalmente nos cursos dos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais e Produção Industrial.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Ação contínua.

Tema da proposta

Criação de Polo Industrial na RMBS

Proposta

"Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (<http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/> e <http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/>, bem como sobre sua conurbação

(<http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/>). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: <http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/>”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Proposta pertinente a outro órgão

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A SCTI apoia o Parque Tecnológico de Santos, mas esse não tem relação com polo industrial.

Tema da proposta

Educação profissional com cursos e tecnologia para a construção civil

Proposta

“Educação - Cursos profissionalizantes para construção civil, tecnologia.”

Região

RA Central

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Na Região Administrativa Central – RA-12 que reúne 26 municípios, tendo como polos econômicos e populacionais os município de Araraquara, São Carlos e Matão, o Centro Paula Souza (CPS) se faz presente em vários municípios por meio de quatro Faculdades de Tecnologia (Fatecs), oito Escolas Técnicas (Etec), além de municípios da região com classes descentralizadas. O CPS não desenvolve na região cursos que integram o Eixo Tecnológico – Infraestrutura, podendo, no entanto, realizar estudos para implantação futura de cursos do referido Eixo Tecnológico, de acordo com as demandas do mercado, desde que sejam atendidos os critérios técnicos desta Instituição e inserção da solicitação no Plano de Compras Anual (PCA) de 2026, tendo em vista que o PCA de 2025 foi concluído. Além das Fatecs, Etec e classes descentralizadas o CPS, por intermédio da Unidade de Formação Inicial e Educação Continuada (Ufiec), oferece cursos de qualificação profissional rápidos para pessoas em situação de vulnerabilidade, desempregadas e com escolaridade básica incompleta, oferecidos na modalidade presencial, tais como: Azulejista, Carpinteiro de Obras, Eletricista Residencial – Básico, Gesseiro, Jardineiro, Encanador Instalador Predial, Pedreiro – Armador de Ferragens, Pedreiro – Assentador de Tijolos e Blocos, Pintura e Texturização Residencial. Cursos desenvolvidos com prefeituras municipais, organizações da sociedade civil, unidades do CPS, mediante solicitações que são encaminhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e pelo Fundo Social de São Paulo.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Produto 2468 - Formação Inicial e Educação Continuada oferecida pelo CPS Ação 5845 - Formação Inicial e Educação Continuada

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Ação contínua.

Tema da proposta

Ensino técnico profissional – elaboração de estudos de impacto visando aumento de renda e empregabilidade

Proposta

“Ensino técnico/profissional: aumento da renda e empregabilidade (estudos de impacto demonstram que o ensino técnico aumenta a renda e a empregabilidade em 25% a 30% e pode melhorar a economia como um todo). Investir mais recursos no programa 4809 – Programa estadual de educação técnica e tecnológica – aumentar a previsão de recursos entre 25% e 30% o que será executado em 2025 (Loa 2025) em relação a LOA 2024.”

Região

RM São Paulo

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Desde 2021, o Centro Paula Souza (CPS) articula três projetos que associam estudos de trabalhabilidade, empreendedorismo e estratégias de análise e monitoramento de dados internos da vida acadêmica de alunos e egressos, bem como dados externos do Estado de São Paulo. O CPS está implantando uma plataforma de carreira em que uma das funções será medir e monitorar indicadores de empregabilidade e renda. Está em andamento projetos cujo objetivo é o monitoramento da trabalhabilidade, do empreendedorismo e do desempenho acadêmico associados ao posicionamento da formação profissional e tecnológica no mercado de trabalho por meio de uma plataforma de carreira. Desta forma, é possível avaliar resultados anualmente, a partir de 2025. Entretanto, para uma análise de impacto será necessário associar aos resultados desse monitoramento um período de tempo, sugestão de 5 anos, e grupos de controle que recebem a política pública e que não recebem para identificar diferenças. Quanto ao investimento dos recursos, estes são previstos na Lei Orçamentária e solicitados por meio da proposta orçamentária setorial. O CPS, com o objetivo de atender as 307 unidades de ensino, elabora e encaminha o valor orçamentário necessário. Para o exercício de 2025, foi solicitado um total de R\$ 174.865.442,90, para investimentos em obras e modernização dos laboratórios das unidades, compra de itens de informática, representando um aumento de 30% ante o orçamento de 2024. A aprovação dessa demanda não dependa exclusivamente da autarquia, já que está sujeita à aprovação da Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Assembleia Legislativa.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação Contínua.
Tema da proposta
Implantação de Cursos Profissionalizantes
Detalhamento da proposta
"A região necessita de Cursos de profissionalizantes."
Região
AU Franca
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Na Região Administrativa de Franca, que reúne 23 municípios, tendo como polos econômicos e populacionais os municípios de Franca, São Joaquim da Barra, Batatais e Orlândia, o Centro Paula Souza (CPS) se faz presente em vários municípios por meio de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec), oito Escolas Técnicas (Etecs), além de municípios da região com classes descentralizadas. O CPS ofertou na região 3.950 vagas nos cursos técnicos em 2024. As maiores demandas para os cursos técnicos são para cursos integrados ao Ensino Médio. A Fatec de Franca desenvolve os seguintes cursos tecnológicos: Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Desenvolvimento de Software Multiplataforma; Gestão da Produção Industrial; Gestão de Recursos Humanos e Gestão Empresarial (Ead). Além das Fatecs, Etecs e Classes Descentralizadas o CPS, por intermédio da Unidade de Formação Inicial e Continuada (Ufiec), oferece cursos de qualificação profissional rápidos para pessoas em situação de vulnerabilidade, desempregadas e com escolaridade básica incompleta, oferecidos nas modalidades presenciais e remota. Cursos desenvolvidos com prefeituras municipais, organizações da sociedade civil, unidades do CPS, mediante solicitações encaminhadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e pelo Fundo Social de São Paulo.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Produto 2468 - Formação Inicial e Educação Continuada oferecida pelo CPS Ação 5845 - Formação Inicial e Educação Continuada
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Tema da proposta
Investimentos e aportes para o Programa 4809 – Programa estadual de Educação Técnica e Tecnológica
Proposta
"Ensino técnico/profissional: aumento da renda e empregabilidade (estudos de impacto demonstram que o ensino técnico aumenta a renda e a empregabilidade em 25% a 30% e pode melhorar a economia como um todo). Investir mais recursos no programa 4809 – Programa estadual de educação técnica e tecnológica – aumentar a previsão de recursos entre 25% e 30% o que será executado em 2025 (Loa 2025) em relação a LOA 2024."
Região
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Os recursos previstos na Lei Orçamentária são solicitados por meio da proposta orçamentária setorial. O Centro Paula Souza (CPS), com o objetivo de atender as 307 unidades de ensino, elabora e encaminha o valor orçamentário necessário. Para o exercício de 2025, foi solicitado um total de R\$ 174.865.442,90, para investimentos em obras e modernização dos laboratórios das unidades, compra de itens de informática, representando um aumento de 30% ante o orçamento de 2024. A aprovação dessa demanda não dependa exclusivamente da autarquia, já que está sujeita à aprovação da Secretaria da Fazenda e Planejamento e da Assembleia Legislativa.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Ação contínua.
Tema da proposta

Manutenção dos equipamentos e serviços de Tomografia e Radioterapia – FCFAMEMA
Proposta
“Bom dia, também falo em nome do HCFAMEMA e como cidadã que utiliza o SUS, reforço a fala das minhas colegas de trabalho, solicitando um olhar ao nosso orçamento de investimentos, hoje temos 03 equipamentos de tomografia, na qual 01 está quebrado e 02 obsoletos. Somos referência para mais de 62 Municípios a qual faz uso do atendimento prestado.”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O assunto deve ser tratado na Secretaria da Saúde.
Tema da proposta
Melhorias (upgrade) nos serviços e equipamentos de radioterapia e hemodinâmica - FCFAMEMA
Proposta
“Investimentos para HCFAMEMA em oncologia – alto número de incidência de casos de câncer. Tem um equipamento novo que precisa de upgrade - acelerador linear – 4,5 milhões – fila de espera de 60 dias.” "Recurso para investimento, Upgrade para o equipamento de Radioterapia)"
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O objeto se refere a Secretaria de Estado da Saúde.
Tema da proposta
Recursos Humanos (contratação, concursos públicos, plantões médicos) – FCFAMEMA
Proposta
“Concursos públicos para funcionários de cargo efetivo para HCFAMEMA, pois hoje eles não têm... contratação médicos, enfermeiros.” “Validação dos plantões médicos.”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Assunto a ser tratado em outra Secretaria Saúde, Gestão, Governo.
Tema da proposta
Recursos para equipamentos dos serviços de Cardiologia - FCFAMEMA
Proposta
Recurso financeiro para upgrade para equipamento de hemodinâmica do Serviço de Cardiologia do HCFAMEMA que recebe no conceito de "vaga zero" pacientes de toda região dos 62 municípios. “Bom dia! Também estou representando o HCFAMEMA e gostaria de deixar registrado outras necessidades, além das que foram aqui expostas (recurso financeiro para contratação de pessoal para concurso público com o respectivo plantões médicos; recurso para investimento, Upgrade para o equipamento de Radioterapia), precisamos: Recurso financeiro para upgrade para equipamento de hemodinâmica do Serviço de Cardiologia do HCFAMEMA que recebe no conceito de "vaga zero" pacientes de toda região dos 62 municípios; e recurso financeiro para novo equipamento de tomografia para Radioterapia que quebrou recentemente na instituição. Recurso especialmente, para manutenção dos equipamentos. Apenas gostaria de deixar registrado a nossa necessidade, pois atendemos não apenas a região de Marília e sim 62 municípios referente a microrregião do DRS-IX-Marília (Adamantina, Tupã, Marília, Ourinhos e Assis).”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Proposta pertinente a outro órgão

Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
O assunto deve ser tratado na Secretaria da Saúde.
Tema da proposta
Valorização funcionários Paula Souza
Proposta
Sou funcionário administrativo do Centro de Paula Souza (Fatec Sebrae, capital) e quero lembrar da absurda carência de recursos que há em relação aos profissionais deste órgão da educação técnica. Vem sendo travada uma luta pelo plano de carreira junto ao CPS e governo do estado, que esperamos ter resultados, mas eu quero destacar como exemplo um elemento específico, que chega a ser ESCANDALOSO, que é o auxílio alimentação pago aos funcionários do Centro de Paula Souza, correspondentes a vergonhosos R\$240 mensais, valor congelado há quase 10 anos, e que pode se dizer, literalmente, que é uma quantia de FOME. Os recursos do estado de SP devem mirar prioridades, e quando se tem funcionários do estado sofrendo de fome, é mais do que motivo para se priorizar! Obrigado.”
Região
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Em andamento
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
A Administração Central do Centro Paula Souza (CPS) apresentou ao Conselho Deliberativo (CD) a proposta do novo Plano de Carreira da instituição. Entre as principais mudanças que constam da proposta estão a viabilidade do trabalho docente por jornada, valorização e adequação do quadro dos servidores administrativos, isonomia na evolução funcional, criação de tabelas unificadas para docentes e servidores administrativos e ampliação da contratação de técnicos e tecnólogos por parte do CPS. Em relação ao Auxílio-Alimentação é um benefício criado pelo Governo do Estado de São Paulo aos servidores do serviço público estadual, isso inclui o CPS também, o referido auxílio é gerido pela UCRH – Unidade Central de Recursos Humanos do Estado, e segue a Legislação Vigente: Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991 – que institui o vale alimentação/refeição; Decreto nº 34.064, de 28 de outubro de 1991; Decreto nº 63.139 de 04 de janeiro de 2018 – alterou o valor do vale alimentação/refeição para os servidores do Estado para R\$ 12,00.
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
4809 - Programa Estadual de Educação Profissional Técnica e Tecnológica Produto 2446 - Ensino Tecnológico oferecido pelo CPS Ação 5290 - Desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica Produto 2461 - Ensino Técnico oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo Ação 5292 - Desenvolvimento da Educação Profissional Técnica Produto 2466 - Ensino Técnico integrado ao Médio oferecido pelo CPS Ação 6424 - Desenvolvimento do Ensino Técnico integrado ao Médio Produto 2467 - Formação Profissional Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS) Ação 6423 - Desenvolvimento da Formação Articulada entre os níveis Médio-Técnico e Superior (AMS)
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
A proposta do plano de carreiras está em andamento, mas a aprovação dessa demanda não dependa exclusivamente da autarquia, depende de aprovação pela Assembleia Legislativa.

3000- TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.” “Mediadores precisam de remuneração justa. Que estejamos sempre contemplados. Não podemos mais aceitar o descaso com que nosso pleito vem sendo tratado. A lei de mediação vai completar 9 anos e não somos ouvidos Não podemos mais aceitar o descaso com que nosso pleito vem sendo tratado. A lei de mediação vai completar 9 anos e não somos ouvidos.” “Peço atenção aos valores de repasse para subsidiar o pagamento do trabalho dos Mediadores Judiciais nos casos de justiça gratuita em que trabalha de "graça" para o poder público sem respeito algum. Esse espaço é de suma importância para todos os cidadãos. Parabéns por toda a organização.”

Região

RA Araçatuba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Agradecemos a oportunidade e o acolhimento ao Sr. Maurício e a Sra. Carla. Solicitamos auxílio no sentido de conseguirmos agenda junto ao Governador, Sr. Tarcísio G de Freitas para podermos expor a nossa demanda, que é importante e justa, para podermos continuar com nosso trabalho junto às pessoas menos favorecidas (JUSTIÇA GRATUITA), nesse caso são a maioria dos processos. Quero mencionar que a Resolução 809/19, determina que pague quem pode pagar os honorários do Mediador e Conciliador. Quando a parte não pode pagar, não recebemos, compete ao Estado pagar.” “Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RM Vale do Paraíba e Litoral Norte

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.” “Os Mediadores e Conciliadores reivindicamos a remuneração nas audiências onde há concessão de JUSTIÇA GRATUITA, isso é relativo às partes que não tem condições de arcar com as custas processuais. Para as partes que tem condições, a Resolução 809/2019 do TJSP prevê, portanto, considerando que falamos em 70 à 80% dos processos, os Mediadores e Conciliadores não recebem nada. Temos o custo de pagamento de cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento que sai do nosso bolso, sem a contrapartida. Portanto esta demanda é justa e merecida, pois além de desafogarmos o Juízo, facilitamos às partes carentes o acesso à Justiça, a rapidez e a economia na prestação dos serviços como auxiliares da Justiça.” “A remuneração dos mediadores é necessária e justa.”

Região

RM Jundiaí

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“PRONUNCIAMENTO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - LOA 2025 Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RA Central

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Boa tarde a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.” “Bom dia. Por favor atenção com a remuneração do Mediador.”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta**Não acolhido****Motivo**

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RA Marília

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta**Não acolhido****Motivo**

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita Voto(s) 1
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Ribeirão Preto
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje

trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”

Região

RA Sorocaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos

benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Itapeva
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Registro
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Campinas
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido

Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RM São Paulo
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.
Tema da proposta
SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita
Proposta
“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, consequentemente, a Cultura de Paz.”
Região
RA Bauru
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não acolhido
Motivo
Limitações jurídicas / administrativas
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os

conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

Tema da proposta

SIMEC -Sindicato dos Mediadores e Conciliadores - Remuneração nos processos de justiça gratuita

Proposta

“Bom dia a todos, estou hoje representando o Sindicato de Mediadores e Conciliadores do Estado de São Paulo. É com muito prazer que estamos aqui e nos sentimos honrados de estar podendo participar e trazer esse tema de extrema importância e urgência, que é a remuneração de mediadores e conciliadores que trabalham nos Centros de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (CEJUSC) do nosso Estado. Por isso continuamos precisando do apoio do nosso Governo para nos incluir na Lei Orçamentária Anual de 2025 e possibilitar o pagamento pelo nosso trabalho. Somos uma categoria profissional reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações CBO do Ministério do Trabalho, nossa forma de trabalho e remuneração possui previsão legal, tanto em Lei Federal, quanto em Lei Estadual desde 2015, e até hoje trabalhamos sem remuneração. Ressaltamos que a mediação e conciliação têm proporcionado inúmeros benefícios não apenas ao judiciário, mas também à sociedade. Nosso trabalho amplia o acesso à justiça e oferece um tratamento mais humanizado e menos burocrático, dando à população o acesso à Justiça, eliminando processos existentes e evitando novos processos, por isso deve ser compreendido como uma economia ao Estado e ao Tribunal de Justiça. Estima-se que cada processo eliminado pela Mediação ou Conciliação a economia é de aproximadamente R\$3.500,00, assim, considerando as centenas de audiências que realizamos pode-se estimar uma economia de mais de 1 bilhão de reais aos cofres do Estado todo ano. Por isso, suplicamos por providências, para que a Fazenda Pública Estadual, contemple com recursos essa nossa Política Pública, indicando valores na ficha orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado para nos incluir como atividade orçamentária. O valor estimado é de 60 milhões que seriam suficientes para atender os mais de 10 mil profissionais hoje capacitados pelo Tribunal de Justiça, um valor ínfimo comparado aos benefícios que o nosso trabalho traz. Contamos com a sensibilidade e comprometimento do Governador do Estado de São Paulo, em benefício da sociedade, principalmente as pessoas carentes, promovendo a Cultura do Diálogo e, conseqüentemente, a Cultura de Paz.”

Região

AU Franca

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Limitações jurídicas / administrativas

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Informamos que a remuneração dos conciliadores e mediadores foi disciplinada pela Resolução CNJ nº 271/2018. No âmbito do TJSP, foram editados a Resolução nº 809/2019, que dispõe sobre as atividades e estabelece a tabela de remuneração, e o Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 34/2019, o qual determina que os conciliadores e mediadores prestarão seus serviços sem nenhum vínculo com o Estado, sendo que o pagamento da remuneração, quando cabível, far-se-á de acordo com a Resolução TJSP nº 809/2019.

50000- SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

50000 - SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS

Tema da proposta

Aporte financeiro complementar para a Estância Turística de Barretos – Turismo

Proposta

“Boa tarde! Sou cidadã de Barretos e minha colocação é a seguinte: na LDO municipal o orçamento para a secretaria de turismo foi de 0,14% (R\$1294300,00) e a cultura 0,94% (R\$8502200,00) imaginando essas aplicações na realidade, com que potencial de investimentos o estado poderia somar ao município, tendo em vista que agora a cidade de Barretos se configura como uma estância turística e visto o baixo investimento municipal nesses setores?!”

Região

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A cidade de Barretos é Estância Turística e tem direito a verba anual para convênios conforme a legislação. Nos últimos 2 anos a cidade pactuou R\$10.000.000,00 em convênios.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 5005, Produto 2410

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

Realização de convênio através do DADETUR

Tema da proposta

Incentivo do turismo e gastronomia

Proposta

"Incentivo do turismo e gastronomia"

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Em andamento

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

A cidade de Piracicaba integra a Rota 6 do Programa Sabor de São Paulo.

Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão

Programa 5005, Produto 2413

Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante

A região já foi contemplada no Programa Sabor de SP.

Tema da proposta

Revisão dos critérios de enquadramento do MIT visando a inclusão de pequenos municípios ao programa

Proposta

“Sobre a promoção do Turismo Paulista, gostaria de sugerir uma análise com critérios por faixa populacional na criação de mais vagas para a classificação de Municípios de Interesse Turístico (MIT), pois os pequenos municípios uma natureza verdadeiramente preciosa, mas que muitas das vezes não atingem a pontuação para serem promovidas a Município de Interesse Turístico nos critérios atuais. A sugestão é a criação de um número maior de municípios e análise efetuada por faixa populacional.”

Região

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não acolhido

Motivo

Outro

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Existem municípios pequenos classificados como MIT e Estância, basta que tenha vocação turística e atenda os requisitos da LC 1261/2015.

Não analisadas

37000- SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

37000 - SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS
Tema da proposta
Ligação seca entre as ilhas de São Vicente a de Santo Amaro *Respondido por Parcerias em Investimentos
Proposta
"A síntese do que falei: A integração metropolitana, não obstante a urgência de se concluir a ligação seca entre as ilhas de São Vicente e Santo Amaro, já de compromisso do governador do Estado e do presidente da República, e a ampliação do VLT até as áreas continentais da região, se faz principalmente em torno do emprego, pois as pessoas moram em uma cidade, trabalham em outra e passeiam em uma terceira, consumindo em todas elas e movimentando a economia, desde que tenham a renda do trabalho para fazer tudo isso. Estando a região metropolitana em torno do maior porto do Brasil, merece a criação de um polo industrial, ambientalmente sustentável, que agregue valor ao que vai ser exportado e processe parte do que aqui chega antes de subir a serra. Nesse sentido, é preciso reforçar o caixa da Agência Metropolitana da Baixada Santista, a Agem, para realizar estudos nesse sentido e, a seguir, promover o desenvolvimento do setor produtivo da metrópole, contribuindo para a reindustrialização do Estado de São Paulo e do Brasil. Ainda em 2000 escrevi em minha página sobre a região metropolitana da Baixada Santista (http://isosendacz.org/2020/02/07/regiao-metropolitana-da-baixada-santista/ e http://isosendacz.org/2020/02/21/regiao-metropolitana-da-baixada-santista-2a-parte/, bem como sobre sua conurbação (http://isosendacz.org/2020/03/10/a-conurbacao-da-baixada/). Se de utilidade, ao seu dispor. Naquele ano ajudamos a escrever um programa de governo municipal para Santos, que pode trazer também elementos úteis a essa coordenação: http://isosendacz.org/2020/09/14/uma-so-santos/" *OBS: Proposta inicialmente encaminhada à SEMIL que sugeriu o encaminhamento a Secretaria de Parcerias e Investimentos: "Encontra-se em curso uma Parceria Público-Privada (PPP), sob a gestão da Secretaria de Parcerias e Investimentos, visando à viabilização da ligação seca entre Santos e Guarujá"
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve *Respondido por Parcerias em Investimentos
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve *Respondido por Parcerias em Investimentos
Programa e Produto aos quais se enquadram a proposta do cidadão
Não houve *Respondido por Parcerias em Investimentos
Análise/Justificativa face a região delimitada pelo participante
Não Houve *Respondido por Parcerias em Investimentos

26000- SEC. DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

26000 - SEC.DE MEIO AMBIENTE, INFRAEST. E LOGÍSTICA**Tema da proposta**

Construção do Dique da Vila Gilda Voto(s) 1

Detalhamento da proposta

“Dique da Vila Gilda – na ilha de São Vicente voltada para o continente – vivem sobre palafitas – projeto para resolver a questão do dique principalmente tendo em vista a questão alterações climáticas com a elevação do nível do mar e as inundações.”

Região

RM Baixada Santista

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Tema da proposta

Desassoreamento do Rio Piracicaba visando a mitigação das enchestes Voto(s) 1

Detalhamento da proposta

“Desassoreamento total do rio de Piracicaba até o Tanquam (mini pantanal) devolver ao leito capacidade para redução e mitigação das enchentes”

Região

RM Piracicaba

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Tema da proposta

Expansão dos programas de “Lagoas de Tratamento” – Município de Taiaçu Voto(s) 1

Detalhamento da proposta

“Meu Município é Taiaçu - minha demanda são reforços nas lagoas de tratamento.”

Região

RA Barretos

Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta

Não houve

Motivo

Não houve

Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.

Tema da proposta

Implantação de programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social;

Detalhamento da proposta

“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intra-domiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de

drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Tema da proposta
Implementação de programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização
Detalhamento da proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Tema da proposta
Implementação de programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização
Detalhamento da proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para executar instalações intradomiciliares e efetivar as ligações às redes públicas disponíveis em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada

Não houve.
Tema da proposta
Implementação de programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas;
Detalhamento da proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Tema da proposta
Implementação de programa para o correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras;
Detalhamento da proposta
“Considerando que Praia Grande (SP): Há mais de 9.000 (nove mil) imóveis factíveis de ligações às redes coletoras, por diversas causas, como: falta de condições técnicas, renda familiar baixa, imóvel de veraneio (sem morador), etc.; Apresenta um dos maiores índices de crescimento populacional, de 2012 a 2021, e recebe a maior população flutuante do litoral paulista (2021). O sistema de abastecimento de água é integrado na Região Metropolitana da Baixada Santista; A oferta de serviços, infraestruturas e instalações operacionais deve se ajustar a demanda dos mesmos; Ocorrem situação como lançamentos irregulares de resíduos e/ou águas pluviais nas redes coletoras; lançamentos clandestinos de esgoto nos sistemas de drenagem urbana e vazamentos de esgotos. Tendo em vista o período para contribuições na Lei Orçamentária Anual 2025 do Estado de São Paulo, solicitamos: Programa para gratuidade dos serviços de conexão dos domicílios às redes coletoras de esgoto em áreas de vulnerabilidade social; Programa para executar adequação necessária nas instalações hidrossanitárias nos domicílios em áreas de vulnerabilidade social e sem custos às famílias de baixa renda. Para os demais casos, notificar os proprietários para regularização; Programa para legalização dos serviços de saneamento básico em áreas de vulnerabilidade social: suprimir instalações irregulares, improvisadas ou sujeitas a contaminação e substituir por instalações adequadas; Programa para correto esgotamento sanitário: identificar e corrigir pontos de lançamentos de esgoto nas redes de drenagem urbana e lançamentos de águas pluviais nas redes coletoras; Programas visando a melhoria da balneabilidade das praias; Ampliação do monitoramento da qualidade de cursos de água afluentes às praias; Programa para Educação Ambiental, campanhas de conscientização, oferecimento de informações e orientações etc.”
Região
RM Baixada Santista
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Tema da proposta
Prevenção e reparação das dos leitos e margens dos rios / ribeirões decorrentes das mudanças climáticas, que afetam as áreas urbanas Voto(s) 1
Detalhamento da proposta
“Nossa cidade está localizada no vale do rio grande e sobre o aquífero guarani e dentro do perímetro urbano da nossa cidade temos ao menos 4 nascentes que dão formação a 4 ribeirões que cortam a malha urbana e deságuam no rio pardo, visto que em épocas de chuvas os ribeirões se enchem provocando enchentes históricas e recorrentes na nossa cidade; com base nesses acontecimentos e a constantes obras municipais de prevenção e reparação das margens desses rios, que programas estaduais em relação as mudanças climáticas e a proteção dos leitos de águas, poderiam auxiliar nossa administração na resolução desses problemas que afetam a atualidade e certamente o afetarão nosso futuro.”
Região

RA Barretos
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.
Tema da proposta
Recuperação de áreas urbana – pavimentação de estradas que cortam o centro das cidades Voto(s) 1
Detalhamento da proposta
“Mobilidade – Atenção aos centros das cidades, tem estrada de terra que atravessa o centro das cidades...”
Região
RA Marília
Classificação do órgão competente quanto a possibilidade de acolhimento da proposta
Não houve
Motivo
Não houve
Análise/Justificativa do órgão competente para a classificação adotada
Não houve.

*A responsabilidade pelas respostas às demandas no processo de devolutivas foi conferida à figura do interlocutor das pastas.